

José Carlos Reis

Escola dos Annales

A inovação em História



PAZ E TERRA

© José Carlos Reis

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R31a

Reis, José Carlos
Escola dos Annales — a inovação em história
José Carlos Reis. — São Paulo :
Paz e Terra, 2000

Inclui bibliografia
ISBN 85-219-0349-9

1. Escola dos Annales. 2. História — Filosofia. 3. História I. Título

00-0269

CDD-901
CDD-930.1

EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua do Triunfo, 177
Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010
Tel.: (011) 223-6522
E-mail: vendas@pazeterra.com.br
Home Page: www.pazeterra.com.br

2000

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SUMÁRIO

OS ANNALES: A RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA
E “UTÓPICA” DA HISTÓRIA PELA RECONSTRUÇÃO DO
TEMPO HISTÓRICO, 9

SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TEMPO HISTÓRICO E
CONHECIMENTO HISTÓRICO: UMA HIPÓTESE, 9
O TEMPO HISTÓRICO DOS ANNALES, 15
OS ANNALES E O CONHECIMENTO HISTÓRICO: A RENOVAÇÃO
TEÓRICO-METODOLÓGICA DA HISTÓRIA, 20
“DIALÉTICA DA DURAÇÃO” E EVASÃO: A “UTOPIA
DOS ANNALES” — UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL, 28

1900 – 1929: O DEBATE FUNDADOR DOS ANNALES –
HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, 37

HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, 37
M. FOUCAULT: O LUGAR DAS CIÊNCIAS HUMANAS, 39
POSITIVISMO, HISTORICISMO E MARXISMO: O SURGIMENTO
DOS PONTOS DE VISTA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 42

A CIÊNCIA SOCIAL SEGUNDO DURKHEIM, 43
A CIÊNCIA SOCIAL SEGUNDO WEBER, 46
A REPERCUSSÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A HISTÓRIA, 51
F. SIMIAND E A HISTÓRIA-CIÊNCIA SOCIAL, 52
H. BERR E A RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA, 56
VIDAL DE LA BLACHE E A RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA, 61

O SURGIMENTO DA “ESCOLA DOS ANNALES” E O SEU “PROGRAMA”, 65

REDEFININDO E AMPLIANDO O SENTIDO DA EXPRESSÃO
“*NOUVELLE HISTOIRE*”, 65
OS COMBATES DE FEBVRE, 68
A “HISTÓRIA-PROBLEMA”, 73
O FATO HISTÓRICO COMO “CONSTRUÇÃO”, 76
O NOVO CONCEITO DE “FONTE HISTÓRICA”, 77
A “HISTÓRIA TOTAL OU GLOBAL”, 78
A INTERDISCIPLINARIDADE, 81
AS PROPOSTAS DE BLOCH O OBJETO DO
CONHECIMENTO, HISTÓRICO
E A SUA TEMPORALIDADE, 82
O “MÉTODO RETROSPECTIVO”:
A DIALÉTICA PRESENTE/PASSADO, 85
BLOCH E FEBVRE: DIVERGÊNCIAS, 86

AS DIVERSAS FASES DA “ESCOLA DOS ANNALES”: CONTINUIDADE OU DESCONTINUIDADE?, 91

A PRIMEIRA FASE: 1929/1946
FEBVRE, BLOCH E A RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA COM A
REVISTA *ANNALES D'HISTOIRE ECONOMIQUE ET SOCIALE*, 93
UM OUTRO NOME FUNDADOR: ERNEST LABROUSSE, 97
A “HISTÓRIA DA HISTÓRIA” DOS ANNALES FEITA
POR ALGUNS DE SEUS MEMBROS, 98

A SEGUNDA FASE: 1946/1968 *ANNALES: ECONOMIES, SOCIÉTÉS,
CIVILISATIONS*: A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PROGRAMA
TEÓRICO E PROJETO DE PODER, 102
BRAUDEL: SEUS DEBATES, COMBATES E VITÓRIAS, 104
O PREDOMÍNIO DO QUANTITATIVISMO, 107
ALBERT SOBOUL: A HISTÓRIA SOCIAL RESISTE AO
QUANTITATIVISMO DOMINANTE, 110

A TERCEIRA FASE: 1968/1988?, A *NOUVELLE
NOUVELLE HISTOIRE*, 112

A INFLUÊNCIA DA ANTROPOLOGIA, 113
A HISTÓRIA EM MIGALHAS, 114
AS POLÊMICAS DE LE ROY LADURIE: O COMPUTADOR,
O EVENTO, A HISTÓRIA IMÓVEL, NOVAS TÉCNICAS..., 115
AS TESES DE LE GOFF E NORA, 118
PAUL VEYNE: O DESAFIANTE INTERNO, 121
A REPERCUSSÃO DE MICHEL FOUCAULT, 123
A MANIFESTAÇÃO DA CRISE E A NECESSIDADE
DE UM *TOURNANT CRITIQUE*, 125

1988 – UM *TOURNANT CRITIQUE*, HISTÓRIA E
CIÊNCIAS SOCIAIS: A CRISE DA
INTERDISCIPLINARIDADE, 126
A “DIALÉTICA DA DURAÇÃO” POSTA EM DÚVIDA, 128
R. CHARTIER: REDEFININDO OS TERMOS DA CRISE, 130
SERIA O RETORNO DO DIFÍCIL DIÁLOGO ENTRE A
HISTÓRIA E A FILOSOFIA?, 131
A VOLTA DA NARRAÇÃO, 134
O RETORNO DA BIOGRAFIA E DO EVENTO, 140

SOBRE A IDENTIDADE IDEOLÓGICA DOS ANNALES: A POLÊMICA E UMA HIPÓTESE, 147

ANNALES D'HISTOIRE ECONOMIQUE ET SOCIALE:
QUAL É A TENDÊNCIA?, 147

ANNALES E SOCIEDADE TECNOCRÁTICA, 148
ANNALES E MARXISMO, 152
ANNALES E DIREITA NACIONALISTA, 153
UMA HISTÓRIA NEOCONSERVADORA?, 155
UM NOVO MUNDO, LOGO UMA *NOUVELLE HISTOIRE*, 158
UM NOVO MUNDO, LOGO UMA HISTÓRIA ‘PÓS-ANNALES’, 162

ANNALES E MARXISMOS: “PROGRAMAS
HISTÓRICOS” COMPLEMENTARES,
ANTAGÔNICOS OU “DIFERENCIADOS”?, 165

INTRODUÇÃO: MODERNIDADE ILUMINISTA *VERSUS*
PÓS-MODERNIDADE ESTRUTURALISTA
E PÓS-ESTRUTURALISTA, 165
ONDE SITUAR OS ANNALES E OS MARXISMOS?, 170

Complementares, 173
 Antagônicos, 175
 “Diferenciados”, 185
CONSIDERAÇÕES FINAIS, 189

BIBLIOGRAFIA, 191

OS ANNALES: A RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E “UTÓPICA” DA HISTÓRIA PELA RECONSTRUÇÃO DO TEMPO HISTÓRICO

SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TEMPO HISTÓRICO E
CONHECIMENTO HISTÓRICO: UMA HIPÓTESE

As questões que guiarão nossa reflexão poderiam ser assim formuladas: o que diferencia, em profundidade, as diversas “escolas ou “programas” históricos? Qual a diferença profunda entre a história filosófica e literária, as escolas históricas metódica, historicista, marxista e dos *Annales*? O que seria uma “nova escola” em oposição a uma “escola tradicional”? Em que pode uma escola ser “nova” ou “ultrapassada”? Costuma-se definir essa diferença como uma “diferença de método”: novos objetos, novas fontes, novas técnicas, novos conceitos, novas instituições e obras e historiadores-modelo. Mas esses elementos acima, importantes, sem dúvida, para a definição do “novo” e do “ultrapassado” em história, não seriam apenas o lado mais visível do método? A diferença profunda que esses elementos revelam, e sem a qual não existiriam, não exigiria uma reflexão sobre o método também em maior profundidade? Eis a nossa hipótese, em uma primeira formulação: a base profunda de um método histórico é uma “representação do tempo histórico” e é esta representação que diferencia as diversas escolas e programas históricos. Os conceitos “tradicional”, “ultrapassado” e “novo” já revelam esse substrato temporal. Uma

escola histórica só pode se apresentar como “nova” se apresenta uma outra e original representação do tempo histórico. Optar por uma ou outra escola histórica não é meramente optar por objetos e técnicas ou obras-historiadores modelos. A justificativa da escolha é mais profunda: opta-se por um registro da temporalidade. Para sustentar essa proposta, e antes de tratar da inovação temporal que os *Annales* representaram, iremos a Heródoto de Halicarnasso, o descobridor do tempo dos homens.

Os gregos, os criadores da história, tinham um pensamento profundamente anti-histórico. Tanto a poesia épica, de Homero, quanto a filosofia que nasceu no século V a. C., não tratavam de eventos particulares e de personagens autênticos. A poesia épica, no lugar dos eventos, punha categorias; no lugar dos personagens reais, arquétipos. Ela produzia uma lembrança mítica, exemplar, atemporal. As ações humanas tornam-se modelos; os heróis são tipos. A lembrança é “poética” — é o artista que cria o exemplo e modelo das ações e personagens, sob a inspiração das musas. As musas contam ao poeta, em geral cego, o que foi, é e será. O poeta prefere não “ter visto”, mas “ter ouvido” diretamente das musas, que tudo vêm. A filosofia grega, por seu turno, irá se opor e articular-se ao mito, preservando dele o seu caráter anti-histórico. Para o filósofo grego, só o permanente é conhecível. O ser supralunar realiza um movimento circular, contínuo e regular, que revela a eternidade e não o tempo (Collingwood, 1981).

Anti-histórico, portanto, o pensamento grego mítico-poético e filosófico não trata do transitório, da sucessão, da mudança, do mundo sublunar, reino da corruptibilidade temporal. O seu olhar e atenção estão voltados para o eterno. O mito libertava-se do evento e da mudança, procurando manter-se na origem, no antes do tempo, buscando a eternidade no *presente intenso* do tempo sagrado do ritual, onde o atual reencontra a origem. A filosofia grega estava voltada para as idéias eternas, para os movimentos regulares, para o permanente supralunar, único cognoscível, objeto de “episteme”. Os filósofos não deixaram de refletir sobre as coisas humanas e realizaram reflexões inesquecíveis sobre a ética, a estética e a política, mas na perspectiva das “idéias eternas”. Para eles, o mundo temporal sublunar seria residual e desprezível, pois incognoscível e inabordável pela teoria. Enfim, o pensamento grego do século V a.C. era paradoxal: fundamentalmente anti-

histórico, criou a “ciência da história” (Collingwood, 1981; Momigliano, 1983).

A questão que intriga é: como pode esse pensamento do supralunar criar a “história, ciência do sublunar”? Isto é, um saber das ações humanas como resultado de uma investigação, de uma pesquisa e aspirando à verdade? A verdade não seria privilégio do supralunar e do seu conhecimento pela teoria? Como encontrá-la no sublunar e na narrativa de fatos particulares? Verdade e mudança, verdade e história não seriam termos excludentes? Como puderam os gregos criar uma ciência do que consideravam incognoscível, das ações humanas em suas mudanças, um “conhecimento verdadeiro” do devir? Como conhecer a mudança, o que é e não é? Para os filósofos, a história estava no mundo efêmero de ambições e paixões do qual a filosofia deveria libertar os homens. Eles preferiam Homero a Heródoto, o que falava do que “poderia acontecer” ao que tratava do “acontecido”. Para Aristóteles, a teoria era um discurso racional e atemporal sobre o universal — *episteme*. A poesia atendia às suas exigências epistemológicas melhor do que a história. Aristóteles desprezava a nova criação grega, a “ciência dos homens no tempo” e o seu criador, segundo ele, o “contador” (para muitos, o “mentiroso”) Heródoto. Para ele, os historiadores referiam-se a fatos acontecidos, particulares, e não ao universal, referiam-se à mudança e não à estabilidade e regularidade, e eram por isso epistemologicamente menos “sérios”. Os historiadores produziam um conhecimento residual sobre o residual — doxa, opiniões sem valor lógico sobre as coisas humanas que mudam. Seu conhecimento não seria demonstrativo e, portanto, não teria validade teórica (Momigliano, 1983; Hartog, 1986).

Em um contexto intelectual tão desfavorável, a criação da história por Heródoto no século V representou uma verdadeira *revolução cultural*. Em vez de evitar a mudança, o tempo, o historiador decidiu abordá-la. O historiador optou pelo sublunar, pela temporalidade, que, para ele, é o verdadeiro lugar da inteligibilidade da vida humana. Essa foi uma atitude inaugural, original, uma ruptura com a tradição mítica e filosófica. “Os homens no tempo”, os homens em sua vida particular e pública, com os seus nomes, iniciativas e valores, experiências e esperanças, em sua finitude, em sua historicidade, em suas mudanças — eis o novo objeto do novo conhecimento. Heródoto argumentaria contra Aristóteles: é pouco sério falar do vivido humano? Na verdade,

não é o vivido que interessa a um pensamento realmente sério? Sem desvalorizar a ficção e a poesia, a filosofia e a ciência, o vivido não é o que mais exige reflexão, análise e investigação? Eis a convicção de Heródoto e dos historiadores que então surgiam. A história foi a “ciência nova” das ações humanas no tempo. E um conhecimento fruto de uma investigação, de uma enquete, que tem a preocupação com a verdade, baseada em “testemunhos oculares” bem interrogados pelo historiador (Momigliano, 1983).

O poeta ouvia as musas; o historiador quer a “verdade” e interroga e ouve os que viram os fatos ou escreve sobre o que ele próprio viu. “Ver” é prioritário sobre o “ouvir dizer”. Diferente do mito e da poesia, o conhecimento histórico é escrito, o que permite a comparação, a correção de contradições, a incredulidade em relação ao fabuloso e maravilhoso. Conhecimento escrito do que foi visto, a história pretende dizer a verdade sobre o mundo dos homens. Ao contrário do mito, que é oral e impessoal, a história é escrita e pessoal. É o próprio historiador a garantia da verdade: a sua assinatura o torna responsável pelo que escreveu. Ele escreve na primeira pessoa e a “verdade histórica” confunde-se com a sua assinatura (Hartog, 1986).

Heródoto de Halicarnasso realizou, portanto, uma mudança epistemológica substancial: *ele quer acompanhar os homens em suas mudanças e realizar a sua descrição e análise*. A perspectiva do novo personagem cultural, o historiador, é a de que o homem é um ser basicamente temporal, finito, instável, histórico. Ele recusa a atitude contemplativa do que é eterno, fora do tempo, que é, para ele, o que de fato é inabordável e incognoscível. Para ele, inefável não é a singularidade histórica, mas a eternidade. A eternidade só é pronunciável como construção de homens históricos, que criam as suas utopias, manifestam o seu desejo de fuga da temporalidade. O historiador se interessa pela vida humana, em sua diversidade, em sua alteridade e diferença temporais. O que ele quer produzir é o “conhecimento da mudança”, uma descrição do transcurso dos homens finitos em sua experiência da finitude, que ele considera paradoxalmente o único apreensível e cognoscível.

Ao valorizar o passado, o historiador faz uma inversão em seu conceito. Para ele, o passado não é o que “não é mais”; ao contrário, ele é o que há de mais sólido na estrutura do tempo. O passado é existência conhecível; somente como “tendo sido” o vivido humano se dá ao conhecimento. O passado não seria uma queda no nada, mas, ao contrá-

rio, uma passagem ao ser: ele é a consolidação do ser no tempo, é duração realizada. Ele não é o que “não é mais”, mas o que “foi e ainda é”. E como tal é conhecível e é a única dimensão conhecível do mundo humano, em suas relações com o presente. O objetivo do historiador é mediar um diálogo entre “vivos” e “vivos ainda”. O que ele faz é conhecer, diferenciando-as, as durações humanas (Reis, 1994b e 1996c).

Heródoto valorizou o tempo dos homens e por isso fundou uma nova ciência. A partir dessa articulação entre “tempo novo e conhecimento novo”, em Heródoto, eis a segunda formulação da nossa hipótese sobre as relações entre *tempo histórico* e *conhecimento histórico*. Para mediar o diálogo entre presente/passado, para “diferenciar as durações humanas”, isto é, conhecê-las em sua historicidade e em seus próprios termos, para conhecer “os homens em suas mudanças perpétuas”, o olhar do historiador é estruturado por uma “representação do tempo histórico”. O conhecimento histórico só é possível no interior de uma concepção do tempo histórico. Essa “representação do tempo dos homens” teria para o conhecimento histórico uma função semelhante à ideia kantiana do tempo como “intuição *a priori*” do sujeito. Como a “intuição *a priori*” kantiana que põe o universo como exterior ao sujeito e o organiza como sucessão e simultaneidade, é a “representação do tempo histórico” presente no historiador que o leva a objetivar o mundo humano de uma certa maneira, a organizá-lo de um certo modo, a distinguir e selecionar certos objetos, a estabelecer determinadas técnicas, a construir determinados conceitos, a optar por certos valores, a organizar a ação e a inércia. É só nessa “representação do tempo histórico” que a realidade dos processos históricos é reconhecível e conhecível, tem sentido e significado.

Aparentemente, primeiro, é a percepção das experiências humanas que cria a representação do tempo histórico; depois, é essa representação que organiza a percepção das experiências humanas. Mas não é tão simples, pois a própria percepção só se daria no interior de uma representação do tempo, sem a qual nenhuma “ordem” ou “forma” ou “intensidade” ou “ritmo” poderia ser percebida. A representação do tempo histórico é a *condição subjetiva*, do historiador e da sua sociedade, sob a qual todas as experiências humanas podem se tornar inteligíveis. A história efetiva se realiza segundo certas representações da temporalidade. A percepção das experiências humanas não é jamais direta, imediata e muda, mas sempre articulada por uma “representa-

ção”, por um saber simbólico. O tempo histórico enquanto tal, em si, é uma abstração. Ele só existe em relação a uma época histórica determinada e a uma construção simbólica determinada. A vida também é uma abstração. A representação do tempo histórico é anterior à experiência da historicidade. Quando se vive e se age, fazem-se opções por valores, isto é, por uma certa periodização, por uma certa direção, por um certo passado e um certo futuro, por um determinado “modo de durar”. Quando se vive, essa experiência pressupõe uma representação anterior de uma linha temporal — circular, linear, cíclica, espiral, helicoidal, ramificada, estrutural ou uma combinação delas (Reis, 1994b).

Portanto, não se tem um tempo histórico anti-histórico, definido por uma teoria definitiva. Não se tem o “tempo histórico enquanto tal”, mas um “tempo histórico do qual se fala”. O tempo histórico não se dá ao conceito, à teoria, mas a uma representação histórica. Há representações históricas do tempo histórico. Ele não é exterior ao sujeito e à história, mas é a construção de sujeitos históricos em um dado momento da história efetiva. As representações do tempo histórico revelam as mudanças da sociedade e a sua eficácia depende de sua capacidade para acompanhar os desdobramentos dessa sociedade. Toda renovação em história, toda “escola histórica” realiza uma mudança profunda na representação do tempo histórico, apoiadas em mudanças ocorridas na história efetiva. É esta reconstrução que permite a renovação teórico-metodológica da história, pois é a partir dela que se distinguem novos objetos, que se formulam novos problemas e reformulam-se os antigos, que se constroem novas abordagens. Esta reconstrução oferece também uma nova visão do futuro, uma reorientação da ação e dos seus valores, isto é, oferece uma utopia.

Enfim, esta é a nossa hipótese, em sua terceira formulação, sobre as relações entre *tempo histórico* e *conhecimento histórico*: o conhecimento histórico só se renova, uma “nova história” só aparece quando se realiza uma mudança significativa na representação do tempo histórico. Heródoto só pôde fundar a história quando se separou do atemporal e valorizou epistemologicamente as mudanças do sublunar. O tempo histórico, portanto, parece-nos o centro e a base de toda reflexão sobre a pesquisa histórica. Muda-se a perspectiva sobre esse centro e base, uma outra história emerge, com novos historiadores, novos objetos, novas fontes, novas técnicas e uma nova utopia.

E, finalmente, em decorrência dessa hipótese geral, quanto aos Annales, eles só representaram uma renovação teórico-metodológica e “utópica” em relação à história tradicional porque teriam produzido, sob a influência das ciências sociais, uma nova representação do tempo histórico (Reis, 1994a).

O TEMPO HISTÓRICO DOS ANNALES

A principal proposta do programa dos Annales foi a interdisciplinaridade e as suas três gerações, apesar de suas divergências e descon continuidades, fizeram uma história sob a influência das ciências sociais. Entretanto, esta aliança entre história e ciências sociais seria uma proposta inexequível se não fosse sustentada por um novo olhar temporal. Esta interdisciplinaridade seria incompatível com a temporalidade “acontecimental”, do único, singular e irrepetível, linear, progressista e teleológica da dita história tradicional. Nós consideramos, portanto, que não foi propriamente a interdisciplinaridade a grande mudança epistemológica produzida pelos Annales, mas aquilo que a tornou possível: a nova representação do tempo. Criaram-se novas condições subjetivas para o conhecimento histórico. O historiador dos Annales abordou a história com um “novo olhar”, isto é, com uma nova representação do tempo histórico. Ao se aproximarem das ciências sociais, os Annales realizaram uma revolução epistemológica quanto ao conceito de tempo histórico, ou melhor, uma renovação profunda, uma mudança substancial na forma de sua compreensão, mas sem perder a sua ligação com o projeto inaugural de *Heródoto*: “*conhecer as mudanças humanas no tempo*”. Essa aproximação da história com as ciências sociais teria se dado em 3 momentos: 1ª) a história tomou conhecimento das ciências sociais que emergiam, da sua percepção do mundo humano com uma outra temporalidade; 2ª) os novos historiadores constataram a impossibilidade da cooperação interdisciplinar se mantivessem a mesma representação do tempo histórico tradicional; 3ª) os novos historiadores fizeram um combate no interior da disciplina histórica por uma nova representação do tempo histórico que tornasse possível a colaboração com as ciências sociais. A prática da interdisciplinaridade exigiu uma outra representação do tempo dos homens (Braudel 1969; Burguière, 1979).

As ciências sociais ofereceram, no início do século XX, uma abordagem do social que competirá com a abordagem histórica tradicional. Haverá uma tensão entre a milenar história e as novas ciências sociais. Parece-nos que o epicentro desse estremecimento estaria na representação do tempo humano. Na perspectiva das ciências sociais, a abordagem genética, sucessiva, idiográfica da história tradicional era inadequada para oferecer uma compreensão satisfatória da história do século XX. Elas não têm em grande conta o tempo calendário. E temem a aceleração da história efetiva produzida pela influência metafísica da filosofia sobre a história-conhecimento. As ciências sociais opõem-se à visão da história como a construção linear e acelerada do futuro, da utopia, da liberdade pois, para elas, uma abordagem especulativa da história é inválida e perigosa. A organização da vida humana a partir de um final tecnicamente inantecipável não é epistemológica e politicamente confiável. O sentido dos eventos não se dá a um conhecimento especulativo. Não se pode propor ações totais e imediatas a partir de uma consideração especulativa do final da história. Contra a abordagem teleológica, as ciências sociais preferirão uma “abordagem estrutural” do tempo histórico (Burguière, 1971; Pomian, 1988; Simiand, 1960).

Com o conceito de “estrutura social”, as ciências sociais querem submeter a sociedade à representação do tempo da física e da matemática. Elas buscam encontrar no mundo humano regularidades, estabilidades, reversibilidades. O tempo das ciências sociais não se refere à sucessão, à mudança, à assimetria passado/futuro, mas tende a abolilas em uma simultaneidade estrutural, o que era até então impensável e impossível para o mundo humano. É como se as ciências sociais quisessem, finalmente, atender à exigência grega do “conhecimento do universal” como critério do conhecimento epistemologicamente sério, científico. As ciências sociais querem a refundação do conhecimento do mundo humano atendendo às exigências epistemológicas do pensamento anti-histórico. No séc. V as ciências sociais estariam mais para Homero e Aristóteles do que para Heródoto. Talvez, Tucídides pudesse então ser visto como um dos seus precursores, pois ele também pretendia produzir uma história diferente da de Heródoto (Simiand, 1960).

Como refundadoras do conhecimento do mundo humano, as ciências sociais quiseram substituir a milenar história. Para elas, o conhecimento das mudanças humanas não só é impossível como irre-

levante, ou melhor, “pouco sério”. Os sociólogos durkheimianos foram agressivos em relação à “história historizante”. Lévi-Strauss é explícito quanto à precariedade de um “conhecimento das mudanças humanas”. Para eles, também no mundo humano, o tempo deve ser suprimido, pela busca do regular, do contínuo, do estável, do supralunar. As ciências sociais desconsideram a sucessão dos eventos, enfatizam menos as mudanças qualitativas e valorizam as transformações estruturais, que são como movimentos naturais na sociedade. Buscam na sociedade o que a física encontra na natureza: uniformidade, reversibilidade, homogeneidade, quantidade, permanência. O tempo das ciências sociais é anti-sucessão — ele enfatiza a simultaneidade, a reversibilidade, a interdependência dos eventos humanos. É um tempo anônimo, objetivo, quantitativo, coletivo, endurecido, que submete o mundo dos homens a uma lógica matemática. Esse olhar temporal das ciências sociais revela a sua orientação conservadora em qualquer de suas tendências. Seu objetivo é dominar o evento, que representa a mudança, a instabilidade do tempo humano. Elas surgiram contra a aceleração do tempo produzida pela modernidade revolucionária, contra a mudança brusca, barulhenta, nervosa, contra o sacrifício do presente pela implantação nele do futuro e vêm propor a desaceleração do tempo das sociedades. Elas querem tornar mais lenta ou até apagar a sucessão e propõem uma “simultaneidade atrasada” dos eventos: querem tornar o presente mais contemporâneo/solidário do passado do que do futuro. Seu objetivo é o de controlar a mudança social, tornando-a segura e previsível, gradual e harmoniosa, e evitar as acelerações revolucionárias que quebram as estruturas sociais e nada oferecem (Koselleck, 1990; Lévi-Strauss, 1971 e 1983).

O conceito de estrutura social desvitaliza o evento, desfaz a mudança substancial que revela mais intensamente a assimetria entre passado e futuro. Os estruturalistas mais radicais até eliminam o tempo histórico e a consideração da mudança, da passagem do passado ao futuro. A análise estrutural da sociedade, então, recupera a inspiração mitológica — a do tempo abolido em um eterno presente. Os eventos-choques são amortecidos quando integrados na estrutura social como elementos, que a transformam, mas não a mudam. O presente liga-se ao passado e o passado ao presente de tal forma que o passado se torna presente e o presente imuniza-se contra a sua sorte que é se tornar passado. Presente e passado ligados, abole-se a sua diferença e o que esta

representa: a temporalidade. A perspectiva estrutural das ciências sociais é “grega”, isto é, anti-histórica: recusa a sucessão, o vivido, o evento, o singular, enfim, a mudança, e propõe a simultaneidade, o sistema, o modelo, o formal, a abstração (Lévi-Strauss, 1971 e 1983; Boudon, 1969).

Eis a argumentação sobre o tempo histórico da lingüística, da sociologia, da antropologia, da demografia, da geografia humana, da economia, à qual os Annales das três gerações se mostraram sensíveis. E, para tornarem realizável a “troca de serviços” interdisciplinar, eles empreenderam a sua grande renovação reconstruindo a representação do tempo histórico da disciplina histórica. Sob a influência das ciências sociais, a história, antes, sob a influência metafísica da filosofia e da teologia, estudo exclusivo da sucessão dos eventos, da mudança, da assimetria passado/futuro, com um final universal conhecido antecipadamente, será obrigada a incluir em sua representação do tempo a permanência, a simultaneidade. Mas, mesmo aceitando essa influência das ciências sociais, os Annales mantêm o projeto de Heródoto: “descrever e analisar a mudança”. A estruturação da mudança, para o historiador, é uma forma de torná-la mais visível, mais analisável, controlável e conhecível. Os Annales, e Braudel em particular, construíram o conceito de “longa duração”, que ao mesmo tempo se inspira e se diferencia do conceito de “estrutura social” das ciências sociais. A “longa duração” é a tradução para a linguagem temporal dos historiadores da estrutura atemporal dos sociólogos, lingüistas e antropólogos. Na perspectiva da “longa duração”, o tempo histórico é representado como “dialética da duração”. Os eventos são inseridos em uma ordem não sucessiva, simultânea. A relação diferencial entre passado, presente e futuro enfraquece-se, isto é, a representação sucessiva do tempo histórico é enquadrada por uma representação simultânea. As “mudanças humanas” endurecem-se, desaceleram-se. Tornam-se comparáveis aos movimentos naturais e incorporam as qualidades desses: homogeneidade, reversibilidade, regularidade, medida (Braudel, 1969; Vovelle, 1982; Pomian, 1988).

Abordando o mundo humano com esta concepção do tempo histórico, os Annales mantêm uma postura modernizadora, mas mais cautelosa. Eles se oporão, assim como as ciências sociais, a todas as propostas de mudanças profundas e globais da sociedade, a partir de uma visão especulativa do futuro. Os Annales constatarem que “agir” (*faire*

l’histoire) e “conhecer” (*faire de l’histoire*) são atividades distintas, que não se recobrem. O conhecimento não narra o vivido tal como ele se passou, não é a sua consciência, mas diferencia-se dele. O conhecimento supõe distinção, objetivação do vivido. A realidade histórica não é transparente. Ela resiste à análise e à ação. Nem a sua análise e nem a intervenção podem ser realizadas de forma especulativa. Antes de se pretender agir sobre a realidade, alterando-a, provocando mudanças, forçando-a a passar ao futuro, é preciso conhecer as suas resistências, percebê-la como um “nó-górdio” de passado e presente. Desatá-lo com a espada, porque de acordo com a Razão, porque se conhece especulativamente o seu sentido, é produzir o drama, a tragédia (Reis, 1994a e 1996c).

Como um “nó-górdio-passado-presente”, a sociedade será considerada como coisa, *permanência, continuidade, inércia, repetição constante do mesmo, tendência à rotina e ao repouso do cotidiano*. Sem utopias finais, sem Razão absoluta final que a obrigue a acelerar-se. Este nó passado/presente deverá ser desatado como se desmonta uma bomba, isto é, de forma lenta, gradual, técnica, informada, serena e prudente. Senão, o drama, o barulho e o furor do evento. Não se pode optar pelo futuro já, pois este é desconhecido e inantecipável. Pretender implantar esse desconhecido no presente é sacrificar o presente e o passado, é fazer o horror da iniciativa sem peso, sem gravidade e densidade histórica.

Entretanto, se os Annales estruturam a mudança, eles não a abolem. A mudança é preservada em uma “dialética da duração”, isto é, ela é dialeticamente superada. Dessa forma, eles continuam o projeto de Heródoto e continuam historiadores, contra a atemporalidade da estrutura social. Mas, enquadrada pela longa duração, a mudança é limitada e não tende à ruptura descontrolada. A mudança sempre retorna ao chão do mundo conhecido e é incorporada. Quando, finalmente, após séculos, a mudança rompe com uma estabilidade estrutural, ela constitui um novo tipo de estrutura. No interior das estruturas, os movimentos cíclicos compensam-se e limitam-se, criando a reversibilidade, a continuidade. O evento pode até ter repercussões substanciais, mas sem romper com a estrutura que o sustenta e que o torna possível. Entre as estruturas, aparece a mudança profunda que altera o mundo histórico até então estabelecido e o tempo volta a ser devir e sucessão, irreversibilidade, descontinuidade. Entre as estruturas não há vínculo

evolutivo, progressivo, síntese qualitativa, teleologia. As estruturas se relacionam com uma lógica da alteridade, da diferença. O tempo estrutural dos Annales é uma “desaceleração cautelosa”, uma reação à aceleração revolucionária baseada em um conhecimento especulativo do sentido da história (Braudel, 1969; Koselleck, 1990).

Para as ciências sociais, a história não pode ser conhecida e sobretudo não pode ser produzida a partir de uma compreensão especulativa e revolucionária do tempo histórico. Sob a influência especulativa da filosofia, a história tornara-se ameaçadora: nacionalismos, racismos, imperialismos, etnocentrismos, xenofobias e a guerra era o que emergia e sem nenhum controle, embora se justificassem filosoficamente. Não se poderia mais pensar o tempo histórico de modo teleológico, um tempo utópico, linear, contínuo, irreversível e progressivo em direção à Razão. Era já o momento de se opor à ameaça da destruição planetária por essa concepção metafísica do tempo histórico. Para controlar esse tempo acelerado, a história deveria se tornar outra que a tradicional, por uma revisão radical da sua concepção do tempo histórico. Os Annales deram razão aos durkheimianos e geógrafos contra a história tradicional e empreenderam a reconstrução da história e do seu tempo.

Os principais autores dos Annales têm perspectivas diferentes sobre a renovação que produziram. O que os reuniria a todos, Febvre, Bloch, Braudel e os representantes da 3ª geração será a *perspectiva da longa duração, a tentativa de superação do evento, a partir da influência, das ciências sociais*, que permitiu a interdisciplinaridade. Mas, dentro dessa perspectiva comum, eles têm diferentes concepções da longa duração e da sua relação com o evento. Essa divergência interna, longe de ser um problema teórico, revela a complexidade do movimento dos Annales, a sua riqueza, a sua abertura às ciências sociais e à história efetiva do século XX, a sua recusa de sistemas e princípios *a priori*, dogmáticos, atemporais.

OS ANNALES E O CONHECIMENTO HISTÓRICO: A RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA HISTÓRIA

Ao incorporar a consideração da simultaneidade, que é a dominação da assimetria entre passado e futuro, a história tornou-se outra

que a tradicional. Ela mudou os seus objetos, mudou os seus historiadores, mudou os seus objetivos, mudaram-se os seus problemas disciplinares. Apareceu o que antes parecia não existir, quando a história era dominada por uma representação do tempo histórico sucessiva e teleológica — um mundo histórico mais durável, mais estruturado, mais resistente às mudanças —, as estruturas econômico-sociais-mentais. Nesse mundo, revelado pela inclusão da consideração da permanência no olhar do historiador, as ações humanas são percebidas como coletivas, inconscientes, anônimas, repetitivas; a documentação é involuntária, massiva, menos política e biográfica. O conhecimento histórico pode incluir a quantidade, o conceito, a análise, a problematização, pois não trata mais de um mundo histórico volátil, sustentado e suspenso por um final especulativamente antecipado, mas de um mundo histórico estruturado, durável, lento. A história, portanto, renovou-se teórico-metodologicamente de forma profunda a partir da reconstrução do tempo histórico pelos Annales.

Em primeiro lugar, houve uma revisão e reconstrução do conceito de homem, de humanidade, de história. Para os Annales, o homem não é só sujeito, consciente, livre, potente criador da história; ele é também, e, em maior medida, resultado, objeto, feito pela história. No tempo histórico dos Annales, há uma consciência opaca, inconsciente, que possui algumas características do tempo natural: constância, regularidade, repetição, ciclos, homogeneidade, quantidade, permanência e reversibilidade. Ao formularem o conceito de “longa duração”, inspirados no conceito de “estrutura social” das ciências sociais, os historiadores dos Annales realizaram uma novidade epistemológica: introduziram a abordagem da repetição, da permanência, em um conhecimento antes limitado à irreversibilidade e à mudança. Conceber a simultaneidade em história é pensar em “sucessão sem mudança”, em “repetição”. Os gestos sucessivos, por serem uma repetição, perdem as características do evento: irreversibilidade, novidade, mudança. Cria-se uma permanência sobre a qual se articulam mudanças mais ou menos lentas (Braudel, 1969; Vovelle, 1982; Pomian, 1988).

O que era impensável em história, a repetição, a permanência, a quantificação de movimentos reversíveis e regulares, a longa duração, enfim, torna-se a direção principal do olhar do historiador. Uma outra história começa a ser pensada, o que refletirá sobre a história que se produz. Um tempo histórico desacelerado, isto é, que inclui a simulta-

neidade, criará uma ação histórica planejada, cautelosa, com a sensibilidade da resistência dos processos objetivos aos projetos subjetivos. A ação não terá nenhum compromisso com um futuro utópico, conforme a Razão, mas com um presente utópico, com as suas crises e tensões sob controle. O historiador procurará constatar e reconstruir articulações de durações: mais lentas, mais ou menos lentas, mais ou menos rápidas, mais rápidas, mais ou menos breves, breves. A história desacelera-se, estrutura-se. Torna-se reversível, simultânea: *sucesso sem mudança, repetição*. Nem por isso o homem deixou de ser sujeito e de fazer a história. Ele apenas tomou conhecimento do seu lado feito, resultado, inconsciente, o que significou a ampliação da consciência e do seu poder de construção da história. Uma consciência que se sabe também inconsciente, opaca, não-transparente é paradoxalmente uma consciência ampliada. Os Annales não abandonaram o estudo da mudança. E se incluíram em sua perspectiva a permanência, foi para melhor conhecer e controlar as mudanças humanas no tempo (Reis, 1994a).

Com essa nova visão do homem e da história, sustentada pela sua inovadora reconstrução do tempo histórico, um 'outro homem' aparece na pesquisa histórica. *A história sofreu uma modificação profunda em seu campo de análise*. Dominada por um tempo teleológico, a história tradicional enfatizava a "história acontecimental": o homem aparecia na história política, das idéias, na biografia dos grandes líderes. A história tradicional era um "olhar a partir de cima": psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, visava ao particular, ao individual e ao singular, era legitimadora, partidária, comemorativa, uma narrativa justificadora do poder presente. Os historiadores dos Annales darão ênfase à região "não acontecimental" da história: ao mundo mais durável, mais estruturado, mais resistente à mudança, da vida material econômico-social e da vida mental. Nesse campo econômico-social-mental, o tempo histórico revela-se como permanência, constância, resistência, necessidade social. São ações coletivas, massivas, repetições dos mesmos gestos eficazes de produção, distribuição, troca e consumo, comportamentos inconscientes, normas, regras, símbolos e ordens sociais (Furet, 1982).

Os homens do campo econômico-social-mental permitem (deles) uma abordagem quantificada, analítica e problematizante. A história não será a narrativa de povos e indivíduos livres, produtores

de eventos grandiosos, que fazem avançar o espírito universal em direção à liberdade. Ela será a pesquisa, análise, teoria e cálculo, limitados em sua validade, de fenômenos necessários, repetitivos e massivos, que limitam a ação livre individual. Há fundamentalmente uma recusa da história política, das relações exteriores dos Estados nacionais, suas guerras, seus líderes, seus imperialismos. Na agitada realidade européia do século XX, as preocupações deixam de ser de ordem política e passam a ser de ordem econômico-social — uma questão de massas e quantidade, de produção e escassez, de estabilidade e crise, de controle e pacificação das forças desestruturadoras. Os Annales enfatizarão os condicionamentos econômico-sociais das ações e decisões individuais, a sociedade global e as massas, as condições materiais e não os projetos individuais, subjetivos e ideológicos. Influenciada pelas ciências sociais, a história visaria antes àquilo que os homens não sabem que fazem e não aos seus planos declarados, suas causas edificantes, suas crenças libertárias. Aliando-se às ciências sociais, a história renovada dos Annales encontra um novo campo de pesquisa, amplo e diversificado (Furet, 1982; Vovelle, 1982).

Para abordar essas realidades humanas, *a história teve de se renovar quanto às técnicas e métodos*. A renovação dos objetos exigirá a mudança no conceito de fonte histórica. A documentação será agora relativa ao campo econômico-social-mental: é massiva, serial, revelando o duradouro, a longa duração. Os documentos referem-se à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, às suas crenças coletivas. Os documentos não são mais ofícios, cartas, editais, textos explícitos sobre a intenção do sujeito, mas listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários. A documentação massiva e involuntária é prioritária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes. Os Annales foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas. Eles usavam escritos de todos os tipos; psicológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos. Utilizaram de maneira ousada e inovadora a documentação e as técnicas das diversas ciências sociais: *da economia*, arquivos bancários, empresas, balanços comerciais, documentos portuários, documentos fiscais, alfandegários; *da demografia*, registros paroquiais, civis, recenseamentos; *da antropologia*, os cultos, os mo-

numentos, os hábitos de linguagem, os livros sagrados, a iconografia, os lugares sagrados, as relíquias, os gestos e as palavras miraculosas, a medicina popular, as narrativas orais, os processos da inquisição, os testamentos, o vocabulário, o folclore, os rituais; *do direito*, arquivos judiciais, processos criminais, arquivos eleitorais, correspondências oficiais, a legislação; *da arqueologia*, eles continuarão a utilizar as cerâmicas, tumbas, fósseis, paisagens, conjuntos arquiteturais, inscrições, moedas. As técnicas para o tratamento dessas fontes: teorias econômico-sociais, a informática, a reconstituição de famílias, a análise estatística, modelos, inventários, a lexicografia, a fotografia aérea, a fenologia, a dendrocronologia, o carbono 14, a genealogia, o microfilme, o gravador, a filmagem etc. (Dosse, 1987; Burke, 1990; Le Roy Ladurie, 1973).

O arquivo do historiador renovou-se e diversificou-se. E as técnicas de processamento tornaram-se mais sofisticadas e complexas. Agora, a história poderá ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo. Não é possível mais dividir a história em pré-história e história, baseando-se na inexistência de documentos escritos na pré. O historiador que estuda a difusão de uma cerâmica neolítica, sustenta Febvre, faz história exatamente como aquele que trabalha com uma fonte estatística moderna (Febvre, 1965).

Essa abertura e ampliação do campo dos objetos, das fontes e técnicas históricas, estão associadas à *inovadora proposta teórica da história-problema*. O historiador não estaria mais submetido à tirania da heurística. Se para Langlois e Seignobos “sem documentos não há história”, para os Annales, “sem problema não há história”. É o problema e não a documentação que está na origem da pesquisa, isto é, sem um sujeito que pesquisa, sem o historiador que procura respostas para questões bem formuladas, não há documentação e não há história. É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. O fato histórico não está presente “bruto” na documentação. O historiador não é um colecionador e empilhador de fatos. Ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. O fato histórico não é “dado”, assim como o passado

não é “dado”. O passado e o fato histórico “dados” não engendram o historiador e a história, mas é o historiador em seu presente que interroga o passado e constrói os dados necessários à prova de suas hipóteses. O historiador constrói os seus fatos e não os recebe automática e passivamente dos documentos. A realidade do passado não é fixa e definitiva. Ela seria como uma “imagem de holograma”: dependendo do ângulo e da incidência da luz, a imagem do passado muda. “Ângulo” e “incidência da luz” significam que é o sujeito com seus problemas e orientação teórica que “faz aparecer” uma nova imagem do passado. A realidade histórica é apreendida pelo sujeito, não através de *a priori*, intuitivos, inverificáveis e incomunicáveis, mas através de problemas e hipóteses, através de conceitos, que devem ser verificados pela documentação rigorosamente criticada (Vovelle, 1982; Furet, 1982).

Portanto, a grande renovação teórica propiciada pela reconstrução do tempo histórico pelos Annales foi a história-problema. Ela veio se opor ao caráter narrativo da história tradicional. Ela veio reconhecer a impossibilidade de se “narrar os fatos tal como se passaram”. Reconhece-se que não há história sem teoria. A pesquisa histórica é a verificação de respostas-hipóteses possíveis a problemas postos no início. Nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente. Ele explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se apagar na pesquisa, em nome da objetividade. Ao contrário, exatamente para ser mais objetivo, o historiador “aparece e confessa” seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e os modos como as utilizou e, sobretudo, a partir de que lugar social e institucional ele fala. O historiador escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. A partir da posição do problema, o historiador distribui as suas fontes, atribui-lhes sentido e organiza as séries de dados que ele terá construído. O texto histórico é o resultado de uma explícita e total construção teórica e não o resultado de uma narração objetivista de um processo exterior organizado em si pelo final. A organização da pesquisa é feita pelo problema que a suscitou; este vai guiar na seleção dos documentos, na seleção e construção das séries de eventos relevantes para a construção de hipóteses. Rompendo com a narração, a história tornou-se uma empresa teórica, que segue o caminho de toda ciência: põe problemas e levanta hipóteses e demonstra-as com

uma documentação bem criticada e com uma argumentação conceitual rigorosa. Ela não é mais orientada por valores transistóricos ou uma narração da chegada final e triunfal da Razão (Furet, 1982; Mas-sicotte, 1971).

Febvre define essa *história intelectualista*, esta história teórica, como um estudo “cientificamente conduzido”. Essa história conceitual, problematizante, analítica, é uma inquietação permanente, que repõe em causa, de forma racional e metódica, as “verdades tradicionais”. Essa nova história reabre constantemente o passado, em vez de reconstituí-lo definitivamente. Ela retoma-o, remaneja-o, rediscute-o, estimulada pelas experiências do presente, que é sempre novo e exige, para se pensar, a reabertura constante do passado (Febvre, 1965).

A história conduzida por problemas e hipóteses, por construções bem elaboradas e explícitas, representou a mais profunda renovação teórica da história. O historiador mudou de posição e de disposição: se antes ele era proibido, em tese, de aparecer na pesquisa, o que é uma interdição impossível de ser cumprida, agora, ele é obrigado a “aparecer” e a explicitar a sua estrutura teórica, documental e técnica e o seu lugar social e institucional. Como empresa racional de pesquisa, a história pode atingir algum grau de “intersubjetividade”. A comunidade dos historiadores é capaz de acompanhar e controlar as pesquisas históricas múltiplas, pois foi posta a par dos pressupostos, dos documentos e seus meios de processamento, sabe o que o pesquisador quis demonstrar e onde ele pode chegar. A história deixou de ser uma empresa intuitiva, fundamentada em *a priori*s indemonstráveis e passou a ser “comunicável”, criando-se assim as condições de uma “intersubjetividade”. Mesmo na discordância dos pontos de vista e dos resultados das pesquisas, é possível o diálogo entre os pesquisadores, pois cada um sabe o que o outro pretendia e o que ele conseguiu ou não conseguiu e o que ele deveria fazer para conseguir o que queria ou o que o impediu, ainda que atingindo o seu objetivo, que seus resultados fossem divergentes ao de outras pesquisas. Um estudioso norte-americano de Braudel, H. Hexter, considera a história-problema próxima da matemática — ela tem a elegância de uma demonstração! (Hexter, 1972).

A possibilidade da história-problema liga-se estreitamente à reconstrução do tempo histórico produzida pelos Annales. Essa inovação teórica depende de uma anterior reconstrução da representação do

tempo histórico. A representação teleológica do tempo histórico é compatível com a história-narrativa e incompatível com a história-problema. Primeiro, não sendo mais movida pelo fim, mas articulação de permanência e mudança, a *história não é mais representada como um progresso*. A história não realiza valores transcendentais. Ela não possui um sentido/direção final antecipável. O desdobramento do tempo não é uniforme, linear, homogêneo. Há tempos múltiplos, observados nos processos mesmos e reconstruídos pelo historiador. As sociedades e cada uma delas vivem em ritmos distintos e o seu presente não é centrado, mas uma coexistência tensa de durações múltiplas. O historiador reconstrói essas durações, coordena-as através do tempo representado, modelos e conceitos. O vivido e o seu conhecimento não se recobrem; eles se separam. O tempo é uma realidade dada nos processos humanos concretos, mas não pode ser apreendido em si e não pode ser conhecido especulativamente. Nem percebido imediatamente e nem antecipável especulativamente, o tempo histórico só pode ser reconstruído teórica e formalmente. A reconstrução não se confunde com o vivido e não o legitima. Há dois tempos: o real e o pensado, o vivido e o reconstruído. São esferas diferentes que dialogam e não se recobrem e não se legitimam reciprocamente. A pesquisa histórica conduzida por problemas é uma “reconstrução temporal”, que polemiza com o passado-presente, mas não chega a “reconstituí-los” tal como se passaram. O conhecimento histórico não coincide com o seu objeto e nem é conduzido por um “dever ser” final, por valores. O conhecimento histórico constrói e tematiza o seu objeto, formula problemas e hipóteses, sob a influência do presente, sem se referir a valores teleológicos (Furet, 1982).

Segundo, há uma *outra periodização* — ela é agora temática e definida pelo problema a ser tratado. As periodizações demográfica, econômica, social, lingüística e antropológica não são grandes cortes na história da humanidade, mas uma flutuação cíclica no interior de uma estrutura. Na sucessão visível, nas durações reais, o conceito as diferencia e articula. O tempo real torna-se pensável conceitualmente. É uma periodização que toma o passado em suas durações múltiplas para torná-lo abordável e inteligível (Pomian, 1988).

Terceiro, há outra *relação passado-presente*: são diferentes que dialogam; entre eles, há uma relação de interrogação recíproca. O presente não continua e nem é superior ao passado; é “outro”. O método

retrospectivo não leva o historiador à busca das “origens”. O historiador vai do presente ao passado e retorna do passado ao presente. Passado e presente se determinam reciprocamente. O passado só é apreensível se se vai até ele com uma problemática sustentada pelo presente. O historiador não pode ignorar o presente ao qual pertence — deve ter a sensibilidade histórica do seu presente e interrogar o passado a partir dele. Ele faz o caminho do mais conhecido, o presente, ao menos conhecido, o passado. O presente tem um interesse vivo pelo passado: quer se compreender como continuidade e diferença em relação a ele. A história enquanto “conhecimento dos homens no tempo” une o estudo dos mortos ao dos vivos. Evita-se assim a vinda mecânica do atrás para a frente e evita-se também a busca das origens, que leva a uma retrospectão infinita, que exclui definitivamente o presente da perspectiva do historiador. Esse método regressivo sustenta a história-problema: temática, essa história elege, a partir das tensões vividas no presente, os temas que interessam a esse presente, problematizando-os e tratando-os no passado, trazendo informações para o presente, que o esclareçam sobre a sua experiência vivida (Bloch, 1974).

Na história-problema, o historiador torna-se o “mediador de um diálogo”, de um debate entre os homens passados, cuja presença torna-se mais viva, e os homens do presente, que se tornam menos solitários e desprotegidos. Esse diálogo promovido pelo historiador oferece aos homens do presente uma interlocução, um conforto, uma melhor localização de si no tempo, o sentido específico da diferença, da alteridade e da identidade. Aos homens do passado, este diálogo oferece a esperança de sobreviverem à sua finitude. Finalmente, e estamos sempre sugerindo *hipóteses*, a reconstrução do tempo histórico pelos Annales também serve, como todas as outras escolas históricas serviram, à “evasão do tempo”, à administração da intolerável experiência da finitude (Reis, 1994b e 1996a).

“DIALÉTICA DA DURAÇÃO” E EVASÃO: A “UTOPIA DOS ANNALES” — UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

Por que os historiadores dos Annales se deixaram influenciar pelas ciências sociais e reconstruíram o tempo histórico inspirados

no seu conceito de “estrutura social”? Por que a tese da “estrutura social”, da “longa duração”, da “dialética da duração”, da “superação do evento” pode ser formulada no século XX, na Europa, particularmente, na França, e obteve tanta repercussão? Nossa hipótese: porque toda *representação do tempo histórico*, além de sustentar um conhecimento histórico mais adequado a uma época, além de propor uma concepção do homem e da história, dos objetos, fontes, técnicas e métodos dos historiadores, oferece também uma “utopia”, um caminho de paz, de repouso da consciência, de estabilidade e tranquilidade, de relação íntima com a eternidade. Assim, a reconstrução do tempo histórico pelos Annales, além de promover uma renovação teórico-metodológica da história ofereceu também uma nova forma de “evasão”, de “administração feliz” do vivido. Como toda representação do tempo, a “dialética da duração” dos Annales oferece também uma proteção contra a descontinuidade, contra o desconhecido, contra a finitude, contra a corrupção temporal. A dialética da duração é a proposta de uma “utopia social”, de um modo seguro e sereno de fazer e viver a história (Eiade, 1969; Weber, 1986; Alquiê, 1990).

Nas sociedades arcaicas, o mito oferecia a abolição do tempo transcorrido pelo reencontro com a origem, pelo retorno do atual ao antes do tempo, através do tempo sagrado do ritual. A filosofia grega preferia desprezar o sublunar caótico e contemplar o cosmos supralunar; os cristãos vêem na dispersão dos eventos e na finitude a Presença de Deus e esperam a “salvação”, o retorno à eternidade; os filósofos iluministas e revolucionários, do século XVIII ao século XX, esperam que os homens se salvem por suas próprias mãos e ainda no tempo, rompendo com o passado e construindo a sociedade moral, justa e livre, conforme à Razão. Todas essas estratégias de evasão tornaram-se perigosas ou frágeis no século XX, isto é, *ineficazes*. A nossa hipótese é que as ciências sociais e os Annales representaram uma nova forma de busca da “salvação”, ou seja, da estabilidade e harmonia utópicas. As “estratégias de fuga” da história são diferentes, mas o objetivo é o mesmo: o controle da mudança brusca, o controle da alteridade e irreversibilidade pela suspensão do devir e a construção da permanência, da identidade, da paz. Uma continuidade vem apagar o terror da dispersão e da descontinuidade, trazida pela sucessão dos eventos, pela mudança sem controle. O conceito de “evasão” não tem

o sentido negativo de uma “fuga”, desenfreada e cega, mas exprime o meio criado para se fazer face à experiência da temporalidade, atribuindo-lhe um sentido. As estratégias de evasão sucedem-se e convivem: as mais recentes não invalidam as anteriores (Reis, 1994b; Domingues, 1996).

A “história estrutural” do século XX também busca satisfazer a este desejo de “evasão”, isto é, procura construir a esperança utópica. Ela não buscará nem o instante eterno, nem a reversibilidade circular, nem a linha escatológica, nem a linha utópica, mas propõe a eternidade da “estrutura”: uma linha longa, sem vetor, nem escatológica e nem utópica, interrompida no início e no fim, no interior da qual há repetição, uma sucessão sem mudança ou com mudança reversível, que cria a confortável, aconchegante, sensação de identidade, de eternidade, de Presença. A “estrutura social” das ciências sociais e a “longa duração” dos Annales seriam a versão do século XX da reversibilidade, que protege contra o novo, a alteridade, a mudança, a finitude. Isso porque toda representação do tempo além de produzir meios de conhecer a história, para dominá-la, oferece também a representação do seu significado, da sua direção, do seu sentido, uma “utopia”.

Nossa hipótese é que essa utopia das ciências sociais e dos Annales foi construída porque, no século XX, o que marcou a Europa, e a França em particular, foi a experiência da derrota! A história da Europa e da França, no século XX, foi assinalada pela experiência dramática do grande evento: a finitude! A história dos Annales procura organizar, racionalizar o inesperado, o intolerável. A reconstrução do tempo histórico dos Annales encontra a sua razão e necessidade nesse presente vivido francês e europeu. Febvre, Bloch e, sobretudo, Braudel pós-45 procuraram elaborar a “estranha derrota”! Em Braudel, essa reconstrução tornou-se mais lúcida e complexa. Foi nesse contexto de derrotas militares, políticas e individuais dos chefes políticos que se elaborou o tempo histórico desacelerado e que desconfia de militares, políticos e grandes indivíduos. A aceleração moderna da história significou a produção ansiosa de eventos, radical e sem limites, e produziu o maior evento do século XX: o fim da Europa como centro da grande história! A Razão que visava a sua expressão absoluta viu-se face a face com o seu limite. Esse é o evento a ser “dialeticamente superado”, isto é, reconstruído, organizado, racionalizado, para que ganhasse sentido e se tornasse reconhecível e

pensável. Como pensar e reconhecer um tal evento? Eis a questão a ser enfrentada!

A aceleração da história iniciada no século XVIII com a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas desembocou no século XX na derrota da Europa pelo Atlântico e pelo Leste. Após séculos de domínio incontestável, de conquista e aculturação do mundo, a Europa saía ou passava a dividir a cena central. A finitude chegou ao Espírito Absoluto e de forma concreta e brutal. Quanto à França, ela conheceu os seus limites no final do século XIX, reconheceu-os em 14/18 e teve-os confirmados em 39/45. A França, soube-se pela 3ª vez, era mortal! Por seu turno, a Espanha já não era Imperial e a “Geração Espanhola de 1898”, composta por homens como Miguel de Unamuno, Angel Ganivet, José Martínez Ruiz (Azorin), ruminava misticamente a sua derrota (Mann, 1971). A Alemanha e a Itália tentaram vencer as suas próprias limitações impondo-se às potências decadentes da Europa e aos seus impérios. Antes de serem devastadas, devastaram! Se a Inglaterra venceu e sobreviveu é porque foi a criadora e sempre aliada do Atlântico — ela via e era vista pelo continente com suspeição.

No século XX, portanto, a Europa perdeu a hegemonia mundial, perdeu as suas nações mais potentes, seus impérios mais vastos, por meio de guerras internas e externas e conheceu a lei absoluta do tempo: há um momento em que o que parecia eterno, termina. E quanto mais absoluta e eterna parece ser uma realidade histórica, mais violenta e brutal precisa ser a escalada de eventos que a destrói. O tempo aparece feroz e indiferente. Após 1945, os grandes poderes mundiais são vários e outros. A história era concebida de modo mais simples, quando a Europa era o único centro da história. Podia-se até pensar em um tempo universal, contínuo, linear, em direção à liberdade absoluta da humanidade, sob a liderança da Europa. No século XX, a história tem outros centros e as suas direções são duramente negociadas. A história do século XX é muito mais complexa: as revoluções soviética e chinesa, os movimentos de independência das colônias européias, com suas respectivas revoluções internas pelo controle do novo poder, as crises do capitalismo, que levaram a movimentos violentos de maior ou menor dimensão etc. O século XX foi uma torrente de eventos dramáticos que puseram fim ao poder absoluto dos conquistadores europeus (Dosse, 1987; Burke, 1990).

Sob o terror de tais eventos, brevemente evocados, o tempo histórico dos Annales elaborou-se e venceu. Ele não teria vencido se não fosse também uma estratégia consistente na administração-evasão desses eventos. Ele venceu porque possibilitou aos europeus reconhecerem, no dia seguinte, a sua nova condição e começassem imediatamente a reconstrução da sua Europa. Após 45, a derrota da Europa estava consumada. Entregue a fins múltiplos e poderosos, a aceleração do tempo que levava àquele resultado dramático poderia, se prosseguisse, levar ao fim do próprio planeta e da humanidade. Era preciso, então, desacelerar a história, vê-la de outro modo, isto é, desestimular a produção de eventos, sobretudo os produzidos pela enorme força material das massas. As massas, o novo poder emergente, deveriam ficar fora da produção do evento. Elas deveriam ficar confinadas à sua “vida material”, sem acesso ao evento, à produção da história (Furet, 1982).

O tempo histórico dos Annales é revolucionário porque rompeu com o tempo revolucionário da modernidade; eles puseram fim a uma fase de aceleração e inauguraram uma outra de desaceleração. Os maiores nomes dos Annales escreveram as suas obras pressionados por aqueles eventos, sem notas ou livros, prisioneiros em um campo de concentração e combatendo contra poderes totalitários e racistas. Pirenne, Bloch e Braudel conheceram os limites da ação individual. Eles assistiram prisioneiros ou clandestinos aos eventos. Eles elaboraram o seu tempo histórico com base nesse lugar, isto é, um lugar que conhece os limites da ação e os riscos de uma ação que não considera os seus limites — a destruição, a violência, o genocídio. Os Annales produziram uma “contemplação do tempo imperioso do mundo”. Distanciados à força dos eventos, eles também desejaram distanciar-se deles. Há uma recusa afetiva do evento, próximo do desejo mítico e religioso da “salvação”. A sua estratégia de evasão do tempo histórico é distanciar-se do evento nervoso, barulhento, traumático, que é a experiência do limite. Eles olham-no de longe e do alto, para verem-no melhor e sentirem menos. Contra o calor excessivo dos eventos, infernal, eles aspiram à paz de uma longa duração, bem material e natural. Eles desejam a imobilidade de um tempo espacializado, extenso, sem singularidades e intensidades, eventos que mais quebram e atortentam do que realizam o que pretendem. Eles aspiram ao repouso de um tempo harmonioso, harmonia construída pela articulação dialética da multiplicidade dos tempos (Reis, 1994b).

Nada como a derrota para alimentar a nostalgia da “vida cotidiana”, daquilo-que-se-fazia-todos-os-dias, de uma estabilidade próxima à da natureza, da vida rotineira e previsível do pré-guerra. O tempo histórico dos Annales é uma racionalização da finitude, um distanciamento da mudança sem controle, assustadora. E uma visão sábia da história, “oriental”, com um sorriso místico nos olhos, compreendendo e aceitando a finitude. É um momento de revisão do passado, de mudança de posturas e atitudes diante de si e do outro. Uma Europa/França pós-colonial, pós-imperial, pós-iluminista, pós-moderna tem a tarefa de se reconstruir reinterpretando-se, tomando-se como “problema” e produzindo “soluções” diferentes das tradicionais e mais eficazes. Entretanto, a derrota parece ter feito bem à Europa! Ela passou a exercer o seu novo poder de modo mais brando, mais respeitosa em suas relações com o mundo que invadira, conquistara e agora perdera. Ela está mais atenta e interessada na “multiplicidade dos mundos históricos”. O eurocentrismo que a alimentara e legitimara toda a sua violência conquistadora e civilizadora foi posto em seus limites. Derrotada, a Europa tornou-se uma liderança mais lúcida e mais afável, mais aberta ao diálogo, mais sensível à derrota alheia, aos sofrimentos e decepções do outro. A Europa abriu-se à alteridade ao conhecer o seu limite. Os excluídos do mundo ocidental, os povos ditos primitivos e os povos não-europeus, em geral, foram considerados e respeitados em sua alteridade, em sua temporalidade singular. O eurocentrismo chegou ao seu limite.

Os Annales procuraram refletir sobre esta nova posição descentrada da Europa no mundo, traduzindo-a em “problemas”, racionalizando-a, fazendo-lhe face, evitando o ressentimento estéril. Eles procuraram oferecer as soluções mais eficazes a essa nova situação. Os Annales fazem a história da Europa vencida e da França vencida entre 14/45 visando a sua reconstrução. Sua história ensina a cautela, a prudência, a necessidade de controle da mudança febril, descontrolada, e os riscos de um conhecimento histórico especulativo, subserviente, otimista, legitimador, cortesão dos líderes políticos. O conhecimento histórico tem pretensões mais técnicas, mais objetivas e não pretende mais legitimar o expansionismo dos líderes políticos nacionalistas. A história quer oferecer informações objetivas para a reorganização, a reconstrução da paz. A obra histórica mantém uma relação indireta com o presente/passado vivido: *faire de l'histoire*

não é o mesmo que *faire l'histoire*. O tempo da pesquisa é diferente do tempo vivido: não pretende reconstituí-lo, mas reconstruí-lo. A obra histórica é o resultado de operações intelectuais de corte, medida, quantificação, numeração, datação, mapeamento, tabelamento, conceituação, modelização, problematização. É um conhecimento marcado pela não-adesão, pela não-legitimação do vivido, pela neutralidade em relação a valores.

O conhecimento histórico não quer estimular e legitimar a produção de eventos, mas controlá-los, dominá-los e até evitá-los. A pesquisa histórica considera o futuro com extrema cautela, evitando toda especulação apriorística e sistemática. O futuro é objeto ainda de espera e de ação, mas racional e tecnicamente informada e planejada. “Dominar a história” é conhecê-la empiricamente e planejá-la, controlando as crises, os ciclos de baixa e a fricção dos eventos. Trata-se de um controle técnico do vivido, que permite a ação segura. O evento é submetido a conjunturas e permanências que o enquadram. A história concebida como “dialética da duração” possui “suspensão” e absorve o impacto dos eventos. Procura-se articular mudança e continuidade em uma “oscilação feliz”.

A “dialética da duração” que funda a “utopia” dos Annales lembra a reflexão de Bachelard sobre a “ritmanálise”: *durar bem* é conhecer os seus ritmos e não se opor a eles; é durar em sintonia com eles e entregar-se às suas flutuações. *Durar bem*, para os Annales, é conhecer e acompanhar as oscilações do “tempo imperioso do mundo”. O historiador procura organizar o vivido ao mesmo tempo reconhecendo as suas durações múltiplas e planejando-o. Os Annales não propõem mais o sacrifício do presente em favor do futuro utópico. Eles propõem a construção de uma *utopia viável no presente*, que seria a construção de uma “oscilação feliz” pelo reconhecimento, planejamento e controle dos eventos e conjunturas do vivido (Bachelard, 1980).

A metáfora de Bachelard para esclarecer as relações entre o *conhecimento histórico* e a *utopia no presente* é a música. Segundo ele, as notas musicais são durações sonoras caóticas. E o pensamento que constitui com elas uma melodia harmoniosa. É ele que corta, recorta e faz um todo rítmico que conforta, consola, oferece repouso. O historiador dos Annales faria o mesmo que um maestro: este correlaciona instrumentos e os faz sustentarem-se reciprocamente e conduzirem-se

uns aos outros. Mas, sem ritmo de base ao qual todos se refeririam. Uma obra de história dos Annales é como uma orquestra: uma ilusão de continuidade, uma duração construída com durações vividas múltiplas e divergentes. A obra de história é como uma ilusão de sentido contínuo. O objetivo é o mesmo: sair da dispersão, da dissonância, do não sentido, evadir do terror do evento que aparece quando ocorre um som impossível de ser articulado e de se fazer consoar.

Enfim, dominados pela experiência furiosa e dramática dos eventos do século XX, os Annales querem oferecer à Europa, à França e à Humanidade, que poderia ter um futuro parecido, uma representação do tempo histórico que enfatize a continuidade estrutural contra a mudança ou que absorva em uma longa duração o evento desestruturador. Para eles, os homens não tendem à mudança, não são fascinados pelo futuro, pelo desconhecido. Eles não apreciam mudar. O que eles apreciam é continuar, permanecer no ser — eles querem levar o passado ao futuro, apagar a sua diferença e assimetria, para evitar o atrito, o barulho, a tensão, o desconforto da mudança. Os homens preferem viver em um mundo reconhecível, sem planos, reflexões e decisões, inovações e fraturas. Eles preferem morar, demorar em sua vida rotineira, pacífica, eterna. A própria noção de sociedade, de tempo coletivo, já revela o esforço dos indivíduos em criar a estabilidade, em vencer a sua condição efêmera. Social-econômico-mental, o mundo humano é sólido, permanente, estruturado: coeso, compartilhado, involuntário, inconsciente, repetição dos mesmos gestos, palavras, atitudes. Há uma resistência ao futuro: passado e presente unem-se, endurecem-se, resistem ao futuro. A vida ganha datas amplas; ela ainda muda, oscila e agita-se, mas no interior de limites, beiradas, bordas, molduras largas... (Reis, 1996c).

A representação do tempo histórico dos Annales como “evasão”, como “utopia”, portanto, teria um triplo aspecto: é uma *evasão afetiva*, pois desejo de estancamento do tempo, de seu fluxo irreversível, em uma “espacialização da mudança”; é uma *evasão intelectual*, pois não quer reviver, coincidir, reconstituir e legitimar o passado-presente vivido, mas reconstruí-lo, problematizando-o, a distância e neutramente, para produzir uma intervenção segura, que controle o evento desestruturador; é uma *evasão filosófica, humana*, pois, na experiência inquietante da finitude, busca algo como a “salvação”, a permanência no ser, a Presença, o repouso da consciência, a paz, a eternidade.

1900-1929

O DEBATE FUNDADOR DOS ANNALES — HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

No início do século XX, as ciências sociais são uma novidade na ordem do saber. Elas serão possíveis graças à “crise do sujeito”, que lançou o homem entre os objetos da ciência ou, senão da ciência, de um discurso objetivante. O homem deixou de ser considerado pelo pensamento como “sujeito” e tornou-se “objeto”. Antes, portanto, de analisar a concretização da *nouvelle histoire* na revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, em 1929, será preciso considerar as condições que a possibilitaram, isto é, o debate intelectual ocorrido na passagem dos séculos XIX e XX entre sociólogos, geógrafos e filósofos contra os “historiadores tradicionais”. Antes de considerarmos as iniciativas de L. Febvre e M. Bloch no domínio da história, será preciso examinar as bases teóricas dessas iniciativas, que foram construídas fora do domínio da história. O projeto original de uma *nouvelle histoire* não partiu de historiadores, mas de sociólogos durkheimianos. Ao adotarem o ponto de vista desses sociólogos, traduzindo-os para o discurso histórico, os historiadores dos *Annales* romperam com a influência até então predominante da filosofia sobre a história. A *nouvelle histoire* representou, portanto, uma ruptura com a influência da filosofia sobre os estudos históricos e a opção pelo apoio teórico das novas ciências

sociais: o homem deixou de ser considerado como “sujeito”, “consciência” e “produtor da história” para tornar-se “objeto”, “inconsciência”, “produto da história”, embora essa sua condição de “objeto” nunca se radicalize entre os historiadores dos *Annales*, sendo apenas uma orientação geral da pesquisa.

A “história científica” do século XIX, embora tenha-se esforçado para escapar-lhe, continuava ainda sob a influência da filosofia. Durante o século XIX, essa “ruptura com a filosofia” foi tentada pelos positivistas e marxistas, principalmente. Os positivistas procuraram inspirar-se nas ciências naturais; os marxistas foram fundadores do novo ponto de vista das ciências sociais, mas, em certas tendências, também aceitaram o modelo das ciências naturais. Os historicistas tentaram mais “controlar” do que romper com a influência da filosofia. Apesar de terem oposto o evento, a singularidade dos processos históricos, à predominância de princípios intemporais, as perspectivas “historicistas” continuaram *cronosofias*, onde os eventos só obtinham sentido pela sua inserção em continuidades subjetivamente construídas. (Sobre o conceito de “cronosofia”, ver Pomian, 1984, p. V e ss.) A “história metódica”, dita positivista, era ainda uma filosofia da história dissimulada; a “filosofia crítica da história” era ainda idealista e o marxismo era ainda *teleológico*. Ainda eram histórias de um “sujeito humano”, que possuía uma “consciência cívica”, uma “consciência de si”, uma “consciência de classe”, consciências de um sujeito que realiza um projeto dado antecipadamente à história, a realização racional da liberdade. O fato de terem dado ênfase ao evento, à historicidade, ao relativo, não as salvou do absoluto. Cada evento — descontinuidade — era inserido no processo progressivo — continuidade — do advento da razão absoluta. A forma tomada pela história é a narrativa, que explica o passado, o presente e o futuro por um final já antecipadamente conhecido. O sentido dado aos eventos vem do epílogo da história humana.

Será contra essa história pseudocientífica, pois ainda filosófica, e de maneira perniciosa, pois não assumida, não confessada, que vai se opor a história-ciência social. Para realizar essa mudança, a história abandonará o apoio “metafísico” da filosofia e buscará o apoio “teórico” das ciências sociais. Enquanto “ciência social”, o problema da história será: se o evento enquanto evento é impensável, como pensá-lo sem recair em uma filosofia da história? Como ordenar a multiplicida-

de dispersiva dos eventos de maneira não “apriorística” e metafísica? Essa é a questão que a história se põe e procurará respondê-la com o apoio das novas ciências sociais.

M. FOUCAULT:
O LUGAR DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Michel Foucault, posteriormente, foi o filósofo que melhor compreendeu essa transição ocorrida no início do século XX. Ele reflete sobre ela em sua obra “As Palavras e as Coisas” (Foucault, 1966, p. 355-398). Para Foucault, esse “homem-objeto” tratado por um “conjunto de discursos”, ao qual se dá o nome de “ciências humanas”, surgido no século XIX, é um objeto novo de conhecimento. Esse objeto novo exigiu a criação desse novo saber, as ciências humanas, que não receberam uma herança teórica e tiveram que constituir elas mesmas seus conceitos e métodos. Elas tratam do homem no que ele tem de empírico e não enquanto entidade metafísica, inefável. Essa passagem do homem para a ordem dos objetos “científicos” constituiu um “evento” na ordem do saber. Desde que eles vivem em sociedade, nunca tinham sido tomados como objeto de ciência. Esse evento foi possível, segundo Foucault, porque, no início do século XIX, teria havido uma redistribuição geral da *episteme*. O aparecimento do homem como objeto de ciência teria sido contemporâneo ao aparecimento da Biologia, da Economia e da Filologia e do recuo da *mathesis*, cujo domínio universal encontrou áreas de resistência. A “episteme moderna” teria três dimensões: 1) ciências matemáticas e Física; 2) ciências capazes de estabelecer constantes: Biologia, Economia e Filologia; 3) Filosofia. Desse triedro dos saberes, as ciências humanas estão excluídas. Mas estão incluídas no campo epistemológico moderno nos interstícios desses saberes. É uma posição menor e ao mesmo tempo privilegiada, pois as ciências humanas podem tomar emprestados recursos de todas as três dimensões, ao mesmo tempo que as ameaçam de antropologismo, historicismo e psicologismo.

É essa sua localização intersticial na “episteme moderna” que as tornam precárias, incertas, secundárias e derivadas. É essa sua posição complexa, é a sua relação constante com aquelas três dimensões, que as

tornam fluidas, inseguras e não o fato de lidarem com um objeto transcendente, denso, de difícil apreensão. O objeto das ciências humanas não é o homem que trabalha, fala e vive: é o homem que, dentro dessas realidades, produz a representação de suas necessidades e sentidos. As ciências humanas não tratam do que é o homem “por natureza”, mas do que ele é em sua “positividade”, em suas “representações” da vida, do trabalho e da linguagem. Elas tratam da vida, do trabalho e da linguagem nas condutas, nos comportamentos, nos gestos, nas atitudes, nos prazeres. As ciências sociais retomam os objetos da Economia, Filologia e Biologia e são, em relação a essas ciências, metaepistemológicas. Além disso, retomam-se a si mesmas e fazem um metadiscorso de si mesmas, com uma linguagem não-formal, mergulhando seu objeto na finitude, na relatividade, na perspectiva. Os três campos das ciências humanas — as regiões psicológica, sociológica e literária — são diferenciados e entrecruzados. As mesmas categorias — função, conflito, significação, norma, regra, sistema, consciência, inconsciência, representação — organizam todo o campo das ciências humanas, e estão presentes em todas as suas três regiões, com sentidos diferentes. Essas categorias oferecem o conhecimento possível do homem. As ciências humanas não são “ciências” e não são “falsas ciências” e não são também imposturas. Estão presentes na “episteme moderna” e seu lugar intersticial no triedro dos saberes explica por que elas não são “ciências”.

Esse “homem-objeto” é, antes, inconsciente. As ciências humanas tratam principalmente das “representações” que escapam à consciência. O discurso explícito, mas inconsciente, por exemplo, pode ser representado, pois é significação, não em si, mas dentro do sistema. A representação não é a exclusiva produção da consciência, mas cada vez mais produção do inconsciente. É o “homem-objeto” das ciências humanas um produtor de “representações”: inconscientes/conscientes. Esse interesse pelas “estruturas inconscientes” do homem é que define o ponto de vista da ciência social, contra o ponto de vista da filosofia. A filosofia reflete sobre o *sujeito* — saído e criador do universal, relativo que participa do absoluto — uma consciência livre, autônoma, produtora de sentido. Se não é mais esse sujeito o objeto da reflexão racional, então, a filosofia perde o seu lugar de fundadora de toda reflexão racional. O novo objeto-homem, abordado pelo novo saber das ciências sociais, é empírico, observá-

vel, repetitivo, quantificável, regular, submetido a condições objetivas, limitadoras de sua vontade e independentes de sua intencionalidade. Marx, Nietzsche e Freud, embora com armas e estratégias diferentes, foram os formuladores das “três críticas” da transparência da consciência (Laurent-Assoun, 1989, p. 731-738). Para eles, embora a partir de perspectivas diversas, não há coincidência entre consciência e sentido, mas rupturas, falhas, entre os dois. O sentido não se tornou insensatez, mas astucioso e ilusionista. Ao afirmarem a cisão entre “consciência” e “fonte de sentido”, retirando da consciência sua função constituinte, como autoposição de si, lúcida psicologicamente e autônoma moralmente, eles estão discutindo o destino do sujeito e transformando-o em “objeto” de um novo saber: a ciência social. Os instintos, o inconsciente e as condições materiais da vida são dados, estão aí e são o chão, a “estrutura” dentro da qual a consciência circula e pela qual é condicionada.

As relações entre essas estruturas objetivas e a consciência serão vistas de formas diferentes: desde a relação de determinação a mais mecanicista até a afirmação de uma certa autonomia da consciência, passando pela determinação recíproca. Na afirmação grega, “o homem é um animal racional”, que se pode traduzir por “o homem é um irracional racional” que revela o seu caráter ambíguo, fronteiriço, dividido, a filosofia dava ênfase ao aspecto “racional”; a nova ciência social dará atenção ao aspecto “irracional”. Não compreenderá o irracional como “ausência de ordem” mas como “ordem sem consciência”, “sistema”. Esse aspecto objetivo do homem, uma “ordem sem consciência”, será constitutivo de sua nova abordagem pelas ciências sociais. Essa “ordem sem consciência” só pode tomar consciência de si, e uma consciência limitada, jamais absoluta, mediatamente, pelo esforço da reflexão teórica e da pesquisa empírica. O objetivo final das ciências sociais, embora não confessado, é reencontrar a consciência e restituir ao homem a sua posição de sujeito. Mas elas consideram que essa condição de liberdade limitada, posterior à pesquisa e ao conhecimento das condições objetivas, não restitui um sujeito inteiramente conhecedor de si, de seu passado, presente e futuro, mas um sujeito que pode agir, mas restringido pelas “situações objetivas” onde ele se encontra.

Mas, aqui, aparecem as “escolas”, as divergentes orientações das ciências sociais, e aparecem também como as três escolas meio filosóficas, meio científicas do século XIX, o positivismo, o historicismo e o marxismo, abriram o caminho para a constituição das ciências sociais. Enquanto tentativas de rompimento com a filosofia, elas foram um meio sucesso e um meio fracasso. Seu sucesso parcial será criador da nova perspectiva das ciências sociais sobre o homem objetivado, perspectiva que se desenvolverá no século XX. Aquelas três escolas tiveram uma compreensão diferenciada das relações entre as estruturas objetivas, inconscientes, e a consciência. Para os positivistas, a consciência é epifenomênica e inteiramente relativa às condições objetivas. E, por isso, acreditavam na possibilidade de uma ciência social nos moldes das ciências naturais. Para eles, o mundo humano está tão submetido a leis, é tão determinado e, em consequência, tão cognoscível empiricamente, quanto o mundo da natureza. É como se a consciência não produzisse sentido e significação autônomos e estivesse determinada mecanicamente pelas condições objetivas. O homem social é tratado como “coisa”, ou seja, do exterior, distanciadamente, e como algo resistente, endurecido, repetitivo, fixo. Nessas condições, ele é transformado em “objeto natural”, passível de ser conhecido pela metodologia das ciências naturais.

Por outro lado, para os “historicistas”, os pensadores “críticos da razão histórica”, a consciência não é epifenomênica e não está inteiramente submetida às condições objetivas. E, por isso, propuseram uma abordagem diferenciada para a sociedade. Recusam tanto a ciência natural, discurso da “coisa pura”, como a filosofia da história, discurso especulativo da “consciência pura”, e propõem as “ciências do Espírito”, que é o discurso da consciência que se sabe condicionada, relativa, e que teorizará, à maneira do transcendentalismo kantiano, a sua relação com as condições objetivas. O marxismo, por sua vez, poderá tomar as duas formas anteriores: será positivista, quando submete a consciência mecanicamente à infra-estrutura; será idealista, quando dá ao sujeito-classe revolucionária, consciente de si e para si, o poder de recriar o mundo à sua imagem e semelhança.

Entretanto, ele possui um aspecto específico, que nenhuma das duas outras escolas possui: ele mantém o sujeito ativo dentro das condições objetivas, através do conceito de “práxis”, que é um conceito que implica teoria e ação. Escapando ao positivismo e ao idealismo, ele consegue estabelecer uma relação de “determinação recíproca” entre consciência e realidade objetiva. A tendência positivista dará uma visão extremamente conservadora da sociedade — ela tende a reproduzi-la, a mantê-la, a resistir à vontade modificadora; o historicismo será mais contemplativo, especulativo, interpretativo, embora, em Weber, o conhecimento da sociedade se transforme em “técnica” que apóia a vontade política na alteração da realidade; Marx preserva o caráter revolucionário do sistema hegeliano: o trabalho da negatividade. Marx vê uma sociedade estruturada — que permanece, portanto, mas vê dentro dessa estrutura o trabalho do negativo. Essa negatividade é tanto subjetiva quanto objetiva: é a práxis da classe revolucionária e é o desenvolvimento das forças produtivas, que se dá pela lógica mesma da estrutura e independentemente da vontade das classes em luta. Essas três escolas possuem em comum a condição de inauguradoras do ponto de vista das ciências sociais: não tratam tanto da consciência em si, isolada, mas das suas relações com as condições objetivas que, para uns, positivistas, a determinam, para outros, historicistas, a condicionam; para o marxismo, constituem-se reciprocamente.

Comte, Dilthey e Marx abriram o caminho das ciências sociais, foram pioneiros, originais, mas não puderam elaborar plenamente esse novo ponto de vista sobre o homem social, embora Marx possa ser considerado um caso particular. Os verdadeiros formuladores da perspectiva da ciência social sobre o homem, nas orientações positivista e historicista, serão E. Durkheim e M. Weber, na França e na Alemanha, respectivamente. Nós nos deteremos em algumas de suas teses, pois será nelas que a *nouvelle histoire* vai-se inspirar, para escapar à influência da filosofia.

A CIÊNCIA SOCIAL SEGUNDO DURKHEIM

Na sua obra, *Les Règles de la Méthode de Sociologique*, de 1895, Durkheim começa pela reivindicação de uma posição “racionalista”: “nosso principal objetivo é estender à conduta humana o racionalismo científico...” (Durkheim, 1901, p. VII-VIII). Seu objetivo é a observa-

ção dos fatos sociais como coisas, descrevê-los e compará-los, em vez de tomar consciência de suas próprias idéias sobre eles e analisá-las e combiná-las. Ele quer fazer análise da realidade e não das idéias. Para ele, as idéias apriorísticas que temos dos fatos são senso-comum, vulgaridades, que visam a colocar-nos em harmonia com o mundo que nos cerca. Os fatos não seriam ilustrações, exemplos secundários das idéias — são o objeto mesmo do conhecimento. Para chegar a resultados objetivos, o conhecimento precisa ir das coisas às idéias. As “pré-noções” que temos das coisas são como um véu que nos separa delas e não uma visão delas. Essa obra é um verdadeiro manifesto “cientificista” contra a influência da filosofia no conhecimento da realidade social (Lepenies, 1990, p. 45 e ss.). Na filosofia da história: “a reflexão é incitada a se desviar do que é o objeto mesmo da ciência, isto é, o presente e o passado, para se lançar no futuro (...) em vez de procurar compreender os fatos realizados...” (Durkheim, 1901, p. 22-3). Sob essa influência, as pré-noções se substituem às coisas. A sociologia, até então, não tinha tratado de coisas, mas de preconceitos. Mesmo Comte, que proclamara que os fenômenos sociais são naturais, submetidos a leis naturais, não tinha conseguido realizar a abordagem dessas “coisas sociais” e se perdera em idéias. O progresso da humanidade no tempo, a evolução contínua do gênero humano, em direção à realização mais e mais completa da natureza humana, que ele imaginou ver, não existe e é só uma representação subjetiva: “o que existe, o que é dado à observação, são sociedades particulares que nascem, desenvolvem-se e morrem independentemente umas das outras” (Durkheim, 1901, p. 26).

Para Durkheim, mesmo se uma sociedade é pensada como continuidade de outra, na verdade, ela não é prolongamento daquela, ela é outra, com propriedades a mais e a menos. Ela constitui uma individualidade nova e todas essas individualidades distintas, heterogêneas, não se fundem em uma mesma série contínua, nem em uma série única. A sucessão das sociedades não poderia ser representada por uma linha geométrica: “ela se parece mais com uma árvore, cujos galhos têm direções divergentes” (Durkheim, 1901, p. 26). A história como realização de uma idéia, a idéia de uma evolução social, onde os indivíduos se sucedem e caminham na mesma direção, não possui qualquer realidade. A realidade social é constituída por fatos sociais, que são “coisas” e devem ser tratados como tal. Não é preciso filosofar sobre sua natureza, pois são dados que se oferecem e se impõem à observação.

Esses dados são o ponto de partida da ciência. O dado primeiro não é a idéia que os homens fazem dos fatos — dos valores econômicos, da moral, por exemplo, — mas a troca concreta de valores e o sistema objetivo de regras morais. Será preciso considerar os fenômenos sociais neles mesmos, destacados dos sujeitos conscientes que os representam. É preciso estudá-los de fora, como “coisas exteriores”. A dispersão dos fatos, constatada em uma primeira abordagem, é uma aparência que se dilui com o avanço da pesquisa científica. Os fatos, aparentemente os mais arbitrários, apresentarão suas características de constância e regularidade, sintomas de sua objetividade. Como “coisas”, os fatos sociais não são alteráveis pela vontade sem qualquer resistência. A mudança pode ser produzida, mas exige o esforço para vencer a resistência da sociedade.

Diante dos “fatos sociais-coisas” estamos perante algo que não depende de nós e só temos de nos conformar à sua natureza. Os fatos sociais todos têm características de coisas: o Direito está nos códigos; os movimentos da vida cotidiana, nas cifras estatísticas, nos monumentos da história; os gostos, nas obras de arte. Eles tendem a se constituir fora das consciências individuais, pois a dominam. Para o conhecimento dos fatos sociais assim concebidos, Durkheim apresenta suas regras metodológicas:

1. afastar sistematicamente todas as pré-noções;
2. aplicar a dúvida metódica, pois não se pode “crer e defender com paixão” hipóteses;
3. definir as coisas das quais se trata, a fim de que se saiba do que se trata. Isso é indispensável à verificação, pois uma teoria só pode ser controlada se reconhece os fatos dos quais ela quer dar conta. Deve-se descrever os fenômenos, passando dos dados mais exteriores e visíveis para os dados mais profundos e essenciais, e estes serão o resultado da pesquisa e não podem ser antecipados por qualquer idéia. A ciência parte da sensação, da apreensão da exterioridade das coisas;
4. retirá-las de sua posição individual e isolada, pois, enquanto individuais, os fatos sociais não têm a mesma fisionomia, são móveis, para “fixá-los” em repetições: hábitos coletivos, regras sociais, permanentes, fixas, sempre ao alcance do observador, reduzindo a possibilidade das opiniões pessoais, das impressões subjetivas sobre eles. O sociólogo considera, portanto, os fatos individuais em sua regularidade social. Ele se torna “coisa”, fixa-se, e é passível de observação e análise.

E. Durkheim esclarece mais uma vez o sentido que ele dá a esta expressão-chave em sua teoria: “coisa”. Os fatos sociais, ele esclarece, não são “coisas” materiais, mas são coisas como as coisas materiais. Considera-se uma “coisa” o que se opõe como exterioridade à idéia-interioridade; o que exige esforço de construção, pois não é dado no pensamento; o que oferece resistência a este, que o espírito não pode conhecer sem sair dele mesmo; o que se conhece pela observação, pela experiência, passando-se dos aspectos visíveis aos invisíveis. Considerar os fatos sociais como “coisas”, portanto, não seria incluí-los em uma certa categoria do real, mas é uma atitude mental de objetivação. É considerá-los admitindo que se ignora o que eles são, abandonando as idéias recebidas; é considerar que suas propriedades e causas desconhecidas não podem ser conhecidas pela introspecção, mesmo a mais profunda e concentrada. Considerados assim, todos os objetos são “coisas”, exceto as matemáticas. Como físicos, químicos, os cientistas sociais devem olhar seu objeto como um “desconhecido *a priori*”.

Essas teses de Durkheim chegarão aos historiadores através da sua própria obra, da revista *L'Année Sociologique*, fundada em 1897, e através das obras dos membros do seu grupo, especialmente dos trabalhos de François Simiand. Elas inspirarão os novos historiadores na construção de uma “nova história”, uma história sob a influência das ciências sociais. Entretanto o novo “ponto de vista” das ciências sociais não foi uma construção exclusivamente francesa, mas européia.

A CIÊNCIA SOCIAL SEGUNDO WEBER

Na Alemanha, além de Karl Lamprecht, e numa orientação diferente, prosseguindo a reflexão da “crítica da razão histórica”, M. Weber será o formulador das teses mais originais sobre um conhecimento da sociedade sobre bases “científicas”. Em seu artigo *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e Políticas Sociais* (*L'Objectivité de la Connaissance dans les Sciences et Politiques Sociales*), de 1904, ele também faz sua ruptura radical com a especulação filosófica na área do conhecimento da sociedade (Weber, 1965). A revista de “Economias e Sociedades” que ele co-dirige pretende ser exclusivamente “científica”, assim como pretendia também *L'Année Sociologique*. Sua orientação “científica” consistia em abandonar a perspectiva do “dever ser”,

para adotar a perspectiva do “ser”, da validade formal e empírica, objetiva, nos seus enunciados. A ciência social será empírica: não procurará ideais e normas de caráter imperativo à prática social; será uma “aspiração à ordem racional da realidade empírica”. Não fará juízos de valor, não pretenderá ensinar o que o sujeito “deve” fazer, mas o que ele “pode” fazer, dentro de circunstâncias objetivas. Não fará apelo aos sentimentos, mas ao entendimento do leitor. Procurará a “verdade objetiva”, válida para todos, não confundindo argumentação política com argumentação científica. Não será nem socialista, nem burguesa. A ciência social constituiria um território neutro, onde inimigos políticos se reúnem para fazer “ciência” da sociedade. A ciência social não tratará de fins últimos, metafísicos, mas de fins racionais, relacionados aos meios necessários e aos custos de sua execução. A ciência social não se põe fins. Estes pertencem à vontade política, que opta entre os vários que se apresentam. Essa Revista tratará de objetos “econômico-sociais”. O caráter “econômico-social”, para Weber, não é inerente ao evento social. O caráter econômico-social de um evento é definido pelo interesse do pesquisador. A ciência social tem como objeto a realidade cultural tal como ela é e a trata em sua originalidade: a estrutura atual das relações e as razões históricas de seu desenvolvimento sob essa forma e não outra (Weber, 1965, p. 139).

Algumas de suas proposições o diferenciaram profundamente das construções teóricas de seus contemporâneos, da de Durkheim, por exemplo, ultrapassando a sua época, e sendo sempre fonte de renovação do conhecimento social. Contra o “objetivismo positivista”, Weber sustentará que não há análise científica “objetiva” da sociedade que seja independente de pontos de vista especiais e unilaterais. Não são as relações materiais das “coisas” que delimitam os domínios do trabalho científico, mas as relações conceptuais dos problemas postos. Contra a possibilidade de um conhecimento total da sociedade, para ele, o conhecimento da realidade infinita pelo espírito humano tem por pressuposto que só um fragmento limitado da realidade pode constituir, a cada vez, objeto de apreensão científica. Há sempre “seleção” e interesse pela configuração real, singular, da vida cultural e social. O objetivo da ciência social não é a construção de um sistema cada vez mais sintético de leis, do qual se deduziria toda a realidade, mas o conhecimento de partes da realidade social. Weber faz parte da tradição diltheyana, na medida em que acredita na heterogeneidade dos conhecimentos da

sociedade e da natureza. Para ele, nas ciências naturais, o interesse é pelas relações quantitativas suscetíveis de serem medidas exatamente; nas ciências sociais, é o aspecto qualitativo dos eventos que importa. Na sociedade, há fenômenos “mentais”, que se “compreendem” por revivência. Mas ele abranda essas diferenças: as ciências naturais não são estranhas à noção de qualidade e as ciências sociais possuem fenômenos quantificáveis e regras racionais, embora não cheguem a leis. O objetivo da ciência social é “o conhecimento da significação cultural e das relações de causalidade da realidade concreta, graças a pesquisas sobre o que se repete segundo leis” (Weber, 1965, p. 157).

Essas leis sociais, entretanto, são hipóteses que não dariam conta de todas as realidades singulares, concretas e históricas. As ciências da cultura se esforçam por conhecer as significações culturais dos fenômenos da vida, que não se deixam explicar por leis. A cultura é um conjunto de “valores”, “significações”, relações “importantes”. As ciências da cultura procuram conhecer o que é significativo em sua singularidade. O problema específico da ciência social é o da “causalidade”. A singularidade, seu objeto, não é explicada por leis gerais; logo, não é explicada “causalmente”. As causas que determinam o evento singular são sempre inumeráveis. O problema da causalidade não se liga mais a leis, mas a conexões causais concretas. Uma realidade singular é o resultado não de uma fórmula geral, mas de um conjunto de processos particulares. A ciência social faz a “imputação” de consequências concretas a causas concretas. O que não quer dizer que o conhecimento de singularidades seja ilegítimo na ciência social, pois só é possível fazer imputações concretas válidas com o auxílio do conhecimento nomológico. Mas, para a história, as leis, quanto mais gerais, abstratas, mais pobres de conteúdo concreto e, portanto, são menos importantes. A ciência social parte do princípio de que somos capazes de tomar conscientemente uma posição em face do mundo e dar-lhe sentido. Logo, todo o conhecimento da realidade social se dá sempre a partir de pontos de vista particulares. No início de uma pesquisa, há a intuição, a personalidade e os valores do pesquisador, que seleciona, descarta, separa o relevante do irrelevante. Mas, a partir desta intuição, o trabalho deve-se elevar à teoria, tornar-se uma construção conceitual e atingir uma validade universal.

Weber propõe e defende a estratégia de conhecimento da sociedade que ele denominou “tipo ideal”. Este é uma “síntese”, um “quadro

ideal” dos eventos de determinado tipo, é uma “construção utópica”, que se obteria acentuando pelo pensamento os elementos determinantes da realidade. O “tipo ideal” não é uma hipótese, é um “modelo” lógico, que guia na elaboração de hipóteses; ele não é uma exposição real, mas um meio para uma exposição unívoca. Por exemplo: a civilização capitalista é dominada pelo interesse do investimento de capitais privados. Reuni-los em um quadro ideal não-contraditório constituiria o desenho de uma “idéia” da civilização capitalista. Weber enumera as características dessa estratégia “ideal-típica” de abordagem do real:

1. “o tipo ideal” é uma forma lógica e não “um dever ser” ou modelo. Talvez se pudesse dizer que ele é um “modelo” enquanto uma forma lógica e não enquanto ideal ético. Trata-se da construção de relações que são suficientemente justificadas em nossa imaginação, são objetivamente possíveis e parecem adequadas ao nosso saber nomológico;

2. “o tipo ideal” não é uma cópia dos fatos objetivos, mas uma construção ideal;

3. essa construção não é o objetivo, mas meio de conhecimento. O historiador, quando se eleva acima da constatação das relações concretas, para a significação cultural de um evento singular, trabalha e deve trabalhar com conceitos, que, em geral, só se deixam precisar de forma rigorosa e unívoca sob a forma de “ideal-tipos”;

4. o ideal-tipo é um quadro de pensamento e não uma realidade histórica. Não é também esquema exemplar. Ele é um conceito-limite, puramente ideal ao qual se contrasta a realidade empírica. Nele, os conceitos são imagens nas quais construímos relações, utilizando a categoria de “possibilidade objetiva”;

5. o “tipo ideal” é uma tentativa para apreender as individualidades históricas ou seus diferentes elementos em conceitos gerais;

6. o “tipo ideal” é independente da apreciação avaliadora, não tem nenhuma outra relação com a “perfeição” além da lógica. Ele é essencialmente uma construção intelectual destinada a medir e a caracterizar sistematicamente relações individuais, isto é, significativas por sua singularidade.

Weber submete a teoria à história. A história “não ilustra” a teoria, a teoria é que se testa na história. A teoria é servidora do trabalho histórico e não o contrário. Diferentemente da perspectiva filosófica, a relação entre conceito e história se inverte: o conceito não é o obje-

vo, o real em si, mas meio de conhecimento das relações significativas sob pontos de vista singulares. Os conceitos históricos são variáveis, isto é, seu conteúdo, o que exige sua constante reformulação. Essa reformulação do conhecimento exige que não se confunda história e “ideal-tipo”. Para ele, finalmente, a única forma de vencer a obscuridade retórica e a intuição em história é a elaboração conceitual. Elaboração que deve determinar de forma clara e rigorosa as diferenças de pontos de vista possíveis. E só por meio, segundo ele, do “ideal-tipo” que se poderia compreender a natureza particular dos pontos de vista, graças à confrontação entre o empírico e o “ideal-tipo”. E só a ciência pode oferecer isso: conceitos e juízos que não constituem e não copiam a realidade empírica, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de maneira válida (Weber, 1965).

Eis aí algumas proposições de Weber sobre as condições de possibilidade de um conhecimento histórico “científico”. Ele será ainda mais preciso e inovador no seu texto contra E. Meyer, espécie de “Seignobos alemão”, pareceu-nos, “Estudos críticos para servir à lógica das ciências da cultura — elementos para discussão das idéias de E. Meyer” (*Études critiques pour servir à la logique de sciences de la culture — elements pour une discussion des idées de E. Meyer*), de 1906. Aqui, ele reafirmará e proporá entre outras teses: “a intrusão do problema filosófico da liberdade na metodologia da história suprime seu caráter de ciência empírica” (Weber, 1965, p. 211); “história, ciência da realidade, isto é, dos elementos individuais e singulares” (Weber, 1965, p. 232); recusa a história imediata: “o presente não é causa, não é individualidade histórica, é uma experiência vivida — toda avaliação histórica implica um momento contemplativo” (Weber, 1965, p. 248); reafirma: “a imputação causal singular é um processo de pensamento que contém uma série de abstrações — o juízo histórico é um processo de abstrações que progride por análise e por isolamento em pensamento dos elementos do dado imediato... Converter a realidade dada em um “fato histórico” é um primeiro passo que a transforma já em um quadro de pensamentos”. E lembra Goethe: “há teoria no coração mesmo do fato” (Weber, 1965, p. 281). E escandaliza: sustenta a tese da “possibilidade objetiva” em história, inaugurando um tipo de raciocínio contrafactual, que pergunta sobre o “se...”, que para um positivista é blasfêmia pura e dura.

Essas teses de Durkheim e Weber, embora divergentes, significaram rompimento radical com o ponto de vista da filosofia e a consolidação de um novo olhar sobre o homem social. Na passagem do século XIX ao XX, toda a Europa realizava essa mudança de perspectiva sobre a realidade social e histórica. Entretanto, na França, apesar dos durkheimianos, a instituição histórica e a comunidade de historiadores estavam ainda dominadas pela filosofia, apesar do discurso cientificista, e por uma falsa compreensão do que seria uma “história científica”. A “história metódica”, que controlava todos os níveis da pesquisa, ensino e administração pública relativas à história, mostrou-se surda às novas idéias e mesmo às provocações. Ela era uma instituição poderosa, ligada à situação central e dominadora da Europa no mundo. O historiador era aquele que estabelecia a harmonia entre os valores da Europa industrial e o progresso da humanidade. Era ele quem “dizia” futuro, e o futuro era a realização universal da Europa (Furet, 1982, p.73 e ss.). Mas, já no início do século XX, o poder europeu já não era tão absoluto e, após a primeira guerra mundial, o centro do mundo não era mais a Europa, que perdera o predomínio. Com o declínio da Europa no mundo, a instituição histórica, controlada pela história metódica, ficou sem sustentação. Ela sobrevivia sem sua base efetiva, falava de um mundo que já não existia mais.

A originalidade de M. Bloch e L. Febvre foi a intuição dessa inatualidade da história “positivista”. Eles iniciaram, então, o combate pelo resgate da história por meio de sua readequação à nova realidade mundial (Burguière, 1979). Mas, certamente, não foram eles que “descobriram” essa inadequação da história. Eles, na verdade, compreenderam e desenvolveram o ataque dos sociólogos contra a história metódica. Essa história metódica, solidamente instalada nas instituições, mas defasada da realidade, não duvidava da objetividade de seus resultados e da segurança de seus pressupostos evolucionistas. Assim, tornou-se um alvo fácil dos durkheimianos, interessados em tomar o lugar institucional da história ou compartilhá-lo. “Imperialistas”, os sociólogos pretendem submeter todas as outras disciplinas sociais como províncias, campos de experimentação e produtoras de materiais, para servirem às generalizações da sociologia. Pelo projeto durkheimiano, a história perderia toda a sua autonomia. No confronto com

os historiadores tradicionais, os sociólogos possuíam um trunfo: os historiadores sempre tiveram preconceito em relação à teoria e não estavam acostumados ao debate teórico. Ingênuos, teoricamente, acabam a reboque da teoria considerada mais atual e se tornam vítimas fáceis dos ataques das outras ciências sociais e da própria filosofia. Por seu lado, os sociólogos eram bem formados em filosofia, pois sua formação passava pela agregação de filosofia. Treinados no debate teórico, deixaram os historiadores “metódicos” confusos diante de suas “idéias abstratas”. Noiriel comentou a propósito dessa fragilidade dos historiadores tradicionais nesse confronto do início do século: “uma boa parte da ingenuidade que se reprova em Seignobos se explica pelo fato de que em sua formação intelectual de historiador ele não adquiriu a cultura teórica exigida pelo debate filosófico” (Noiriel, 1979, p.12137).

O debate entre sociólogos e historiadores, do início do século XX, foi tenso e decisivo para os rumos da história e da sociologia durkheimiana. Ele envolveu diversos profissionais, diversas instituições e diversas publicações. A sede dos sociólogos durkheimianos, a partir da qual eles sustentavam suas teses, era a recém-criada revista *L'Année Sociologique*. Na *Révue de Synthèse* esse debate também foi intenso. Além das revistas já mencionadas, são autores participantes neste debate: Paul Lacombe que publicou, em 1894, sua obra *L'Histoire Considerée Comme Science*, onde ele proclamava o horizonte sociológico da história; Langlois e Seignobos que, em 1898, publicaram o manual *Iniciation aux Etudes Historique*; Seignobos com *La Méthode Historique Appliquée aux Sciences Sociales*, e, finalmente, F. Simiand, com o artigo publicado em 1903, na *Revue de Synthèse Historique*, intitulado *Méthode Historique et Science Social* (Reberiou, 1983).

F. SIMIAND E A HISTÓRIA-CIÊNCIA SOCIAL

O texto, breve e denso, de Simiand, é uma “provocação” à história tradicional de Seignobos e Lavis (Simiand, 1903-1960). Mas é de uma riqueza tal que só os novos historiadores terão condições de avaliar e absorver. Ele faz um ataque teórico — e não pessoal — à produção histórica “historizante” e, sobretudo, apresenta um projeto de his-

tória como ciência social. Não é, afinal, pura demolição, mas um esforço de reconstrução. Nesse artigo, do qual passamos a expor algumas de suas principais críticas e sugestões, ele propõe aos jovens historiadores que substituam “uma prática empírica, mal raciocinada, por um método refletido e verdadeiramente crítico”. Ele admite que essa mudança na história não poderia ser repentina mas poderia ser construída pelos novos historiadores, com o apoio das novas ciências sociais. Sua crítica é positivista à história dita “positivista”. Eis a sua argumentação: a construção dos fatos humanos, empreendida pelas ciências sociais, é uma construção análoga à das ciências positivas da natureza.

As ciências sociais renunciaram à abordagem da subjetividade dos fatos sociais e passaram a tratá-los como “coisas”, pois toda ciência objetiva só pode se fundar sobre fatos objetivos. Assim, as regularidades de coexistência e de sucessão entre os fenômenos, que a ciência anuncia, se impõem a nós, objetivamente, e não procedem do cientista. Na ciência positiva, “objetivo” significa isto: independente de nossa espontaneidade individual. Assim, o mundo social é percebido como dado independentemente de nossa vontade, como um mundo natural. Só com essa “atitude positiva” se poderia constituir uma “ciência histórica”. Mas a essas exigências das novas ciências sociais o que respondem os historiadores tradicionais? Que a história trata de fenômenos psicológicos, individuais, subjetivos; que a história só deixará de ser uma abstração se atingir os indivíduos concretos, que são seus objetos reais. A causalidade histórica é entendida como a anterioridade que causa o posterior. Diversos fatos anteriores, escolhidos arbitrariamente, são eleitos “causas” dos sucessores. Seignobos chega mesmo a sugerir que o historiador “imagine” as ações, pensamentos e motivos dos homens do passado. A explicação histórica se torna uma psicologia vaga, mal-elaborada, aplicação inconsciente de preconceitos do senso comum. Confundem-se, aqui, “causa” e “agente”. Seignobos quer uma representação exata, imparcial, não-literária, não-anedótica, do passado: uma espécie de fotografia completa do passado. Os quadros dessa história “historizante” são: o fundo cronológico puro e simples, o domínio quase absoluto da história política, periodizada por “reinos”, o *zusammenhang*, a relação de correspondência e influência recíproca de todas as partes de uma sociedade.

Simiand reapresenta a argumentação da história “historizante” para rebatê-la ponto por ponto: sobre a afirmação do objeto histórico individual, psicológico, ele dirá: esse “individual psicológico” é uma entidade metafísica, abstrata, um agrupamento de sensações. Os indivíduos humanos são, para a ciência social, abstrações, que escapam ao conhecimento positivo. Esses indivíduos sempre estiveram encerrados em regras sociais numerosas e estritas; a individuação é o produto do desenvolvimento social mais do que a sociedade o produto do indivíduo. Sobre a causalidade histórica, ele rebaterá: a causalidade científica só pode ser estabelecida entre dois fenômenos da mesma ordem, sobre um invariante: uma relação estável, regular, uma lei. Só há causalidade onde há lei geral. Se a história quer tornar-se “ciência”, terá que se desviar dos fatos únicos, para se interessar por conjuntos de fatos que se repetem, pela regularidade, pelo social e não pelo individual e accidental. Sobre a exatidão e imparcialidade na reconstrução do passado, ele argumentará: exato não quer dizer integral, imparcial não quer dizer automático, sem tendência e sem literatura não querem dizer sem preconceito e sem escolha. A história é sempre escolha, mesmo a organização de textos a mais amorfa, a coleção de documentos, a mais passiva. Sobre os quadros da história “historizante”, ele atacará: o fundo cronológico é grosseiro e não passa de um índice, um trabalho de referência, e não constitui obra de história, mas instrumento da pesquisa; a história política não deve ser ignorada, mas não pode ocupar um lugar tão predominante; o *zusammenhang* não pode ser estabelecido pelo método erudito, mas só pelo método comparativo. A história “historizante”, termina, quer-nos dar simplesmente uma representação do passado, sem teoria abstrata, sem tendência, sem elaboração dogmática, somente estabelecida sobre documentos criticados e ordenados com consciência e fidelidade. Isto é uma ilusão! Não há aqui nem fotografia e nem registro automático. Em toda ciência, não há constatação que já não seja uma escolha, não há observação que não pressuponha uma idéia, não há argumento de fatos que não pressuponha uma hipótese. Sem idéias e planos organizadores, sem hipótese, não há ciência social. A história “historizante” está atrasada de cinquenta a cem anos e estuda problemas que não se põem mais. Falta-lhe o espírito construtor, que orienta os materiais. A matéria só existe quando concebida, abstraída, classificada, ordenada pelo espírito.

Com essas idéias estamos diante do nascimento da *nouvelle histoire*, isto é, da história sob a influência das ciências sociais, que será realizada por todas as gerações dos *Annales* e não só pela terceira geração. Mas, plenamente consciente da estrutura enrijecida da história na França, Simiand reafirma que não acredita que ela possa mudar repentinamente. E apresenta três direções às quais a história deveria se orientar, para se tornar uma ciência social: deveria abandonar o “ídolo político” — a preocupação central com a história política e seus eventos contingentes; não propõe um abandono total, como mais tarde defenderão os *Annales*, mais radicalmente, mas uma desenfaturação da esfera política; deveria abandonar o “ídolo individual”, para se voltar para o estudo de fatos sociais, institucionais, repetitivos e não mais biográficos; e abandonar o “ídolo cronológico”, que leva o historiador a se perder no estudo das origens, para realizar um caminho retrospectivo, do presente ao passado.

Diante desse artigo, que impressiona pelo vigor agressivo e pelo rigor teórico, a história “historizante”, como Simiand a denomina, deverá reafirmar teoricamente e vigorosamente seus pressupostos ou se “calar” para sempre. Seignobos reafirmou timidamente que os indivíduos são as únicas realidades visíveis e que o estudo de concordâncias, concomitâncias, práticas coletivas, seria a negação da especificidade do fato histórico, a singularidade. Paul Mantoux, na própria *Revue de Synthèse Historique*, reafirmou a história como “narrativa cronológica”, que descreve o conjunto dos traços específicos de uma época (Lefebvre, 1971). O que, para Simiand, era negar a possibilidade de transformar a história em ciência social. Para ele, determinista, com uma visão legalista da ciência, positivista, não era necessário a descrição detalhada dos fatos, bastando alguns fatos, para descobrir a lei. G. Noiriel considera que, se os historiadores metódicos fossem mais bem formados teoricamente, eles poderiam ter contra-atacado Simiand com o modelo alemão de ciência social. Na Alemanha, nesse mesmo momento, elaborava-se a idéia de uma ciência social inteiramente oposta à de Durkheim. A escola de Dilthey se recusava a reduzir as ciências sociais ao modelo das ciências naturais e produziu uma reflexão no sentido de manter a história como conhecimento do singular e, mesmo assim, sobre bases científicas. Essa tendência resultou no projeto weberiano, que acabamos de descrever, e que possui uma estrutura racional bastante sólida.

Os historiadores tradicionais franceses poderiam ter encontrado nos alemães, mais uma vez, argumentos contra Simiand e seu objetivismo. Esse diálogo entre franceses e alemães esteve impedido pela guerra, que era um estado latente ou manifesto entre eles, desde 1870, quando do conflito franco-prussiano, por um lado, e, por outro, porque os historiadores franceses eram rankianos e pertenciam a outra época do pensamento alemão. Mas o ataque dos sociólogos à história tradicional não se limitou ao plano epistemológico. Havia uma outra dimensão e mais vital: a sociologia defendia seu próprio direito à existência institucional. A história monopolizava todos os níveis institucionais e a sociologia queria compartilhar esse lugar e, a longo prazo, centralizar as atividades das ciências sociais. Iniciou-se uma disputa “imperialista” entre a história e a sociologia: primeiro, a sociologia quis englobar todas as ciências sociais; depois, a história quis tornar-se a disciplina “federadora” das ciências sociais. A sociologia ataca a história com palavras tais como: “empirismo”, “ingenuidade”; e a história responde com “teoricismo”, “dogmatismo”, “pretensão”. Essa querela continuou e existe, latente, ainda hoje: basta ler a produção teórica de Paul Veyne, por exemplo, para sentir essa tensão (Veyne, 1971 e 1976). Houve, entretanto, momentos de diálogo, como aquele entre Braudel e G. Gurvitch, e a fundação da VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, sob o signo da interdisciplinaridade, que aproximaram historiadores e sociólogos.

Entretanto, no final da polêmica do início do século, os novos historiadores reagiram à provocação de Simiand pela adoção de seu programa, embora traduzido para o “espírito historiador”, o que esvaziou as pretensões imperialistas da sociologia. Os novos historiadores herdaram e fecharam o caminho dos durkheimianos (Noiriel, 1989, p.14.35 e ss.).

H. BERR E A RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA

O projeto da *nouvelle histoire*, no sentido mais amplo, veio, portanto, do exterior da história, veio da sociologia durkheimiana em grande parte, de um lado, e, de outro, da *Revue de Synthèse Historique* e de seu fundador, Henri Berr. Segundo vários autores, a “Escola dos *Annales*” começou aqui, nessa publicação. Henri Berr é filósofo, preo-

cupado com a teoria do conhecimento histórico. Ele considerava a sociologia durkheimiana muito a-histórica, mas concordava que não há ciências sem generalizações. Sem teoria, não há ciência, e isto vale também para a história. O objetivo da *Revue de Synthèse Historique* era promover uma discussão teórica sobre a história-ciência e deveria contribuir à elaboração de uma teoria da história, afastada da filosofia da história e orientada para a observação empírica. A história deverá observar similitudes, recorrências e não só singularidades. Deverá formular hipóteses, escolher o objeto, realizar a análise e a síntese. Deverá deixar de ser só descritiva para se tornar também explicativa. A “síntese” deveria envolver uma equipe de cientistas sociais. Berr tentou realizar esse seu projeto em sua coleção *L'Évolution de l'Humanité*, que começou a circular a partir de 1920, e já produzia a “nova história” econômica, social, cultural, que se afirmaria após 1930, com os *Annales*. A “síntese” se daria pelo trabalho de equipe, pela colaboração entre os cientistas sociais, e sua Revista foi um centro sem fronteiras, sem limitações, onde todos os intelectuais envolvidos na construção do novo “ponto de vista” da ciência social colaboraram. L. Febvre participou regularmente, através de resenhas, nas quais dialogava principalmente com os geógrafos. Febvre foi um colaborador constante de Berr, não só na *Revue*, mas também no *Centre International de Synthèse*, nos *Seminaires International de Synthèse* (Chartier & Revel, 1979). Berr defendia uma posição original e, naquela circunstância, problemática: eliminar a separação entre as ciências sociais e reaproximá-las da filosofia! É esse aspecto do seu pensamento que o afastará da fundação da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* e da “Escola dos *Annales*”, que se constituirá em torno dela.

Em 1931, a *Revue de Synthèse Historique* tornou-se simplesmente *Revue de Synthèse*: Berr rompeu, após ter sido excluído, com uma parte do grupo que antes atuava na sua revista e que tinha-se desligado, para fundar a sua própria revista. Em suas obras, *L'Avenir de la Philosophie*, de 1899, *La Synthèse Historique*, de 1911, e *L'Histoire Traditionnelle et la Synthèse Historique*, de 1915, ele põe e repõe algumas de suas principais teses (Berr, 1899, 1911 e 1915). Seu texto é claro, bem tecido, suas proposições são longa e vigorosamente demonstradas. Talvez, exceda-se nas repetições de algumas idéias, tanto para enfatizá-las quanto para não deixar dúvidas sobre elas. Seu objetivo é o mesmo dos durkheimianos: tornar a história uma ciência

social, fazendo-a passar à generalização, a partir da erudição. Mas Berr não é positivista e ainda defende a especificidade do conhecimento histórico, mais ou menos na linha dos historicistas alemães, fato esse que o tornara “intolerável” ao grupo dos *Annales*, tanto pelo seu germanismo quanto pelo seu discurso “filosófico”. Em seu *Personal Testimony* Braudel considera que Berr, filósofo por temperamento e vocação, “traiu-se”, como intelectual, ao atirar-se de corpo e alma na filosofia da história (Braudel, 1972, p. 455).

Em sua obra *La Synthèse Historique*, ele procurou mostrar os limites da história erudita, base da história “historizante”, e demonstrar a necessidade da “síntese” (Berr, 1911). Ele argumenta: a erudição estava superavancada, mas ela não era ainda a ciência verdadeira. A erudição, quando apareceu, ganhou um status científico, pois ela se opôs à filosofia e à arte. A obra histórica de um filósofo ou um artista é inverificável, incriticável, pois original, ao passo que a monografia de um erudito estabelece dados para sempre. Daí o otimismo presente nos “historizantes”, pois tinham alguma certeza. Mas, prossegue Berr, essa satisfação é vã. Esses fatos em si não têm valor, são os materiais de uma ciência a construir. A erudição é só um trabalho preparatório, que permite a elaboração do geral. A erudição não é um fim em si. A história não tem o mesmo interesse que desperta um museu. O erudito tem medo da filosofia da história, acha cedo para sintetizar e considera necessário que se esgotem, primeiro, todos os documentos, todos os materiais. Fora da erudição, evitam considerações individuais, filosóficas, literárias, pois as considera estereis e perigosas. E Berr põe a questão capital: por que os procedimentos científicos em história não são os mesmos de outros domínios? Quando terminará o trabalho preliminar? Seria possível preencher todas as lacunas? Uma coleção completa de fatos não tem mais valor científico do que uma coleção de selos. Daí a necessidade da “síntese científica”. A síntese erudita reúne materiais e fatos, a síntese científica deve uni-los, ligá-los a princípios explicativos. A história se compõe de múltiplos fatos, mas estes não são a história. Ela não se limita ao detalhe. Transformar em regra absoluta que ela deve se interditar de buscar leis gerais é ir contra o verdadeiro objetivo da ciência. A síntese é uma exigência intelectual. O que se quer evitar é a filosofia da história.

Mas, se a síntese histórica deve substituir a filosofia da história, satisfazendo a mesma necessidade, ela tem características opostas à

filosofia da história. A “síntese histórica” deve ser ciência — ela começa pela análise e a ultrapassa. O lugar da “síntese histórica” é entre dois outros: a análise erudita e a especulação *a priori*. A filosofia da história não pode ser eliminada sem ser substituída e será substituída pela “síntese histórica científica”. Esta deve-se constituir como “teoria” que guia o trabalho e a construção explicativa. A história, para se tornar ciência, deve realizar os procedimentos da ciência: estabelecer fatos particulares e extrair generalizações. O que não quer dizer que a história deva-se reduzir às ciências naturais. A ciência tem suas exigências fundamentais e cada ciência particular tem seus traços específicos e sua lógica especial.

Os historiadores “historizantes”, continua Berr, que desconfiam tanto da síntese como desconfiam da filosofia da história, continuam pré-científicos e praticam a história sem se interrogar sobre seus fins e meios. Até hoje, a história foi erudita: historiadores úteis, indispensáveis, amantes do detalhe, cultuadores do inédito, mas que ignoram ou perderam o objetivo da pesquisa. Fazem uma história “historizante” — uma exposição contínua no interior de quadros empíricos e com generalidades fortuitas (“*un exposé continue dans des cadres empiriques et avec des generalités fortuites*”). A síntese é deixada para mais tarde e muitos a consideram mesmo impossível. Eles chamam a atenção para o específico dos fatos humanos, a mudança, o tempo que escaparia às leis científicas. Mas, se a história se dedicasse a recolher a mudança bruta, seria anticientífica. Como recolher todas as mudanças? E quais as razões para recolher algumas? Essa história narrativa e descritiva, na verdade, faz o que ela diz que não faz. Ela não se interessa por toda mudança e escolhe. Interessa-se pelas mudanças ligadas à continuidade, a uma permanência, a um desenvolvimento. Nem toda mudança é histórica. O caos não tem história. A história é a organização dos eventos, das mudanças. Logo, ela busca leis e o “mesmo”. É histórico o desenvolvimento, que é mudança na permanência. Se a história não se resume a similitudes e repetições, ela não é estranha a ambas: precisa delas como de uma base. Essa “estrutura” da história, que a síntese científica deve conhecer, é feita de “contingência”, simples sucessão de fatos; “necessidade”, ou elementos constantemente determinados; e “lógica”, a razão individual, que é o elemento racional da sociedade. A base da síntese histórica de Berr é a questão da liberdade individual e dos limites da racionalidade (Siegel, 1983, p. 205-218).

Foi, portanto, como filósofo que ele acompanhou o debate sobre a história como ciência social, do início do século, procurando controlar tal debate e descobrir o seu sentido. Em seu *Personal Testimony*, Braudel avalia a importância de Henri Berr para a criação da *nouvelle histoire*. Braudel rejeita a sua ligação com a filosofia e com a Alemanha (Braudel, 1972, p. 456). Entretanto, Braudel o considera um membro antecipado do grupo dos Annales: “é para ele que deve olhar quando se quer saber como os Annales começaram” (Braudel, 1972, p. 455). A *Revue de Synthèse Historique* já era e ainda não era, potencialmente, os *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. L. Febvre e M. Bloch, continua Braudel, não foram filósofos, nem por gosto e nem por temperamento, e a revista que fundaram proclamou que o objetivo da história era abarcar todas as ciências humanas e Berr “era muito cortês para defender este imperialismo ou mesmo concebê-lo...” (Braudel, 1972, p. 457). Berr propunha reunir os diversos ramos da história, a história política, social, econômica, da ciência, da arte, que continuariam subdivididas e se fariam “visitas polidas”. A *Revue de Synthèse* não promovia a polêmica, mas controvérsias cortesias.

Para Braudel, Berr não contribuiu para a *nouvelle histoire* como teórico, mas como interlocutor, promotor e organizador de reuniões, de encontros e de semanas de discussão. Foi a partir da *Revue de Synthèse*, entretanto, que surgiu a idéia de uma revista mais combativa, menos filosófica, baseada em novas pesquisas concretas. Ele afirma que foi este desejo que levou ao nascimento dos Annales... e que trouxe a ruptura com Berr e sua revista. Segundo Braudel, L. Febvre teria rompido com o seu “pai intelectual”. Braudel, finalmente, estabelece a distância entre a *Revue de Synthèse Historique* e a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*: “não há nada de comum entre a RSH e a AHES. A *Synthèse* abriu-se muito à discussão teórica, tinha muitas idéias que passavam como fantasmas ou nuvens. Com *Annales*, está-se firme no chão. Em suas páginas, os homens do passado e do presente aparecem com seus problemas concretos, vivos... A casa do filho tem a alegria da vida, da compreensão, ataca e discute. *Annales* tornou-se a casa dos historiadores novos...” (Braudel, 1972, p. 467).

A renovação da história veio também de outra área do conhecimento social: a Geografia Humana. Entre 1905 e a Segunda Guerra, sob a inspiração de Vidal de La Blache, constitui-se uma verdadeira escola geográfica francesa, original e fecunda, que enfocava as relações entre o homem e a natureza de maneira inovadora. Essa “nova Geografia Humana” era produzida e defendida, principalmente, através da revista *Annales de Géographie*, que circulava desde 1891. Eram representantes desse grupo: Vidal de la Blache — *Tableau de Géographie de la France*, primeiro tomo da *Histoire de France* (1903); A. Demangeon *Picardie* (1905); R. Blanchard — *La Flandre* (1906); C. Vallaux — *La Basse Bretagne* (1907); J. Sion — *La Normandie Orientale* (1909); M. Sorre — *Les Pyrénées Méditerranéennes* (1913) (Chartier & Revel, 1979). No início do século XX, os geógrafos estavam produzindo o que a *nouvelle histoire* vai produzir posteriormente. Estavam colocando os problemas mais pertinentes, a partir do novo ponto de vista da ciência social: o das relações entre as sociedades, apreendidas em sua evolução, e o meio físico e biológico no qual elas se inscrevem; dão um grande espaço às economias e sociedades; recortam seu objeto de estudo pela definição de um espaço regional local. Enquanto isto, a história tradicional ainda fazia a crônica política ou militar, na perspectiva factual, da curta duração; fazia a biografia dos grandes indivíduos. A geografia vidaliana tratava já de grupos sociais, em uma duração mais longa, que incluía o presente, ligando os fatos estabelecidos a estruturas, comparando-as, cruzando-as, correlacionando-as. Os geógrafos oferecerão aos historiadores novos a inspiração para aquilo que fará a sua inovação maior em relação à produção histórica anterior e milenar: a sua concepção do tempo histórico.

Através dela, o tempo dos historiadores encontra o espaço, torna-se “tempo-espaço”, perde seu ritmo vertiginoso e efervescente, para ganhar espessura, densidade, profundidade, lentidão. A geografia humana fazia uma anti-história, que se tornou o modelo inspirador de uma “nova história”. A partir da geografia humana, Febvre, Bloch e Braudel farão uma geo-história, que produziu os frutos mais eminentes da *nouvelle histoire*, onde o tempo dos homens encontrou o atrito do espaço, a resistência do meio geográfico, que os obrigará a se perceberem localizados, limitados, fixados, condicionados por circunstâncias

objetivas, que se não os impedem de buscar a realização de seus impulsos, oferece uma resistência suficiente para impedi-los de “decolar” e os mantém firmes em um “chão”. Em Febvre, esta influência vai aparecer em suas obras inaugurais: *Philippe II et la Franche* — Comté (1911) e *La Terre et L'Evolution Humaine* — *Introduction Géographique à L'Histoire* (1922).

Com a primeira dessas obras, Febvre inaugurou, na linha do grupo de Vidal de La Blache, uma tradição durável dentro da *nouvelle histoire*: a da história regional, que privilegia o pequeno país ou o campo provincial e institui as massas anônimas como heróis da história e se esforça em elucidar as diferenças do tempo. Em Braudel, essa influência da geografia vidaliana atingirá seu apogeu, através de sua obra *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Epoque de Philippe II* (1949) (Kinser, 1981a). Braudel abordou aqui um espaço e não um Estado, uma paisagem extensa, o diálogo do homem com a terra, com o clima, fora das fronteiras nacionais. O espaço não escapa à criação humana e é mesmo o seu solo. A ação humana se ordena no duplo campo do espaço e do tempo (Chaunu, 1978). A história geográfica foi um novo saber do tempo da história, pois, para a história positivista, o espaço não era um problema histórico.

Portanto, de 1890 até os anos 20 do nosso século, houve o aparecimento e crescimento das ciências sociais — sociologia, economia, geografia humana, psicologia social, antropologia; houve uma verdadeira revolução dentro das ciências naturais, com as descobertas e construções de Einstein; a história efetiva sofreu transformações profundas, que culminaram na perda da Europa da hegemonia mundial. Nessas circunstâncias, a história só podia se renovar, se quisesse ainda ocupar algum lugar nessa nova paisagem do conhecimento e da história. A polêmica acerca de sua renovação foi densa, intensa e tensa. As críticas e os novos projetos vieram do exterior, como vimos, da sociologia, da geografia humana, e de um filósofo. Os novos historiadores incorporarão esse “novo espírito” e defenderão a história contra aqueles que a mantinham indiferente e inadequada a esses novos tempos. Esse “novo espírito” surgiu em três revistas: *L'Année Sociologique*, a *Revue de Synthèse Historique* e *Annales de Géographie*. Entre os historiadores, ele se concretizará também em uma revista: *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, inaugurando o papel fecundo que desempenharão os periódicos especializados no século XX. Entretanto a

história tradicional permanecerá ainda controlando as instituições históricas francesas até a Segunda Guerra Mundial, mesmo não correspondendo mais às demandas da ciência e da realidade contemporânea. Seus críticos questionavam os seus princípios elitistas, ligados a uma sociedade pré-industrial e não-democrática. O objeto do historiador deveria ser, agora, a vida das massas anônimas, seu processo pessoal de decisão e pressão históricas, suas formas coletivas de produzir a vida e consumi-la. A crítica à história política era já produzida pela realidade efetiva, que passará a exigir de maneira incontornável, mais tarde, que essa crítica fosse elaborada por um conhecimento histórico renovado, atualizado, adequado às novas circunstâncias (Iggers, 1988).

O SURGIMENTO DA “ESCOLA DOS ANNALES” E O SEU “PROGRAMA”

REDEFININDO E AMPLIANDO O SENTIDO DA EXPRESSÃO
“NOUVELLE HISTOIRE”

A expressão *nouvelle histoire*, que já se prestou a tantos equívocos, nós a utilizaremos no sentido sugerido por Le Roy Ladurie e Furet: ela designa a história sob a influência das ciências sociais, que começou a ser elaborada a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século XX, e se corporificou na revista de história, *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch. Antes de 1929, a *nouvelle histoire* era um “espírito”, um conjunto de posições críticas, sugestões, defesas e ataques; após 1929, era um “espírito corporificado”, concreto, guerreiro, que se institucionalizou e se expandiu. Segundo Furet, “a história sob a influência das ciências sociais é uma “nova história (...) a história, hoje, tem por característica não estar investida de um sentido antecipado e implícito dado ao tempo e de ter rompido com a visão linear que a constituía (...)” (Furet, 1982, p. 10). Recentemente, Le Roy Ladurie pôs em dúvida essa expressão, ao dizer em um debate: “nós só empregamos este termo *nouvelle histoire* entre aspas e com um ponto de interrogação; além disso, desde 1968, nós duvidamos dos excessos de uma história tecnocrática” (Le Roy Ladurie, 1987, p. 175).

Entretanto, definiríamos a *nouvelle histoire*, procurando dar-lhe um sentido mais preciso, localizado e datado, combinando afirmações de Furet e do próprio Le Roy Ladurie: a história sob a influência das ciências sociais é uma *nouvelle histoire*, que, após uma longa fase de gestação, começou nos anos 20, com Febvre e Bloch, na Universidade de Estrasburgo. Essa *nouvelle histoire* é praticada pela Escola dos *Annales*, que, a partir de Febvre, Bloch e Braudel, reúne professores e pesquisadores que atuam em Paris, Rennes, Toulouse e Aix-en-Provence e colaboradores da Revista, formando um grupo policêntrico, heterogêneo e mais ou menos permanente. A *nouvelle histoire* possui, então, uma “longa duração”, pois existe desde o início do século XX, passando por várias fases, que detalharemos depois. Ao defini-la assim, tão esquematicamente, não pretendemos reduzi-la a uma definição de manual, a um rótulo definitivo, sem detalhes a acrescentar ou a retirar ou a realçar. Apenas procuramos delimitar o nosso objeto de análise. Assim, mantemos as aspas e interrogações sugeridas por Le Roy Ladurie, mas constituímos algum “núcleo duro”, que se possa analisar, examinar, citar e sobre o qual concluir.

A *nouvelle histoire* significou a aceitação, por parte dos novos historiadores, das críticas dos sociólogos durkheimianos e da *Revue de Synthèse Historique*, que exigiam a aproximação da história das ciências sociais, para que ela se renovasse, se atualizasse e se tornasse também uma “ciência social”. Essa adoção do ponto de vista das ciências sociais levará a uma luta, a um combate, entre os historiadores novos e tradicionais, estes ainda controlando todas as instituições de ensino, pesquisa, edição e administração da história, na França. Essa influência das ciências sociais fez com que a história rompesse com uma longa tradição e se renovasse completamente. Renovar-se completamente não significa negar tudo que se fazia antes, mas submeter o que se fazia antes a um novo olhar, a novos problemas, a novos instrumentos, a novos fins.

Em linhas gerais, esse rompimento com a tradição pode ser descrito assim: abandonou o pressuposto da história produzida pelo sujeito consciente através do Estado-Nação, recusando a história política, radicalizando excessivamente o projeto de Simiand; abandonou o pressuposto do estudo do singular, do específico, do irrepetível, recusando o “evento”; abandonou o pressuposto do fim que justifica todo o passado, o presente e o futuro, recusando a forma narrativa do discur-

so histórico; abandonou o pressuposto do sujeito consciência cívica, de si ou de classe, recusando a ação social prescrita por essas consciências; abandonou o pressuposto da história partidária, parcial, a serviço de poderes religiosos e políticos, recusando a ideologização do discurso histórico; abandonou o pressuposto do tempo cronológico, linear, irreversível, recusando o evolucionismo progressista; abandonou o pressuposto da história conhecimento do passado, recusando a “história-museu”. O rol das recusas é, portanto, extenso. Quais seriam as novas propostas? Baseados em suas relações estreitas com a *Revue de Synthèse Historique*, onde fizeram contato com todo o pensamento das novas ciências sociais, produzido por franceses e europeus, em geral não-historiadores, com exceção de Henri Pirenne, e baseados em suas relações tensas com os durkheimianos, Febvre e Bloch serão os principais articuladores dessa nova voz da história.

Eles estavam ligados à Universidade de Estrasburgo que, a partir de 1918, voltou a pertencer à França (Carbonell & Livet, 1983, p.74). Após a Primeira Guerra, o governo francês se apressou em “ocupar” a Alsace-Lorraine, profundamente alemã e, para isto, investiu recursos incomuns naquela universidade de província. A universidade teria duas funções: reinserir a Alsace-Lorraine na cultura francesa, consolidar a presença francesa naquela fronteira com a Alemanha. Ocupando uma posição estratégica de extrema importância, essa universidade se tornou um meio intelectual dos mais fecundos. Possuía um quadro de professores de grande qualidade em todas as áreas: juristas, como G. Le Bras; filósofos, como M. Guerroult; historiadores, como Febvre, Bloch, Lefebvre, Perrin; sociólogos como M. Halbwachs. E, sobretudo, além da qualidade individual de seus professores e pesquisadores, ela desenvolveu um novo espírito universitário: o da interdisciplinaridade. Para Berr, o “espírito de síntese” que ele defendia teria se corporificado ali. Os futuros *Annales* só farão desenvolver esse espírito de aproximação entre as ciências sociais, já vivido na Universidade de Estrasburgo.

Mas a influência desse meio intelectual sobre os *Annales* não se reduz somente à interdisciplinaridade. Ali também eles definiram sua “tendência política”. Aquela universidade estava, comenta M. Ferro, em uma encruzilhada de tensões: entre França e Alemanha, era o cruzamento de um mundo católico e protestante, onde se discutem duas ou três “verdades” sobre a origem da guerra, “verdades” sobre o Cris-

tianismo, “verdades” sobre a identidade dos alsacianos (Ferro, 1985, p. 38). A orientação explicitamente laica e científica da universidade confrontava-se com a Faculdade de Teologia católica e com o meio profundamente religioso, protestante e católico, da Alsace-Lorraine. A população quase não falava francês. As tensões eram numerosas: franceses x alemães, religiosos x laicos, população de origem alemã x Estado francês, autonomistas x francófilos x germanófilos, republicanos e liberais x socialistas e comunistas (Carbonell & Livet, 1983, p. 9-74). Diante desse quadro intimidador, a universidade se isolou e a pesquisa ali produzida tornou-se cética quanto à possibilidade de uma “intervenção científica” em tensões voluntaristas, apaixonadas, políticas e religiosas.

Os *Annales*, além da interdisciplinaridade, receberam também dali o outro componente de seu “espírito”: a recusa do engajamento político imediato, a prudência na tomada de posições públicas. Como tomar posições públicas em um mundo assim explosivo? A Alsácia era um meio social, político, religioso, cultural, lingüístico pequeno e ameaçador. A posição weberiana, embora não seja a fundadora dessa tendência tomada pela pesquisa produzida na Universidade de Estrasburgo e pelos *Annales*, expressa bem essa posição: não é função da ciência social fazer juízos de valor, mas juízos de fato. Sendo cientista, o pesquisador não precisa defender causas públicas e assumir posições políticas. Cidadão e cientista são personagens que atuariam em esferas distintas, cada uma com a sua racionalidade específica (Weber, 1965). Adotando o ponto de vista da ciência social, a história se recusou a continuar servindo aos nacionalismos guerreiros, expansionistas, e tornou-se um conhecimento distanciado, “objetivante” dos conflitos e tensões sociais, políticas e culturais.

OS COMBATES DE FEBVRE

Esse era, portanto, o meio onde Febvre e Bloch atuavam e a partir do qual se elaborou o “espírito” dos *Annales*. Ali, eles tomaram conhecimento das posições de sociólogos, filósofos e geógrafos, sobre a “história tradicional” e a partir dali iniciaram as suas “apologias e combates por uma nova história”. Febvre possui um pensamento complexo, contraditório, um texto cortado de interrogações, frases inter-

rompidas, afirmações radicais, exclamações, interrogações, reticências — um texto mais apaixonado, vigoroso, de historiador, do que um texto teórico, rigoroso, de sociólogo, como, por exemplo, o de Durkheim (Noiriel, 1989, p. 1441-1443). Ele cultivava a polêmica e produzia “resenhas assassinas”, onde o esforço de reflexão teórica ganhava vitalidade e a reserva teórica se confundia com a agressão pessoal. Compreende-se: sua luta não era só teórica, mas pelo lugar da história nas instituições francesas, pela atualização da história, sua inserção em seu tempo; era uma luta contra o expansionismo agressivo da sociologia. Ele quis afastar da história aqueles que a mantinham no passado, ultrapassada e envelhecida, alvo fácil dos que acompanhavam o desenrolar da história efetiva (Febvre, 1965, p. V).

Ele tinha percebido, a partir de seus encontros, colaboração e confrontos com os novos cientistas sociais, a aceleração da história efetiva, no século XX, e a urgência de se adaptar a história à nova realidade. Os seus analistas como Mann, Noiriel e Le Goff apontaram para as influências diversas que se podem descobrir no seu pensamento (Mann, 1971, Noiriel, 1989 e Le Goff, 1978 e 1988). Eles falam de Vico, Michelet, Vidal de la Blache, Henri Pirenne, K. Lamprecht, H. Berr, Levy-Bruhl, Charles Blondel, H. Walon, Fustel de Coulanges, Proudhon, Saint-Simon, Rabelais, Erasmo, Descartes, Montesquieu, Voltaire, Durkheim e Dilthey. G. Lefebvre fala de uma influência de Bergson, que Braudel contesta (Lefebvre, 1971, p. 315-316). Enfim, com exceção dos representantes da escola metódica, seus ex-professores, e de Ranke, parece que todo o pensamento filosófico e histórico francês e algumas personalidades alemãs estariam sustentando a sua obra (Mann, 1971, p. 27).

Nacionalista, patriota, colonialista, ele recusará a “história dos vencidos de 70” e seus “temores prudentes” (Burguière, 1979). Para ele, o historiador deveria ter as qualidades de um guerreiro: a perpétua inquietude de espírito, sempre alerta, a faculdade de se adaptar às situações novas, a mobilidade e a elasticidade de pensamento. Sua obra é constituída de livros eruditos, dedicados a compreender um destino individual, em seus pensamentos e sentimentos mais profundos. Ele deixou a história econômico-social a Bloch e dedicou-se à história das “mentalidades coletivas”. O tema que o reteve mais frequentemente foi o das relações entre os modos de pensar e sentir com os modos de produzir. Essas relações, ele procurava articulá-las em torno de uma vida individual, uma biografia.

Nos seus livros sobre Lutero, Rabelais, ele segue um destino pessoal em suas relações recíprocas com o meio social e cultural. O resultado é uma sociedade revelada por meio de um indivíduo e um indivíduo revelado através da reconstituição de seu meio sociocultural.

Com *Le Problème de l'Incroyance au XVI Siècle — La Religion de Rabelais*, pois ele se especializou no século XVI, Febvre criou a primeira obra de “antropologia histórica”. Sua questão era: o ateísmo é intelectualmente possível para os homens do século XVI? Sua hipótese: a “estrutura mental” do século XVI tornava inviável o ateísmo, pois não oferecia conceitos, palavras e questões que o tornassem “pensável”. Rabelais não era ateu: era um “crente da descrença”. Isto não quer dizer que uma “estrutura mental” não possa mudar e oferecer saídas de seu próprio universo fechado. Na “estrutura mental” do século XVI, o ateísmo era “impensável”, mas na dos séculos XVII e XVIII, ele já era quase banal. Quando, como e onde se deu a ruptura que tornou pensável e até comum o ateísmo? Ele afirma: “as formas pelas quais uma sociedade organizou e organiza suas representações do mundo não são nem imóveis nem sem limites. A tarefa primordial do historiador é, portanto, a de marcar os limites do que em um tempo histórico dado é perceptível ou pensável” (Febvre, 1968, p. 439).

Reconstruir uma “estrutura”, seus limites temporais de validade, onde ela começa e termina, esta será a tarefa do novo historiador. Febvre repõe a teoria alemã historicista do *zusammenhang*, sem dar muitas informações sobre sua origem. Seu objetivo é a reconstrução do sistema das expressões, dos sentimentos, a estrutura das condições de existência materiais, a estrutura do pensamento, em suas relações recíprocas. Para ele, seria preciso reconstituir a estrutura total de uma civilização para concluir com certeza do conjunto ao detalhe. Essa ida da parte ao todo e do todo à parte exige a construção de hipóteses que estabeleçam as condições possíveis e a natureza dessas correlações. A idéia do *zusammenhang*, da interdependência das partes que totalizam uma época, pressupõe um certo “estruturalismo”: o domínio do homem possui limites, que são os limites de uma época; que, como salientou Chartier, não são limites definitivos, mas que se alteram lentamente na experiência do tempo, na duração.

Febvre, entretanto, resistia à palavra “estrutura”, que considerava ligada a um modelo estático da realidade social. Mas sua obra enfatiza a dimensão sincrônica da análise. Ele mesmo usou expressões

como “estrutura mental”, “estrutura social”. Ele antecipava, prudentemente, que a história se encaminhava para uma abordagem mais sincrônica de seus objetos (Mann, 1971, p. 128). Ele reconhecia que o estudo das relações contemporâneas sustenta o estudo das relações entre elementos que se sucedem. O estudo dessas relações sincrônicas e sucessivas só se poderia fazer a partir da colocação de problemas e da construção de hipóteses e não de uma narrativa que organize os eventos a partir de um epílogo pré-dado.

Para ele, o historiador quer compreender as diferenças entre os homens de ontem e os de hoje. A história começa com o “espanto”, a “surpresa”, que o historiador experimenta diante das diferenças entre o presente e o passado. A história, Febvre a concebe como uma sucessão de estruturas totais e fechadas, irredutíveis umas às outras. Uma não se explicaria e não se reduziria à outra. Há, na verdade, descontinuidade, diferenças entre elas. Essas estruturas passadas, diferentes entre si e diferentes do presente, só podem ser, entretanto, abordadas a partir do presente. O historiador está imerso em um mundo que põe problemas específicos dele, mas que o historiador lança ao passado e procura ver se esses problemas postos pelo presente existiram no passado e, se existiram, como foram vividos (Ariès, 1986).

Percebe-se, nessas posições, que os seus analistas identificaram em sua obra, o lugar especial que ocupam, em sua formação de historiador, as ciências sociais (Chartier & Revel, 1979). As ciências sociais foram mais importantes para a sua formação de historiador do que os historiadores de seu tempo. O que não quer dizer que ele tenha mantido com elas relações sempre serenas. Pelo contrário, Febvre se relacionou com as ciências sociais de forma contraditória: primeiro, lutou contra o seu expansionismo e defendeu vigorosamente o lugar institucional e epistemológico da história renovada; segundo, rejeitava o seu teorismo, temia o “dogmatismo abstrato” dos durkheimianos e preferia os observadores mais empíricos do real, os historiadores. Por outro lado, acrescentam Chartier e Revel, a organização e institucionalização das ciências sociais, na França, deveram-se muito à sua defesa dos trabalhos coletivos, sob a hegemonia da história. Sua relação com as ciências sociais era, portanto, ambígua: promovia o seu encontro com a história e, ao mesmo tempo, defendia a história de algumas de suas posições e do seu imperialismo. Mesmo inspirando-se no programa de Simiand e deixando-se influenciar muito pelos novos cientistas

sociais, Febvre continuará essencialmente um historiador e guardará ainda muito do empirismo dos positivistas que atacava.

Febvre, na verdade, é ainda bastante diltheyano: quer ainda reviver as épocas passadas e dá grande espaço à psicologia. Dilthey afirmava que não há hierarquia entre os níveis sociais. Toda época teria seu “horizonte vital”, não haveria uma atividade determinante das outras. Febvre também partirá desse mesmo princípio, o da reconstituição de uma totalidade (*zusammenhang*). Para Noiriel, “se se quer encontrar antecedentes teóricos para Febvre, não é nem Marx e nem Durkheim que se deve invocar, mas Dilthey, um dos fundadores da hermenêutica moderna (...) Febvre pertence à idade hermenêutica da historiografia francesa” (Noiriel, 1989, p. 1442-1443).

O que o aproximaria ainda de Fustel e Seignobos, segundo ainda Noiriel, seria o sentimento de estranheza em relação à diferença entre o passado e o presente, que só poderia ser superada pela “revivência” da experiência passada, pela “reconstituição” do conjunto coerente de uma época. Assim como Dilthey, Febvre dá grande importância à biografia: a época explica o indivíduo e o indivíduo exprime sua época. Febvre se colocava, dessa forma, em uma posição complexa: ele atacava a história tradicional, a partir do ponto de vista da ciência social e, ao mesmo tempo, na prática, a continua. Noiriel vê nessa contradição uma estratégia: Febvre lutava contra os historiadores tradicionais, para tomar-lhes o lugar na instituição francesa. Para isto, ele teve que romper com seus pressupostos e trazer novos do exterior. Ele precisava usar uma linguagem diferente da de Seignobos, mas reconhecível pela comunidade dos historiadores como uma “linguagem de historiador”. Ele precisava realizar dois movimentos contraditórios: afastar-se dos historiadores tradicionais e continuar reconhecível pelos historiadores. Para afastar-se, usou a linguagem nova da ciência social; para continuar reconhecível, manteve-se fiel a algumas teses hermenêuticas, mas que se adaptavam às novas exigências teóricas.

Consideramos, entretanto, que Febvre não usou somente a linguagem da ciência social, para se afastar dos historiadores tradicionais: ele adotou, de fato, o ponto de vista da ciência social e, ao mesmo tempo, continuou historiador. Nesse sentido, talvez nem haja tal contradição apontada por Noiriel: Febvre falava a linguagem da ciência social, porque aderiu ao seu ponto de vista, e aplicou-o à história, mas não deixou de ser fundamentalmente historiador, o que o fazia conti-

nuador de Michelet e Fustel. Mas um continuador a partir de um novo ponto de vista epistemológico. Um historiador ainda, mas diferente, novo, pois ancorado em novos pressupostos. Se Dilthey e Seignobos se equivocaram no todo, acertaram em algumas partes, que passaram para o patrimônio comum dos historiadores, sejam eles de qual tendência forem; por exemplo, o conceito de “compreensão” sempre partirá de Dilthey, mesmo se for para negá-lo em sua concepção original, e o “método crítico” e a idéia de “erudição” reenviarão sempre a Ranke e a Seignobos. Essas continuidades que identificam o específico do olhar historiador não impedem, pelo contrário, são reafirmadas, pelas irrupções renovadoras deste olhar.

Pode-se considerar, portanto, a obra de Febvre como continuadora dos historiadores tradicionais — e é possível fazê-lo — mas pode-se olhá-la como uma ruptura com a história tradicional, que é o que mais comumente se faz. Como a nossa perspectiva é a da “renovação” desse olhar historiador, a partir de Febvre e Bloch, enfatizarei o que os diferencia da história tradicional, embora reconheça que, sendo historiadores, suas obras de uma certa forma são continuadoras daquela.

Em seus *Combats pour l'Histoire* (1965), algumas de suas resenhas, lições inaugurais e editoriais da revista foram reunidas e publicadas conjuntamente, onde aparecem algumas de suas proposições renovadoras do olhar do historiador. Na verdade, ele se apropriou, traduzindo-o para a linguagem da história, do programa de F. Simiand. Citaremos cinco de suas proposições fundamentais, caracterizadoras da *nouvelle histoire* que ele estava criando e deixaremos a exposição de algumas outras a Bloch. Dentre suas inúmeras teses inovadoras, escolhemos cinco: a “história-problema”, a “história-total”, a “interdisciplinaridade”, o alargamento do campo das fontes históricas e o fato histórico como construção teórica. Abordaremos, nesse primeiro momento, as formulações propriamente de Febvre e Bloch dessas proposições. Mais tarde, apresentaremos a evolução delas ao longo das fases da história da *École des Annales*.

A “HISTÓRIA-PROBLEMA”

A “história-problema” vem se opor ao caráter narrativo da história tradicional. A narração tradicional era a organização do caos dos

eventos em uma trama cujo fim já se conhecia antes. O modelo de narração que se imitava era o da biografia: entre o nascimento e a morte, articulam-se os eventos de uma vida individual (Furet, 1982, p.73 e ss.). Na narração, os eventos, únicos e incomparáveis, eram incluídos em uma continuidade, ganhavam um sentido que lhes vinha do exterior, tinham uma explicação teleológica. A estrutura da narração exigia alguma conceituação, mas que não era jamais explicitada. Os conceitos que a sustentavam permaneciam escondidos no interior da finalidade temporal que dava sentido à narração. A estrutura narrativa da história tradicional sintetizava todos os seus pressupostos filosóficos: o progressismo linear e irreversível, que define o epílogo que dá sentido à narração; o seu caráter “acontecimental”, que, “recolhidos” dos documentos criticados, ficariam sem sentido se não fossem incluídos em uma ordem narrativa; a história política, diplomática e militar, que é constituída por iniciativas, eventos, decisões, que constituem uma trama que favorece a narração; a disposição “objetivista” do historiador, que recolhe os fatos dos documentos e, imparcialmente, os põe em uma ordem sucessiva, que é dada objetivamente pela cronologia, através da narração. Enfim, a estrutura narrativa da história tradicional significava isto: narrar os eventos políticos, recolhidos nos próprios documentos, em sua ordem cronológica, em sua evolução linear e irreversível, “tal como se passaram”.

A história-problema vem reconhecer a impossibilidade de narrar os fatos históricos “tal como se passaram”. Por ela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e que os interroga a partir do presente. Ele explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se “apagar” na pesquisa, em nome da objetividade. Ao contrário, exatamente para ser mais objetivo, o historiador “aparece e confessa” seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e as formas como as utilizou e, sobretudo, a partir de que lugar social e institucional ele fala (De Certeau, 1974, p.4 e ss.). O historiador escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. Ele reconhece que não há história sem teoria.

A pesquisa histórica é a resposta a problemas postos no seu início e verificação das hipóteses-respostas possíveis. A partir da posição do problema o historiador distribui suas fontes, dá-lhes sentido e organiza as séries de dados que ele também terá construído. O texto histórico é o resultado de uma explícita e total construção teórica e não mais

o resultado de uma narração objetivista de um processo exterior organizado em si. A organização da pesquisa é feita a partir do problema que a suscitou: este vai guiar na seleção dos documentos, na seleção e construção das séries de eventos relevantes para a verificação das hipóteses, cuja construção ele exigirá.

Portanto, ao romper com a narração, a história torna-se uma empresa teórica, que segue o caminho de toda ciência: ela põe problemas e levanta hipóteses. Febvre a define, ao se tornar essa empresa teórica, como “estudo cientificamente conduzido” e não como “ciência”, que lhe parece um termo que define resultados adquiridos e mais ou menos fixados. E, para ele, essa história conceitual, problematizante, analítica, é uma inquietação permanente, que repõe em causa, de forma racional e metódica, as “verdades tradicionais”. Essa nova história reabre constantemente o passado em vez de reconstituí-lo definitivamente. Ela o retoma, o remaneja, o rediscute, estimulada pelas experiências do presente, que é sempre novo e exige, para se pensar, a reabertura do passado. Febvre insiste: “pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda história. Sem problema, não há história, mas narrações, compilações... A história ‘cientificamente conduzida’ realiza as duas operações que se encontram na base de todo trabalho científico: formular problemas e construir hipóteses” (Febvre, 1965, p. 22).

A história conduzida por problemas e hipóteses, por construções teóricas elaboradas e explícitas, é, sem dúvida, uma “nova história”. O historiador mudou de posição e de disposição: se antes era proibido, em tese, de aparecer na pesquisa, o que é uma interdição impossível de ser cumprida, agora ele é obrigado a aparecer e a explicitar sua estrutura teórica, documental e técnica e o seu lugar social e institucional. A história tornou-se uma empresa racional de pesquisa, na qual o leitor tem condições de verificar, ele mesmo, os resultados, pois foi posto a par dos seus pressupostos, conhece os documentos e seus meios de processamento, e sabe o que o historiador quer demonstrar e onde ele quer chegar. A história deixou de ser uma empresa intuitiva, fundamentada em *a priori*s indemonstráveis e passou a ser “comunicável”, criando as condições de uma “intersubjetividade”. Mesmo na discordância dos pontos de vista e dos resultados das pesquisas, é possível o diálogo entre pesquisadores, pois cada um sabe o que o outro pretendia e o que ele conseguiu ou não conseguiu e o que ele deveria fazer para conseguir o que queria ou o que impediu que, mesmo tendo atin-

gido seu objetivo, seus resultados fossem divergentes do de outras pesquisas. Um estudioso norte-americano da obra de E. Braudel, J. H. Hexter, considera a história-problema próxima da Matemática — tem a elegância de uma “demonstração” (Hexter, 1972, p. 537-538).

O FATO HISTÓRICO COMO “CONSTRUÇÃO”

A história-problema só é possível a partir de outra idéia “nova” dos *Annales*: a passagem do fato histórico “bruto” ao fato histórico “construído”. A história tradicional considerava os fatos como já presentes nos documentos. Era a crítica do documento, a sua restituição à autenticidade externa e interna e sua disposição em uma ordem cronológica, que faria “naturalmente” brotar fatos. Estes não podem ser “inventados” pelo historiador: eles se oferecem a ele objetivamente e são extraídos dos documentos “limpos”. Os fatos históricos são reais, exteriores à atividade reconstrutora do historiador, que os reconstitui neles mesmos e procurando vencer sua própria presença como reconstituídor (Febvre, 1965, p. 7). O historiador, para Febvre, não poderia continuar a fazer a história ensinada pelos “vencidos de 70”. Não poderia continuar a se reduzir a colecionador de dados: “dê-nos uma história não automática, mas problemática” (Febvre, 1965, p. 42). Assim, compreenderá a história e fará compreendê-la seus contemporâneos, trará elementos para a solução dos problemas de seu tempo. Assim como o fato não é “dado”, o passado também não é “dado”: o passado e o fato histórico “dados” não engendram o historiador e a história, mas é o historiador em seu presente que reabre o passado e constrói os dados necessários, a partir dos documentos, à prova de suas hipóteses, que responderiam aos problemas postos, ligados à sua experiência do presente (Febvre, 1965, p. 57).

O realismo “positivista”, para Febvre, é uma impossibilidade. Nenhum pesquisador manipula dados “brutos”, mesmo aqueles que desejavam fazê-lo. Os ditos positivistas têm um respeito supersticioso do fato, alimentam um tipo de fetichismo do fato, mas estes são construídos sempre, mesmo se eles não se dão conta. Mas, na “nova história”, essa construção do fato pelo historiador é admitida explicitamente, o que faz com que não sejam construídos implicitamente, inocentemente. Aqui, a realidade histórica é apreendida pelas formas

do espírito, não através de *a priori* inverificáveis, incomunicáveis, intuitivos, mas através de problemas hipóteses, através de conceitos, que devem ser verificados pela documentação rigorosamente criticada.

Essa tese de Febvre, surgida da influência das novas ciências sociais, será reforçada por R. Aron (Aron, 1938a). Aron também criticou o cientificismo “positivista” e mostrou que a história “objetiva” revela sempre o lugar filosófico do sujeito. Aron analisou a “dissolução do objeto” e mostrou a impossibilidade de uma “verdade” do que se passou. Para Febvre, os historiadores tradicionais construíam “quebra-cabeças”: iam reconstruindo paciente e detalhadamente, apanhando em uma “caixa-arquivo” as peças da realidade, formando um quadro real e total de uma realidade dada exteriormente. Entretanto, ao pretenderem produzir a impossível “paisagem total” da realidade histórica exterior, eles cometiam outro erro: privilegiavam a história política e os documentos oficiais, textos formais, timbrados e assinados, em geral, manipulados pelo seu produtor.

O NOVO CONCEITO DE “FONTE HISTÓRICA”

Nesse sentido, Febvre proporá uma outra “inovação”: ele defenderá a ampliação do “arquivo do historiador”. A história, para ele, pode ser feita com todos os documentos que são vestígio da passagem do homem. O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo. Antes, somente a História Antiga não se submetia à tirania do documento escrito e utilizava os achados da arqueologia. Mas a História Medieval e, sobretudo, a Moderna, só se explicava através de textos (Febvre, 1965, p. 428). Segundo Febvre, o historiador ignorava a realidade econômica que sacudia a sociedade, não sabia ler documentos estatísticos, jurídicos, não conhecia os temas econômicos, como a moeda, o câmbio, o sistema financeiro. Limitava-se a conhecer datas, lugares e nomes de indivíduos. A partir desse domínio do documento escrito, até se dividiu a história em uma pré-história, que Febvre considera uma noção ridícula: “*Reste que la*

notion de pré-histoire est une des plus cocasses qu'on puisse imaginer" (Febvre, 1965, p. 419). Só porque não havia documentos escritos? Mas o pesquisador que estuda a difusão de tal cerâmica neolítica faz história exatamente como aquele que trabalha com uma fonte estatística moderna. Ambos procuram conhecer as manifestações do gênero inventivo da humanidade, que, se são diferentes na forma, não são diferentes em "engenhosidade". M. Aymard considera essa proposição de Febvre uma das grandes mudanças realizadas pela *nouvelle histoire* (Aymard, 1972, p. 502).

Essa abertura e ampliação do campo das fontes históricas estão inteiramente associadas, por um lado, ao projeto da "história-problema", pois não há mais a "tirania" da heurística, mas a construção de problemas e hipóteses, no início da pesquisa. É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção dos *corpus* necessários à verificação das hipóteses que ele terá suscitado, o que devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. Por outro lado, essa ampliação do campo das fontes históricas, que estende a área de pesquisa do historiador até a antes interdita pré-história, está bem intimamente associada com outra proposta "inovadora" dos *Annales*: a "história total".

A "HISTÓRIA-TOTAL OU GLOBAL"

Essa expressão tem, a nosso ver, dois sentidos: pode querer dizer "tudo" e "todo". No primeiro sentido, seria a consideração de que "tudo é história", não havendo mais regiões que seriam interditas ao historiador; no segundo, seria a ambição de apreender o "todo" de uma época, seria uma abordagem holística de uma sociedade, o que levaria, talvez, a uma contradição com a história-problema. A "história total" pode ser compreendida como "tudo" ou "todo" e o texto de Febvre permite a sustentação das duas interpretações.

No primeiro sentido, que significa simplesmente o alargamento do campo histórico, ainda sob o signo da "história-problema", onde todas as relações sociais e humanas podem ser tematizadas no passado, o que se faz é recusar a distinção entre um "passado histórico" e um passado que não seria histórico e a consideração de que todo passado tem dignidade historiográfica e é passível de pesquisa histórica

(Agulhon, 1987, p. 212). Nessa acepção, a história total significa que a "história se edifica sem exclusão". A história política não seria mais a dimensão privilegiada e a história deve tratar de todas as dimensões do social e do humano: o econômico, o social, o cultural, o religioso, o técnico, o imaginário, o artístico... A *nouvelle histoire*, ao recusar a história política, e ao desenfatizar outras áreas, falhou na realização desse seu projeto totalizador, embora tenha aberto campos jamais explorados antes pelo historiador. J. Revel parece compreender a história total ou global nesse primeiro sentido: "(...) não podendo tudo dizer, o historiador decidia nada se interditar (...)" (Revel, 1979, p. 11371-1374).

Essa interpretação da história global, veremos, terá como consequência nos últimos *Annales* a dispersão da pesquisa em monografias com resultados paralelos, que não se acrescentam reciprocamente. O campo do historiador se fragmentou e se fala de uma história *éclatée*. Mas se esta abordagem de "tudo" se faz sob o signo da história-problema, não seria propriamente uma fragmentação, mas um debate entre historiadores, sobre bases intelectuais e objetivas sólidas. Não é necessário que dois historiadores que abordem um mesmo assunto cheguem a resultados comuns — é indispensável que o diálogo objetivo, racional e documentado possa se dar entre os dois, de tal forma que ambos compreendam onde se separam, por que se separam e como chegaram a resultados diferentes. Se há resultados diferentes é porque houve problematização diferente, hipóteses diferentes, uso diferente da documentação, mesmo que tenha sido a mesma. Entretanto, se essa diferença pode ser comunicada, se é racional, torna-se "conhecimento". Weber havia já demonstrado, na "Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", e em seus ensaios teóricos, que o conhecimento é sempre parcial, fruto de uma tematização de relações específicas. O trabalho da história total, nesse sentido, seria a análise de um passado inesgotável, constituído de relações inumeráveis e todas elas tematizáveis.

A segunda interpretação da história total — "conhecimento do todo" — pode ser também verificada nos textos fundadores. Nessa perspectiva, a *nouvelle histoire* ainda se manteria no quadro da história tradicional filosófica. Querer conhecer uma época como uma totalidade, sugere Foucault, é presumir sua continuidade, sua estruturação em torno de um princípio unificador (Foucault, 1969, p. 9-28). A síntese substitui a análise. A história global, entendida assim, pode estar

contaminada pelos pressupostos tradicionais, os de uma coerência, de uma continuidade, que levaria ao seu uso ideológico. Aqui, visa-se a uma correlação entre todas as instâncias da sociedade, que expressariam um “fato total”, no sentido de Marcel Mauss: as partes que expressam a unidade do todo. O historiador deveria procurar, nas partes, a presença do todo, desse “fato global”, que liga todas as partes em uma totalidade. Essa história global corresponde ao esforço de Febvre de apreensão do *zusammenhang* e revela a influência sobre ele de Dilthey e Michelet (Febvre, 1965, p. 25-26).

Mais tarde, F. Braudel procurará pôr em prática uma tal idéia de história total e também fazer-lhe a teoria. Criará a idéia dos três tempos que se referem uns aos outros e que constituiriam um “conjunto total”, na articulação de seus níveis. Para J. Hexter, a história global assim concebida entra em contradição com a história-problema, seria mesmo uma aspiração que a excluiria: “*It’s not easy to be sure what ‘the Annales’ means by ‘histoire totale’*” (Hexter, 1972, p. 511).

Nos anos 60, M. Foucault saberá definir com precisão o conceito da “história global” pretendida por L. Febvre e F. Braudel, que a história da *nouvelle histoire* mostrará que é uma aspiração irrealizável. Para Foucault, o projeto de uma história global é o da restituição do conjunto de uma civilização, do princípio de uma sociedade, da significação comum a todos os fenômenos de um período, da lei que dá conta de suas coesões, do “rosto” de uma época. Tal projeto pressupõe duas ou três hipóteses: 1 — dentre todos os fenômenos de uma área espaço-temporal, pode-se estabelecer um sistema de relações homogêneas; 2 — uma única forma de historicidade liga as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, comportamentos políticos e os submete ao mesmo tipo de transformação; 3 — a história pode ser articulada em grandes unidades — estágios ou fases — que possuem neles mesmos seu princípio de coesão (Foucault, 1969, p. 19).

Ainda sob o signo da “continuidade”, uma “história global” — segundo Hexter — marcada pela abundância de dados, de informações, de bibliografia, de temas inumeráveis e, sobretudo, de páginas — entre 800 e 1200! — será recusada mais tarde pelos próprios membros do grupo, como irrealizável. F. Furet dirá que tal tentativa de apreensão total do homem, embora não seja mais a idéia do século XIX de apreender o desenvolvimento da humanidade em todas as suas manifestações

e seja uma ambição mais modesta de ter sobre um objeto delimitado uma descrição a mais exaustiva, uma explicação mais global do que a das ciências sociais, é uma “impossibilidade total” (Furet, 1982).

A INTERDISCIPLINARIDADE

Finalmente, sintetizando essas quatro propostas anteriores, Lucien Febvre proporá aquilo que passou a ser considerado o específico dos *Annales*, o seu “espírito”: a “interdisciplinaridade”, que concretizou a opção da história pelo ponto de vista da ciência social e a afastou definitivamente da filosofia. A história uniu-se às ciências sociais: ela constrói seu objeto, põe problemas e levanta hipóteses, usa conceitos e técnicas das ciências sociais, na perspectiva das “durações” (Febvre, 1965, p. 14).

Essa proposta interdisciplinar estava já contida no projeto da “síntese” de Berr; e Simiand havia considerado a possibilidade de a história atuar como uma ciência social entre as ciências sociais, se ela assumisse o “método” da sociologia. Entretanto a proposta de Febvre guarda sua originalidade em relação às anteriores: a história seria uma ciência social dentre outras e sua unificação se faria pela “troca de serviços” (Braudel citado em Stoianovitch, 1976, p. 12).

Para Febvre, portanto, a interdisciplinaridade não se assentaria sobre um “método comum”, como para Simiand, embora os historiadores novos tenham absorvido grande parte da teorização, dos conceitos e técnicas de análise dos dados das ciências sociais e tenham mantido a mesma atitude do cientista social diante dos seus materiais. O que faria a união da história e das ciências sociais estava além do método, era o “objeto comum”: o homem social. É esse objeto comum, em seu ser social e empírico, que exige uma análise interdisciplinar (Revel, 1979, p. 1.372). Para a análise desse objeto, que lhes é comum, história e ciências sociais “trocariam serviços”: conceitos, técnicas, dados, problemas, hipóteses. No início, a *nouvelle histoire* se associou à economia, à sociologia e à geografia. Dessas associações, apareceram ciências compostas: história econômica, história social, geo-história, depois, história demográfica, história antropológica etc. (Febvre, 1965, p. 428).

Aproximando-se das ciências sociais e sob a sua influência, a história se tornou *nouvelle*. M. Ferro define esta *nouvelle histoire* — ciência social — talvez de forma um pouco otimista, mas sua definição se aproxima da orientação então tomada pela história: “mais do que um discurso sobre o sentido da história, a prática histórica se quer doravante um diagnóstico, até mesmo um prognóstico sobre a história, mas não uma terapêutica (...) Tramou-se uma revolução de ordem metodológica (...) aparecia uma história experimental” (Ferro, 1985, p. 37-39).

AS PROPOSTAS DE BLOCH O OBJETO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO E A SUA TEMPORALIDADE

M. Bloch recolocará em sua obra “Introdução à História” (*Apolo-gie pour l’histoire ou métier d’Historien*), publicada postumamente por Febvre e escrita enquanto ele lutava na resistência aos nazistas, essas proposições acima, de Febvre, e desenvolverá mais detalhadamente duas proposições “inovadoras” da História, às quais Febvre não deu tanta atenção e sobre as quais pouco escreveu (Bloch, 1974). Trata-se da nova concepção do objeto da história e do “método retrospectivo”. Bloch, na verdade, fez as primeiras reflexões sobre a concepção da temporalidade da *nouvelle histoire*. Segundo Bloch, embora o termo “história” seja velho e ambíguo, ele ainda define o que quer ser a *nouvelle histoire*. No seu novo sentido, esse termo designa um conhecimento que não se interdita e que não privilegia nenhuma direção de pesquisa. Esse conhecimento não se fecha em nenhum credo e não engaja nada mais além da pesquisa. A história continua fiel à tradição: ela é ainda o “estudo dos homens, das sociedades humanas no tempo”. É uma ciência dos homens em sua diversidade. Atrás da paisagem visível, dos instrumentos de trabalho, dos documentos os mais indiferentes e frios, atrás das estatísticas, das instituições, dos monumentos “são os homens que a história quer apreender” (Bloch, 1974, p. 34). Esse conhecimento dos homens escapa à matematização e é construído principalmente com o “tato das palavras”, com o espírito de *finesse*. (*Il n’y a moins de beauté dans une exacte equation que dans une phrase juste*) (Bloch, 1974, p. 35). Bloch define a perspectiva do historiador sobre esse objeto comum das ciências sociais: a história não

pensa somente o “humano”, ela o pensa na “duração”. O tempo da história, ele afirma, é o plasma em que se banham os fenômenos e o lugar de sua inteligibilidade (Bloch, 1974, p. 37). Esse tempo da *nouvelle histoire* é descrito por Bloch como uma realidade concreta e viva, um *élan* irreversível, que é ao mesmo tempo continuidade e descontinuidade. Para ele, é da antítese desses dois atributos que nos vêm os grandes problemas da pesquisa histórica (Bloch, 1974, p. 37).

A nova concepção da temporalidade que apresenta a *nouvelle histoire* terá como consequência nada menos que a mudança dos objetos privilegiados do historiador, embora este não esteja impedido de estudar nenhum aspecto da realidade social. Se a história tradicional enfatizava o evento e o que ele significa, a mudança, o tempo curto, o que a levava a fixar-se no Estado — suas instituições, seus líderes, suas relações exteriores, suas guerras — e suas instituições associadas — a Igreja, instituições intelectuais e culturais — que o legitimam, e a pensar a história como uma continuidade, uma evolução progressista, a *nouvelle histoire* tratará prioritariamente dos fenômenos “econômico-sociais”. Essa mudança de objeto se associa e é fundada por uma nova concepção do tempo. Os fenômenos econômico-sociais são abordáveis “cientificamente” porque se repetem, são mensuráveis, quantificáveis, seriáveis, empiricamente verificáveis. Eles são pensáveis em termos de ciclos, interciclos, tendências: a inteligibilidade da história mudou através de uma nova periodização. O “acontecimental”, rápido e dramático, o tempo das “decisões” individuais e declaradas, foi substituído por uma temporalidade silenciosa, implícita, lenta, duradoura, “estrutural”. A história tradicional tratava do evento político visível, breve, narrável. A *nouvelle histoire* se quer mais sincrônica e procura estabelecer os laços entre esses eventos visíveis, e não exclusivamente políticos, com a sua base profunda, sua duração invisível.

Embora não se possa deixar de “narrar”, a forma narrativa não é mais a marca exclusiva do discurso histórico. A abordagem desse “invisível estrutural” só pode se dar através da reconstrução conceitual. A *nouvelle histoire* não se reduz a uma narração factual. É um esforço de conceituação, isto é, de reunião da diversidade factual sob a unidade do conceito. Mas, temendo sempre a tendência do conceito à autonomização, contrasta constantemente seus conceitos com a diversidade do real, para testar os limites temporais de sua validade. Aquela questão essencial da *nouvelle histoire*, posta no início do capítulo anterior: se o

evento enquanto evento é impensável, como pensá-lo sem recair em uma filosofia da história? A resposta da história sob a influência das ciências sociais será: a diversidade da realidade é pensável através da sua unificação conceitual, hipotética, testável, contrastável com os limites da duração dos fenômenos. O evento é pensável, portanto, pelo conceito, que reconstrói as estruturas que emolduram a dispersão eventual. Esses conceitos possuem um correspondente real e não são criações subjetivistas, embora subjetivas, do historiador (Pomian, 1984, p. 165-218).

Os eventos interessam não por sua singularidade, mas enquanto elementos de uma série, enquanto revelam um fundo mais duradouro de tendências conjunturais e estruturais. O passado não é mais uma descrição de eventos “percebidos”, mas uma reconstrução conceitual. A história tradicional se limitava, sem dizer o porquê, a narrar os fatos ocorridos em tal lugar e data: ela tratava do perceptível, do visível. A *nouvelle histoire* não abandonou esse visível e não lhe deu um sentido providencial ou espiritual, mas situou-o em uma “duração” mais lenta, invisível, que o sustenta e explica, e somente apreensível pelo “conceito”.

Esse conceito, é claro, não é a idéia hegeliana de uma “realidade em si”, mas é mais próximo da idéia kantiana da construção pelo sujeito de “formas” que apreendem a realidade objetiva. São construções disciplinadas, controláveis, submetidas a regras, comunicáveis, falsificáveis, tecnicamente verificáveis. Essa temporalidade mais duradoura é constatável menos nos fenômenos políticos do que nas estruturas econômico-sociais e nas relações dos homens com o meio geográfico e em suas estruturas mentais. Essas regiões duradouras da experiência vivida dos homens é o lugar das verdadeiras decisões históricas, construídas a longo prazo e de conseqüências mais permanentes. Nessa perspectiva, a instância política, antes dirigente e construtora de toda a realidade, é considerada epifenomênica. Essa história estrutural e conceitual não é constituída de abstrações formais, pois a “estrutura” não é concebida como um conjunto de elementos abstratos, coerente, independente da realidade objetiva (Pomian citado em Le Goff, 1988, p. 111). A estrutura do historiador é um quadro estável, que confere às atividades um caráter monótono, repetitivo; é uma “longa duração”, concreta, mas “invisível”, que só a pesquisa e a reconstrução conceitual pode apreender.

Bloch elaborou mais, embora não definitivamente, essa posição da *nouvelle histoire* em relação ao seu objeto: os homens na perspecti-

va da duração. Braudel retomará essa questão mais tarde e, se não dará sua teoria definitiva, pois ainda polêmica, vai elaborá-la e explicitá-la de maneira mais conclusiva.

O “MÉTODO RETROSPECTIVO”: A DIALÉTICA PRESENTE/PASSADO

Outra proposta “inovadora” da *nouvelle histoire* será enfatizada por Bloch: trata-se do “método retrospectivo”, que já fora desenvolvido e defendido por Weber. Através dessa abordagem de seus materiais, o historiador quer vencer aquilo que Simiand denominou como o “ídolo das origens”. Este consistiria em sempre se procurar explicar o mais próximo pelo mais distante, o passado legitimando o presente, pois o preparou e construiu. As origens são concebidas como um “começo que explica” todo o desenrolar do processo. Mas, afirma Bloch, não basta conhecer o começo ou o passado de um processo para explicá-lo. Explicar não é estabelecer uma filiação. O presente guarda uma certa autonomia e não se deixa explicar inteiramente pela sua origem.

Enquanto os historiadores tradicionais interditavam o presente como objeto do historiador, pois não seria abordável serena e refletidamente, pois espaço da experiência e não da reflexão, Bloch propõe que o historiador vá do presente ao passado e do passado ao presente. Os historiadores tradicionais dividiram o passado, objeto da história, do presente, objeto dos sociólogos, jornalistas, politólogos, que jamais abordam o passado. Bloch, pelo ir e vir do historiador do presente ao passado, sustenta que o historiador não deve ser um pesquisador de origens. Para ele, por um lado, o passado explica o presente, pois o presente não é uma mudança radical, uma ruptura rápida e total. Os mecanismos sociais tendem à inércia, são prisões de longa duração: código civil, mentalidades, estruturas sociais. Ignorar o passado comprometeria a ação no presente. Entretanto, por outro lado, o presente não se explica exclusivamente pelo passado imediato, ele possui raízes longas e é também um conjunto de tendências para o futuro e é o espaço de uma iniciativa original. O presente está enraizado no passado, mas conhecer essa sua raiz não esgota o seu conhecimento. Ele exige um estudo em si, pois é um momento original, que combina origens passadas, tendências futuras e ação atual.

É a partir dessa concepção mais complexa das relações de determinação recíproca entre passado e presente que Bloch proporá o “método regressivo”. O passado não é compreensível se não se vai até ele com uma problematização suscitada pelo presente. O historiador não pode ignorar o presente que o cerca, ele precisa olhar em torno de si, ter a sensibilidade histórica de seu presente, para, a partir dele, interrogar e explicar o passado. Ele faz o caminho do mais conhecido, o presente, ao menos conhecido, o passado, para conhecê-lo mais. Ele sabe mais dos tempos mais próximos e parte deles para descobrir os tempos mais longínquos. Esta é a estratégia regressiva do conhecimento histórico, um conhecimento a contrapelo: do presente ao passado. Há um interesse vivo do presente pelo passado, perguntas que ele se faz para se compreender melhor enquanto continuidade e diferença em relação ao passado. A história, enquanto ciência dos homens no tempo, “une o estudo dos mortos ao dos vivos”. Evita-se, assim, a vinda mecânica do atrás para a frente e evita-se também a busca das origens, que leva a uma retrospecção infinita, que exclui definitivamente o presente da perspectiva do historiador. Esse “método regressivo” é o sustentáculo da “história-problema”: temática, essa história elege, a partir da análise do presente, os temas que interessam a esse presente, problematiza-os e trata-os no passado, trazendo informações para o presente, que o esclarecem sobre sua própria experiência vivida.

São estes, portanto, os cinco temas selecionados para definir de alguma forma a “novidade” da história sob a influência das ciências sociais, o “novo rosto” que o conhecimento histórico tomou, no século XX. À medida que o século se desdobrou, os membros da “Escola dos *Annales*” fizeram alterações nessas proposições iniciais, embora as mantivessem enquanto orientações fundamentais de suas pesquisas.

BLOCH E FEBVRE: DIVERGÊNCIAS

Uma questão que se põe é a das relações entre os pensamentos de Febvre e Bloch: seriam pensamentos próximos, distantes, convergentes ou divergentes? As posições de seus analistas são diferentes sobre essa questão. M. Bloch teve sua formação na lingüística, que o levou ao método comparativo, na ciência histórica da Alemanha, país em que estudou

de 1908 a 1909 e onde aprendeu a reconhecer a solidez das técnicas eruditas, considerando-as como meio e não como fim da pesquisa, na sociologia durkheimiana e na geografia de Vidal de la Blache (Duby, 1974). *L'Année Sociologique* e Durkheim estão para Bloch assim como a *Revue de Synthèse Historique* e H. Berr estão para Febvre.

Bloch começou a sua renovação da história com a obra *Caractères Originaux d'Histoire Rural de la France*, de 1931, abrindo um novo campo de pesquisa histórica, o das estruturas agrárias, dos modos de tratamento do solo, sua repartição, sua exploração, na perspectiva já de “longa duração” — da Idade Média ao século XIX (Ariès, 1986, p. 225-238). Ele renovou o estudo da sociedade feudal com sua obra *La Société Féodale*, de 1939 a 1940; procurando diferenciar a mentalidade feudal da mentalidade do colono do Baixo Império Romano, marcando a especificidade daquela. Ele optou pela história econômico-social, sempre no quadro da longa duração, do método regressivo, da delimitação de “áreas sociais”.

Nessa opção pelas estruturas econômico-sociais haveria alguma influência do marxismo? Para Duby, Bloch, que confessou sua admiração pela capacidade de análise de Marx da sociedade, não precisava de sua influência direta, para fazer essa opção; havia as presenças de H. Pirenne, F. Simiand, H. Hauser, o que não descarta a presença indireta de Marx. Entretanto, apesar de ter-se dedicado à história econômico-social, ele produziu uma obra pioneira sobre as mentalidades coletivas — “Os Reis Taumaturgos”, de 1924. Ainda segundo Duby, o pioneirismo de Bloch aparece na introdução em suas obras das diferenças de ritmo entre as estruturas econômica, política, mental, embora ainda discretamente; na pesquisa dos “silêncios” da história, no uso constante da documentação involuntária e em suas reflexões sobre as relações entre o individual e o coletivo.

G. Iggers procura estabelecer algumas distinções entre os pensamentos de Febvre e Bloch (Iggers, 1984, p. 54-56). Para ele, enquanto Febvre dá mais lugar à consciência, Bloch progressivamente enfatizará a estrutura material dentro da qual a consciência se exprime. Embora fundadores de uma “nova história”, Bloch se ligaria à tradição metódica e durkheimiana e Febvre, à tradição hermenêutica e diltheyana. M. Aymard vê entre eles mais diferenças do que coincidências. Para ele, seria um erro reduzi-los a uma identidade comum (Aymard, 1972, p. 488). Bloch, para Aymard, era mais “cientista social”; influenciado

pela sociologia, utilizava as técnicas das ciências sociais e sua bibliografia, fazia pesquisas geográficas e lingüísticas, já na perspectiva da “longa duração”. Febvre foi sempre mais ligado aos elementos concretos do tempo que estuda, era “humanista” e temia o formalismo conceitual. Aymard chega a concluir que Febvre e Bloch tinham pensamentos bem diferentes e concepções da história divergentes. Para ele, Febvre concebia a história no plural, isto é, como “o estudo dos homens no tempo”, “estudo das mudanças”, enquanto que Bloch a concebia no singular, isto é, como “o estudo do homem no tempo”, “estudo da mudança” (Aymard, 1972, p. 494).

T. Stoianovitch e H. D. Mann apontam para uma possível influência sobre ambos, Bloch e Febvre, da “geração espanhola de 1898”, composta por homens como Miguel de Unamuno, Angel Ganivet, José Martínez Ruiz (Azorin), cujo representante francês foi Paul Valéry (Stoianovitch, 1976 e Mann, 1971). Os autores dessa “geração”, afirma Mann, aprofundaram e alargaram o passado para além da esfera dos fatos e das tradições, convencidos de que a significação do presente se extrai de uma reconstrução imaginativa do passado. Miguel de Unamuno usava a metáfora do mar, para definir o movimento da história: a história só poderia ser compreendida a partir de sua “profundidade”, assim como o mar não é compreendido pelas suas ondas espumosas, mas pelas suas regiões profundas que as sustentam. Era uma “geração” deprimida com o momento em que vivia a Espanha, ex-imperial e, naquele momento, em crise. Repensavam o Império Espanhol com nostalgia mesmo considerando-o a causa da ruína espanhola. Rediscutiam o etnocentrismo, o eurocentrismo, valorizando mais o que é durável, o povo, esvaziando a história de eventos e heróis. Ambos os analistas de Febvre e Bloch consideram que essa influência sobre eles tenha existido, mas consideram também que essas idéias da “geração espanhola de 1898” expressavam o horizonte europeu daquela época e não somente o horizonte espanhol.

Enfim, esses dois historiadores, com suas convergências e divergências sobre o que deveria ser a *nouvelle histoire*, foram os seus principais formuladores e articuladores, enquanto atuavam na Universidade de Estrasburgo, nos anos 20. Eles fundarão, em 1929, a revista de história *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, que encarnaria o “espírito” da *nouvelle histoire*, que já estava à solta desde o início do

século XX, por toda a Europa. Essa Revista será o veículo dessas propostas inovadoras comentadas anteriormente, contra a história tradicional, que controlava as instituições ligadas à história na França, o chamado *Etat Monod* (Carbonell & Livet, 1983, p. 79-192). É por meio dela que levarão adiante os seus “combates”. Eles adotaram, especialmente Febvre, o estilo durkheimiano de intervenção: frase cortante, a resenha demolidora e o impulso expansionista.

O projeto dos *Annales* era tanto epistemológico quanto institucional. Visava-se a atualizar a história, adequando-a à história efetiva e às novas posições da ciência social, e a tomar a instituição histórica francesa, ocupada pelas pessoas erradas. Este projeto incluía duas estratégias: externa — apresentar a história nova e dinâmica às ciências sociais, reivindicando um lugar central entre elas; e interna — ocupar o aparelho institucional, instalando os seus adeptos nos lugares-chave (Coutau-Begarie, 1983). Para a realização desse projeto duplo, teórico e de poder, apresentaram-se como desligados da instituição então constituída, como marginais a ela, cultivando o antidogmatismo. Por meio de suas resenhas agressivas, produziam inimigos, para criar um “espírito” de grupo: “o espírito dos *Annales*”.

Para Burguière, “vontade de convencer e vontade de vencer estão unidas como a luz e a sombra” (Burguière, 1979, p. 1.353). Essa frase de um dos membros da própria “Escola dos *Annales*” nos parece lapidar para definir o projeto de Febvre e Bloch: vontade de vencer, convencendo. Entretanto traziam eles, de fato, alguma coisa de verdadeiramente nova, original? Na verdade, o movimento que orienta a pesquisa histórica para o estudo das estruturas socioeconômicas se dava por toda parte, na Europa, e a interdisciplinaridade, embora sobre bases diferentes, era um projeto de diversos grupos. Para Hexter, os fundadores não reivindicavam a “inovação” (Hexter, 1972, p. 482). Eles acreditavam que a pesquisa histórica, na França, estava aquém da desenvolvida na Alemanha, na Inglaterra e nos EUA, graças a uma instituição, a Sorbonne; a uma “deficiência”: a incapacidade dessa instituição de elevar a história na França ao padrão dos outros países europeus, que já produziam uma história sob a influência das ciências sociais; e a uma atitude: a timidez e limitação da pesquisa à história política e “minuciosa”, resultado das derrotas de 70 e da meia-vitória de 1918.

A história sob a influência das ciências sociais era um fenômeno europeu, mas que crescerá especialmente na França, graças a uma série de condições favoráveis (Hexter, 1972, p. 483). Os *Annales*, portanto, em 1929, não constituíram um movimento isolado na Europa, mas pertenciam a um movimento cultural mais amplo, o que não restringe a sua originalidade.

AS DIVERSAS FASES DA “ESCOLA DOS ANNALES”: CONTINUIDADE OU DESCONTINUIDADE?

A história da *nouvelle histoire* pode ser dividida, em sua dimensão mais ampla, que envolve todo o século XX, em quatro períodos. T. Stoianovitch caracteriza estes períodos da seguinte maneira:

1 — 1900-1920 — fase da “crise da consciência histórica”, que aparece nos artigos das recém-fundadas revistas *Annales de Géographie*, *L'Année Sociologique*, *Revue de Synthèse Historique*. Neste momento, inicia-se uma reação viva ao método histórico alemão e são feitas proposições de diversos projetos de renovação da história.

2 — 1920-1946 — aparecimento do 10º volume da coleção dirigida por H. Berr, *L'Evolution de l'Humanité*, a organização do *Centre de Synthèse* e colóquio anual *Semaines de Synthèse*; a criação do projeto de uma *Encyclopédie Française* e a fundação da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. Foi uma fase de combate contra a história tradicional visando a ocupações das instituições de ensino, pesquisa, administração e publicação de história, na França.

3 — 1946-1968 — fase de explosão criadora e de expansão institucional. Os *Annales* entraram em uma fase de consolidação quase burocrática.

4 — 1968-1988 (?) — período sob a influência inicial do movimento estudantil de 1968, que obrigou a revisões da orientação da revista e a na reorganização institucional. Braudel não terá mais a dire-

ção solitária da revista, passando a compartilhá-la com outros representantes da “escola”. Nesta fase, em 1975, a 6ª Seção da E.P.H.E. (*École Pratique des Hautes Études*) foi promovida ao status de universidade, podendo oferecer seminários e conceder diplomas, sob o novo título de *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Stoianovitch, 1976, p. 41 e ss.).

T. Stoianovitch considera como central, para a construção do novo paradigma dos *Annales*, a presença de E. Braudel, entre 1957 e 1972, como produtor da obra mais revolucionária e como administrador do patrimônio dos *Annales*, diluindo, assim, a importância da criação da revista e dos “combates” e “apologias” da história, de Febvre e Bloch, antes da Segunda Guerra. Posição que o próprio Braudel, prefaciando a obra do próprio Stoianovitch, contestará.

Iggers, por sua vez, divide a história dos *Annales* em dois períodos principais. Segundo suas próprias palavras: “podemos dividir a história dos *Annales* em dois períodos, um anterior a 1945, que foi caracterizado por Le Roy Ladurie como sendo o da “história estrutural qualitativa”, e um segundo, posterior a 1945, no qual uma “história quantitativa conjuntural” cresceu sem substituir a orientação anterior. Entre esses dois períodos existem também diferenças institucionais: antes de 1945, a Revista dirigida por Febvre e Bloch representa sozinha o grupo (...) após 1947, a Revista ganha um novo nome e o grupo dos *Annales* liga-se a uma nova instituição, a 6ª Seção da *École Pratique des Hautes Études* (...) (Iggers, 1984, p. 56-57).

São periodizações corretas, ambas, cada uma em sua perspectiva. O equívoco de Stoianovitch, a nosso ver, está em dar mais importância a uma fase em detrimento de outras, pois cada fase, em seu momento específico, construía a *nouvelle histoire*, fortalecia-a e ampliava sua área de influência teórica e institucional. Iggers, talvez, menospreze a originalidade do período pós-68, que voltaria a ser em grande parte “qualitativo”, sem abandonar as conquistas dos procedimentos quantitativos. Entretanto, geralmente, divide-se a história da *nouvelle histoire* em três fases distintas, a partir da fundação da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*: de 1929 a 1946, de 1946 a 1968, de 1968 em diante.

Fala-se de três “gerações dos *Annales*”, com lideranças e orientações diferentes, ligadas a momentos históricos diversos. P. Burke considera esta periodização da maneira seguinte: este movimento

pode ser dividido em três fases. Na primeira, de 1920 a 1945, era pequeno, radical e subversivo, fazendo uma guerrilha contra a história tradicional, a história política e a história acontecimental. Após a Segunda Guerra, os rebeldes tomaram o *establishment* histórico. Esta segunda fase foi dominada por Braudel. Uma terceira fase abriu-se por volta de 1968. Ela é marcada pela fragmentação. A história dos *Annales* pode ser, portanto, interpretada em termos da sucessão de três gerações” (Burke, 1990, p. 2-3).

As fases 1 e 2 citadas anteriormente, segundo a periodização de Stoianovitch, os dois capítulos precedentes procuraram analisá-las definindo seus problemas específicos, seu momento histórico particular, os seus autores/atores principais, com suas teses mais novadoras, caracterizadoras de uma *nouvelle histoire*. Nos próximos capítulos abordaremos as três “gerações” dos *Annales*, retomando brevemente primeira “geração”, aquela anterior à Segunda Guerra, para contrastá-la com as duas “gerações” seguintes. Além disso, apresentaremos a hipótese de uma “Fase”, que a *nouvelle histoire* estaria vivendo desde 1988. Uma 4ª Fase distinta, talvez, seja um exagero; diria que “Escola dos *Annales*” passa por um momento especial, desde 1988 quando estaria sendo obrigada a rever posições sustentadas ostensivamente nas fases anteriores.

A PRIMEIRA FASE: 1929/1946

FEBVRE, BLOCH E A RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA COM A REVISTA *ANNALES D'HISTOIRE ECONOMIQUE ET SOCIALE*

Retomaremos aqui a atividade de Bloch e Febvre, que, por meio da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, combateram a história tradicional e os seus representantes, apresentando o projeto de uma *nouvelle histoire*, para contrastar essa fase do movimento com as suas fases posteriores. Muitas das posições defendidas pela 2ª e 3ª “gerações”, sobretudo por esta última, não foram claramente desenvolvidas pelos fundadores, embora encontrem neles suas primeiras e embrionárias formulações.

Alguns sustentam que a 3ª geração não só teria continuado a tradição dos fundadores e mesmo radicalizado suas primeiras formulações, e outros falam de uma descontinuidade e até de uma “traição” dos

novos *Annales* aos fundadores. O que Febvre e Bloch trouxeram de novidade, de fato, foi sua compreensão da temporalidade histórica. Em suas obras históricas e teóricas, eles introduziram o permanente, o duradouro, recusando a história como o conhecimento exclusivamente da mudança. Em contato com a geografia, criaram uma geo-história, que trata das relações entre os homens e a natureza, onde o homem constrói o seu mundo sobre uma matéria resistente, permanente, mas transformável. As relações entre os homens e a natureza não são concebidas como uma “luta”, mas como relações de complementaridade e solidariedade recíprocas. Interessaram-se pelas estruturas econômico-sociais: nas estruturas econômicas, aparecem os meios de intervenção coletiva dos homens na natureza, para a produção dos bens materiais necessários à reprodução da vida; nas sociais, aparece o que há de “natural” na sociedade, isto é, o repetitivo, o resistente, o que há de comum entre os indivíduos. O historiador tenderá a privilegiar o que “dura”, o que se repete, para estabelecer ciclos e tendências seculares.

O programa da “Escola”, o seu “espírito”, como vimos, foi explicado no editorial do primeiro número da Revista: promover a aproximação da história das ciências sociais e afirmar a *nouvelle histoire* não por artigos teóricos, mas “pelo exemplo e pelo fato”. O editorial é excessivamente curto, para uma revista de ambições tão grandiosas. Entretanto, ele expressava, em sua brevidade, o próprio “espírito” da Revista: mais casos analisados e menos polêmica teórica. E, para um grupo que valoriza tanto o “espírito” — história conceitual, história-problema, analítica, história mais “viva”, que liga presente e passado — pode-se reclamar da falta de uma “elaboração” desse espírito, de uma explicitação conceitual do projeto na medida em que um espírito sem fatos é tão lamentável como fatos sem espírito.

Apesar disso, essa Revista, fundada em 1929, vai alterar a paisagem historiográfica da França e do mundo. Para um começo, comenta Hexter, os *Annales* começaram em alta: tinha mais páginas do que a *Revue d'Histoire Moderne* e a metade da *Revue Historique* (Hexter, 1972, p. 485). Apesar das condições favoráveis ao seu sucesso, a revista não obteve um crescimento imediato. Quando da Segunda Guerra, é claro, funcionou precariamente, decaiu. Mas jamais deixou de circular. Mudou de nome duas vezes, adequou-se à realidade, cada vez mais exigente em relação àqueles que queriam acompanhá-la. Após a Segunda Guerra, a *Revue Historique* caiu e os *Annales* cresceram pro-

gressivamente em número de páginas e em área de influência. A história efetiva dera razão ao seu programa: a partida contra a história tradicional estava ganha. A partir daí, foi a revista de história que mais cresceu e mais influência exerceu no mundo. Tornou-se, enfim, uma sólida instituição. Até 1946, ela será formuladora e combatente por uma nova história. Nesse período, Febvre e Bloch abandonarão a Universidade de Estrasburgo e irão instalar-se, respectivamente, no *Collège de France* e na Sorbonne.

Para Le Goff, as motivações de Febvre e Bloch, quando do lançamento da Revista, eram três: 1ª) tirar a história de seu isolamento disciplinar, derrubando as paredes que a compartimentavam; 2ª) afirmar direções novas de pesquisa, interessando-se pelas esferas econômica, social, geográfica, mental; 3ª) empreender o combate contra a história política, na sua forma diplomática, narrativa e acontecimental, que mascarava o verdadeiro jogo histórico, que se passa nos bastidores estruturais, que seria o que se deveria fazer aparecer e explicar (Le Goff, 1988a). Defenderam uma história “profunda, total e plural”: das estruturas, de todas as expressões do humano, e dos homens e das civilizações e não “do homem e da civilização”. Além disso, propuseram um conhecimento histórico a partir do presente, um presente que compreende a sua história como continuidade e alteridade em relação ao passado. Le Goff concorda que a grande “invenção” dos fundadores foi sua nova percepção da temporalidade histórica, que eles não puderam desenvolver plenamente, mas que Braudel, a partir deles, fará a teoria definitiva. Sua intuição foi a de que a história “acontecimental”, do tempo breve, era incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças. Mas, apesar de enfatizarem o estudo das “lentidões”, do que veio a ser denominado “estrutural”, para eles, o objetivo do historiador continuaria o de apreender a mudança dentro do quadro de uma estrutura duradoura. Esse conhecimento do “duradouro” e da mudança das sociedades humanas só poderia ser realizado através da aliança com as ciências sociais. Os trabalhos de Febvre e Bloch pertencem a essa fase, no tempo e na metodologia. As obras principais de Febvre, excetuando seus artigos e resenhas, são: *La Terra et l'Évolution Humaine* (1922); *Le Problème de l'Incroyance au XV Siècle — La Religion de Rabelais* (1942); *Martin Luther*; *Un Destin* (1928); *Philippe II et le Franche-Comté* (1912). Os de Bloch são: *Les Rois Thaumaturges* (1924); *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale*

Française (1931); *La Société Féodale* (1939-1940); *L'Etrange défaites* (1946); *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien* (1949); *Rois et Serfs: Un Chapitre d'Histoire Capétienne* (1920).

A Revista se aproximou das ciências sociais, visando a realizar, sob a sua influência, pesquisas sobre novos objetos, como as estruturas agrárias, as técnicas, as mentalidades, dentre inúmeros outros. Febvre trabalhou com as mentalidades coletivas, sobretudo com o século XVI europeu, através de biografias de líderes intelectuais e religiosos. Bloch voltou-se para a história econômico-social, embora tenha feito uma das obras inaugurais da história antropológica, *Les Rois Thaumatourges*. O caráter dessa primeira fase, talvez, tenha sido mais bem explicitado por Iggers: aqui teria predominado a abordagem “estrutural qualitativa” da história. Dir-se-á, mais tarde, que os fundadores ainda faziam uma história “antropocêntrica”, que ainda tinham os homens no tempo como o objeto principal do historiador, que não eram mais os homens excepcionais, heróicos, singulares, mas o homem comum, médio, anônimo, massivo, que pertence a um universo mental coletivo.

Segundo F. Dosse, a *nouvelle histoire* do tempo de Febvre e Bloch ainda era uma ciência da mudança, dentro de uma duração global, que tinha, ainda em seu centro, os homens e seu vivido (Dosse, 1987, p. 90-91). Para eles, o historiador devia abandonar os juízos de valor sobre os homens do passado, deixar de ser um juiz, pretendo portador de uma “verdade” que distinguisse o Bem do Mal, e deveria compreendê-los, isto é, situá-los em seu tempo e sociedade, distinguir os recursos que possuíam para representarem essa sua situação e, assim, promover o diálogo entre eles e os homens do presente.

Entre os aliados de Febvre e Bloch, nesse combate pela renovação da história, poucos eram historiadores. O historiador belga H. Pirenne era o seu guia-orientador e várias vezes o convidaram para orientá-los na criação de uma revista de história econômico-social; várias vezes, ele recusou e o projeto foi adiado, até que, finalmente, ele cedeu, mas preferiu manter-se em uma posição de “eminência parda”. Influenciado por K. Lamprecht, que havia confrontado, na Alemanha, a história metódica de Ranke, Pirenne sustentava o que viria a ser a causa dos *Annales*: a autenticidade dos textos estabelecida, as fontes criticadas, a cronologia dos eventos fixada; restava ainda fazer a história. E esta é uma necessidade à qual não se poderia escapar por medo ou timidez (Dumoulin citado em Carbonell & Livet, 1983, p. 271-

277). Ele defendia, ainda, a interdisciplinaridade, a história econômico-social, o método comparativo e ainda se posicionava de forma antidogmática e antisistêmica.

Além de Pirenne, os seus aliados eram alguns outros historiadores: Charles Perrin, Charles Morazé, G. Lefebvre e, sobretudo, cientistas sociais: Charles Blondel, Henri Walon, Vidal de la Blache, E. Simiand, M. Halbwachs, G. Friedmann, A. Siegfried, H. Berr. Colaboraram frequentemente na Revista, nessa fase: G. Méquet, P. Leulliot, H. Baulig, G. le Bras, M. Baumont, J. Houdaille, Henri Sée, E. Soyous, P. Monbeig, H. Brunschwig, J. Sion, A. Varagnac, A. Girard, M. Blanchard, entre outros. A editora foi a Armand Colin, que a edita ainda hoje. A presença de Durkheim aparece especialmente por meio de Simiand e Bloch; a de Berr, por meio de Febvre.

UM OUTRO NOME FUNDADOR: ERNEST LABROUSSE

Além de Febvre e Bloch, essa primeira fase possui ainda um nome, que será fundamental para os desdobramentos posteriores da Revista e da “Escola dos *Annales*”: este terceiro nome fundador dos *Annales* é o de Ernest Labrousse. Seguindo os passos de Bloch, influenciado por Marx, Jaurès e Simiand, as obras de Labrousse *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIIe. Siècle*, de 1933, e *La Crise de l'Economie Française à la Fin de l'Ancien Régime*, de 1943, aliadas às obras de Braudel, serão os “exemplos” inspiradores dos trabalhos mais importantes da segunda fase da escola. Labrousse será a referência principal da história mais quantitativa e menos “social”, que aparecerá nas obras de P. Chaunu, E. Mauro, R. Baherel, P. Vilar, Le Roy Ladurie, A. Daumard.

Entretanto o *Esquisse* não pertence, originalmente, ao campo da história, pois foi defendida em uma Faculdade de Direito, em 1932. Somente a partir de 1936 é que esta obra se tornou conhecida entre os historiadores, através da intermediação de G. Lefebvre. Lefebvre, para incorporar Labrousse entre os historiadores, procurou separá-lo de Simiand: Labrousse seria mau historiador — descritivo, empírico, crítico rigoroso das fontes e as utilizava com prudência, apresentando o homem como uma realidade mais viva, mais concreta. Simiand seria mais abstrato e filosófico. Com Labrousse, a história econômico-

social, inaugurada na linha dos *Annales*, por M. Bloch, ganha um caráter mais “quantitativo”. Ele utilizou dados estatísticos, técnicas econômicas sofisticadas na análise dos dados (Grenier & Lepetit, 1989, p.1.337- 1.360).

Para Braudel, refutando a tese de T. Stoianovitch, que o põe como o criador do verdadeiro paradigma dos *Annales*, a fase de 1929 a 1940 foi decisiva para os *Annales*. A grande data da história dos *Annales* é 1929, quando, em um período de crise da história efetiva, e como resultado de um longo debate sobre as condições de possibilidade de uma nova história, Febvre e Bloch fundaram a revista “AHES”. Para Braudel, o impacto dessa revista trincou a auto-suficiência e a mediocridade da historiografia francesa. Quase toda a universidade tornou-se hostil a ela e a seus fundadores *the list of Annales enemies was impressive*. Essa atmosfera combativa contribuiu para a qualidade excepcional dos primeiros anos da Revista. “Em 1929”, afirma Braudel, “tudo em história estava para ser feito, refeito ou repensado conceitual e praticamente. A história só poder-se-ia renovar pela associação com as ciências sociais. É inegável que os melhores *Annales* foram os volumes publicados entre 1929 a 1939” (Braudel, 1972, p. 461-462).

A “HISTÓRIA DA HISTÓRIA” DOS ANNALES FEITA POR ALGUNS DE SEUS MEMBROS

Há uma tendência dos “herdeiros” a *narrar* uma história “epopéica do nascimento dos *Annales*, que considera o surgimento da *nouvelle histoire* como o resultado da atuação impressionante de dois heróis, que produziram grandes eventos, bons e justos, contra uma má história e maus historiadores. Assim, quando se aplicam à história da própria *nouvelle histoire*, eles a negam ao fazerem uma história narrativa de um evento-batalha, onde o bem venceu o mal. Essa tendência, hoje, já possui seus críticos dentro do próprio grupo, que procuram “datar” a *nouvelle histoire*, inserir sua novidade nas condições objetivas que a tornaram possível.

A nova história da ciência se interessa pelas relações que a ciência de uma época mantém com as estruturas ideológicas e sociais dessa época. Procura-se, hoje, fazer uma “história-problema” dessa primei-

ra fase dos *Annales*. A pergunta é: qual o papel do conhecimento histórico “novo” dentro daquela estrutura social e intelectual da Europa nos anos 20-30? Nesse período, a história européia e mundial enfrentava problemas específicos e um dos meios que as sociedades têm para enfrentar os problemas de seu tempo é a história, que possibilita-lhes uma melhor “localização” do seu presente em relação ao passado.

Para J. L. Flandrin, não se faz história superior ou inferior, mas com objetivos diferentes. A história erudita era cabível e necessária no século XVII, para estabelecer os fatos de uma história religiosa longínqua, que naquele momento vivia sua controvérsia. A história do século XIX não era política e nacionalista por acidente. Ela o foi por causa do traumatismo revolucionário e da necessidade de afirmação das nacionalidades. Por que o século XX teve necessidade de elaborar uma outra história diferente daquela história política e factual do século XIX? E por que a história de Bloch e Febvre obteve sucesso? Os *Annales* não se opuseram aos positivistas somente em termos epistemológicos — foi uma época que se opôs a outra (Flandrin citado em Gadoffre, 1987, p. 180-181).

Mas o desafio de fazer uma história de si própria, problemática e crítica, foi enfrentado pelo artigo de A. Burguière, que apareceu na Revista quando da comemoração do seu 50º aniversário (Burguière, 1979). Em uma data comemorativa, Burguière fez uma análise crítica, sem deixar de ser apologética, do nascimento dos *Annales*. Na verdade, não há erro na apologia em si, que é apenas a expressão de uma admiração, mas na forma cega, apaixonada, acrítica, simplista. Burguière mantém sua admiração pelos *Annales* e seus fundadores, sem mitificá-los. Nesse artigo, ele nega todo o “espaço-tempo sagrado”, que cerca o nascimento da Revista na história-epopéia, narrativa, de alguns dos “herdeiros” e apresenta Febvre e Bloch e seu combate de maneira bem mais admirável.

Segundo ele, os fundadores não eram “marginais” — eles cultivaram a marginalidade, para conseguir criar um espírito diferente do da sua época. Na verdade, eles eram filhos de professores universitários, eram “herdeiros” de postos acadêmicos. Seu programa não foi uma intuição original desses dois solitários e geniais, mas o desenvolvimento, graças às condições favoráveis específicas da França, de um programa que era formulado ao mesmo tempo na Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Polônia, países escandinavos. Le Roy Ladurie também é

desmistificador: “(...) a escola dos *Annales* só tomou forma graças à centralização que lhe conferiu um caráter parisiense (...) Na universidade de hoje, há um grande número de historiadores que não têm relações institucionais com a Escola dos *Annales* mas que podem ser relacionados a ela pelo seu trabalho (...)” (Le Roy Ladurie citado em Gadoffre, 1987, p. 210).

Além do mais, a “interdisciplinaridade”, que é o núcleo do seu programa, era uma ambição que, cada um a sua maneira, perseguia os três movimentos intelectuais que estavam na base dos *Annales*, na França. A revista “AHES” foi o resultado da confluência dessas três correntes, em uma síntese original, pois marcadamente histórica. Cultivando o antidogmatismo, em um mundo dogmático — radicalmente capitalista, comunista ou fascista — e a marginalidade, em um mundo intelectual enrijecido pela institucionalização, os *Annales* não ofereciam sistemas, teorias fechadas sobre a realidade social, mas um campo inesgotável de problemas a pôr e a resolver sobre o passado dos homens.

Nesse artigo, Burguière, principalmente, retira o véu do outro lado do programa dos *Annales*: a sua estratégia de conquista do poder. Febvre e Bloch desenvolveram um combate em duas frentes: epistemológica e institucional. Seu objetivo era o de renovar a história e, com essa renovação, desalojar os então ocupantes das instituições históricas francesas e ocupá-las, obtendo o apoio do novo poder tecnocrático e do Estado planejador. Agressivos, polêmicos, diretos e ligados à história efetiva, realizaram este segundo objetivo, aproveitando-se da crise de seus possíveis rivais: o pensamento geográfico bloqueou-se, os durkheimianos dispersaram-se, a economia estava isolada nas Faculdades de Direito, a *Revue Historique* em queda vertiginosa.

Para Ehrard e Palmade, os *Annales* eram vivos, agressivos, interessavam-se pela atualidade, revelavam obras de estrangeiros e de franceses, históricas e não-históricas, criavam e se apropriavam de métodos e fontes novas, lançavam pesquisas coletivas, e esforçavam-se em realizar um trabalho em colaboração com as outras ciências sociais (Ehrard & Palmade, 1965, p. 81 e ss.). Pierre Chaunu, recaiando no excesso de otimismo da mítica dos *Annales*, não hesita em afirmar: “afirmemos sem hesitar; sacrificuemo-nos por uma vez à ilusão das datas curtas. A história, ciência federadora do nosso tempo, nasceu entre 1929 e o início dos anos 30, nasceu da angústia e infelicidade

deste tempo, na atmosfera dolorosa de uma crise de dimensões enormes e repercussões infinitas (...). O que é anterior tem valor de documento (...)” (Chaunu, 1974, p. 56).

Se é verdade que o conhecimento histórico tomou uma nova forma a partir dessa data, pois se adequou à nova realidade da história mundial e atualizou-se com as novas formas de pensar e conhecer a sociedade, não é verdade, a nosso ver, que o que é anterior só tem valor de documento. Cada época engendra o conhecimento histórico que lhe expressa, pesquisa as questões que ela se põe, para resolver os problemas que ela enfrenta, nas perspectivas que ela tem condições de elaborar, na medida das suas possibilidades de “representar” sua posição no tempo. Quanto à história econômica, especificamente, se Chaunu se refere a ela em particular, ela não reduz todo o campo da história, e não o funda, e, se ela ganhou tal dimensão e sofisticação, é porque ela está situada em um tempo que enfrenta e “valoriza” os problemas econômicos como maiores. Os problemas “valorizados” maiores antes eram metafísicos, políticos, culturais, militares, diplomáticos, psicológicos e tiveram sua história correspondente; assim como uma sociedade tecnocrática e de massas “valoriza” e tematiza especialmente os problemas econômicos que ela enfrenta, apesar de estar mergulhada inteiramente naquelas dificuldades anteriores, que as sociedades do passado consideravam mais importantes.

Nessa primeira fase, portanto, onde predominaram as presenças de Febvre e Bloch, a sua novidade não foi a passagem da qualidade a quantidade, mas o fato de ter abandonado sistematicamente o “evento” e ter-se interessado pelas “estruturas” em “longa duração”. Mesmo assim, Bloch e Febvre o fizeram ainda de forma “qualitativa”, não levaram esses princípios às últimas consequências. Esses pressupostos exigiam, para ser totalmente realizados, o recurso às cifras e às estatísticas.

A 2ª “geração” dos *Annales* realizará essa radicalização: quantificará aquela nova compreensão do tempo histórico proposta pelos fundadores, que ainda realizavam uma abordagem qualitativa. Esse “passo” não será dado sob a influência direta de Bloch e Febvre, mas sob a de um terceiro nome, o de E. Labrousse. Combinando a compreensão do tempo da história de Febvre, Bloch e Braudel, com a história econômica quantitativa de E. Labrousse e Simiand, os *nouvelles Annales*, a partir de 1946, farão o uso sistemático da “quantificação”.

Depois de ter mudado seu título por duas vezes, durante a Segunda Guerra, a Revista obteve um novo e, parece, definitivo título: *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*. Até aqui, enfatizou-se uma pesquisa histórica econômico-social e a partir daqui um novo campo de pesquisa, sob o título *civilisations*. Parece um esforço em direção à história global, que os fundadores tinham defendido.

Essa 2ª geração ainda terá, por algum tempo, até 1956, Febvre na liderança. Mas, diferentemente da sua obra, em grande parte ligada à história das mentalidades coletivas, a revista privilegiará o econômico e o demográfico. A história econômica tenderá a se constituir autonomamente, desvinculando-se de seu lado social, e a história social, mais tarde, irá também procurar constituir o seu espaço próprio de pesquisa, desvinculando-se ou não se submetendo ao seu lado necessariamente econômico. Em 1947, foi fundada e posta sob a direção de Febvre a via Seção da *École Pratique des Hautes Études*, com recursos da Fundação Rockefeller, concebida como um centro de pesquisa, sem status de universidade, portanto, não habilitada a conceder títulos acadêmicos. Em 1963, agora com o apoio da Fundação Ford, foi criada a *Maison des Sciences de l'Homme*, que se tornou um importante centro de pesquisa e ensino de ciências sociais. A *nouvelle histoire* ampliou enormemente seu centro institucional: não está sediada mais em uma revista menor, mas em uma revista “maior” e em sólidos “corpos físicos” — prédios, laboratórios, bibliotecas, editoras, funcionários — e em Paris, e não mais na Província. Conquistou e ocupou a universidade parisiense e criou uma área de influência considerável em todo o mundo. Como eles costumam dizer, “a partida estava ganha”.

Dir-se-ia que a institucionalização dos *Annales* poderia fazer parte do plano de reconstrução da Europa — Marshall — pelos americanos, após a Segunda Guerra. Os franceses saíram dessa meio vitoriosos, eram aliados dos americanos, mas queriam manter sua posição de “grande potência”. Assim apóiam os americanos, mas “criticamente”, como deve ser o apoio entre “pares” e não entre dominador e domi-

nado. O que exigiu um esforço de racionalização da sua meia-derrota, que os *Annales* saberão realizar.

Vitoriosos enquanto administradores da derrota, os *Annales* levaram o seu espírito imperialista original, nessa segunda fase, ao seu máximo. Seus métodos se difundiram pelos países mediterrâneos, na Península Ibérica, na América Latina, nos EUA, em alguns países socialistas. Só alemães e soviéticos resistiram. Eles prosseguiram na defesa insistente da unificação das ciências sociais, sob a liderança da história. A psicologia, a economia e a sociologia resistiram a esse “abraço conciliador” da história. A antropologia polemizará com a história, através de Lévi-Strauss. O pensamento estruturalista, que dominará os anos 60, atacava a história com uma velha argumentação: factual, trata de fenômenos conscientes, narrativa, diacronia simples, não-científica. E exige formalização matemática, ênfase no repetitivo, recusa da cronologia e do tempo concreto por um tempo lógico, categorial. Braudel será obrigado a lembrar Lévi-Strauss que ele estava desinformado sobre a história, que ele se referia a uma história que, desde os anos 20, não existia mais. Se Febvre resistiu ao termo “estrutura”, Braudel e seu grupo o incorporaram, redefinindo-o (Aymard, 1972, p. 504).

A “estrutura” da história ainda é “tempo” — lento, longo, quase imóvel — mas o “tempo concreto das sociedades humanas”. A incorporação e redefinição do conceito de estrutura, por Braudel, sem se distanciar de Febvre e Bloch, permitiram aos historiadores resistir aos ataques estruturalistas. Essa disputa entre as ciências sociais está relacionada à nova situação da Europa após a Segunda Guerra. O Estado-empresa tornou-se mais forte e interventor do que antes, durante a crise dos anos 30. As ciências sociais e, especialmente, a economia tinham um papel essencial no fornecimento de indicadores, que diagnosticavam a situação vivida pela sociedade, ao Estado, para que esse controlasse os seus desdobramentos. O planejamento das empresas privadas e do Estado empresarial terá uma grande necessidade das ciências sociais. Há, portanto, uma disputa entre elas, e Braudel teve que sair em defesa da história contra os ataques estruturalistas da antropologia. Para isto, escreveu um dos dois textos — manifesto desse período da Escola dos *Annales*.

O primeiro é de Febvre, sob o título *Face au Vent — Manifeste des Annales Nouvelles*, de 1946, onde Febvre justifica as mudanças de

título e de orientação que a Revista tomou desde a sua fundação. Segundo ele, entre 1929 e 1946, a Europa viveu a ascensão do nazismo e do fascismo italiano, a consolidação da URSS stalinista, a crise do capitalismo e a Guerra Mundial de 40 e, passar por essa tempestade sem alterações e reorientações seria um mau sintoma para uma revista de “história econômico-social”, que se queria atrelada ao presente, atenta ao desenvolvimento da história efetiva: *Nous avons voulu, en 1929, Bloch et moi, des Annales vivantes (...). Or, vivre est changer* (Febvre, 1965, p. 34). Mas como articular “mudança” e “permanência”, “evento” e “estrutura”? Pois “viver” é, sobretudo, “permanecer”, e essa é a tese mais cara aos *Annales*. Braudel vai procurar fazer a articulação do que constitui o “viver”: mudar e repetir.

BRAUDEL: SEUS DEBATES, COMBATES E VITÓRIAS

O texto-manifesto de Braudel é a elaboração teórica *a posteriori* da sua obra *La Méditerranée et Le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, de 1949. Trata-se de um artigo que apareceu na seção *Débats et Combats* da sua Revista, sob o título *La Longue Durée*, em 1958. Aqui, a ênfase é dada não sobre a mudança histórica, mas sobre a continuidade, a permanência, a estrutura, a “longa duração”. A história visaria às permanências que dão sentido aos eventos. A estrutura sofre o “vento da história”, que são seus eventos, e é obrigada a se rearticular, a mudar lentamente. A estrutura é o “não há nada de novo”, que envolve o evento, a novidade; ela é uma articulação dos “elementos” já presentes nela.

Nesse artigo, Braudel formula o conceito de “longa duração”, já presente embrionariamente nos fundadores e, praticamente, em sua obra de 1949. Apoiando-se na geografia de Vidal de La Blache, fala de uma história ao ritmo lento, “estrutural”. Mas aqui ele se distancia do estruturalismo, ao mesmo tempo que o incorpora, e por isso o vigor de sua intervenção, o conceito de “estrutura” de um historiador não é uma forma abstrata, matemática, de relações que se definem em funções. Mas a forma repetitiva, duradoura, da vida mesma: ano após ano, cultivavam-se da mesma maneira os mesmos campos, dispostos da mesma maneira (Reis, 1994a).

A “estrutura” do historiador é o caráter repetitivo das atividades dos indivíduos e grupos e que define os limites de atividade, do crescimento demográfico, da produção agrícola. A descrição de uma estrutura leva à sua história: as mudanças internas, as crises conjunturais, os movimentos cíclicos, as tendências à estagnação e ao crescimento (Pomian citado em Le Goff, 1988a). O historiador enfatiza o que se repete, o que permanece constante durante um longo intervalo de tempo. O olhar se desloca da exceção para o regular, do extraordinário para o cotidiano, dos fatos singulares para os de massa. Em Braudel, o homem é descentrado e sofre, de alguma forma, a temporalidade muito mais do que a produz. O homem perdeu o controle total de sua historicidade — ele já o teve algum dia? — e sabe que age sob limites geográficos, sociais, mentais, culturais, econômicos, demográficos, conscientes e inconscientes, que ele não pode vencer, pois não dependem da sua vontade. Esta é uma novidade do pensamento histórico, presente já em Bloch e Febvre, e que Braudel elabora e radicaliza: o descentramento do homem, tornando-o elemento seriável e não evento singular. Os mais céticos verão aqui um rompimento de Braudel com os fundadores. Para Dosse, “o humanismo de Febvre e Bloch se apaga diante do jogo inexorável das forças econômicas e o homem se acha descentrado dos estudos históricos” (Dosse, 1987, p. 99).

O economicismo triunfante, prossegue Dosse, privilegiará mais o papel das estruturas e das séries conjunturais, minimizando a atividade livre do homem, sua posição de sujeito. Posição discutível, esta dos críticos de Braudel, pois este não retira ao homem sua condição de “sujeito”, mas submete a sua ação às circunstâncias objetivas, estruturais, pelas quais ele está envolvido, e que ele pode alterar, mas à custa de um esforço penoso, e só obterá resultados a longo prazo. Braudel, nesse artigo-manifesto, fala do tempo longo e de uma pluralidade temporal. Recusa aqui não só o evento e sua temporalidade breve, mas também o evolucionismo progressista e linear da civilização humana. Além de referir à pluralidade das civilizações, que implica a divergência de direções temporais, ele falará também de um tempo cortado em três ritmos heterogêneos: estrutural, conjuntural, acontecimental. As estruturas são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômico-sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que evoluem de maneira quase

imperceptível. As conjunturas são flutuações de amplitudes diversas, que se manifestam nesse quadro estrutural (Reis, 1994a).

Braudel define as “estruturas” como um conjunto de pressões, limites e barreiras, que interditam as diferentes variáveis de elevar acima de um certo teto. K. Pomian, cuja interpretação de Braudel vimos seguindo, possui uma concepção original da elaboração da temporalidade histórica de Braudel, não só quanto às áreas ligadas a cada ritmo do tempo, como à noção de evento, que derivaria dessa visão do tempo. “Evento”, para Pomian, se tornaria sinônimo de “revolução”, uma revolução entendida também de forma original: conserva sua idéia de desestruturação de uma estrutura e de criação de uma nova, mas perde o seu conteúdo ideológico (Pomian, 1984, p. 30-33). Ela se torna silenciosa e imperceptível, para os que a fazem. Ela não é uma seqüência de eventos únicos, mas uma onda de inovações, que se propaga a partir de um ponto inicial através de repetições inúmeras: é de uma a uma que as pessoas aprendem a ler e a escrever, o que constitui uma cascata de repetições e não de fatos espetaculares e isolados, menos ainda únicos (Pomian citado em Le Goff, 1988a, p. 133-134).

Quanto às áreas ligadas a cada ritmo do tempo, geralmente se associa o tempo longo ao geográfico, o tempo conjuntural ao econômico-social e o tempo breve ao individual e acontecimental. Assim como K. Pomian, J. H. Hexter considerava que essa vinculação dos três ritmos temporais a uma divisão da matéria histórica é arbitrária. As três durações podem ocorrer em qualquer uma das dimensões históricas: uma monarquia milenar, um terremoto ou vulcão de segundos ou dias. Para Hexter, embora ele considere *La Méditerranée... a seminal work*, que fecundou os *Annales*, gerando os frutos mais ricos e que fez florescer a influência dos *Annales* no mundo, *La Méditerranée...* não resolve o problema historiográfico que ele põe: como lidar com a dificuldade histórica perene que é ligar fenômenos duráveis com a mudança rápida... (Hexter, 1972, p. 533). Para Aymard, diferente de Hexter, *La Méditerranée...* é o verdadeiro *manifesto of the new history*, que reconcilia tempo e espaço, geografia e história (Aymard, 1972, p. 503).

Braudel será a figura central da segunda fase dos *Annales*, tanto como historiador como administrador do patrimônio físico, institucional e da influência, que ele herdou. Até 1956, quando de sua morte, Febvre terá ainda a liderança do grupo. A partir de 1957, Braudel assumirá essa posição, à qual se dedicará com uma fidelidade filial. Para

Hexter, ainda, no estabelecimento do domínio dos *Annales*, sobre os outros historiadores franceses e de parte do mundo, houve três momentos cruciais: “1929, a fundação dos *Annales*; 1946-1947, sua refundação por Febvre e a ocupação por ele da presidência da 6ª Seção da E.P.H.E.; finalmente, 1956-1957, a sucessão de Febvre por Braudel...” (Hexter, 1972, p. 493).

Sob a direção de Braudel, os *Annales* cresceram em quantidade e qualidade — expansão física, institucional, quantitativa; aumentou sua área de influência mundial pela qualidade superior de seus próprios trabalhos e dos trabalhos dos mestres do seu grupo. Braudel, além de ser historiador arquétipo dessa fase, revelou-se grande administrador e expandiu enormemente sua herança. Quando a recebeu, segundo Hexter, a via Seção oferecia 56 Seminários, quando a passou, oferecia 142. Braudel reafirmou os princípios dos fundadores: aproximação da história das ciências sociais, defendendo a posição “federadora” da história entre elas, pois “ciência do tempo, da duração dos fenômenos humanos” e, por isto, fundadora de qualquer outro saber sobre o homem; recusou ainda enfaticamente a história política e “acontecimental” e reafirmou, com a mesma ênfase, a história-problema e a história-global.

O PREDOMÍNIO DO QUANTITATIVISMO

Essa fase, entretanto, vai-se diferenciar bastante da primeira, pois produzirá trabalhos, principalmente, de história estrutural quantitativa, “serial”, nas áreas da economia e da demografia. Duas tendências convivem aqui: a geo-história, cujo maior representante é o próprio Braudel, e a história econômica, sob a influência de Labrousse e Simiand. A partir de suas obras, ainda na primeira fase, surgiu a exigência de uma história quantitativa, isto é, a “reconstituição cifrada do movimento dos índices econômicos fundamentais, a partir de séries homogêneas e contínuas” (Soboul, 1967, p. 9-23).

A partir de 1950, o quantitativo tomou conta de todas as áreas do conhecimento histórico. O fato histórico tornou-se fenômeno repetido e comparável em um período de tempo dado. Houve uma verdadeira euforia com as possibilidades “científicas” da quantificação. Le Roy Ladurie chegará a afirmar: *a la limite, il n'est d'histoire scientifique que*

du quantifiable (Le Roy Ladurie, 1973, p. 22). Não se dava muita importância aos inconvenientes desse excesso de números e gráficos, isto é, a quantificação deixa de lado importantes setores da história e importantes épocas da história, aquelas que não oferecem uma documentação estatística. Se antes, quando da “tirania do documento escrito”, fez-se uma divisão estranha da história em pré-história e história, agora, sob a “tirania do documento numérico”, há uma divisão mais estranha ainda da história em “histórias pré, proto e estatística”. Entretanto, mesmo nos setores onde a quantificação se aplica, ela não os esgota. O quantitativismo dá a ilusão de cientificidade e pode ser uma “cortina de fumaça” para anacronismos, naturalismos. Embora tenha sido uma revolução na escrita histórica e na manipulação de documentos históricos, pois resgatou arquivos “adormecidos”, inexplorados, como mercuriais, atestados de batismo e de casamento dos arquivos paroquiais, arquivos judiciais etc., o quantitativismo dogmático, hoje se vê, era um equívoco.

A análise dos méritos e limites da história quantificada pode-se encontrar no artigo de E. Furet, *Le Quantitatif en Histoire*, onde ele, apesar de mostrar as dificuldades da quantificação em história, considera a história serial um grande salto “qualitativo” na direção de um conhecimento histórico mais seguro e confiável (Furet citado em Le Goff & Nora, 1974, p. 46-61). A revolução quantitativa transformou inteiramente o trabalho do historiador. Os seus temas são principalmente econômicos: oscilação cíclica de salários, preços, rendas; e demográficos: o movimento de populações, nascimentos, casamentos, mortes... Através da demografia, Malthus foi redescoberto pelos historiadores e seus temas passaram a interessar à nova história demográfica: o crescimento explosivo da população; e os meios utilizados para contê-lo: técnicas preventivas de nascimentos, especialmente o “casamento tardio” e sua repercussão sobre a cultura, sobre a vida sexual e o crescimento demográfico (Le Roy Ladurie, 1973).

A história quantitativa, serial, econômica e demográfica, portanto, é a originalidade dessa segunda fase. Métodos e técnicas quantitativas, econômicas e demográficas foram integrados ao conceito de “estrutura” dos *Annales*. A nova história quantitativa, comenta Iggers, pensava em termos causais. Longas séries quantitativas eram construídas a partir de fontes homogêneas e comparáveis. Essas séries envolviam séculos e mostravam tendências e oscilações cíclicas. Evitando

ser uma descrição, a história quantitativa continuava a tradição dos *Annales*, pois era orientada por “problemas e hipóteses”. Quanto às fontes, ele preferia os dados onde a subjetividade dos seus produtores estivesse neutralizada: dados contábeis, balanços financeiros, livros de entradas e saídas de receitas, controle portuário, documentos alfandegários, arquivos notariais, judiciais, paroquiais. “Massas” de documentos, homogêneos e comparáveis, sobre os quais se elaboravam “séries”, que descreviam em gráficos, curvas ascendentes, descendentes, oscilações cíclicas.

Nos anos 60, a demografia histórica foi integrada no estudo dos ciclos econômicos. O método de reconstituição de famílias, criado por franceses e ingleses, levou o historiador até bem próximo de sua “caça”: o homem concreto, individual, singular e, ao mesmo tempo, membro da sociedade mais nuclear, a família. O homem com um nome e que nomeia, pois pai/mãe/filho/sobrinho/neto/avô/tio... O homem afetivo, privado, imerso em sua rede de relações íntimas, que o apreendem e identificam. O historiador pode chegar até aí através de documentos estatísticos. Conseguiu-se uma imagem mais objetiva, pelo menos, “falseável”, da vida cotidiana e familiar das massas anônimas. Os anos 50-60, portanto, foram dominados pela história econômica e demográfica e as obras mais representativas desse momento são: Pierre Chaunu, *Seville et l'Atlantique, 1504-1650*, de 1956; E. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique, 1570-1670*, de 1957; P. Goubert, *Beauvais et les Beauvaisis aux XVI et XVIII Siècles*, de 1960; R. Baehrel, *La Basse Provence Rurale du XV au XVII siècle*, de 1961; P. Vilar, *La Catalogne dans l'Espagne Moderne*, de 1962; E. Le Roy Ladurie, *Les Paysans du Languedoc du XVe au XVII Siècle*, de 1966; A. Dauvart, *La Bourgeoisie Pansienne de 1815 a 1848*, de 1963. A história demográfica desenvolveu-se rapidamente nos anos 60, sediada na revista *Population*, que publica artigos de Jean Meuvret, P. Goubert, L. Henry, L. Chevalier, J. Dupâquier, os mesmos que fundarão, em 1962, uma sociedade de demografia histórica, com sua revista própria *Les Annales de Demographie Historique*.

Nesse período, surgiu uma polêmica entre a *New Economic History*, americana, a história quantitativista francesa, de J. Marczewski, e a “história serial”, que é a quantificação na linha dos *Annales* (Chaunu, 1978). Chaunu defenderá esta última contra aquelas duas e a apresentará, de maneira bastante discutível aliás, como uma história

que se quer útil. Para ele, a história “serial” se interessa menos pelo individual e mais pelo “elemento repetido”, integrável em uma série homogênea, suscetível de sofrer análises matemáticas e passar pelo rigor das técnicas das outras ciências sociais. Para ele, a história se tornaria auxiliar das ciências sociais, “o que seria o sinal de uma promoção”.(!)

Para Chaunu, a história seria “alçada” à condição de “auxiliar” — onde estaria ela antes de ser “elevada” a essa posição tão modesta e ancilar, em sua opinião? Ele parece não ter muita confiança no conhecimento histórico qualitativo. Nessa condição de “auxiliar”, ela daria às ciências humanas a espessura do tempo. A história se tornaria uma demografia regressiva, uma economia regressiva, uma sociologia regressiva (Chaunu, 1978). Pelo menos, Chaunu acredita que, nessa posição, a história serial é mais confiável do que a história quantitativa dos economistas. Estes teriam condições de ir até o século XIX, quando a empresa não é ainda plenamente “histórica”. Mas, após o século XIX, quando o passado emerge, a empresa exigiria os conhecimentos especializados do historiador. Enquanto “servidora” das ciências humanas, a história ofereceria a elas meios de ação: séries estatísticas produzidas para além da Revolução Industrial. O que fará a diferença entre a história quantitativa, dos economistas, e a história serial, dos historiadores, é que a segunda incorpora a dimensão geográfica, a crítica documental e a presença do profissional que tem a sensibilidade da duração temporal.

ALBERT SOBOUL: A HISTÓRIA SOCIAL RESISTE AO QUANTITATIVISMO DOMINANTE

Ainda nessa fase, a “história social” procurará constituir o seu espaço próprio de pesquisa. A. Soboul vai procurar definir esse seu campo, distinguindo-o do campo da história econômica e demográfica. Soboul procura traçar a separação e a complementaridade entre história econômica e social. Para ele, uma “estrutura social” é um conjunto orgânico de relações coerentes ao mesmo tempo econômicas, sociais e psicológicas, que dura longamente e se movimenta lentamente. Essa estrutura social exige uma abordagem sincrônica, mas princi-

palmente, uma análise diacrônica, que integre seus aspectos qualitativos e quantitativos.

Soboul já se mostrava crítico em relação ao excesso de otimismo dos quantitativistas, apesar de reconhecer as conquistas reais da quantificação. Para ele, a história social se apóia nos resultados quantitativos da história demográfica e econômica, mas os repensa e os ultrapassa. Analisa-os na perspectiva de sua significação humana e seu peso social. A história social é também quantitativa, mas evita as ilusões da cifra e a vertigem do número. Aqui, o historiador pode obter falsas certezas e uma aparente precisão. Estrutural, a história social não saberia se limitar ao quantitativo. O fato medido deve ainda ser qualificado e apreciado. A medida tem seu lugar, conclui Soboul, mas, na história social, a “descrição” retoma os seus direitos. A média estatística só é válida se se apóia sobre conceitos claramente elaborados (Soboul, 1967, p. 13).

A resistência à quantificação tornou-se mais aguda na terceira “geração” dos *Annales*. A quantificação será mantida, mas a crença dogmática nela foi superada. Ainda em pleno apogeu do serial, G. Lefebvre também apontava para os seus limites: *living, suffering man does not appear in it* (Iggers, 1984, p. 60).

Essas são as características principais, e mais gerais, da segunda fase. Esse período, portanto, foi dominado pelas presenças de Febvre, no início, e de Braudel, a partir de 1957. Foi uma fase favorável ao crescimento dos *Annales*. Após a Segunda Guerra, a historiografia alemã caiu em desgraça, o marxismo tornou-se stalinismo. O nacionalismo francês humilhado, tendo que escolher entre a URSS e os EUA, procurou se estabelecer no caminho de uma “terceira via”, equilibrando-se entre um e outro. Na verdade, a posição da França era a mesma do fim da Primeira Guerra, mas sua crise era mais radical.

Segundo L. Wallerstein (1986), a Escola dos *Annales*, nesse contexto, fornece um meio favorável à expressão desse equilíbrio procurado (Wallerstein citado em *Ouvrage Collective*, 1988, p. 17-24). E é uma escola que resiste à hegemonia anglo-saxônica e é também afastada do Partido Comunista Francês. Existe uma dose importante de nacionalismo no pensamento dos *Annales*, nacionalismo que o susten- tou e o fez expandir-se.

Após 68, Braudel não dirigirá mais a Revista sozinho: ele se cercará de um comitê de jovens historiadores — J. Le Goff, E. Le Roy Ladurie, M. Ferro e de um secretariado, onde se sucederam R. Mandrou, A. Burguière e J. Revel. A 6ª Seção da E.P.H.E. continuará a assegurar a ligação estreita entre o ensino e a pesquisa, a difundir o conhecimento através de Seminários, a estimular pesquisas coletivas e a promover o encontro entre as ciências humanas. A história ocupa um lugar central em sua administração. Em 1975, ela se tornará *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, ganhará o status de universidade e poderá conceder diplomas. Os *Annales* continuarão a centralizar o poder intelectual na França.

Seu objeto e período privilegiado de pesquisa é a Europa Ocidental do Antigo Regime, o que pode ser considerado uma continuidade em relação aos fundadores e a Braudel, que eram medievalistas e modernistas. A E.H.E.S.S. é a principal sede do modelo de história defendido pelos *Annales*, onde se fazem as pesquisas históricas “de ponta”. A partir de 68, fala-se de *Nouvelles Nouvelles Annales*, o que desperta o riso e a ironia dos adversários, pois parece-lhes um claro esforço de continuarem sempre jovens e capazes de vencer as resistências ao seu poder. Essa expressão se liga, certamente, àquele manifesto de Febvre de 1946, quando ele falava de *Nouvelles Annales*. Em 68, só se poderia falar, então, de *Nouvelles Nouvelles Annales*, no espírito do mesmo manifesto, que é o de não transformar as instituições controladas pelos *Annales* em “majestosos túmulos”, mas manterem-nas “em face do vento” da história. Os adversários ainda protestam: Os *Nouvelles Nouvelles* não teriam mantido o nível intelectual da tradição e o rigor da análise, procurando simplesmente se manterem na “moda” (Bourdé & Martin, 1983, p. 203). Para P. Burke, “o quadro intelectual da terceira geração é mais difícil de pintar do que o da primeira e segunda. Ninguém domina agora como Febvre e Braudel o fizeram antes. Na verdade, alguns falam em uma fragmentação intelectual” (Burke, 1990, p. 65).

Aos quarenta anos, afetados pelo movimento estudantil de 68, os *Annales* tiveram ainda que mudar de pele sob o sopro do vento da história. A importância da economia se reduz, não por indiferença, mas pela presença de novas exigências. Alguns aspectos do programa dos fundadores foram radicalizados: a história como uma relação entre presente e passado chega ao extremo de se tornar história imediata, “história do presente”. A história se associou a novas disciplinas: psicanálise, antropologia, lingüística, literatura, semiótica, mitologia comparada, climatologia, paleobotânica. Novas técnicas são utilizadas pelo historiador: computadores, dendrocronologia, carbono 14, análises matemáticas, modelos. Sensível às interrogações do presente, a história se aliou à antropologia e se interessou pelos aspectos simbólicos e culturais da sociedade.

Essa história antropológica acentuou a desaceleração do tempo realizada por Braudel. Os gestos cotidianos, costumes, são abordados na perspectiva da “longa duração”. A história cultural ganhou o lugar da história econômico-social. O conceito que então mais circula é o braudeliano — de origem leninista! — “civilização material” ou “cultura material”. É um conceito sintético, impreciso, que engloba as técnicas, as atividades econômicas elementares, a metade informal da atividade econômica, a troca de produtos e serviços em um raio curto, a produção para o consumo próprio. A lista de setores incluídos nesse “conceito”: o meio ambiente, a ecologia, a vida cotidiana, habitação, alimentação, vestuário, técnicas, ofícios, instrumentos de trabalho. A história das “civilizações materiais” faz parte da história social e das mentalidades coletivas (Coutau-Begarie, 1983, p. 81).

Essa nova etno-história é mais descritiva, menos quantitativa, embora não exclua a quantificação. A “interpretação” do historiador retoma um espaço mais amplo. Parece que aquela orientação apontada por Soboul venceu a história serial. A dimensão cultural se tornou mais importante. Segundo Dosse, os *Annales* teriam conseguido, mais uma vez, adaptar o seu discurso ao poder dominante: os meios de comunicação de massa, que realizam uma dominação “cultural”. A massa anônima sofre hoje um poder da *mídia* e a Escola dos *Annales* se associou a esse poder. Dosse afirma: “a base deste recuo é o desencorajamento, o desencantamento político. O engajamento parece um

arcaísmo (...) caminha-se para uma história etnográfica, cultural, que não tem mais sentido, tendo negado sua relação ao futuro” (Dosse, 1987, p. 176-177).

A HISTÓRIA EM MIGALHAS

A história é escrita no plural: há histórias de... As “estruturas mentais”, que se tornam o interesse central da pesquisa histórica, são plurais, múltiplas, heterogêneas, dispersas. A história não pensa mais o “global”, mas o “geral”, como o definiu M. Foucault. O historiador pode tematizar tudo sob qualquer perspectiva. Alguns vêem aqui, como Dosse, uma infidelidade aos fundadores. Mas, anteriormente, vimos que o conceito de “história global” não é muito claro, para os *Annales*. Em uma das acepções do termo, conhecimento de “tudo”, essa história “geral” seria a realização mesma do projeto dos fundadores.

Foucault é o teórico que melhor expressou o projeto dos *Nouvelles Nouvelles Annales*. A história não visaria mais a uma síntese, mas a análises monográficas. A palavra que predomina, vinda de Foucault, é “descontinuidade”: a história produz abordagens múltiplas de uma sociedade sem centro, sem sujeito e sem futuro. Dosse considera essa recusa da história global como uma recusa da racionalidade da história. Sua crítica aos *Annales*, na verdade, é pré-século XX, quando ainda exige a busca do conhecimento do “todo” através de uma síntese global. Talvez esse ponto de vista volte a ser predominante, mas no século XX, ele está descentrado. Febvre, Bloch e Braudel, embora tenham defendido uma história global, não foram claros na sua definição e não a praticaram.

Na verdade, parece-nos, não houve, nessa recusa da história global, uma rejeição da racionalidade histórica, mas, pelo contrário, uma radicalização da racionalidade nova, introduzida pelo ponto de vista das ciências sociais. Segundo esta, o “todo” é inacessível e só se pode abordar a realidade social por partes, conceitualmente e sem juízos de valor, isto é, sem referência a um “dever ser”, que introduziria a perspectiva de um futuro no presente e no passado. Nesse sentido, a *nouvelle histoire*, continuando a tradição dos fundadores, realiza e se distancia desse ponto de vista das ciências sociais: ela não explica mais a

realidade, mas somente descreve partes dela, utilizando a tecnologia mais sofisticada e o texto mais rigoroso.

Nesta fase, os colaboradores mais frequentes na revista são ainda muitos da segunda fase, como Charles Morazé, F. Furet, P. Vidal-Naquet, J.L. Flandrin, G. Duby, Michel Vovelle, P. Ariès, M. Ferro, J. Le Goff, J. Dupâquier, A. Besançon, M. Aymard, P. Veyne, P. Vilar e outros novos, como R. Chartier, A. Burguière, Bernard Lepetit, K. Pomian, J. Favier, Lucette Valensi, J. Revel, C. Ginsburg, R. Robin, F. Hartog dentre outros. A *Nouvelle Nouvelle Histoire* possui também seus textos-manifestos: o de Le Roy Ladurie, *Territoire de l'historien*, de 1973; a coleção, em três volumes, *Faire de l'Histoire*, organizada por J. Le Goff e P. Nora, de 1974, o dicionário da *Nouvelle Histoire*, organizado por J. Le Goff, de 1978, e dois textos críticos, aparecidos em 79, quando do cinquentenário dos *Annales*, de A. Burguière, *La Naissance des Annales*, e de J. Revel, *Les Paradigmes des Annales*. Faremos um breve comentário sobre cada um desses textos, pois deles pensamos poder extrair os traços definidores desse novo momento da *nouvelle histoire*.

AS POLÊMICAS DE LE ROY LADURIE: O COMPUTADOR, O EVENTO, A HISTÓRIA IMÓVEL, NOVAS TÉCNICAS...

No seu “Le Territoire de l'historien”, Le Roy Ladurie se dedicou a produzir uma apologia do computador como instrumento de pesquisa fundamental do historiador. Ele não perde de vista que o importante de uma pesquisa histórica é o problema, a hipótese e o conjunto de conceitos, mas dá ênfase especial ao aspecto tecnológico, em particular, à informática. O computador é visto como o “desafio americano”. A Escola dos *Annales*, ele profetiza, perderia a sua hegemonia para os americanos, se não passasse a utilizar em massa e desde cedo o computador: “o historiador de amanhã será programador ou não será mais...” (Le Roy Ladurie, 1973, p. 14).

A história contemporânea, prossegue Le Roy Ladurie, se quer massiva, quantificada, estrutural, quer transcender o evento ou fagocitá-lo ou recuperá-lo. Mas o tempo não foi suprimido: mesmo as estruturas mais logicamente construídas têm suas fases de desequilíbrio, seus balanços, seus ciclos, seus momentos de retroação e de restaura-

ção, suas oscilações seculares. Tais conquistas do conhecimento histórico ele as considera irreversíveis e terminarão pelo exorcismo do evento e do acaso em uma história lógica, inteligível, previsível. Em Le Roy Ladurie, o “horror ao evento” aparece à beira do pânico. Ele lamenta que esse “exorcismo do evento” jamais poderá ser total, pois uma estrutura é também movimento e passagem a uma outra, a mutação, onde reinam o evento e o acaso. Nas rupturas estruturais, fatores freqüentemente “misteriosos” cortam a necessidade estrutural.

Além de uma defesa da plena informatização da pesquisa histórica, Le Roy Ladurie radicalizará na recusa do evento: falará de uma “história imóvel” e de uma “história sem os homens”. Esta última, ele a fará através da história do clima, que não pretende explicar a história humana, nem dar conta de tal ou tal episódio grandioso, mas, tratando dos fatos sociais como “coisas”, inserir os homens quantificados em um ambiente geo-histórico e biológico. O objetivo é, segundo ele mesmo, “desenhar os lineamentos de um devir meteorológico, no espírito do que Paul Veyne chama uma história cosmológica da natureza” (Le Roy Ladurie, 1973, p. 513). Para ele, a história do clima teria passado de uma idade metafísica a uma idade positiva. Glaceologia e meteorologia conjugadas desenham imagens de flutuações reais. Nos EUA, a dendroclimatologia, trabalhando com velhas árvores, é capaz de desenhar, sobre um milênio, as curvas pluviométricas, graças aos anéis de crescimento das sequóias e outras coníferas: anéis finos para o sudoeste árido dos EUA, anéis espessos para as regiões úmidas. Na França, na falta de árvores seculares, a *Fenologia* trabalha com os dados da maturidade das flores e frutos: maturidade mais precoce para as temperaturas mais quentes. Utilizando a correlação entre temperatura e maturidade, a *Fenologia* utiliza os dados das vindimas, preservados em arquivos na Borgogne e Midi, desde o século XVI. Postos em grupos, essas datas de vindimas autorizam conclusões sobre o caráter de verões quentes e frescos durante os últimos quatrocentos anos. Na URSS, encontra-se a climatologia dinâmica, que classifica e descreve as mudanças que afetam a circulação geral da atmosfera. Para ele, “estas descobertas convergem. Elas inauguram, sob o ângulo do clima, uma historiografia específica das condições naturais, uma história geográfica ou geo-história, isto é, “uma história sem os homens” (Le Roy Ladurie, 1973, p. 423).

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, publicada na revista *Annales ESC*, em 1974, sob o título *L'Histoire Immobile*, ele procurou realizar a “eco-sociedade” ou “eco-demografia” de um mundo desaparecido, que teria funcionado do século XIV ao século XVIII, na França, que ainda não era uma unidade orgânica. Sua pesquisa mostrava uma sociedade demograficamente estável, de 1300 a 1720. A sociedade francesa acionou alguns mecanismos que paralisaram a progressão demográfica e estabeleceram um equilíbrio estável. Forças endógenas e exógenas frearam o crescimento demográfico: a “unificação microbiana” do mundo, o encontro dos homens do extremo leste e do extremo oeste teve como consequência não desejada a unificação das doenças e da medicina e da morte em massa; as guerras não eram mais locais, entre senhores feudais, mas nacionais, que disseminavam epidemias, fome, marginalidade, destruição de plantações, a fuga da população rural para as cidades, que não tinham infra-estrutura, o que levava a pestes, fomes... O Estado que se constituía era predador pelos impostos e pela guerra, pois essencialmente econômico e militar; as guerras de religião eram violentas e genocidas; as condições precárias da saúde pública levavam a um alto índice de mortalidade infantil. As cidades eram túmulos, que recebiam o excesso de população rural e a conduziam à morte. Houve um esforço de contenção do avanço demográfico, pelas práticas ascéticas e o casamento tardio. Resultado: durante quatro séculos, na França, a reprodução simples da economia e da demografia tornou-se impossível: “quanto mais muda, mais é a mesma coisa”... (*Plus ça bouge, plus c'est la même chose*) (Le Roy Ladurie, 1974, p. 688).

Apesar de ser uma história atravessada de eventos dramáticos e criativos, como a Renascença, Le Roy Ladurie conclui com uma impressão de “imobilidade” da história do Antigo Regime. Quaisquer que tenham sido as modificações aparecidas, elas não alteraram as propriedades do modo de produção do Antigo Regime — meio parcelar, meio senhorial, que dominava o mundo agrário deste período. Para ele, a quase-estabilidade não é “imobilismo (...) há flutuações, oscilações puramente internas ao sistema (...)” (Le Roy Ladurie, 1974, p. 689). A “história imóvel”, ele prossegue, com flutuações lentas ou catastróficas, e fenômenos de involução sobre si mesma, não põe em dúvida o caráter radicalmente novo de alguns eventos: as teorias newtonianas, o crescimento de uma cidade como Paris, algumas invenções técni-

cas... Mas ele se interessou pela vida das massas e não pela agilidade das elites. As inovações das elites têm repercussão massiva no futuro, após a Revolução Francesa e não ainda no Antigo Regime, que é vivido como um sistema ultralongo, quase imóvel.

A posição de Le Roy Ladurie é peculiar. Ele quis levar a intuição original dos *Annales* às últimas conseqüências e, parece-nos, chega ao pecado mortal do exagero. Se os fundadores falaram de tempo longo e estruturas, ele falará de “imobilidade”; se falaram de descentramento do homem, ele falará de retirada do homem da história; se falaram de “estudo cientificamente conduzido”, ele falará de ciência exata, quantificada, lógica, capaz de previsões. O que não o impediu de se tornar o membro do grupo considerado mais próximo de se tornar um “sucessor” de Braudel e mais popular, pois sua obra *Montaillou, Un Village Occitain*, foi o maior sucesso de vendas em livrarias que a “Escola” já obteve (Burke, 1990, p. 44-61). O que não surpreende em se tratando das orientações teóricas e das práticas históricas complexas da *nouvelle histoire*.

AS TESES DE LE GOFF E NORA

Outro texto-manifesto, que reflete também esta “complexidade” da *nouvelle histoire*, é a obra coletiva, publicada em 1974, sob a direção de J. Le Goff e P. Nora, sob o título *Faire de l'Histoire*, em três volumes, que reuniu os membros mais eminentes da “Escola”, que procurarão dar conta do novo tempo que vive o movimento dos *Annales*. O primeiro volume trata dos *Novos Problemas*: o quantitativo em história, o conceito em história, a história e as ideologias, o marxismo e a *nouvelle histoire*, o problema do evento e de seu retorno, a documentação histórica; o segundo dedica-se à análise das *Novas Abordagens* — as alianças interdisciplinares da história com a arqueologia, a economia, a demografia, o estudo das religiões, da literatura, da arte, das ciências, da política; o terceiro refere-se aos *Novos Objetos*: o clima, o inconsciente, o mito, as mentalidades, a língua, o livro, os jovens, o corpo, a cozinha, a opinião pública, o filme, a festa.

Na *Apresentação* da obra, os organizadores esclarecem o “espírito” da *nouvelle histoire*. Segundo Le Goff e Nora, os *Annales* novos, embora admitam sua descendência de Bloch, Febvre e

Braudel, aos quais a história deve muito, não querem constituir uma “escola”. Essa descendência não implica nenhuma ortodoxia nem mesmo a mais aberta. Nessa fase, os historiadores tomaram consciência do caráter relativo do conhecimento histórico e procuram interrogar-se sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina, em sua relação com a história viva, presente. Eles não aceitam que outros — filósofos, teóricos — façam essa epistemologia da história, mas eles mesmos, os práticos, fariam a teoria dessa sua prática. Aqui, em 1974, talvez, já se pudesse vislumbrar o *tournant critique*, que se dará em 1988 (Le Goff & Nora, 1974, p. X-XI).

Nesses novos tempos, a *nouvelle histoire* ainda se quer quantitativa, mas recupera a dimensão qualitativa. A quantificação terá o papel de disciplinadora da descrição qualitativa. Mais uma vez, reza-se o credo antifilosofia da história: a *nouvelle histoire* não se identifica em Vico, Hegel, Croce e menos ainda em Spengler e Toynbe. Quer-se conceitual, mas teme as finalidades marxistas, as abstrações weberianas e as intemporalidades estruturalistas. Ela se inspira nessas construções conceituais, mas não quer perder sua identidade de conhecedora das realidades humanas concretas. Nesse momento, a disciplina que mais atrai os novos historiadores é a antropologia, pela sua recusa do documento escrito, da tirania do evento, pela sua opção pela “longa duração”, pelos seus objetos — o cotidiano, o homem comum, o homem “selvagem”, a cultura, pela sua visão não-linear e evolutiva da civilização.

A *nouvelle histoire* não quer elaborar visões globais, sínteses totais da história, mas ampliar o campo da história e multiplicar seus objetos. Radicalizando o projeto dos fundadores da ligação do presente ao passado, a história toma o próprio presente como seu objeto e quer produzir um conhecimento do “imediato”. Objetos que jamais foram considerados tematizáveis pelo historiador entram em seu campo de pesquisa. Novas alianças são feitas: com a psicanálise, a lingüística, a literatura, o cinema. A história se interessa sobre sua própria trajetória e amplia o espaço da “história da história”. O historiador novo se interroga sobre sua profissão, sobre seus antecessores, sobre as obras clássicas e transitórias, sobre as condições teóricas, técnicas, sociais e institucionais dentro das quais ele produz o conhecimento das sociedades passadas. A orientação principal, que domina todas as outras, é “fazer a história que o presente exige”.

Essas “tendências” apontadas por Le Goff e Nora serão reafirmadas no Dicionário, organizado também por Le Goff, intitulado *La nouvelle histoire*, onde os participantes são mais ou menos os mesmos daquela obra anterior, de 1974. Retomando as palavras de Bloch, Le Goff, na Introdução, apresenta a história como uma ciência em marcha, *une science dans l'enfance*. Esse Dicionário pretende, ao mesmo tempo, situar o momento dessa marcha da história e construir um universo de referências, que identifiquem a *nouvelle histoire*, tanto pela oposição quanto pela aproximação. Os temas abordados são, dentre outros: a análise da história e do momento presente da *nouvelle histoire*, por J. Le Goff; a longa duração, por M. Vovelle; a história estrutural, por K. Pomian; a antropologia histórica, por A. Burguière; a história imediata, por Jean Lacouture; a história marxista, por Guy Bois; a história das mentalidades, por P. Ariès; a história da cultura material, por J-M. Pesez; a história dos marginais, por J.C. Schmitt; a história do imaginário, por Evelyne Patlagean e uma grande quantidade de verbetes menores.

No final da apresentação da obra, Le Goff esclarece a posição do grupo:

o leitor perceberá que, se todos os autores deste *Dictionnaire* têm em comum a preocupação em fazer progredir a história em caminhos novos, eles não têm um denominador ideológico comum. A história nova, se ela põe a necessidade de uma reflexão teórica, não se liga a nenhuma ortodoxia ideológica. Ela afirma a fecundidade das abordagens múltiplas, a pluralidade dos sistemas de explicação. Ela se quer uma história escrita por homens livres para homens livres ou em busca da liberdade, a serviço dos homens em sociedade. Ela se inscreve na *longue durée*, longe das modas e novidades efêmeras e circunstanciais (Le Goff, 1988a, p. 30).

A *nouvelle histoire* fala aqui, através de Le Goff, de liberdade e de homens livres e de uma história escrita por homens livres. São afirmações que exigem uma tematização, uma problematização, uma argumentação, uma defesa e um ataque. Afinal, o que ela entenderia por liberdade e homens livres? Eis a grande questão, que ela pouco elaborou e a torna alvo fácil dos seus adversários, que exigem dela uma explicação da sua idéia de “sociedade livre”.

Nesse período, aparecerá um historiador de *Aix-en-Provence*, da “província”, portanto, classicista, que desafiará as orientações de Paris. Em 1971, Paul Veyne publicou sua obra *Comment on Écrit l'Histoire*, que é uma obra polêmica, *derangeant*, que, segundo Le Goff, “confere ao seu autor um lugar à parte e revela suas relações complexas com a história nova” (Le Goff, 1988a, p. 34). Aproxima-se da *nouvelle histoire* pelo seu antidogmatismo, sua recusa de determinismos, pela defesa da absorção da sociologia e da antropologia pela história, e se afasta dela, pelo seu vocabulário filosófico, sua noção do texto histórico como “intriga”, pelo seu distanciamento do econômico e opção pelo psicológico. Mas Le Goff conclui, talvez, querendo evitar uma cisma: “esta obra impôs Paul Veyne como um dos raros historiadores epistemólogos” (Le Goff, 1988a, p. 34).

Em 1974, na já citada coleção *Faire de l'Histoire*, Veyne recusa algumas das teses de seu primeiro livro, apresentando a história como um conhecimento ainda não-científico, mas que poderia atingir algum rigor somente pela conceptualização de tipo weberiano. Não-científica, a história teria “núcleos de cientificidade”. A impossibilidade de uma ciência da história se dá, para ele, pela inexistência de um “primeiro motor” para o devir histórico. A perspectiva que continua aberta à história é a da conceptualização, caminho que foi aberto pela obra de M. Weber. A atividade conhecedora do historiador se baseia na invenção de conceitos, para que a história se torne mais análise e menos narração. O conceito e o documento são o que a distingue do romance. O conceito se dirige ao “não-acontecimental” e a afasta da narrativa “acontecimental” impressionista. A história não abandonaria de vez a narração, mas, para ele, a verdadeira narração exige a análise. O conhecimento histórico teria um interesse mais intelectual, pois mais conceitual, e seria o resultado de uma racionalização do social. E conclui, heterodoxo: “o interesse da história é intelectual, sociológico e sobretudo filosófico” (Veyne, 1974, p. 85).

Em 1976, ele se aproximaria mais da orientação da *nouvelle histoire*, através de sua aula inaugural no *Collège de France*, publicada sob o título *L'Inventaire des Différences*. Sua concepção da história, aqui, se aproxima da de F. Furet, onde a presença de Weber aparece mais do que a de Braudel. Em Veyne, aparece também a influência de

R. Aron. Prosseguindo, por um lado, o seu incontornável caráter polêmico, afirmará: “todo historiador é implicitamente um filósofo pois ele decide o que tomará como antropologicamente interessante” (Veyne, 1976, p. 9). Por outro lado, irá defender posições tradicionais da *nouvelle histoire*: a história-problema, conceitual, que organiza uma documentação disponível.

Para ele, a esclerose da problemática é mais grave do que a falta de documentos. A conceptualização consistiria na busca de “invariantes”, que expliquem os eventos. Só o invariante individualiza, todo abstrato que ele é. O conceito de “imperialismo”, por exemplo, permite a apreensão de individualidades originais: o americano, o romano, o inglês, o russo etc. O individual não é inesgotável, a “vida”, mas o que não é fluido. Este individual só pode ser apreendido pelo conceito. Ele chega a admitir a possibilidade da “história científica”, pois, pergunta, o que é uma ciência senão a determinação de “invariantes”, que permitam explicar a diversidade das formas? O que a “história científica”, segundo Veyne, poderia fazer: o “inventário” de todos os eventos e a individualização de cada um pelo conceito. Uma história completa, que dá conta da mais escondida sociedade. A palavra que caracteriza a história seria, então, “inventário”. Através de tipos invariantes, pode-se conhecer e inventariar, reunindo e distinguindo, todos os eventos. A tarefa da história é conceptualizar para apreender a originalidade das coisas. Nesse sentido, ela tem tudo ainda a fazer. Ela será o inventário explicativo do que há de social no homem, ou mais precisamente, das diferenças que apresenta este aspecto social.

A “história completamente científica” não pode ser erudição pura, mas ciência das diferenças, das individualidades, através do “invariante conceitual”. O que diferenciaria o historiador do sociólogo? Para Veyne, eles escreveriam a mesma página, mas com objetivos diferentes: para o historiador, a página escrita já é o conhecimento, para o sociólogo será o exemplo que sustentará uma teoria sociológica. O sociólogo não citará muitos exemplos, enquanto que o historiador fará o inventário completo. O historiador teoriza seus exemplos, o sociólogo exemplifica suas teorias. E termina a sua “lição” com uma idéia “inaugural”:

“em história, as questões interessam mais do que as respostas (...) é mais importante ter idéias do que conhecer verdades. É por isso que as grandes obras filo-

sóficas, mesmo se infirmadas, permanecem significativas e clássicas. Ora, ter idéias significa ter um tema, tomar consciência do que ele é, explicitá-lo, conceptualizá-lo (...) Significa deixar de ser ingênuo e perceber que o que foi poderia não ter sido. O real é envolvido por uma zona indefinida de possíveis não-realizados. A verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento” (Veyne, 1976, p. 61-62).

P. Veyne, sem deixar de manter relações complexas com a *nouvelle histoire*, evolui de 1971 a 1976 para posições mais próximas da dos *Annales*. Ele escreveu também um artigo favorável à influência de M. Foucault sobre os historiadores novos. Para ele, *Foucault revolucionou a história* e será um dos teóricos mais utilizados pelos novos historiadores.

A REPERCUSSÃO DE MICHEL FOUCAULT

Foucault exercerá sua influência pela sua obra histórica sobre assuntos novos, como a loucura, a sexualidade, o crime, mas, principalmente, pelas hipóteses e conceitos que apresentou na *Archéologie du Savoir*, de 1969. Nessa obra, ele faz uma avaliação das propostas da *nouvelle histoire*, enquanto interessada em longos períodos, em estabilidades, em continuidades seculares. Para ele, o que marca a *nouvelle histoire* enquanto “nouvelle” é sua atitude diante do documento, que teria consequências revolucionárias para o conhecimento histórico. A história, para Foucault, existe para usar documentos, interrogá-los, com a finalidade de “reconstituir”, a partir deles, o passado que desapareceu atrás deles. A *nouvelle histoire* não quer saber se eles dizem a “verdade”, mas trabalha-os do interior, elabora-os, organiza-os, recorta-os, distribui-os, ordena-os, estabelece séries, define modelos, descreve relações. Os documentos não são mais uma matéria inerte, que, agrupados e criticados, reconstituiriam o passado em si. A história nova não era mais a “memória milenar”, que usa os documentos para reencontrar suas lembranças, mas a elaboração de uma materialidade documentária. Como toda sociedade secreta documentos, a história é a que elabora esse material. A história tradicional, prossegue Foucault, memorizava os “monumentos” do passado, transformando-os em “documentos”; hoje, a história nova transforma documentos em “mo-

numentos”. A história nova tenderia à Arqueologia — à descrição intrínseca do “monumento”.

As conseqüências dessa mudança de atitude do historiador em relação aos documentos são descritas por Foucault como “revolucionadoras” da história:

1 — os períodos longos são verificados por séries documentais. A possibilidade mesma de se conceber um tempo longo teria derivado da possibilidade de estabelecer tais séries. É porque o documento não é isolado, mas seriável, que se pode conceber uma duração mais longa em história;

2 — o estabelecimento de séries possibilitou a concepção da “descontinuidade histórica”. Antes, quando o documento não era seriável, a descontinuidade era o dado pelo documento isolado e aquilo que deveria ser eliminado do discurso histórico. Os eventos dispersos eram o que aparecia nos documentos e eram o que deveria ser superado pela organização em uma “continuidade narrativa”, a partir de uma filosofia da história implícita. A descontinuidade real era suprimida. Hoje, ela se tornou um dos elementos fundamentais do historiador. Ela é uma operação que distingue níveis possíveis de análise, periodizações e métodos específicos de cada uma; a descontinuidade é o resultado da descrição histórica, que revela os limites de um processo, as curvas, as especificidades. O descontínuo deixa de ser um obstáculo e passa a ser uma prática; não deve ser evitado, mas visado; não é mais o “negativo” da leitura histórica, o seu “fracasso”, mas o elemento “positivo”, que determina seu objeto e a validade da análise (p. 17);

3 — a possibilidade da série documental levou também ao abandono da história “global” e à realização de uma história “geral”. Para a nova história “serial”, a história “global” tornou-se problemática, pois ela define limites, desníveis, defasagens, especificidades cronológicas. Mas, para não cair em uma pluralidade de histórias justapostas e independentes umas das outras, a história “geral” consistiria no estabelecimento de correlações entre séries diferentes, formando “séries de séries”, “quadros”. Ele conclui: “uma descrição global concentra todos os fenômenos em um centro único — princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral revelaria ao contrário o espaço de uma dispersão”;

4 — mais uma vez, afirma-se: os problemas metodológicos postos pela *nouvelle histoire* mostram o quanto ela se afastou da filosofia da história. Seus problemas são os da constituição de *corpus* coerentes e homogêneos de documentos, o estabelecimento de um princípio de escolha, a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes, a especificação de um método de análise, a determinação dos conjuntos e subconjuntos que articulam o material estudado... Sob a influência da filosofia da história, os problemas da história eram: a racionalidade e teleologia do devir, a relatividade do conhecimento histórico, a busca do sentido.

Foucault procurou definir o “sentido” dessa mutação epistemológica da história, que ainda não foi terminada e que remonta a Marx. Para ele, essa mutação consiste na elaboração de uma “teoria da descontinuidade”. Até então, a história do pensamento produziu “teorias da continuidade”, sínteses, abrigos para a soberania da consciência. A história contínua estava ligada à posição fundadora do “sujeito” — a garantia de que teria de volta o que lhe escapa, de que o tempo não dispersaria e de que, pela consciência de si, ele poderia unificar e dominar toda dispersão. Para essa história do “sujeito consciente em busca da liberdade”, uma “teoria da descontinuidade” seria a morte da história. Mas Foucault reage: é a desapareição, na verdade, de um “tipo de história”: a do sujeito consciente em marcha para a liberdade. Atirada à descontinuidade, a consciência se dispersa e o sujeito perde o seu abrigo. Essa “teoria da descontinuidade” substituirá os conceitos da “teoria da continuidade”: em lugar de “tradição”, “influência”, evolução”, “desenvolvimento”, “mentalidade”, “espírito”, ela falará de “ruptura”, “solo”, “limite”, “série”... A história não seria mais o lugar do repouso, da reconciliação, da certeza, do sono tranqüilo da consciência do sujeito em busca da liberdade.

A MANIFESTAÇÃO DA CRISE E A NECESSIDADE DE UM *TOURNANT CRITIQUE*

Essa influência de Foucault e sua “teoria da descontinuidade” sobre os *Nouvelles Annales* é considerada pelos seus adversários como uma “traição” aos fundadores. A 3ª “geração” teria renunciado à “história global”, à busca da “síntese total” e teria se perdido

nos fragmentos do saber, nas práticas discursivas, nos micropoderes. A história se fragmentou em pesquisas com resultados justapostos, independentes uns dos outros, embora a “história geral”, de Foucault, fosse apresentada como uma solução para esse risco (Dosse, 1987, p. 181-184). A *nouvelle Nouvelle Histoire* produziria uma história em “migalhas”. Além disso, teria feito concessões à moda e às exigências circunstanciais do grande público. A história nova teria se submetido ao mercado e ao poder da *mídia* (Bourdieu & Martin, 1983, p. 226).

Entretanto a instituição se mantém sólida e cada vez mais poderosa. Os *Annales* monopolizam, praticamente, o controle das instituições de ensino e pesquisa, edição e administração da história, na França. As coleções mais importantes de história das editoras mais poderosas são controladas pelos *Annales*. A publicação de obras de história passa pelo crivo da consultoria dos membros do grupo. Eles organizam publicações especializadas, voltadas para os “pares” e o público universitário, e publicações de divulgação, voltadas para o grande público ilustrado, como *L'Histoire*, uma revista de sucesso há alguns anos. A oposição maior que vêm enfrentando é a dos professores de história do ensino secundário, onde a *nouvelle histoire* foi mal compreendida e mal trabalhada com os alunos, o que levou a um acréscimo da “ignorância” histórica na população adolescente.

Mas, apesar de inabaláveis em seu poder, a partir de 1988, eles começaram a se dar conta de que o “vento da história” estava soprando em outra direção e que já seria hora de “mudar de pele”. Eles começaram a discutir um possível *tournant critique*, que tendemos a considerar como, talvez, o início de uma “4ª fase” da história dos *Annales*.

1988 — UM *TOURNANT CRITIQUE* HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: A CRISE DA INTERDISCIPLINARIDADE

A partir de 1988, os *Annales* iniciaram uma revisão do seu projeto, desde os fundadores. No editorial do número 2, de março/abril, tentam compreender o novo momento que atravessam. O que pretendem fazer é, mais que um *balanço* ou um exame de consciência, definir os termos de um *tournant critique*. Ora, um *tournant* é a transição de um momento a outro, de uma posição a outra: uma “reviravolta”. Nesse

movimento, eles reavaliam aquilo que sustentou todo o seu projeto, desde o início: a aliança com as ciências sociais. Esse encontro da história com as ciências sociais, desde sessenta anos, sob as formas as mais diversas, com resultados originais, trouxe uma transformação profunda da paisagem historiográfica. Essa “interdisciplinaridade” constitui o centro mesmo da *nouvelle histoire*. No início, foi a economia, a geografia, a sociologia, a demografia; depois a antropologia, a psicanálise, a lingüística e outras, e todas as alianças trouxeram resultados significativos para a história.

Agora, em 1988, os *Annales* parecem não confiar mais em seus sócios e falam de uma “crise das ciências sociais”. Crise que a história não estaria vivendo, pois passa por um momento de vitalidade: multiplicação dos objetos de pesquisa, especializações cada vez mais sofisticadas, uma produção abundante. É verdade; entretanto, trata-se de uma “vitalidade crítica”, problemática, pois anárquica, dispersiva, desordenada. Mas o período de incerteza, para eles, é das ciências sociais, que não têm mais grandes sistemas de interpretação da sociedade, como o marxismo, o estruturalismo, o funcionalismo, todos eles em crise.

Diante dessa “crise” das ciências sociais, o que poderia fazer a história? Que novas alianças fazer? O editorial que anuncia esse *tournant critique*, que a história estaria obrigada a realizar, propõe um debate sobre duas questões principais:

1 — repensar os “novos métodos”: qual deve ser a escala de análise, a dimensão do objeto de pesquisa? Como deve ser escrita a história? As questões tradicionais são respostas: como articular indivíduo e sociedade, local e global, particular e geral? E a escrita da história: foi narrativa, foi cifrada e serial, como torná-la demonstrativa?

2 — repensar as “novas alianças”: sem descartar as alianças já feitas, construir novas nas margens da história, nas suas disciplinas mais setoriais como história da arte, das ciências... E saber como as outras ciências sociais fazem uso da história.

O que está levando os *Annales* a repensarem suas relações com as ciências sociais foi o resultado a que chegou a interdisciplinaridade, na prática dos historiadores. A história chegou à fragmentação, à produção de “migalhas” de conhecimento sobre “objetos-migalha”. Essa “vitalidade anárquica” teria sido fruto de uma imprecisão nos termos das relações entre história e ciências sociais. O que se pretende, nesse

momento, é redefinir e precisar esses termos. Nisso consistiria a “reviravolta crítica” da *nouvelle nouvelle histoire*.

No início, a “interdisciplinaridade” significou o direito e o dever dos historiadores de atravessar os limites disciplinares e aproveitar as ofertas das ciências sociais. Esse projeto enriqueceu enormemente a história, mas, hoje, ameaça-a em sua própria identidade. Bloch e Febvre propuseram uma “abertura” do trabalho intelectual através do empréstimo entre as ciências sociais, o que foi praticado, desde então, de forma selvagem. O território do historiador se ampliou, áreas inéditas surgiram, a especialização dentro da própria história levou ao contrário do que se pretendia no início: pretendeu-se o trabalho coletivo, pela aproximação com as ciências sociais; obteve-se, na verdade, a fragmentação da história em inúmeros territórios particulares, com seus respectivos muros. Se antes o diálogo era difícil entre historiadores e cientistas sociais, agora, ele era difícil entre os historiadores mesmos. O que há são experiências individuais que se multiplicam, isoladas, um acúmulo de estudos que não se completam e são incomparáveis entre si.

No plano geral, a interdisciplinaridade continua sendo a orientação central; “reunir os saberes” continua sendo o centro do projeto dos *Annales*; mas como ela deve ser praticada sem que a história perca sua identidade, eis o que precisa ser definido. A interdisciplinaridade é uma unidade de uma multiplicidade, é um olhar comum e múltiplo. Se antes o lado comum era o mais acentuado, agora, será a especificidade de cada olhar, sem perder o horizonte de convergência, que é enfatizada.

A “DIALÉTICA DA DURAÇÃO” POSTA EM DÚVIDA

Entretanto, se esse *tournant* fosse só uma recolocação dos termos da interdisciplinaridade, já seria uma mudança significativa, pois tocara no centro do projeto dos *Annales*. Mas ele parece ter um alcance muito mais profundo. A revisão atinge o próprio conceito de “tempo” da *nouvelle histoire*. O editorial do número 6, de 1989, é explícito a esse respeito: “contra o tempo linear das crônicas e da história positivista, os historiadores dos *Annales*, os primeiros, sublinharam a complexidade do tempo social e privilegiaram a longa duração. Hoje, a atenção dada ao evento e o ressurgimento de um certo historicismo assinalam que a intuição inicial está chegando ao seu limite. A metáfo-

ra da superposição dos níveis da história e a preocupação particular com os fenômenos de longa duração trazem neles o perigo do esquecimento dos processos pelos quais o novo advém” (*Les Annales*, 1989, editorial nº 6).

Se o *tournant* fosse só um rearranjo da interdisciplinaridade, a história nova ainda se manteria sob o “ponto de vista” das ciências sociais, que a definiu enquanto *nouvelle*. Mas, se o próprio conceito de tempo foi alterado, a história nova parece estar abandonando parcialmente esse ponto de vista, o que a transformaria em outra coisa diferente daquilo que ela sempre foi. Sob a influência das ciências sociais, a história tratou as sociedades passadas como “coisas”: abordou-as em seu aspecto “natural”, repetitivo, quantificável, produzindo quadros, gráficos, descrições numéricas. Realizou “sociografias”, descrições quantitativas, que, hoje, ela constata os limites. A *nouvelle histoire* afasta-se dos grandes sistemas explicativos das ciências sociais, o estruturalismo, o funcionalismo e quer produzir análises das estratégias, das negociações, das “jogadas sociais”, que implicam memória, aprendizagem, incertezas. Que implicam ação, intenção, evento, sujeito. Se a sociedade não é mais concebida como “coisa”, ela só poderá ser concebida como “consciência”. Uma multiplicidade de consciências em interação, uma pluralidade de sujeitos produtores de “jogadas”, de “eventos”, que só poderiam ser apreendidos pela “narração”.

Os fantasmas da *nouvelle histoire*, que foram militarmente banidos, retornam: o sujeito, o evento, a narração, as nações e a história política, a biografia. O “tempo-breve” terá retomado a cidadela da história? Se isto for verdade, sob que novos termos ele seria readmitido? Esses fantasmas da *nouvelle histoire* foram excluídos muito mais por uma luta vigorosa e apaixonada do que pela sobriedade definitiva do conceito. Resultado: estão de volta! A *nouvelle histoire* deverá enfrentá-los, agora, teoricamente ou perderá grande parte de sua hegemonia, pois haveria espaços da pesquisa histórica que ela não poderia controlar. Ela se esforça por reavaliar suas posições anteriores, mas tem dificuldades. Parece chegar aquele momento em que o velho, o antigo, o que já dura há muito tempo, não tem condições de renovar. Há limites para a sua capacidade de renovação e a solução é o surgimento de um “novo concreto”: novos problemas, novas abordagens, novos objetos, novos nomes, novas instituições.

A já *antiga nouvelle histoire* saberá se renovar? A julgar pela lucidez dos termos em que são postos o *tournant critique*, parece que sim. Entretanto muitas vezes o velho é lúcido, mas não tem condições práticas, físicas, vitalidade, para realizar o projeto, que ele até vê bem. Os *Annales* são lúcidos ainda — percebem sua riqueza passada e seus limites atuais — resta saber se saberão transformar essa lucidez em “exemplo e fato”. Para P. Burke, se a E.H.E.S.S. subsiste ainda como uma presença vigorosa identificada à tradição dos *Annales*, “talvez não seja exagerado afirmar que o movimento acabou”. (*It may not be too much to say that the movement is effectively over.*) Por um lado, ele prossegue, pode-se encontrar membros do grupo dos *Annales* redescobrimdo a história política e o evento. Por outro, vêem-se muitos *outsiders* inspirados pelo movimento... Assim, termos como “escola” e “paradigma” perdem seu sentido. “O movimento está se dissolvendo em parte como resultado do seu sucesso”, conclui (Burke, 1990, p. 107).

R. CHARTIER: REDEFININDO OS TERMOS DA CRISE

R. Chartier, em seu artigo *Le Monde Comme Representation*, publicado no número já citado da Revista, de 1989, faz a sua avaliação do *tournant critique* pelo qual passa a nova história e discorda dos termos do editorial de 1988 (Chartier, 1989). Para ele, as mutações da história nos últimos anos não são produto de uma “crise” das ciências sociais, que seria preciso demonstrar, ou de uma mudança qualquer de paradigma. Na sua avaliação, essas mutações estão ligadas a um distanciamento dos princípios de inteligibilidade que comandavam a *nouvelle histoire* desde a sua origem: renunciou-se à descrição da totalidade social, à história global, ao modelo braudeliano, que se tornou intimidante; renunciou-se à obrigatoriedade do recorte territorial para a pesquisa, de origem vidaliana; renunciou-se à primazia do corte social para dar conta do cultural, passando-se de uma história social da cultura a uma história cultural do social: “estes três deslocamentos, liberadores em relação à tradição instituída, são também produtores de incerteza, pois não constituem por eles mesmos um sistema unificado de compreensão” (Chartier, 1989, p. 1509).

R. Chartier não acredita no retorno de uma “filosofia da consciência”, que o editorial de 88 menciona, que obrigaria a uma “adesão

crítica” ao “ponto de vista” das ciências sociais. Segundo essa perspectiva, a “crise” das ciências sociais teria trazido para a história a possibilidade do ressurgimento de uma “filosofia da consciência”, que recusa determinismos sociais e condicionamentos coletivos e restabelece a eficácia histórica da ação intencional de sujeitos interagindo em situações dadas. Aqui, a dimensão política recupera a sua posição central e a *nouvelle histoire* deverá aproximar-se da ciência política e do Direito. Nesse sentido, o paradigma das ciências sociais ter-se-á tornado, senão obsoleto, “suspeito”, e a história não deveria confiar tão cegamente em seus princípios. As ciências sociais estariam em crise por causa mesmo desse surgimento de uma “filosofia da consciência” que obrigaria a história a “pôr entre parênteses” suas relações com as ciências sociais e, talvez, tomar uma nova direção.

SERIA O RETORNO DO DIFÍCIL DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA?

Esta “filosofia da consciência” ressurgente, P. Ricoeur procurou definir os seus contornos em sua obra *Soi-même comme un autre* (Ricoeur, 1990). Essa filosofia traz de volta uma “teoria da ação”. O discurso anglo-saxão, segundo Ricoeur, põe ênfase na “descrição”, onde a ação não tem agente. A “descrição” oculta o “quem” e enfatiza o “quê” e o “porquê”. É uma redução das ciências sociais ao modelo da Física. Os eventos “acontecem” em uma rede de significações encadeadas. Busca-se uma “causa” e não um “motivo”, que pressuporia aquela “causa”. No discurso “narrativo”, que ressurgiu, aparece a resistência do “quem” a este tempo neutralizado da descrição. Na narração, os eventos são produzidos, são feitos acontecer. Resgata-se uma intencionalidade, um motivo, um agente. Os eventos são atribuídos a “alguém” — os atos visíveis pertencem a “alguém”. Se a descrição atravessa o agente em busca das “causas” mais profundas da ação, a narração suspende a busca da causa da ação nos motivos de um sujeito identificado. A “iniciativa” de um agente é a origem do evento. Esse agente não seria um *moi*, que é uma redução do *soi* ao *ego*, o que levaria ao retorno de um discurso intuitivo, sentimental, narcísico. O agente é um *soi*, que possui uma identidade, no duplo sentido do conceito: mesmidade e ipseidade. Enquanto “mesmo”, o *soi* é um invariante

temporal, é o que persiste através do tempo, é uma identidade numérica, pois não há dois *soi*, só um, que continua, que não se interrompe; enquanto ipseidade, o agente é uma identidade qualitativa, relativa, variante no tempo: ontem fui, hoje não sou. O discurso narrativo combina essas identidades, das mais simples às mais complexas.

O dilema da *nouvelle histoire*, hoje, talvez se possa definir nos seguintes termos: ou se mantém sob a influência das ciências sociais apesar de sua “crise”, ou passa para a área de influência dessa “filosofia da consciência” renascente, ou combina as duas possibilidades. De qualquer maneira, qualquer que seja o desdobramento que se verificará, a situação é delicada para os *Annales*. A *nouvelle histoire* surgiu da aliança com as ciências sociais e da exclusão da filosofia. Antes, a história se sustentava teoricamente na filosofia; a *nouvelle histoire* significou a separação da história da filosofia, ruidosa e agressivamente, como se tivesse sido “traída” e passou a sustentar-se teórica e tecnicamente nas ciências sociais.

Atualmente, se se pudesse falar desse retorno de uma “filosofia da consciência”, não seria uma “traição” da história às ciências sociais, se passasse a se interessar pelas questões e objetos da filosofia? A estranheza da situação está nisto: a *nouvelle histoire* teria que dialogar com aquela que recusou com a mais “absoluta razão” e terá que duvidar daquela com a qual se aliou com a mais “absoluta razão”. Por outro lado, pode-se compreender essa situação de outra forma: talvez, tenham sido as ciências sociais que tenham descoberto os limites de seus princípios deterministas e tenham reencontrado o “sujeito”; talvez sejam elas que vivam um *tournant critique*, que atira a história em plena “crise”, pois esta não reconheceria mais nelas o “sócio” com quem tinha-se aliado com tanta segurança. Nessa perspectiva, ao invés de a história estar aberta a uma “filosofia da consciência”, que a afastaria do paradigma das ciências sociais em “crise”, as ciências sociais é que se teriam aberto a uma “filosofia da consciência” e puseram a história em crise.

Entretanto o horizonte do conhecimento social não é, nesse momento, claro e vai precisar algum tempo para que se vejam melhor os seus possíveis desdobramentos. Mas uma questão poder-se-ia pôr antecipadamente: a *nouvelle histoire* aceitaria dialogar com a filosofia? Apesar de tudo, Febvre não rejeitava esta possibilidade: “Dois espíritos, bem-entendido: o filosófico e o histórico. Dois espíritos irre-

dutíveis. Mas não se trata de reduzi-los um ao outro. Trata-se de fazer com que, permanecendo um e outro em suas posições, eles não ignorem o vizinho ao ponto de lhe permanecer hostil ou estranho” (Febvre, 1965, p. 279).

R. Chartier, em uma intervenção num Seminário promovido pelo *Centre Georges Pompidou*, abordou o tema das relações entre história e filosofia (Chartier, 1987, p. 115-135). Abordava-o, confessou-o, com “medo”, pois temia ressuscitar os fantasmas da filosofia da história. Retomou a posição de Febvre: história e filosofia são dois universos do saber, muito estranhos um ao outro. A epistemologia filosófica não interessa aos historiadores, pois não tem pertinência operatória. Os historiadores não se reconhecem nas reflexões filosóficas sobre a história e procuram produzir eles mesmos a reflexão teórica necessária à sua prática. Para os historiadores, a filosofia teria duas faces: a história da filosofia e a filosofia da história. A filosofia da história e seus conceitos — liberdade, necessidade, totalidade, finalidade, sentido, continuidade, consciência — representam tudo aquilo que os *Annales* recusaram. Por sua vez, a história da filosofia, produzida pelos filósofos, é o tipo de história que os historiadores rejeitam: é desencarnada, dobrada sobre si, voltada ao jogo das idéias puras, sem contexto social e econômico e político. Está longe da história que produzem os historiadores. Parece-lhes que a história da filosofia é ela própria filosofia.

O olhar do historiador é diferente: quer estabelecer a “realidade” filosófica de certas doutrinas, partindo das condições reais de produção e recepção dos discursos sustentados por filósofos em tal ou tal mundo de discursos. E Chartier confessa: foi Michel Foucault, um filósofo-historiador, que mostrou tudo isto à *nouvelle histoire*. E após constatar esse diálogo fecundo entre um filósofo e a *nouvelle histoire*, Chartier pergunta: em que, afinal, historiadores e filósofos poderiam atuar juntos? Como a filosofia poderia participar do debate interdisciplinar das ciências sociais? Chartier, esquecendo-se de seu diálogo com Foucault e Ricoeur, concede: é possível um diálogo epistemológico entre historiadores e filósofos, mas sob algumas condições: a filosofia deveria abandonar o seu desprezo pelo “empírico”, identificado ao histórico, deveria abandonar o apriorismo e se interessar pela documentação, pelo arquivo, pela realidade econômico-social e mudar a forma de fazer a sua própria história.

Se o diálogo entre historiadores e filósofos é considerado difícil, ele se fará necessário, entretanto, caso se confirme o ressurgimento de uma “filosofia da consciência”, que exigiria dos historiadores uma “teoria da ação”, do evento, de sujeitos e motivos, que não poderia ser realizada sem o apoio conceitual dos filósofos. Essa “filosofia da consciência” pode ser observada, como apontamos antes, nos “retornos”, nos anos 80, das abordagens do sujeito através da narração. Há uma repolitização da história. A história das “representações” convive com a história das “mentalidades coletivas”. Há pesquisa sobre a intimidade privada dos indivíduos e das famílias.

Os *Annales* dos anos 90 serão obrigados a rever suas posições as mais ostensivamente defendidas, pois nos anos 80, tudo que eles reprimiram ao longo de sessenta anos, voltou com mais força, embora sob novas formas. Analisaremos brevemente esses *retours* para melhor perceber o que eles representam para os *Annales*. Abordaremos os retornos da “narração”, da “biografia” e do “evento”.

A VOLTA DA NARRAÇÃO

A polêmica sobre a volta da narração obteve uma repercussão considerável a partir do artigo de L. Stone, “Retorno à Narração ou Reflexões sobre uma Nova Velha História”, onde ele defende a tradição narrativa da história e a resposta a ele, em defesa da “história científica”, de E. Hobsbawm (Stone, 1979, e Hobsbawm, 1983). L. Stone argumenta na seguinte direção: para ele, os *Annales* interromperam, ao abandonarem a forma narrativa, uma tradição de mais de vinte séculos. Eles tinham abolido a narração e trocaram-na por uma história estrutural quantitativa. Entretanto, ele constata, os mais novos historiadores da própria “escola” dos *Annales* já estavam fazendo uma história narrativa, novamente, sem o confessarem. E ele se apóia nesses mesmos novos *Annales* para empreender a sua defesa da história narrativa. Enquanto narração, prossegue, a história se interessa mais pelos homens e menos pelas circunstâncias e sua abordagem é mais do particular e do específico e menos do coletivo e estatístico. Ele não defende uma narração simples, como uma crônica ou um relatório, mas uma narração orientada por um princípio, que possua um tema ou um argumento. O historia-

dor narrador não evita a análise, mas não se limita a ela. Ele se interessa pelo aspecto formal do texto, pela arte da literatura.

Os “historiadores cientistas”, há cinquenta anos, têm certeza de que há uma resposta segura para as grandes questões da história. Acreditavam que tinham acesso ao “porquê”, à causalidade histórica. E, de fato, ele reconhece, o método estrutural, em algumas mãos talentosas, deu resultados excepcionais: Braudel, Goubert, Le Roy Ladurie. Mas a volta da narração significaria a perda das ilusões sobre uma “explicação científica” da história. Pensa-se, agora, que a cultura de um grupo e mesmo a vontade individual são tão causas de mudança como as forças impessoais da produção material e o crescimento demográfico. Compreendeu-se que as idéias, a cultura e a vontade individual são variáveis independentes e minam o determinismo econômico e demográfico. “Os historiadores do futuro”, ele afirma, “criticarão severamente os novos historiadores dos anos 50-60 por não terem sabido levar em conta o poder, a organização e a decisão política” (Stone, 1979, p. 125).

Ao reconhecer a importância do poder, das decisões políticas individuais, os historiadores deverão retornar à narração. Para ele, as técnicas quantitativas da história analítica e estrutural, quando sob controle, podem dar e deram excelentes resultados, mas, excessivas, quem poderia controlá-las? Os resultados são banais e ilegíveis e não resolvem os grandes problemas históricos. O retorno da narração significa o desencantamento com o determinismo econômico e demográfico, com a quantificação e a colocação de novas questões, que a história estrutural é incapaz de responder.

Stone identifica no interior do próprio grupo dos *Annales*, tendo à frente ninguém menos que L. Febvre, uma corrente que sempre considerou as mudanças intelectuais, psicológicas e culturais como variáveis independentes. Mas foi vencida pela orientação do grupo “científico”, econômico e social, no conteúdo, estrutural e quantitativo, na forma. Com a aliança com a antropologia, a narração teria retornado dentro do próprio grupo dos *Annales*. Novos interesses se impuseram, somente tratáveis pela narração: emoções, sentimentos, comportamentos, valores, estados de espírito, desejo sexual, relações familiares e afetivas, indivíduos, idéias, crenças, costumes. A volta do narrativo se liga também ao interesse dos novos historiadores em retomarem o contato com o público culto não-especializado, que os tinha abando-

nado, com seu texto cifrado e esotérico, produzido para a circulação interna. Os novos historiadores procuram tratar dos temas que interessam a esse grande público: natureza do poder, da autoridade, do carisma, o casamento, a concubinação, o aborto, o trabalho, o lazer, a religião, a magia, o amor, o medo, o desejo, o ódio, a educação, a vida cotidiana, as visões do mundo...

Eis como Stone analisa e se posiciona favoravelmente ao retorno da narrativa. Para ele, em suma, perdeu-se a confiança no modelo determinista de explicação histórica, reconhece-se o poder de realizar mudanças das culturas, dos grupos, dos indivíduos, e não só de forças impessoais econômico-sociais; a dimensão política recuperou seus direitos e só a narração pode tratar de sujeitos, ações, acasos. Não se quer mais responder o “porquê” e se questiona a eficácia da quantificação.

E. Hobsbawm respondeu a essa “provocação” de Stone à *nouvelle histoire* e à “história científica” em geral, pois esta não é um objetivo exclusivo dos *Annales* (Hobsbawm, 1983). Para Hobsbawm, o retorno do narrativo em certa corrente dos *Annales* não significaria que estes historiadores tenham renunciado à tentativa de fornecer uma explicação coerente das mudanças do passado. Eles não teriam cedido ao princípio de indeterminação e não caíram no irracionalismo. Ainda pretendem realizar uma “ciência” da história, embora o conceito de “ciência” possa tomar acepções particulares. E contra-ataca Stone: a adesão ao indeterminismo, presente na Inglaterra hoje, representa o crescimento do neoconservadorismo inglês.

Além disso, prossegue Hobsbawm, esse narrativo que retorna é inteiramente diferente do narrativo que foi expulso da história. A narração de hoje ocupa-se da vida, sentimentos, condutas, de pobres e desconhecidos e não de grandes e poderosos; a análise é indispensável e convive com a descrição narrativa, passando-se de uma a outra; usam-se fontes novas — processos verbais de tribunais, processos criminais, e não só documentos escritos oficiais e políticos, diplomáticos e administrativos; é uma narração sob a influência do romance moderno, que explora o inconsciente, é entrecortado e complexo; a narração não se interessa por uma pessoa, processo ou evento por eles mesmos, mas entra através deles na cultura e na sociedade. Assim, conclui Hobsbawm, se é verdade que a história narrativa e biográfica retorna, é verdade também que ela é “outra”.

P. Ricoeur também defende uma ligação fundamental, inescapável, embora indireta, entre história e narração (Ricoeur, 1983-1985, v.1). Toda escrita histórica é, para ele, *mise-en-récit*. Todas as formas de história, mesmo as mais estruturais, pertenceriam ao campo do narrativo. A compreensão histórica é construída na narração pelos seus agenciamentos e composições. Nessa obra, ele analisa o círculo hermenêutico que constitui a “compreensão histórica”. Esse círculo envolve três momentos: a “prefiguração” — a circulação no mundo social sem que ninguém se “perca”, isto é, a compreensão vivida das relações humanas; a “configuração” — a produção por um autor, de uma narrativa que procura “reter imitando” este vivido; e a “refiguração”, através da qual o leitor reconstrói o seu vivido pelo seu reconhecimento através de uma narração. Portanto, através da “refiguração”, a “configuração” retorna ao vivido, à “prefiguração”, oferecendo a esta alguma reflexão de si, que, em geral, altera a atuação dos sujeitos em suas relações vividas.

Para Ricoeur, só a narração — aquele momento 2 do círculo hermenêutico, o da “configuração” que, a rigor, só oferece uma compreensão do vivido em relação de determinação recíproca com os momentos 1 e 3 — tanto em sua forma ficcional quanto histórica, seria capaz de, senão apreender o tempo vivido, “fazê-lo aparecer” mais integralmente. Diferentemente do caminho direto da teoria, a narração se relaciona ao vivido “indiretamente”, através da imitação, da representação mimética das ações humanas. A narração reproduz e faz aparecer o caráter essencialmente temporal da experiência humana. Há uma circularidade entre tempo e narração: o tempo constitui (dá sentido) a narração; a narração constitui (apreende refigurando) o tempo. Entre o tempo cosmológico e o fenomenológico, a narração cria um terceiro: o tempo calendário, que seria o estabelecimento de pontos “fixos” cosmológicos — estações; dias e noites, anos e meses — que possibilitam a unificação da “experiência íntima” do tempo. A narração, para melhor apreender a temporalidade, deve ser um cruzamento de ficção e história. O acontecido só se deixa apreender se comparado e contrastado com o imaginável e vice-versa. Assim, o acontecido — a história — tem em si, implicado, o imaginável — a ficção — e esta tem como interlocutor, aquele. Portanto, conclui Ricoeur, a história, como conhecimento da experiência vivida da temporalidade pelos homens, é essencialmente narrativa.

A pretensão da *nouvelle histoire* de banir da história a narrativa “acontecimental”, por um discurso “científico”, Ricoeur lhe dará razão e discordará, ao mesmo tempo. Ele concorda com a *nouvelle histoire* quando ela descarta a narrativa *naïve*, a relação direta entre história e narração, que afasta o conhecimento histórico de toda dimensão nomológica. Ele discorda: a história, a mais afastada da narrativa, continua a ser ligada à compreensão narrativa, por um laço de derivação. Ele recusa a relação direta entre elas. Ele defende uma “relação indireta”, pela qual o conhecimento histórico realiza a compreensão narrativa sem perder sua ambição “científica”. Assim, a historiografia seria mais do que uma narração, mas, em última instância, narração. Seria necessário, então, segundo Ricoeur, admitir a especificidade da “explicação histórica” e preservar sua ligação com o campo narrativo.

Para ele, se a história rompesse com sua dimensão narrativa, que é “seguir uma história”, e com as categorias da compreensão narrativa, ela perderia seu caráter distinto entre as ciências humanas: deixaria de ser “história”. E para sustentar essa hipótese, Ricoeur realiza uma análise original, excepcional, da obra maior do próprio F. Braudel, que pretende ser a mais estrutural e menos narrativa, e demonstra o seu caráter narrativo indireto. Ele chama a atenção, no *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II* para as “estruturas de transição”. Essas estruturas constituiriam a obra em termos de uma “quase-narrativa”: “por estrutura de transição, eu entendo todos os procedimentos de análise e exposição que fazem com que a obra deva ser lida de frente para trás e de trás para frente” (Ricoeur, 1983-1985, v. 1, p. 290).

A primeira parte, prossegue, apesar da predominância do geográfico, tem seu caráter histórico em virtude das marcas que anunciam a 2ª e 3ª partes. A 2ª parte, propriamente consagrada à “longa duração”, aos fenômenos de civilização, mantém unidos os dois pólos: *Méditerranée*, primeira, e *Philippe II*, terceira. A segunda parte constitui um objeto distinto e uma “estrutura de transição”. Ela já está implicada e anunciada na primeira e implica e anuncia a terceira. Tudo conspira, portanto, na primeira e segunda partes, para a coroação do edifício por uma história dos eventos, que põe em cena a “política e os homens”. A terceira parte da obra não seria uma concessão à história tradicional: os eventos são testemunhos dos movimentos profundos da história. “A arte de Braudel”, considera Ricoeur, “é estruturar sua história dos

eventos — e sua história não é avara de datas, batalhas e tratados — não somente dividindo-os em períodos, mas enraizando-os nas estruturas e conjunturas (...) Aqui, o evento recupera e articula conjunturas e estruturas” (Ricoeur, 1983-1985, v. 1, p. 297).

Para Ricoeur, portanto, o conjunto dos três níveis da obra de Braudel constitui o que ele denomina de “quase-intriga”. Não seria somente o terceiro nível que se aproximaria da intriga, como considera as leituras tradicionais dessa obra. Ricoeur prossegue: “ora, o que é que delimita a intriga no ‘Mediterrâneo’?” Pode-se dizê-lo, sem hesitação: o declínio do Mediterrâneo como herói coletivo sobre a cena da história mundial. O fim da intriga não é a morte de Philippe II. É o fim do enfrentamento dos dois colossos políticos e o deslocamento da história em direção ao Atlântico e a Europa do Norte. A essa intriga global concorrem os três níveis... Um romancista teria reunido os três em uma única narrativa. Braudel procede, analiticamente, distinguindo os planos, deixando às interferências o trabalho de engendrar uma imagem implícita do todo. Assim, obtém-se uma quase-intriga “virtual”, fragmentada em diversas subintrigas... (Ricoeur, 1983-1985, v. 1, p. 300).

E Ricoeur conclui sua análise com uma afirmação perturbadora, pois fere um dos princípios centrais da *nouvelle histoire*: a recusa do narrativo e do historiador literato: “Braudel é um narrador, ele é um dramaturgo (...) pelo seu método analítico e disjuntivo, ele inventou um novo tipo de intriga (...) a ‘intriga virtual’ (...), ele nos ensina a articular estruturas, ciclos e eventos.” (Ricoeur, 1983-1985, v. 1, p. 301-302).

Enfim, esse retorno do narrativo expressa bem o ressurgimento de uma “filosofia da consciência”, que põe em xeque o determinismo das ciências sociais, ao qual a história aderiu sem muitas reservas. P. Ricoeur é o principal articulador-formulador desse ressurgimento. Os historiadores da *nouvelle histoire* reagem um pouco confusamente a essa novidade. Sobre o desafio da volta do narrativo, eles se dividem. R. Chartier, por exemplo, estaria disposto a admitir, com Ricoeur, que todas as formas de história, mesmo as mais estruturais, pertencem ao campo narrativo (Chartier, 1987, p. 128-129). Mas J. Le Goff é ortodoxo: “a história narrativa é um cadáver que não se pode ressuscitar pois será preciso matá-la uma segunda vez. Esta história narrativa dissimula e se dissimula opções ideológicas e encaminhamentos metodológicos que devem ser, ao contrário, claramente enunciados.” (Le Goff, 1988a, p. 16).

Como se desdobrará esse confronto entre a *nouvelle histoire* e a volta do narrativo, só o futuro poderá dizer. Entretanto, a “tentativa de assassinato” é ainda ilegal, sobretudo quando é pela segunda vez. Melhor seria o enfrentamento racional, teórico, a assimilação e rejeição das ofertas positivas e negativas do narrativo ao conhecimento histórico.

O RETORNO DA BIOGRAFIA E DO EVENTO

Outro “retorno”, que expressa o ressurgimento de uma “filosofia da consciência”, é o da “biografia”. Esse retorno, os *Annales* não têm dificuldade em assimilar, pois têm em sua tradição biógrafos de grande talento, como o seu próprio fundador, L. Febvre. Na sua Revista, no nº6, de 1989, Levi Giovanni, em seu artigo *Les Usages de la Biographie*, procura fazer a teoria da “nova biografia” (Giovanni, 1989).

Segundo ele, antes se podia contar a vida de um homem fazendo abstração de todo evento histórico; depois foi possível relatar um evento histórico fazendo abstração de todo destino individual. Vive-se, hoje, segundo ele, uma fase intermediária: a biografia ocupa o centro das preocupações dos historiadores, mas é ambígua: ora é usada para mostrar a irredutibilidade de indivíduos ao sistema social, ora para mostrar a presença das normas sociais sobre o comportamento individual. A biografia poria, para ele, todo o problema das relações entre a história e as ciências sociais: o dos limites da liberdade e da racionalidade humanas. A biografia impõe à história a forma narrativa e a história tende à literatura. Mas, enquanto a narrativa da biografia tradicional é a de uma personalidade coerente e estável, que realiza ações sem hesitar, que não possui áreas inertes, lacunas, sombras e se desdobra em um tempo linear, a narrativa biográfica atual reconstitui a superfície social sobre a qual o indivíduo age, em uma pluralidade de esferas com suas racionalidades específicas. O indivíduo possui uma vida diferenciada, tensa, pois atua em esferas sociais distintas. Ele próprio não tem uma percepção clara de si e a biografia não tenta dar-lhe um centro essencial.

Segundo Giovanni, a biografia de hoje possui várias formas, dentre elas: a prosopografia, em que a história de indivíduos visa a reconstituir, através deles, o quadro social no qual eles atuaram; a biografia contextual, em que o indivíduo é enfocado em sua originalidade, mas

supõe-se que ele seria incompreensível sem a referência ao contexto histórico onde ele circula; a biografia hermenêutica, que é uma interpretação e não só uma descrição da vida de um personagem. Aqui, o autor dialoga com o seu personagem, problematizando-o, interpretando-o, avaliando-o.

Assim como a narrativa, a biografia retorna com pressupostos diferentes, visando a outros objetivos, tomando uma nova estruturação. Mas o *retour* que poderia levar os *Annales* ao pânico, pois eles não se cansam de clamar contra ele, seria o do “evento”. Afinal, o específico mesmo da *nouvelle histoire* é a passagem do evento à longa duração, da mudança à permanência. É verdade que houve uma radicalização excessiva nessa recusa do evento, pois mesmo Braudel era consciente de que a passagem à longa duração não significava o fim do evento, a sua exclusão, mas a sua integração em uma estrutura permanente. O evento (e seu tempo breve) deixaria de ser a dimensão temporal privilegiada da *nouvelle histoire*, como o foi para a história tradicional, mas não poderia ser eliminado, pois também constituidor do vivido. Braudel, ao mesmo tempo em que afirmava: (...) “o passo decisivo que implica e resume todas as transformações (...) é o ultrapassamento do indivíduo e do evento (...)” não se mostrava *naïve* em relação a essa posição, pois logo depois acrescentava: “nos não negamos a realidade dos eventos ou o papel dos indivíduos, o que seria pueril (...) O problema não consiste em negar o individual sob o pretexto de que ele é contingente, mas de ultrapassá-lo, distinguir nele forças diferentes dele, reagir contra uma história reduzida ao papel dos heróis (...) não acreditamos no culto de todos estes semideuses (...) Nós somos contra a orgulhosa frase “os homens fazem a história”. Não, a história faz também os homens e molda o seu destino — a história anônima, profunda e silenciosa, cujo imenso e incerto domínio é preciso abordar” (Braudel, 1959, p. 21).

Edgar Morin fez uma análise das razões da recusa do evento pela *nouvelle histoire* e das razões desse seu retorno. No início do século XX, ele argumenta, dizia-se que não há ciência do singular, do evento (Morin, 1972). O evento foi cassado, pois representava a singularidade, a contingência, o acidente, o vivido. Foi retirado da física, da química, da sociologia e, ironiza Morin, “até” da história. Ele aponta para um paradoxo freqüente na história do conhecimento: quando uma tese atinge as províncias as mais afastadas de seu ponto de partida, nesse

ponto mesmo essa tese é radicalmente infirmada: “é quando as ciências humanas tomam o modelo mecanicista, estatístico e causalista, saído da física, que a física se transforma radicalmente e põe o problema da história e do evento...” (Morin, 1972, p. 6).

A cosmologia atual apresenta um universo-evolução de um evento originário, uma explosão. O Cosmos é ao mesmo tempo universo, regularidade, repetição, constância e evento, pois saído de uma singularidade e possui uma evolução, como a que descreve o 2º Princípio da Termodinâmica. O Cosmos é um processo, a matéria tem sua história. Quanto à microfísica, prossegue Morin, não se pode mais distinguir a noção de elemento da de evento. As partículas elementares produzem eventos: atualizações, descontinuidades, indeterminações, acidentalidade, improbabilidade. Portanto, tanto em nível cosmológico quanto microfísico, a física redescobriu o evento e o que ele significa: uma história. Também na biologia, o aparecimento da vida foi um evento e a aparição do homem foi um superevento, pois maior produtor de eventos. Nessa perspectiva, “a história se impôs como uma ciência fundamental. Ela é a ciência mais apta para apreender a dialética do sistema e do evento” (Morin, 1972, p. 13).

Consideramos que esta teria sido a perspectiva de Braudel, a história como “dialética da duração”, isto é, como articuladora de todos os ritmos temporais constituidores das sociedades humanas: longos, cíclicos, intercíclicos, breves; séculos, décadas, anos, dias, horas, minutos, milênios. Entretanto não foi este o rumo que tomou a *nouvelle histoire*. Se a história tradicional descrevia cascatas de eventos, a *nouvelle histoire* tornou-se cada vez mais sistemática. Acrescenta Morin: “uma tal tendência, se levada ao extremo, arrisca destruir a história (...) ao destruir o evento (...). A história tende ao hegelianismo, isto é, à redução do histórico ao lógico” (Morin, 1972, p. 13).

Essa tendência derivou de um ponto de vista mecanofísico ultrapassado. A ciência moderna começa pelo reconhecimento do evento. As ciências humanas recusam o evento num século de *bruits et fureur* com guerras mundiais, crises e caos cíclicos. Marx e Freud, que tinham dado um lugar significativo ao evento, tiveram suas teorias alteradas, no século XX, onde o “evento” foi reduzido a “elemento”. O evento é o singular, o elemento é o evento introduzido em uma série, isto é, que perdeu o caráter de singularidade para se tornar repetitivo. A noção de elemento está ligada ao espaço, a de evento ao tempo.

Mas há sempre ambivalência entre evento e elemento, na medida em que espaço e tempo estão estreitamente ligados. Não há elemento puro, pois sempre ligado ao tempo e não há “evento puro”, pois sempre ligado a um sistema. Assim, um mesmo fenômeno pode ser elemento em um sistema e evento em outro. Os eventos de caráter modificador são o resultado de encontros e interações entre princípios de ordens diferentes e causam destruições, trocas, associações, simbioses, mutações, progressos... As estruturas só evoluem sob o estímulo do evento. Os eventos constituem a história da estrutura. E a sociedade é a estrutura mais aberta ao evento, é a estrutura mais histórica.

E Morin finaliza, justificando, por um lado, o abandono do evento no passado e defendendo o seu retorno. Para ele, a rejeição ao evento foi útil nos primeiros momentos do desenvolvimento da racionalidade científica, mas, hoje, tornou-se um racionalismo mórbido, que abole a escolha e o risco do desconhecido: “o evento permanece ilegal somente nas ciências as menos avançadas, as ciências sociais” (Morin, 1972, p. 19).

A *nouvelle histoire* terá condições de ceder a esse novo “vento da história” das ciências após ter recusado com tanta segurança e com absoluta razão a história acontecimental? De qualquer maneira, alguns de seus membros iniciam já um esforço de reelaboração do evento, para incorporá-lo aos pressupostos da história estrutural; o que, parece-nos, significa nada menos do que um retorno a Braudel. Le Roy Ladurie procura conciliar história estrutural e evento em seu artigo *L'Événement et Longue Durée dans l'Histoire Sociale* (Le Roy Ladurie, 1972).

Ele começa pela análise de alguns historiadores, especialmente americanos, que tentam resgatar o evento para a história quantitativa e estrutural. Esses historiadores americanos, da *New Economic History*, trabalhando com hipóteses “contrafactuais” — alternativas imaginárias para o curso real dos fatos — procuram retirar hipoteticamente os grandes eventos da história americana, para avaliarem o que ela teria sido sem eles. Seu raciocínio não é uma novidade, pois Weber já abriu a possibilidade de se pensar a história em termos de “possibilidades objetivas” (Weber, 1965). É exatamente o que fazem os americanos citados por Le Roy Ladurie: sem aqueles eventos (Guerra da Independência, Guerra de Secessão, Conquista do Oeste, construção da malha ferroviária...) quais teriam sido as “possibilidades objetivas” de

desdobramento da história americana? A partir do conhecimento dessas possibilidades, eles visam a avaliar todo o peso do que de fato se deu concretamente. Eles postulam a inexistência de um evento para avaliar o impacto de sua ocorrência. E quantificam a diferença entre o que teria acontecido e o que de fato ocorreu.

Le Roy Ladurie considera que esse esforço do resgate do evento para a história estrutural e quantitativa resultou em um fracasso total. Segundo ele, a *New Economic History* conclui que a falta desses grandes eventos não alteraria significativamente o curso da história americana, o que leva a concluir que esses eventos importantes não foram tão eficazes historicamente. Essa tentativa americana de salvar o evento, na verdade, veio confirmar a tese do pouco peso dos eventos e não realizou o que pretendia: promover o retorno do evento.

Entretanto, Le Roy Ladurie considera que poderia resgatar o evento para a história estrutural e quantitativa, mas por outra via, à qual ele dá o nome de *structuralo-evenementialo-structurelle*. Para explicitá-la, ele faz uma análise da obra de Paul Bois, um dos membros dos *Annales*, *Paysans de l'Ouest*. O objetivo de Bois, nessa obra, é encontrar o evento traumático que inaugurou uma estrutura e, uma vez localizado esse evento, ele será inserido nas estruturas de seu tempo, apesar de seu caráter inovador. O objeto de Bois é a ideologia conservadora, de direita mesmo, dos camponeses do oeste da França. Ele remontará da ideologia e personalidade conservadora desses camponeses, de hoje, até atingir o evento que as constituiu. Este, já esquecido enquanto inaugurador dessa longa duração mental, ele o reconhecerá na “*chouannerie*”. Tendo reconhecido esse evento que inaugurou aquela nova estrutura mental, ele procurou situá-lo na economia e sociedade pré-revolucionárias, nas suas bases fundamentais, que o tornaram possível: “o autor de *Paysans de l'Ouest* pode estabelecer o papel do evento como fator de inovação e como transição aleatória de uma estrutura a outra. Nessa obra, da infraestrutura passada à superestrutura contemporânea...” (Le Roy Ladurie, 1972, p. 83). Essa via de integração do evento na história estrutural e quantitativa, segundo Le Roy Ladurie, pode dar resultados fecundos. E o autor é membro do grupo dos *Annales*, o que leva a crer que a própria “escola” tem já seus anticorpos contra posições esclerosadas.

K. Pomian procurou também dar uma nova compreensão do evento associado à história estrutural (Pomian, 1984, p. 30-36). Ligado à longa duração, o evento seria uma mudança de direção de uma cur-

va em um modelo. Em sua nova concepção, o evento não seria um fato exterior, mas uma descontinuidade constatada no modelo. Ele mantém em comum com a noção tradicional de evento o fato de ser uma “descontinuidade” e se diferencia dela porque não é uma idéia metafísica que lhe dá sentido, mas as relações de continuidade e descontinuidade do modelo.

Além do evento retornar como inaugurador de estruturas, como um ponto de inflexão de um modelo ou como o “ocorrido” entre possibilidades objetivas, ele volta também sob uma nova perspectiva: “entrada”, “janela”, “abertura” através da qual se pode atingir a estrutura social. A partir de um evento súbito e da subjetividade do seu autor, busca-se atingir as condições objetivas que o sustentam. A hipótese que dirige essa perspectiva é a de que a sociedade global aparece na experiência vivida dos indivíduos e os integra.

Pierre Nora, partindo dessa mesma hipótese, chega até a achar possível o conhecimento das estruturas do presente, a partir de um dos seus eventos maiores (Nora, 1974, p. 210-228). Nossa sociedade tem como característica principal a produção vertiginosa de eventos, isto é, ela oferece uma quantidade imensa de “entradas” que vão dar em suas estruturas mais profundas. Aqui estaria a chance do historiador do presente: sublinhar no acontecimental sua parte estrutural. O evento testemunha menos pelo que aparece do que pelo que revela, menos o que ele é do que ele deflagra. “Ele só é um eco, um espelho da sociedade, um buraco (...). A morte de De Gaulle dizia mais do que sua vida inteira.” (Nora, 1974, p. 222-223).

P. Ricoeur também considera possível a integração do evento à história estrutural e o demonstra a partir da obra de Braudel (Ricoeur, 1983-1985, v. 1, p. 311-313). Para Ricoeur, o evento não tem que ser necessariamente “nervoso, breve, explosivo”, como a *nouvelle histoire* o descreve. Ele é a variável de uma intriga e, nesta condição, pertenceria não só ao 3º nível da obra de Braudel, mas a todos os três, com funções diferentes. No 3º nível, ele possui necessidade e probabilidade, pois sintoma e testemunho das estruturas e conjunturas e, no 1º e 2º níveis, tratando das estruturas e conjunturas, Braudel não perde de vista o evento: ele é a ruptura, o ritmo mais lento ou mais rápido, a deterioração, o crescimento, a flutuação... “De certa forma, ‘O Mediterrâneo’ ... é o avanço lento, a marcha retardada do evento maior: a retirada do Mediterrâneo da grande história. É novamente a fragilidade das

obras humanas que passa ao primeiro plano e com ela a dimensão dramática da qual a longa duração pretendeu libertar a história” (Ricoeur, 1983-1985, v. 1, p. 303-304).

Dentro da longa duração, o evento ganhou novo sentido, não foi abandonado, pois é fundamentalmente o que interessa ao historiador. Se não fosse assim, conclui Ricoeur, a longa duração seria o fim do tempo histórico e da história, mas tempo da natureza. Uma analogia entre o tempo dos indivíduos e das civilizações deve ser preservada: crescimento e declínio, criação e morte, destino...

O evento, portanto, apesar do radicalismo que tomou algumas formulações de alguns membros dos *Annales* em sua recusa, não é estranho à *nouvelle histoire*. Na história tradicional, o evento era incluído na continuidade da filosofia da história; o desafio da *nouvelle histoire* foi o de pensar o evento sem recair nas filosofias da história. Ela criou o conceito de “longa duração”, que integra e não exclui o evento. Como “dialética da duração”, como Braudel definiu a história, o evento é uma duração onipresente, que se integra nessa dialética e cuja “abolição” seria uma mutilação da experiência vivida da temporalidade. Retornar ao evento, parece-nos, é retornar a Braudel.

SOBRE A IDENTIDADE IDEOLÓGICA DOS ANNALES: A POLÊMICA E UMA HIPÓTESE

ANNALES D'HISTOIRE ECONOMIQUE ET SOCIALE:
QUAL É A TENDÊNCIA?

Temos, então, em 1929, uma nova revista de história econômica e social. Fazemos a pergunta weberiana: “qual é a tendência?” (Weber, 1965). O editorial do primeiro número oferece algumas pistas para se conhecer a identidade dessa Revista, do grupo que a dirigia e nela colaborava. Aqui, os fundadores reconhecem dois fatos: que se trata de “mais uma” revista de história econômica e social e que ela se inspira no exemplo das mais antigas, como algumas alemãs, reconhecendo, mas nunca se estendendo, sobre a influência alemã sobre os *Annales*. O que a diferenciaria dessas seria o seu “espírito” próprio. Esse seu “espírito específico” é definido como a derrubada dos “muros altos” que impedem o olhar recíproco entre as ciências sociais. A Revista será contra o cisma entre as ciências sociais e o combaterá pela realização de trabalhos interdisciplinares. Essa interdisciplinaridade é um “espírito” que possui o seu próprio “espírito”: a imparcialidade científica. Os especialistas das diversas “disciplinas” que colaborarão deverão cultivar esse espírito de neutralidade, para fazer um trabalho “honesto, consciencioso e solidamente armado”. Essa “exata imparcialidade” será realizada através de artigos que tratem de “casos

concretos” e não através de artigos de método e teóricos. A Revista quer renovar a história pelo “exemplo e pelo fato”.

Febvre e Bloch querem se distanciar, assim, da Revue de Synthèse Historique, que sempre foi mais teórica e menos “histórica”. Febvre se separou de Berr e fundou sua própria revista e escola. Seus discípulos falam de um “espírito dos Annales” e recusam-se a admitir a idéia de uma “Escola” dos Annales. Braudel é explícito sobre esse ponto: “Annales, apesar da sua vivacidade, nunca constituiu uma escola no sentido estrito, isto é, um modelo de pensamento fechado em si mesmo” (Braudel, 1972, p. 467).

Não se trata de uma “escola”, portanto, mas de um “espírito”. Não o “espírito de síntese”, de Berr, mas o “espírito interdisciplinar”, que aproxima a história das ciências sociais. O grupo não reivindica posições políticas ou doutrinárias. Citando Michelet, Febvre concluía em uma de suas lições: “em seu ensino, ele não submeteu espíritos, pois não tinha sistemas” (Febvre, 1965). A história produzida pelos Annales pretende estar acima de tendências partidárias ou filosóficas. Recusam fazer juízos de valor e até mesmo a se “perderem” em teorizações e querem produzir “fatos de conhecimento histórico”, isto é, obras concretas sobre objetos concretos. Não se pode perceber aí um verdadeiro “espírito positivista”? Os Annales são “neodurkheimianos”. Não teriam realizado a verdadeira história “positivista”, que os metódicos não conseguiram realizar?

Mas ainda recolocaremos a questão: qual seria a tendência dessa Revista interdisciplinar de economias e sociedades? Vários autores puseram respostas divergentes, argumentando diferentemente, a essa questão. Examinaremos algumas e depois optaremos por uma delas, ou combinaremos diversos elementos das várias respostas para sugerir uma hipótese.

ANNALES E SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

Uma primeira resposta possível seria a que Weber deu à sua própria pergunta sobre a revista que ele co-dirigia. Ele atribuiu a essa revista não uma “tendência”, mas um “caráter de tendência”, que talvez possa-se aplicar também à *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. Os diretores reconheciam que esse “caráter de tendência” era

relativo ao grupo de colaboradores daquele momento e se houvesse alguma mudança nele, isto dependeria do desenvolvimento futuro da Revista, da mudança de seus colaboradores e do movimento da história efetiva. Os colaboradores, “(...) qualquer que fosse sua opinião sobre a estrutura da ordem social futura, aceitavam para o presente a forma capitalista, não por parecer-lhes a melhor, mas porque parecia-lhes inevitável (...) e as tentativas para se lutar contra ela parecia-lhes não um progresso mas um obstáculo ao acesso da classe trabalhadora à luz da cultura (...)” (Weber, 1965, p. 137).

Poder-se-ia transpor esse “caráter de tendência” da revista de Weber para a revista de Febvre? Uma objeção possível: Febvre defendeu a não-separação entre pensamento e ação, sustentou que a ciência não se faz em uma torre de marfim e que o historiador deveria estar engajado em seu presente, “vivendo a história”. Sua proposta de neutralidade não implicaria submissão e passividade. Mas a revista de Weber também não defendia uma posição contemplativa. Ela distingue entre “vontade política”, que não pertence ao cientista como cientista, da “ciência”, que é um controle racional da realidade empírica e que só poderia assessorar, sem “aconselhar” eticamente, sobre os meios e custos da ação produzida pela vontade política. Nessa perspectiva, a função das ciências sociais é a de assessorar uma certa “tecnocracia”. A história não apoiaria mais o Estado-Nação, mas um novo poder: banqueiros, executivos, empresários e o Estado-Empresa, gerenciado por burocratas planejadores socioeconômicos. Seria esta também a tendência dos Annales: oferecer dados, informações e legitimidade à ação da “tecnocracia”? Muitos autores respondem afirmativamente. M. Bloch e L. Febvre, considera Burguière, estavam em constante contato com o meio francês em que nasceu a idéia da planificação econômica (Burguière, 1979). Tinham simpatia pelos EUA e URSS, por seu voluntarismo econômico, pelo apoio que davam à ciência e à técnica. Apelavam aos “homens de ação” — que não eram mais os heróis do Estado-Nação, mas empresários, banqueiros, burocratas — que esperassem da história um melhor “controle racional da realidade empírica”, para elaborar soluções técnicas e não argumentos que legitimem escolhas políticas. Era, portanto, prossegue Burguière, uma orientação “tecnocrática”, mas sem expressão política, a dos fundadores dos Annales. Estes não quiseram influenciar nenhum Partido e nenhum Príncipe. Mas pretenderam “apoiar tecnicamente” a ação dos

planejadores econômicos e sociais, que são os “novos Príncipes”. Entretanto, talvez fosse mais preciso afirmar que sua “expressão política” era a orientação “tecnocrática”.

M. Ferro prossegue nessa interpretação estreita, parece-nos, da instância política. Para ele, “l’École des Annales se quis independente de toda crença, de toda ideologia, de toda igreja espiritual ou política. Autônoma”. Mas a orientação tecnocrática é uma escolha política, que visa a apreender o real em sua estrutura racional, para controlá-lo, manipulá-lo, pretendendo atingir certos fins “escolhidos”. E realizam essa “operação política” ocultando-se atrás de um discurso apolítico, amoral, autônomo, racional, imparcial, neutro. Ainda para Ferro, essa “história experimental”, criada por Febvre e Bloch, está mais preocupada em elaborar seu modelo, em organizar seu discurso e instrumentos, do que em interrogar diretamente a sociedade (Ferro, 1985, p. 41).

Parece consensual entre os analistas que a tendência daquela nova Revista era o apoio aos novos donos do poder. M. de Certeau também acredita nessa tendência tecnocrática dos primeiros Annales. Sustenta que, por mais genial que ela seja, a história de Febvre não é menos marcada socialmente do que a daqueles que ele rejeitou. Se ele pôde ultrapassá-los é porque eles correspondiam a situações passadas e uma nova situação histórica exigia novas formas de abordagem dela (De Certeau citado em Le Goff & Nora, 1974, p. 15).

E, na verdade, se a *nouvelle histoire* não é marxista, que seria o discurso de um contrapoder, talvez, com a esperança de conquistar o supremo poder, no futuro, ela deveria sustentar e assessorar o novo poder, que é o da tecnocracia empresarial, se quisesse ter ainda um lugar na história efetiva. Ela é, e precisava sê-lo, um apoio aos novos sujeitos históricos. E Dosse acredita que esse apoio existiu, mas que foi um apoio “crítico”. Ele vê a tendência dos Annales como a procura de uma “terceira via”: “tendo à sua direita o discurso historicista e à sua esquerda o discurso marxista, o grupo dos Annales oferece uma terceira via, ocupa uma posição central, ideal para a sua estratégia de poder” (Dosse, 1987, p. 60). Esse seu projeto só seria compreensível a partir da sociedade técnica e moderna, que passou a existir a partir do início do século XX, na Europa. Banqueiros e financistas escrevem na revista e reforçam a sua tendência tecnocrática.

H. Coutau-Begarie, inspirando-se em De Certeau, para quem a operação histórica é do início ao fim relativa à estrutura da sociedade,

faz uma leitura diferente da ideologia dos Annales, embora na mesma perspectiva “tecnocrática” (Coutau-Begarie, 1983). Ele sustenta que os Annales não fazem ciência, pois a epistemologia já demonstrou inúmeras vezes que essa aspiração é impossível, embora eles tenham levado o esforço “objetivista” ao extremo e tenham mesmo conseguido alguns resultados bastante significativos. Ele lembra que os próprios Annales criticaram a história tradicional metódica pelo seu “objetivismo”, que escamoteia um lugar e as escolhas pessoais e sociais do historiador. Os Annales têm também uma “ideologia”, que seu discurso “teórico explícito” não pode confessar, pois é próprio do conteúdo ideológico não ser explicitado. No discurso cientificista dos Annales há uma opção político-social não declarada. E Coutau-Begarie se mostra original em relação aos autores anteriores em sua interpretação dessa opção dos Annales. Para ele, os Annales se referem a uma “sociedade tecnocrática” e não exclusivamente às elites dirigentes de grandes empresas, bancos, órgãos financeiros e o Estado-empresa. Ao enfatizar o estudo das estruturas econômico-sociais, ao substituir o individual pelo serial, ao trocar o grande indivíduo pelas massas anônimas, os Annales teriam optado por uma certa concepção de “sociedade democrática”, que é aquela do homem comum, anônimo, que recusa hierarquias, rejeita dependências e quer viver “a sua vida” no universo reduzido de seu íntimo e do trabalho. Sem engajamentos em grandes causas, sem produzir eventos que repercutam além de seu mundo privado. Tornou-se elemento de um conjunto que deve funcionar bem e, por isso, só será percebido enquanto conjunto. O individual, produtor de eventos, é reduzido ao homem comum, que é elemento de uma cadeia e essa cadeia é que constitui o “evento-série”. E, sobretudo, esse homem comum, que não é mais individual, mas elemento de uma série, inserido em uma “massa anônima”, é o novo poder. A massa tomou o lugar do Rei; o que se fazia pelo Rei, agora, se faz pela massa.

A *nouvelle histoire*, conclui Coutau-Begarie, é, portanto, um fenômeno situado. O espírito de quantidade e massivo não é fruto de um método científico, mas de uma opção ideológica, em uma sociedade de massas. Michelet torna-se uma referência, pois seu deus é o “povo”. As consequências dessa opção para a pesquisa histórica consistem na exploração dos domínios onde a massa é o principal ator: econômico, social, demográfico; e a recusa de todos os domínios onde as massas não são os sujeitos. Faz-se uma história que exclui a inter-

venção do homem individual, produtor de eventos. A ação do indivíduo excepcional ou é tratada com sarcasmo ou não é mencionada ou reduzida à necessidade imposta pela estrutura econômico-social. Decorre também dessa opção a preferência pelos temas socioeconômicos: os Annales tratam da subsistência das massas, seu trabalho e consumo cotidianos, que podem ser tratados “cientificamente” pela quantificação e recursos estatísticos. Na sociedade industrial, de produção em série e de consumo em massa, planejada racionalmente, pois o comportamento da massa é disciplinado pelo trabalho, pelo consumo, pelos meios de comunicação de massa, a história só poderia ser econômico-social e ter uma pretensão apolítica.

A partir dessa análise instigante de Coutau-Begarie, o quadro da tendência dos Annales parece se completar. Os Annales fazem uma história relativa à “sociedade tecnocrática”, fornecendo dados que auxiliariam seus líderes em suas decisões e expressando o sentimento político pragmático, objetivista, materialista, economicista, ao mesmo tempo, individualista e massivo, da sociedade que eles dirigem. Retomando De Certeau, os fundadores dos Annales produziram uma história inteiramente relativa à estrutura da nova sociedade tecnocrática, que se constituiu no século XX, envolvendo seus planejadores e suas massas anônimas.

ANNALES E MARXISMO

Entretanto há os que discordam e vêem nos Annales uma orientação marxista. Pelas mesmas razões: por enfatizarem a história econômico-social, o estrutural contra o “acontecimental”, por fazerem uma história de coletividades e não de indivíduos. É preciso admitir que havia, de fato, uma influência indireta do marxismo (Aymard, 1972, p. 496). Há, entre os fundadores dos Annales e o marxismo, afinidades, rejeições e contaminações. Febvre criticava o marxismo como uma ideologia do progresso, que produzia uma história teleológica, submetida e servidora de poderes políticos dogmáticos. Rejeitava a “concepção materialista da história”, a qual considerava uma abordagem mecanicista da história. Febvre era contra todo determinismo unilateral, seja ele econômico, geográfico ou mental (Mann, 1971, p. 114). Uma situação social, para ele, implica tendências demográfi-

cas, condições sanitárias, alimentação, habitação, ensino, trabalho, emprego, renda nacional e sua repartição.

Os Annales, ao não aceitarem uma finalidade histórica, seja ela imanente ou transcendente, não aceitam, conseqüentemente, todo determinismo unilateral. As trocas complexas entre as instâncias sociais, trocas recíprocas, ações e reações, só podem ser explicadas por uma multiplicidade de fatores. Nenhum fator exerce primazia sobre outros e isolar um deles para fazê-lo ter esse papel fundador da realidade é o “pecado” que os Annales procuram evitar. F. Dosse, sustentando sua hipótese dos Annales como uma 3ª via, considera que a presença de banqueiros e financistas na revistas “torna derrisória a análise segundo a qual esta revista seria a expressão de um discurso marxista” (Dosse, 1987, p. 63). Para ele, os Annales respondem à necessidade de um poder que não pode mais se contentar com uma legitimidade parlamentar, mas tem necessidade de técnicos, de especialistas, que assegurem mais cientificamente uma política de intervenção na realidade. Sua vocação tecnocrática fará com que eles se interessem menos pela natureza dos regimes políticos e mais pela organização econômico-social que possibilite o bem-estar das massas.

As relações entre Annales e marxismo oscilaram ao longo da história da Revista e do grupo. Coutau-Begarie aponta, nessa oscilação, para o lado da “estratégia do poder” dos Annales: as alianças com os marxistas eram feitas quando eram interessantes para a estratégia do poder. O grupo que quer ser dominante, afirma ele, não pode ir contra a ideologia dominante. Febvre jamais foi marxista. Bloch também, embora tenha tido algum interesse em Marx. Mas falta de adesão ao marxismo não significa falta de sua influência e de contatos com a *nouvelle école* que nascia.

À pergunta sobre a tendência dos Annales, quando do lançamento da sua revista, portanto, há duas respostas principais até aqui: ela responderia à necessidade de conhecimento histórico da nova sociedade tecnocrática, para uns, e teria uma orientação marxista, para outros.

ANNALES E DIREITA NACIONALISTA

Eis uma terceira: na obra organizada por Ch. O. Carbonell, intitulada *Le Berceau des Annales*, publicada em 1983, um dos artigos que a

constituem, assinado por Jean Capot de Quissac, oferece uma interpretação provocadora de tendência dos Annales, se bem compreendemos seu artigo (Jean Capot de Quissac, 1983, p. 139-185). Aqui, ele trata do ataque contra “a história positivista e a Sorbonne”, que a sustentava. A argumentação dos que “tomavam de assalto” a Sorbonne, contra a sua história erudita, sem pensamento, sem síntese e cívica, era a seguinte: eles defendiam a cultura da inteligência contra a cultura da memória, o esforço espiritual contra o labor material, a despolitização do ensino, pelo privilégio dos períodos críticos em detrimento dos períodos orgânicos de maturidade e construção. Acusavam aquela história de germanófila, continuadora da derrota para a Alemanha na esfera da cultura, representante interna do expansionismo alemão. Esse assalto à história “positivista” e à Sorbonne, o autor nomeia os seus autores: a Action Française, a nova direita, nacionalista, que possuía como membros, entre outros, Maurras, Agathon, Leon Daudet e um “anônimo, pretenso, pseudo-Lucien”. Esse autor parece sugerir que o berço dos Annales foi a nova direita francesa, l’Action Française, que propõe uma história cem por cento francesa, nacionalista, antigermânica, baseada no seguinte princípio: “com relação à França, a ciência é nacionalista” (Jean Capot de Quissac, 1983, p. 139-185).

Essa perspectiva é provocadora porque, além de associar o movimento dos Annales à extrema direita, revela um aspecto em geral ignorado ou minimizado pelos seus analistas, que é o das relações entre a história que querem praticar e a idéia de Nação. Nesse caso, os Annales não representariam uma ruptura com a temática política, mas uma outra perspectiva sobre o mesmo tema: a França. Mas, agora, o tema não é o da França revolucionária e vencedora, mas o da França derrotada e fragilizada. O que se deseja é restaurar a França, não mais pelo elogio, pela legitimação cortesã, mas pelo apoio crítico, pela discussão objetiva, técnica, da crise.

A “Escola dos Annales”, nessas análises anteriores, passou da esquerda à direita e ainda teve direito a permanecer no centro, como terceira via ou assessora da tecnocracia ou defensora da democracia de massas. Seria, então, preciso recolocar a questão: afinal, qual é a tendência dessa nova revista de história econômica e social? Quem teria “razão” entre esses analistas, se é possível encontrar uma razão definitiva, indiscutível?

A hipótese que gostaríamos de compartilhar é aquela que aponta a *nouvelle histoire* como “relativa à estrutura da nova sociedade tecnocrática do século XX, tanto pelo seu esforço de fornecer informações “neutras” aos seus líderes, quanto pelo seu esforço de expressar os interesses e sentimentos das massas anônimas que a constituem. Mas, parece-nos, seria J. Habermas quem melhor definiria o lugar e a tendência da *nouvelle histoire*, embora ele nem pense em se referir a ela. Analisando as críticas ao “projeto da modernidade”, que era aquele desenvolvido pelas grandes filosofias da história, Habermas percebe entre elas três tendências (Habermas, 1981, p. 966-967):

1 — a que ele atribui aos “jovens conservadores”, que são antimodernistas. Esses teriam radicalizado a tese da modernidade do “futuro-agora”, mas sem mais nenhuma certeza sobre esse futuro. A conquista do futuro, aqui, é feita por uma invasão às cegas, por uma subjetividade descentrada, sem limitações cognitivas, sem imperativos de trabalho e utilidade. É em nome dessa subjetividade sem limites que eles rejeitam a subjetividade controladora, racional e instrumental da modernidade. Reclamam, portanto, as posições da modernidade — uma subjetividade que se procura no futuro, mas assegurada de que esse futuro é sua liberdade realizada — para fundarem uma antimodernidade — a subjetividade que avança sobre o futuro sem saber *a priori* o que ele seria. Enfatizam a imaginação espontânea, a expressão afetiva, a subjetividade livre contra a razão instrumental ou uma vontade de potência. São representados pelos discípulos de Nietzsche e se expressam, sobretudo, nos movimentos de vanguarda estética;

2 — a crítica que ele atribui aos “velhos conservadores”, que aconselham um retorno às posições anteriores à modernidade; são neo-aristotélicos, que desconfiam da desagregação da razão substancial em esferas autônomas e racionais;

3 — a crítica que ele atribui aos “neoconservadores”, que adotam com relação às conquistas da modernidade uma atitude mais positiva. Acreditam na ciência moderna, no progresso técnico, no crescimento capitalista e na administração racionalizada e preconizam uma política de neutralização das forças explosivas da modernidade cultural. Para eles, a ciência não orienta o vivido, a política não exige uma jus-

tificativa moral e a arte é uma experiência privada, que não tem nada de utópica. Ciência, Moral e Arte estão cortadas pelo vivido e administradas por especialistas. O projeto da modernidade é parcialmente conservado, portanto, mas seu lado utópico-revolucionário abandonado.

A hipótese que apresentáramos, então, para situar a *nouvelle histoire*, seria essa descrição da “tendência neoconservadora”, feita por Habermas. Ela parece sintetizar todas as descrições hipotéticas anteriores, exceto a marxista e a da “nova direita”, embora a idéia de “neoconservador” implique uma “renovação de posições de direita”, mas não no sentido da Action Française. Como “neoconservadora”, a *nouvelle histoire* é relativa à sociedade tecnocrática, estando em uma posição central, entre o marxismo e o historicismo, e oferecendo uma legitimação crítica, mas ainda uma legitimação aos novos donos do poder da sociedade capitalista dirigida, agora, em sua nova fase, pelos americanos. Trata-se de uma hipótese, é claro, mas que é considerada provável pela maioria dos analistas citados e outros. Sem pretendermos aplicar um rótulo à *nouvelle histoire*, que a fixaria de uma vez por todas, diríamos, portanto, que o seu “caráter de tendência” é o neoconservador, que foi vivido diferentemente a cada fase da revista e do grupo, dependendo da história efetiva, das novas alianças com as ciências sociais e da variação de seus colaboradores mais regulares.

A característica principal dessa tendência é a separação entre *faire l'histoire* e *faire de l'histoire*. O historiador acredita que somente *fait de l'histoire* e que, para realizar essa atividade intelectual e tecnológica, deve afastar-se da realidade social como historiador. Para ele, a história não tem um sentido conhecido antecipadamente, não há um supracritério que oriente a intervenção na sociedade e ele se põe a resolver “problemas históricos”, que esclareça o presente, que o situe como continuação e diferença em relação ao passado e é essa a sua contribuição aos decididores sociais, os empresários, burocratas e massas anônimas. Ao esclarecer a originalidade do presente, em relação ao passado, e não mais sua continuidade em relação a ele, os novos historiadores ofereceriam àqueles decididores o quadro “objetivo” dentro do qual se pode tomar posições e produzir decisões precisas, racionais, pragmáticas. Trata-se de uma posição “racionalista”, com uma idéia ainda instrumental da razão, o que significa a continuidade do projeto da modernidade; mas o sentido utópico-revolucionário e a conseqüente aceleração do tempo do projeto da modernidade foram abandona-

dos. Os pensamentos de direita e de esquerda, em seus diversos matices, exploram o sentimento político das multidões, acreditam em um futuro dourado para a humanidade, a ser conquistado o mais breve possível, alimentam-se de utopias. Os “neoconservadores”, como homens e cidadãos, têm sentimentos e posições políticas e atuam na sociedade, mas enquanto exercem sua atividade racional, “científica”, procuram manter o distanciamento da realidade e “fazem seu *métier*”.

Os Annales tentaram vencer o impasse maior do conhecimento histórico, que Foucault descreveu assim: “Quanto mais a história procura ultrapassar seu próprio enraizamento histórico, quanto mais ela se esforça para reunir, para além da relatividade histórica de sua origem e suas opções, a esfera da universalidade, mais claramente ela carrega os estigmas de seu nascimento histórico (...) Inversamente, quanto mais ela aceita sua relatividade, quanto mais ela mergulha no movimento que ela conhece (...) mais todo o conteúdo positivo que ela se dava (...) dissipa-se” (Foucault, 1966, p. 382).

No primeiro caso, o conhecimento histórico é uma filosofia da história, no segundo, é um historicismo e, em nenhum dos dois casos, o conhecimento histórico consegue atingir um índice de segurança racional e empírica aceitável. Essa segurança racional e empírica, os Annales procurarão construí-la recusando as filosofias da história — a universalização absoluta dos lugares particulares — e o historicismo — a particularização absoluta dos lugares particulares. Contra o universalismo e o relativismo, os Annales oporão o conceito, a problematização, a explicitação de seus princípios teóricos e tecnológicos, a discussão da particularidade do lugar social e institucional de onde fala o historiador, para, admitindo a insuperável localização em uma data e lugar do discurso histórico, procurarem algum nível de universalização dos resultados da pesquisa, pela teoria, por um conjunto de conceitos explicitamente elaborados. Na verdade, trata-se de um esforço em direção a essa consciência de um lugar e de uma teorização dele, e não de um resultado, pois a consciência plena é uma impossibilidade. Os Annales possuem, também, uma área de sombra, de convicções, de sentimentos políticos, culturais, filosóficos e até religiosos, que aparece difusa e não elaboradamente, onde os seus analistas procuram achar o seu solo “ideológico”, isto é, a sua tendência a universalizar seus interesses particulares. Mas vencer essa dimensão oculta ao próprio enunciador é impossível. Michel de Certeau discute essa questão da ideolo-

gia e sua relação com a teoria, em seu artigo *L'Opération Historique*, já mencionado. Para ele, “o gesto que leva as idéias ao seu lugar é precisamente um gesto de historiador” (De Certeau, 1974, p. 3). Em sua obra, o historiador situa no espaço e no tempo, em uma sociedade dada e em um tempo dado, as representações produzidas pelos homens. O gesto historiográfico seria aquele “metagesto” que levaria essa obra histórica, com seus problemas, hipóteses, documentos e técnicas e “região de sombra do historiador”, ao seu lugar social e institucional.

Enquanto discurso teórico, científico, os *Annales* se esforçam por situar, procuram explicitar o máximo possível a sua relação ao lugar social e histórico de seu nascimento, retirando a autonomia de suas idéias e limitando a sua validade temporal. Essa operação que localiza uma idéia e seu produtor em seu espaço-tempo é uma reflexão teórica, conceitual, crítica, elaborada explicitamente, e não mais uma reflexão filosófica, metafísica, apriorística. Assim, a *nouvelle histoire*, da revista às obras individuais de seus fundadores e colaboradores, seria inteiramente relativa à estrutura da sociedade. Retiremos dessa frase o absoluto inteiramente e digamos que é relativa à estrutura da sociedade. E as fases que a Escola dos *Annales* atravessou durante toda a sua história, suas alterações de alianças, temas, orientações, se deveram a esse seu caráter relativo à estrutura da sociedade e à consciência possível dela. Essa consciência teórica, explícita, não é jamais um resultado pleno, mas um esforço, uma orientação, que visa a realizá-la.

UM NOVO MUNDO, LOGO UMA NOUVELLE HISTOIRE

Nesse primeiro momento, em 1929, a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* é um projeto situado, datado, que brota de uma sociedade e de um tempo, e seu sucesso dependerá da sua capacidade de acompanhar os desdobramentos dessa sociedade.

Segundo F. Dosse, a criação da revista resultou de uma dupla mutação, que transformou tanto a situação mundial após 1914-1918, como o campo das ciências sociais. Para ele, se a crise de 1929 não foi um motivo da criação da revista, foi uma garantia de seu sucesso: a tensão econômico-social que ela criou exigiu a pesquisa histórica econômico-social (Dosse, 1987, p. 15). Essa crise aniquilou definitivamente

te com a idéia de um progresso da humanidade em direção a mais bens materiais, pôs questões novas, exigiu tratamentos mais exatos. Essa necessidade vinha sendo posta desde a guerra de 1871 e ainda mais fortemente pela de 1914-1918. “Para o historiador”, comenta Dosse, “isto significa a falência de uma história-batalha que não soube impedir a barbárie. A vontade pacifista do pós-guerra, e às vezes pacifista demais, incita à superação da história narrativa, nacionalista, chauvinista (...) desde a derrota de 1870” (Dosse, 1987, p. 15). A guerra de 14 trouxe também um evento capital: o declínio da Europa e a ascensão dos EUA, da URSS, da África e do Japão. Compreendeu-se que o eurocentrismo não era mais a “verdade” e que havia destinos plurais, civilizações múltiplas (Dosse, 1987, p. 15).

Portanto, as guerras de 1870 e 1914 criaram a necessidade da pesquisa econômico-social, que se tornará urgente com a crise de 1929, as revoluções comunistas e a Segunda Guerra. Foi nessa conjuntura da história efetiva que se fez necessária a criação da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, e que se expandirá e imporá sua concepção nova do conhecimento da história, porque ligada ao processo histórico efetivo. Ainda segundo Dosse: “é neste contexto de questionamento das certezas do pré-guerra que se pode compreender o discurso dos *Annales* e não somente em uma evolução própria do discurso histórico cortado da realidade” (Dosse, 1987, p. 15).

Na primeira metade do século XX, o mundo e a Europa, em particular, vivem uma fase de guerras nacionalistas e imperialistas. A história tradicional fazia a história política que legitimava esses “Estados-Nações” expansionistas e chauvinistas. A recusa da história política pelos *Annales* liga-se à recusa da submissão da história aos Estados Nacionais e seus respectivos planos de dominação. Os *Annales* querem desideologizar o discurso histórico, afastando-o do combate imperialista. O novo historiador afasta-se, ausenta-se dessas lutas, não adere a elas e não fornecerá argumentos históricos que as legitimem. Ele quer apresentar-se de outra forma: pela racionalização da crise. Nos anos 30, o discurso ideológico está, por um lado, em sua fase paroxística e, por outro, desacreditado e rejeitado. O “espírito dos anos 30”, segundo Dosse, é o da “terceira via”: quer-se evitar o capitalismo, sempre em crise, e os regimes totalitários. Ainda para Dosse, Bloch e Febvre participaram desse “espírito dos anos 30”, mas sem cair nas terceiras vias alemã e italiana. A “terceira via francesa” foi um “apoio crítico”, pois

considerado inquebrável nesse momento e muito menos pelas vias alemã e italiana, ao capitalismo americano. Os Annales expressam esse novo poder e a tendência do “apoio crítico” ao Estado francês. Para Dosse, “a história escreve o poder, ela é seu horizonte, seu espelho, seu sentido; ela lhe é consubstancial” (Dosse, 1987, p. 30).

O historiador está fadado, parece, a estar sempre conectado ao centro produtor de direções históricas, ao centro decisório do caminho dos homens. No século XIX, a ciência histórica, sob a forma romântica ou positivista, era sustentada pela visão evolutiva da história, onde a Europa ditava a história do mundo. O historiador era o único capaz de ler a sociedade, compreender seu funcionamento e prever seu futuro, a partir desse sentido dado à história e do momento que vivia a Europa. O poder dos historiadores estava ligado à supremacia da Europa. A intuição dos Annales foi a de ter compreendido que essa aliança entre historiadores e poder europeu não existia mais (Burguière, 1979, p. 1.357). Havia um novo poder com o qual a história deveria conectar-se. Havia duas opções: os EUA e a URSS. Os Annales optaram por apoiar “criticamente” os EUA, mas conservaram em seu grupo alguns que apoiavam a URSS, pois, em primeiro lugar, os centros decisórios da história eram dois e era preciso, enquanto historiadores, acompanhá-los e, em segundo lugar, nunca se sabe que viradas o futuro reserva... Havia a possibilidade de um desses poderes vencer o outro. Se a vitória fosse soviética, a readaptação já deveria estar contida no presente do grupo. Assim, os Annales procuraram manter contato com as duas posições: fazem um discurso democrático, de esquerda, socializante, e optam por esse mundo real, capitalista, de desigualdade, manipulação e controle. A solução que encontraram para essa duplicidade do centro do mundo no século XX foi a racionalização dos conflitos, a neutralização do discurso, pois estavam diante de um impasse, onde a escolha nítida não poderia existir, pois a realidade não era mais nítida, o poder não era um só, mas dois ou vários. Diante de dois desejos, de duas causas, cuja escolha era ameaçadora, não importando qual fosse ela, os Annales preferiram a racionalização, a ambigüidade, embora, por uma questão de localização social, a França, optassem mais claramente pelos americanos.

No século XX, o mundo mudou em suas dimensões: diminuição das distâncias, multiplicação dos contatos, imbricação dos problemas, choques imperialistas, desagregação de impérios, fim do eurocentris-

mo. As guerras são mundiais — a história se unificou. E se multiplicou: são civilizações e não “a civilização”. As transformações materiais se precipitam: avanço técnico, crises, inflação, crescimento. O historiador é lançado no domínio do econômico-social, que toma o lugar do político-cultural. A crise de 29 transformou o Estado capitalista em empresa de planejamento e a construção do socialismo também transformou o Estado em empresa planejadora. Para Braudel, se houve mudanças profundas, se há um novo mundo, por que não uma *nouvelle histoire*? (Braudel, 1969, p. 18).

A *nouvelle histoire* reflete, portanto, esse mundo novo: perda do centro da história pela Europa, aparecimento de dois poderes diferentes, mas que têm algo em comum: a construção da realidade econômico-social através do planejamento, do cálculo, do estabelecimento de fins a serem atingidos em prazos determinados, com meios e custos determinados. O modelo empresarial de gestão se aplica ao nível da sociedade. O Estado não é mais político, mas uma empresa econômico-social. Enquanto econômico-social, essa sociedade tecnocrática e burocrática abole o individual e só pensa em termos estatísticos, tendências, quantidades, números, balanços, resultados, planejamentos a cumprir, entradas e saídas de receitas, orçamentos, investimentos, séries produtivas, consumo em massa. Ao que se visa: o bem-estar e a pacificação das massas. O que mobilizaria esse esforço: o “horror ao evento”, ao conflito, a tentativa de desmontar os núcleos explosivos da sociedade, pela “desvalorização” do individual, do “acontecimental” e do político. O indivíduo e o evento são reduzidos a “elemento” e a série. O político submetido às estruturas econômico-sociais e mentais. O tempo acelerado das utopias que levou aos conflitos mundiais é desacelerado e posto sob o signo da lentidão, da “longa duração”.

Do ponto de vista interno, das instituições ligadas à história, na França, a *nouvelle histoire* pode obter todo o sucesso que obteve, porque, por alheios ou não muito atentos aos novos ventos da história, seus possíveis rivais se perderam. Os sociólogos durkheimianos foram semiderrotados, não conquistaram todo o espaço institucional pelo qual lutaram, que só teriam ganho se a história não tivesse se renovado. A história “positivista” perdia o pé da realidade e seguiu o destino de todos aqueles que perdem de vista o horizonte da história efetiva: foi para a marginalidade. Antes, porém, de se render, debateu-se, defendeu-se. Mas, após 1945, perderá todo o poder que tinha, que pas-

sará às mãos do novo poder: a “Escola dos Annales”. Essa trazia a modernidade: era econômico-social, conceitual, problematizante, possuía novas técnicas de processamento das fontes, que são concebidas diferentemente e se referem às massas anônimas, que decidem o futuro da história, não mais como “classe revolucionária”, mas como produtoras e consumidoras, como criadoras de produtos e de mercados. Como produtora de conflitos, essa massa foi neutralizada, seja pela abolição de certos eventos, seja pela produção e consumo vertiginoso de eventos pelos meios de comunicação de massas (Nora, 1974). Além disso, a *nouvelle histoire* contará com a vantagem com a qual tinha contado também a história positivista, para manter tantos anos no poder: a estrutura centralizada da universidade francesa, que permitia a difusão por todas as faculdades das idéias da *nouvelle histoire* e o controle por ela dos lugares decisivos. Era uma idéia nova, adequada a um novo mundo.

Mas isso somente não faria o seu sucesso. Era preciso que essa idéia ganhasse corpo, se tornasse concreta: concretizou-se, primeiro, na Revista, conquistou seu espaço através dela e, após a Segunda Guerra, com o apoio financeiro dos americanos e do Governo Francês, concretizou-se também na 6ª Seção da École Pratique des Hautes Études e, a partir de então, ocupará as principais instituições francesas de ensino, pesquisa e, principalmente, as editoras de coleções e obras de história e, mais recentemente, procuraram ocupar os meios de comunicação, televisão, rádio, jornais e revistas. Ao mesmo tempo, expandiu-se pelo mundo e possui uma imensa área de influência entre a comunidade internacional de historiadores e cientistas sociais.

UM NOVO MUNDO, LOGO UMA HISTÓRIA “PÓS-ANNALES”

Os anos 80-90 trouxeram a vitória americana, o século XX mudou espantosamente sob inúmeros aspectos, e os Annales procuram elaborar um *tournant critique* para a sua tendência, que não está ainda concluído. Mas a Revista já tem novo nome: *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. A história ameaça divorciar-se das ciências sociais. Entre as duas já existe uma vírgula, um sinal de crise. A interdisciplinaridade, a história estrutural, enfim, todo o projeto dos Annales começa a encon-

trar os seus limites históricos de validade. Não representam mais “a história”, mas “uma história”. Já podem ser percebidos como uma perspectiva, uma abordagem, como o olhar do século XX sobre a história. Os Annales, uma história, uma tendência (Reis, 1994a, p. 149-154)

ANNALES E MARXISMOS: “PROGRAMAS HISTÓRICOS” COMPLEMENTARES, ANTAGÔNICOS OU “DIFERENCIADOS”?

INTRODUÇÃO: MODERNIDADE ILUMINISTA *VERSUS*
PÓS-MODERNIDADE ESTRUTURALISTA E PÓS-ESTRUTURALISTA

O projeto moderno, articulado pelo Iluminismo, vê a história como um centro-consciência-interioridade em avanço, um núcleo subjetivo e lógico que se exterioriza e retorna a si, integrando-se e concentrando-se progressivamente, “tomando consciência de si”. A “Civilização” é a construção de um sujeito singular-coletivo e consciente, a “Humanidade”, em busca da “liberdade”, isto é, do seu centro, da coincidência consigo mesmo. O projeto moderno Iluminista é profundamente otimista: crê na Razão e em seu poder de sempre ver claro e de construir um mundo real segundo os seus parâmetros. A história é considerada como uma construção e realização da subjetividade, um processo racional, inteligível. O seu desfecho é previsível: a vitória da Razão, que governa o mundo. A hipótese fundamental do Iluminismo é hegeliana: a história não pode não ter sentido, não pode ser mudança sem direção e significado. Governada pela Razão, a história só pode produzir a moralidade, a liberdade, a justiça, a igualdade e jamais a violência. A história é movida pela busca de sentido e não pela vontade de potência.

Os iluministas abordam a história com confiança, esperança, otimismo, “fé na Razão”. Se o futuro só pode trazer a vitória da Razão, ou seja, uma sociedade justa, moral, livre, igualitária, saturada de sentido, os iluministas acreditam que a tarefa do presente é autodestruir-se para que se implante em seu lugar imediatamente o futuro. Diluindo-se, não resistindo à força racional da história, o passado-presente (o que é) dá lugar ao futuro (o que deve ser). Na modernidade, sob o governo crítico da Razão, a história se acelera. A história tornou-se sujeito de si, buscando nela própria a sua legitimação. Os iluministas acreditam ter decifrado o “segredo da história” e recomendam a produção vertiginosa de eventos que o concretizem. Eles consideram que, finalmente, puderam formular e articular o até então desconhecido e indizível: o sentido profundo da vida dos homens. Se o real é racional, eles são os formuladores do racional. Eles se apresentam como a “consciência de si” da história. A sua consciência da história e a história efetiva coincidiriam: “fazer a história” e “fazer história” se recobrem. O conhecimento histórico é “reflexão fiel do vivido”, é o vivido que retorna a si e torna-se para-si. A narrativa histórica e o curso dos processos históricos coincidem. A história-conhecimento e a história-efetiva estão ambas dominadas pelos conceitos de sujeito e de consciência. A história é “reflexão”: exteriorização e retorno a si, objetivação e interiorização de uma consciência sempre superior de si (Koselleck, 1990; Cardoso, 1997).

O projeto da modernidade teve como base essa visão iluminista da história, que é uma construção especulativa de franceses e alemães na passagem dos séculos XVIII ao XIX. Esse “projeto moderno” propunha a produção acelerada de eventos, que se acreditava controlar, pois supunha-se que o seu sentido era conhecido antecipadamente. O Iluminismo levou a uma revolução permanente do vivido, à subordinação do passado-presente a uma teleologia. Em nome da realização final da Razão absoluta, da utopia, da liberdade racional, legitimou-se toda violência contra o passado-presente. A crítica racional tornou-se impiedosa e intransigente em relação aos irracionalismos e privilégios da tradição e do vivido. Dirigindo-se vertiginosamente ao futuro, os “portadores da Razão”, os sujeitos históricos dominados pelas convicções iluministas, encaravam o passado e o presente como entraves, obstáculos, limites à civilização e à liberdade, contra os quais toda violência e destruição seriam legítimas. A Razão crítica interroga e julga

e nada pode resistir à sua crítica racional. No tribunal da Razão, o passado-presente é condenado e a sua “execução” prescrita. Acredita-se que o homem, ele próprio, vai se resgatar, vai se salvar e nesse mundo mesmo, em plena história e em pleno tempo. A história é concebida como um processo coerente, unificado e acelerado da humanidade, um sujeito singular-coletivo, em direção à perfectibilidade, à moralidade, à racionalidade futuras.

Os termos novos que conduzem a implantação do futuro no presente são: “progresso”, “emancipação”, “inovação”, “crise”, “evolução”, “revolução”. O “espaço da experiência” — o presente que contém o passado — é abreviado e interrompido para que o “horizonte de espera” seja então e já “espaço da experiência”. O presente perde a possibilidade de ser vivido como presente e escapa para dentro do futuro. O futuro destrói racionalmente o presente, pois mais perfeito e livre. A revolução era vista como um evento inocente, pois a sua violência seria legítima, moral, contra a violência pura do Estado e da Religião. A “grande narrativa” iluminista garante a legitimidade da intervenção radical na realidade histórica. Koselleck é um crítico radical da crítica iluminista. Para ele, ela é hipócrita! Ela opõe a razão moral à razão política, mas toda crítica moral esconde interesses políticos. Resultado dessa dissimulação: o terror, a soberania indiscutível da utopia, a desconsideração e diluição do “espaço da experiência” (Koselleck, 1979 e 1990).

Diante da violência que tal visão da história produziu, as ciências sociais vieram elaborar uma visão antiiluminista da história. O “projeto moderno” foi posto em reexame por uma reflexão dita “pós-moderna”. No século XX, o movimento “estruturalista” veio suspeitar desse sujeito consciente em busca da liberdade. A convicção de que a “Razão governa o mundo” foi posta em dúvida. As idéias de “revolução” e “progresso” passaram a proporcionar mais um sentimento de inquietação do que de confiança. Lévi-Strauss não acreditava mais no evolucionismo, no progresso, no eurocentrismo, na utopia racionalista, e retirou-se para o mundo estável, sem pressa, das sociedades ditas “primitivas”, isto é, não-européias, não-modernas, não-iluministas. O “bom selvagem” brasileiro que havia alimentado os sonhos utópicos iluministas, agora, e ironicamente, em Lévi-Strauss, inspira a recusa da aceleração da história.

As ciências sociais passaram a duvidar do conhecimento histórico baseado em uma especulação filosófica sobre o futuro. Elas consideram que o homem não é só sujeito, mas também resultado, objeto. Elas opõem um conhecimento teórico e empírico da sociedade, um “conhecimento de campo”, ao conhecimento especulativo da filosofia. Em sua visão do homem e da sociedade, a consciência não predomina: o homem não é inteiramente sujeito e livre e a sociedade não é dominada por uma teleologia. Portanto, se o homem e a história não são transparentes, a “reflexão total” não é possível; se esta não é possível, a “ação total”, isto é, a “revolução”, não é recomendável. A ação possível que as ciências sociais propõem se daria dentro de margens estreitas, cautelosas. A ação deve ser feita com o apoio de uma planificação limitada no tempo, de recursos técnicos, de pesquisas localizadas, de previsões determinadas e quantificadas. O objetivo dessa limitação teórica da ação é o seu controle (Lévi-Strauss, 1983).

As ciências sociais produzem uma desaceleração cautelosa contra a aceleração revolucionária da modernidade. Para elas, o tempo histórico não é linear e irrepetível, uniforme, homogêneo e convergente. A história deveria se interessar mais pelo lado repetitivo, cíclico, resistente, inerte, estrutural da vida dos homens. A história não deveria servir ao “dever ser” utópico, pois especulativo, mas aspirar à inteligibilidade empírica da realidade social. A ciência social não é teleológica, valorativa, revolucionária; ela é estrutural, objetiva, conceitual. A utopia só faz sentido como raciocínio típico-ideal, uma articulação de relações exageradamente racionais, uma abstração, que permite abordar e conhecer a realidade empírica. O objetivo da ciência social é produzir “conhecimento social”, que oriente uma ação prudente e eficaz, e não convicções sociais ou imperativos morais que orientem e legitimem uma ação global e descontrolada. A inovação em história, o evento, deve ser estruturado para deixar de ser ameaçador. As ciências sociais produzem uma desaleração prudente da história moderna-iluminista (Reis, 1994).

Eis aí esboçado brevemente o quadro das macroteorias que orientaram a reflexão e a ação históricas do século XVIII ao XX. De um lado, o “projeto moderno”, iluminista, que produzia meta-narrativas filosóficas que ofereciam o conhecimento do sentido da história e davam a todo evento um lugar e significação; de outro, o chamado “pós-modernismo”. Este pós-modernismo, nós o vemos desdobrar-se

em duas fases. A primeira fase é a “estruturalista”, que marcou o ponto de vista das ciências sociais mencionado acima. O estruturalismo é pós-moderno porque desconfia do sujeito, da consciência, da Razão; descentra o sujeito e a história, evita a utopia, teme a ação sem controle, opõe-se ao conhecimento especulativo, pois metafísico, vinculado e legitimador de poderes ameaçadores; recusa o raciocínio teleológico. O “estruturalismo” opõe-se, mas, por outro lado, parece ainda pertencer ao projeto moderno, pois produz ainda um discurso da Razão. Ele quer apreendê-la a contrapelo, onde os iluministas não a tinham ainda observado. Surgindo contra o racionalismo modernista, o estruturalismo parece paradoxalmente um hiper-racionalismo: quer buscar um sentido que se esconde, decodificar uma dimensão oculta e fundamental da sociedade, abordar um determinismo inconsciente (Quilliot, 1989).

O estruturalismo ainda visa a produzir uma inteligibilidade ampliada da história. O mundo imediato é visto como ilusório e falso. Sua verdade é oculta. Mas, “teoria da suspeita”, é ainda um esforço de buscar a “verdade histórica”, o que o coloca ainda como uma manifestação da “ingenuidade iluminista”. Os estruturalismos querem dar conta de tudo o que escapa ao homem, para levá-lo ainda à lucidez. Ele seria ainda uma forma de pensamento do absoluto, que leva ao dogmatismo. Contra a metafísica moderna, que pensava um mundo racional e transparente, centrado em um homem seguro de seu poder de pensar e senhor de si e da sua história, sujeito e consciência, os estruturalismos revelam uma subjetividade fragmentada, descontínua, sem unidade e sem sentido e direção. Mas o seu objetivo parece ser ultra-racionalista: introduzir na razão o que a racionalização anterior deixara de lado como irracional. O estruturalismo é pós-racionalista em sua intenção e hiper-racionalista em sua realização: ele pratica a desconstrução, a deslegitimação, a descontinuidade, para apanhar a Razão em suas frestas e arestas. Diz-se materialista, mas beira o idealismo com o seu esforço surracionalista de sistematização. Marx e Freud seriam ainda iluministas: visam ainda a uma “tomada de consciência” do sujeito que busca a verdade e a liberdade (Ferry, 1988; Dosse, 1993).

A segunda fase pós-moderna seria o pós-estruturalismo: este radicaliza as teses estruturalistas e salta para fora do iluminismo e do seu projeto moderno (Lyotard, 1979; Descombes, 1989). O pós-estruturalismo denuncia o estruturalismo como sendo ainda um discurso da

Razão. Os pós-estruturalistas não buscam mais verdades históricas nem aparentes e nem essenciais, nem manifestas e nem ocultas. Eles recusam essências originais e fundamentais que se deveria reencontrar e coincidir. A fragmentação é levada ao extremo. O universal não é pensável. A subjetividade pós-estrutural é antípoda da subjetividade modernista: fragmentada e descentrada, marcada por diferenças e tensões, contradições, ambigüidades, pluralidade e nem sonha mais com a unificação. Não há essência ou finalidade, significado e direção a reencontrar ou realizar. A consciência moderna, a metafísica da subjetividade essencial, construída pelo iluminismo, é “desconstruída” pelo pós-estruturalismo.

A pós-modernidade *desconstrói, deslegitima, deslembra, desmemoriza* o discurso da “Razão que governa o mundo”. O conhecimento histórico pós-estruturalista aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado, em migalhas. Aparece um olhar em migalhas, assistemático, antiestrutural, antiglobal, curioso de fatos e indivíduos. A biografia volta com força total, mas diferente da tradicional. A análise pessoal substitui a busca da “tomada de consciência” da verdade estrutural. No conhecimento histórico, não se quer neutralidade, passividade, serenidade e universalidade. A verdade universal se pulverizou em análises pessoais. Não se busca mais o absoluto e não se quer mais produzir uma obra de valor universal. O conhecimento histórico é múltiplo e não definitivo: são interpretações de interpretações. A realidade é produzida por jogos de linguagem — nada a toca de modo substancial. Não há uma palavra viva e essencial que coincida com o ser. O ser é diferença constante, isto é, temporal e inessencial e aparece em linguagens múltiplas. Sem pronunciar o ser, as linguagens múltiplas o constituem transitório e diferente... (Ferry, 1988; Dosse, 1993; Descombes, 1989).

ONDE SITUAR OS ANNALES E OS MARXISMOS

A localização do marxismo e dos Annales no interior dessas macrovisões da história não é simples, pois há vários marxismos e a dita “Escola dos Annales” não é homogênea. Por um lado, há um marxismo iluminista, teleológico, que crê na utopia comunista, que age no sentido da história/Razão, que, emancipacionista, crê na coincidência

do sujeito e da consciência revolucionária, que faz a revolução em nome da Razão, que vê o futuro como a realização universal e absoluta da liberdade e da subjetividade. É um marxismo que beira o idealismo hegeliano. A ciência da história coincidiria com a consciência histórica: é uma teoria que orienta a práxis revolucionária no parto do futuro especulativamente antecipado. Esse marxismo estaria plenamente integrado ao projeto da modernidade, ao iluminismo, e é mesmo uma radicalização da crítica racional.

Mas, por outro lado, no século XX, apareceram marxismos mais próximos do projeto das ciências sociais: não utópicos, não-idealistas, não-éticos, que visam a conhecer a estrutura do modo de produção capitalista, embora ainda em uma perspectiva crítica, da mudança socialista. O marxismo foi pioneiro na elaboração de uma concepção estrutural da história. Nessa perspectiva estrutural, o ideal revolucionário cede lugar e se submete à elaboração conceitual e à análise objetiva do modo de produção capitalista. Os outros modos de produção inatuais ou potenciais são tratados como “modelos ideais”; eles são utópicos apenas enquanto construção exageradamente racional, modelos, uma abstração sem lugar na realidade. O pensamento se esvazia de realidade e de temporalidade e procura discutir conceitos e modelos em sua lógica puramente dedutiva (Althusser, 1970). Portanto, como são vários, os marxismos podem ser compatíveis tanto com o paradigma iluminista como com o estruturalista. Mas seria possível um marxismo pós-estruturalista? O seu silêncio atual, além das razões históricas, parece revelar uma incompatibilidade radical com o pós-estruturalismo.

Quanto aos Annales, embora possam, talvez, ser reunidos em torno da sua busca da superação do evento, as três gerações são diferentes. Fundamentalmente, os Annales opõem-se ao tempo da história iluminista. Há os que vêm nas Luzes, no entanto, o seu inspirador mais direto, pois também eles defendem a mudança gradual e controlável, visando a uma certa racionalidade, opondo-se às versões revolucionárias desse tempo. Mas os Annales não têm uma percepção “evolutivo-progressista-continuista” da história, o que os afasta das Luzes. Eles preferem produzir prognósticos racionais e limitados sobre um futuro indeterminado. Sua história não é teleológica. Eles preferem frear a história, temendo o futuro desconhecido, a acelerá-la, cultuando um futuro pretensamente conhecido. Os Annales reconheceram as forças de inércia estruturais que limitam a ação livre e não têm pressa em ver

a “vitória da Razão esclarecida”, pois não têm mais esperança e confiança em seu governo do mundo. Eles recusam as idéias de “progresso” e de “revolução” e tudo o que elas implicam: aceleração do tempo dos eventos e conhecimento especulativo do sentido da história. A história da longa duração enfatiza os movimentos lentos e representa uma desaceleração das mudanças (Koselleck, 1990; Reis, 1994). Se tivermos razão em considerar os Annales como antiiluministas, então, eles se integrariam ao paradigma pós-moderno em suas duas fases, a estruturalista e a pós-estruturalista.

Postos assim em posições antagônicas, quais seriam os termos do diálogo entre os historiadores marxistas e os dos Annales? Seria possível uma interlocução serena, racional e produtiva entre eles? Poderia haver colaboração, convergência, trabalho comum entre eles? Talvez, a heterogeneidade interna dos dois grupos permita alguma aproximação e colaboração. Mas em que se aproximariam e se diferenciariam os historiadores marxistas e dos Annales? Suponhamos que seja possível esse diálogo entre marxistas e Annales: essa interlocução deve ser valorizada em sua diferença, em sua divergência, no vigor de uma argumentação antagônica (ideológica) ou no rigor de uma argumentação “diferenciada” (epistemológica) ou deve-se valorizar os pontos em comum, a convergência, a tolerância recíproca, a colaboração que atenua a diferença? O diálogo entre eles é melhor, teoricamente mais fecundo, quando discordam ou quando preferem colaborar?

Neste trabalho, nós consideramos que haja pelo menos três leituras possíveis para o diálogo entre Annales e marxistas: a primeira, que valoriza os pontos em comum, a colaboração, a sua complementaridade — eles são vistos como métodos conciliáveis, assimiláveis; a segunda, que valoriza a sua oposição ideológica, a sua rivalidade política, que submete os aspectos epistemológicos aos ideológicos — eles são vistos como adversários na luta de classes; e uma terceira que os considera como teorias históricas, nem “complementares/conciliáveis” e nem “antagônicas”, mas “diferenciadas”, enfatizando o aspecto epistemológico, mas sem deixar de considerar também a diferença ideológica — eles são vistos como teorias, hipóteses de trabalho que só têm valor e só podem dialogar porque são “diferentes”. Nessa perspectiva, tanto a “conciliação complementar”, se fosse possível, como a oposição radical, impediriam o diálogo, que só é possível na “diferen-

ça teórica”, que as paixões do compromisso ou do antagonismo inibilizam.

Complementares

Na *primeira perspectiva*, alguns autores enfatizam os pontos que aproximam as duas escolas e minimizam as divergências, defendendo assim a sua colaboração na pesquisa histórica. Ciro Cardoso aponta para várias convergências: ambos reconhecem a necessidade de uma síntese global, reconhecem que a consciência não coincide com a realidade social, respeitam as especificidades históricas de cada período e sociedade, propõem e exercem a interdisciplinaridade, vinculam a pesquisa do passado ao presente, alguns membros dos Annales aceitam a determinação do econômico, ambos fazem uma história coletiva, econômico-social e não individual e “acontecimental”, ambos usam métodos quantitativos, apoiando-se em fontes numéricas e seriais, ambos são visões estruturais da sociedade. Os Annales e o marxismo seriam assim “métodos complementares”, no sentido de “colaboradores”, “assimiláveis”: a aproximação é levada a tal extremo que, no final, não é mais controlável — eles são quase o mesmo método histórico!

Cardoso, entretanto, ao procurar o que as aproxima, constata essa diferença: ausência nos Annales de uma teoria da mudança social e da luta de classes. Esta diferença não bastaria para pôr separados marxistas e Annales, minimizando os aspectos unificadores e impossibilitando o trabalho comum? Para os marxistas, os Annales não pensam a mudança, a luta, a revolução; logo, estão contra a mudança, a luta e a revolução. São reacionários: fazem a história que interessa ao capital, à dominação, às classes dominantes etc. Assim, quando se sai da conciliação que impedia o diálogo, pois abolia a diferença epistemológica, entra-se no antagonismo ideológico, que também impede o diálogo, pois transforma a diferença teórico-metodológica em “paixão ideológica”.

M. Vovelle, que é marxista e dos Annales, é a própria encarnação da possibilidade daquela convergência e assimilação. Em seu “Ideologias e Mentalidades” (1985), ele tematizou os pontos de confluência entre as duas escolas. Para ele, não seria a “história das mentalidades” que as afastariam, pois um marxista não está impedido de fazê-la também. A “mentalidade”, para ele, não seria o oposto de “ideologia”: ela

é mais ampla, integrando o não-formulado, o que aparentemente “não significa”, o que está encoberto, inconsciente, o imaginário coletivo. Mas são ex-ideologias que se tornaram um tesouro comum, um patrimônio precioso, as raízes da sociedade, uma identidade preservada. Esses fragmentos de idéias que vêm do fundo do tempo são restos de formulações ideológicas que se tornaram prisões de longa duração, resistências, forças de inércia. Para ele, só haveria antagonismo entre o marxismo e a “história das mentalidades” produzida pelos primeiros Annales, a de Febvre e Bloch, que eram antimarxistas. Mas a história das mentalidades dos anos 60, de Mandrou, Duby e dele próprio, não separa o mental do social.

A história das mentalidades dos Annales a partir dos anos 60 não seria uma prática mistificante, como a acusam os marxistas. Ela trata das relações complexas entre a vida real dos homens e as representações que produzem de si, inclusive as representações fantásticas. É uma história que evita o reducionismo mecanicista e faz o estudo das mediações e da relação dialética entre as condições objetivas da vida dos homens e a maneira como eles a narram e vivem. A história das mentalidades não se opõe ao conceito marxista de ideologia, mas faz dele uma ampliação. Ela é a ponta fina da história social. Por ser uma história social, ela não seria incompatível com o marxismo e tem o mérito de encarar o real em sua totalidade e complexidade (Vovelle, 1987). Entretanto, Febvre poderia talvez interpelar Vovelle: pode-se reduzir a noção de mentalidades ao conceito marxista de ideologia, que vincula as representações às relações sociais de produção, aos interesses e às lutas surgidas na estrutura econômico-social? Não seria falsear ambas as noções tornando-as híbridas e irreconhecíveis?

Vovelle, no entanto, cuida de evitar o antagonismo entre as duas escolas. Ele vai ainda mais longe. Quanto à “dialética da duração” que os Annales dizem realizar, ele considera que eles não a fizeram com o necessário rigor teórico, pois ou eliminaram ou atenuaram nela a presença do evento. Ele quer incluir na temporalidade dos Annales o evento, ou seja, a mudança brusca, que os marxistas privilegiam. Ele propõe a elaboração teórica de um “entrelaçamento dos tempos”, uma “concordância das discordâncias”, isto é, a inclusão do evento-mudança do marxismo na longa duração-permanência dos Annales (Vovelle, 1987). O que parece ser uma proposta irrealizável, pois o conceito de “evento-mudança” dos Annales é oposto ao dos marxistas. Para os

marxistas, o evento é ruptura, transformação profunda, desintegração e transição estrutural, irrupção inovadora; para os Annales, o evento é oscilação estrutural, mudança que renova a estrutura, que a fortalece, que explora as suas potencialidades e a torna mais duradoura. A longa duração não é uma imobilidade, mas flutuação, oscilação em conjunturas e eventos. O evento não é eliminado na dialética da duração dos Annales, mesmo se em alguns de seus autores ele foi minimizado. Em Braudel, cuja obra é a que mais se aproxima da proposta da “dialética da duração”, o evento é uma presença constante e articulada aos outros níveis temporais. E, integrado, superado dialeticamente, incorporado, ele não representa mudança brusca, revolução. Quanto à temporalidade histórica, portanto, mesmo se ambas as escolas a constroem de modo estrutural, a diferença entre elas nos parece incontornável e irreparável.

Portanto, há autores que exageram na percepção da convergência das duas escolas. Eles vêem nos Annales quase uma orientação marxista! E argumentam: por enfatizarem a história econômico-social, o estrutural contra o “acontecimental”, por fazerem uma história de coletividades e não de indivíduos etc. Aymard afirma que houve efetivamente entre marxismo e Annales afinidades e rejeições, contaminações (Aymard, 1972). Contudo, assim que a diferença ideológica aparece, aquela aproximação epistemológica se esfuma. Dosse afirma que a presença de banqueiros e financistas na revista dos Annales torna derrisória a análise segundo a qual esta revista seria a expressão de um discurso marxista (Dosse, 1987). Para ele, os Annales têm uma vocação tecnocrática e se interessam pouco pela natureza dos regimes políticos e mais pela organização econômico-social que possibilite o bem-estar das massas. Se ideologicamente Annales e marxistas se opõem tão radicalmente, como foi possível a presença de marxistas no interior do grupo dos Annales? Os marxistas presentes nos Annales representam a busca de uma “conciliação” — a primeira leitura possível das relações entre as duas escolas.

Antagônicos

A segunda leitura aparece no confronto ideológico. Aqui, não se tem um diálogo, mas um bate-boca, um enfrentamento. Nesse combate, os Annales cederam, flexibilizaram as suas posições, quando os

marxistas eram muito fortes. Coutau-Begarie procura esclarecer os termos das relações que mantiveram Annales e marxistas entre os anos 1929-1980. Para ele, as relações entre as duas escolas oscilaram ao longo da história da Revista e do grupo. Ele aponta, nessa oscilação, para o lado da estratégia de poder dos Annales: as alianças com os marxistas eram feitas quando eram interessantes para a sua estratégia de poder. O grupo que quer ser dominante, ele insiste, não pode ir contra a ideologia dominante (Coutau-Begarie, 1983). Febvre jamais foi marxista; Bloch... também, embora tenha tido algum interesse em Marx. Mas, nos anos 30, o marxismo não era ainda uma força teórico-política dominante na França. O distanciamento em relação a ele era praticável e considerado até desejável. Contudo, quando o marxismo se tornou, na França e no mundo, uma força teórico-política incontornável, sobretudo nos anos 50/60, os Annales procuraram dialogar com os autores marxistas e o PCF e muitos dos membros do grupo dos Annales entraram e saíram das fileiras do PCF.

Coutau-Begarie considera a abertura dos Annales ao marxismo nessa fase uma expressão do seu oportunismo, a prova irrefutável da sua estratégia de poder. Mas não é definidor do “espírito dos Annales”, desde o início, a “abertura à história e aos seus sujeitos”? Ao dialogar intensamente com o marxismo nos anos 50/60 os Annales na verdade estariam realizando o seu próprio projeto: não se fechar em princípios dogmáticos que os impedissem de reconhecer e representar as mudanças históricas e os seus sujeitos efetivos. Quem pode negar que nos anos 50/60 o marxismo se tornara uma possante força teórico-política? Podia-se “fazer história” (*faire de l’histoire*) adequadamente ignorando-o, evitando-o como interlocutor? Essa não foi a opção dos Annales. Os Annales, portanto, não aderiram ao marxismo, mas isso não significou falta de influência e de contatos com ele.

A segunda leitura possível do diálogo entre Annales e marxistas já apareceu nos depoimentos anteriores. Para outros autores, as convergências apontadas acima seriam, na verdade, aparentes, superficiais: marxistas e Annales são “programas ideológicos rivais”, opostos, para a pesquisa e a ação históricas. As aproximações sugeridas entre eles revelariam, por um lado, um interesse e respeito intelectual recíprocos e, por outro lado, quanto aos Annales, uma estratégia de combate que é a da associação com o adversário quando ele é mais

forte e o seu esforço de “acompanharem a história”. Mas, quanto ao essencial, eles se opõem.

O “essencial” de uma escola histórica, e isto é uma hipótese, nós consideramos que seja a sua concepção do tempo histórico. Os marxistas pensam a história na perspectiva da mudança, da desestruturação-reestruturação, do conflito e luta entre os homens. Eles a pensam na perspectiva da ação, do engajamento, dos valores teleológicos que orientam a ação, mesmo se o seu ponto de vista é estrutural. Ao valorizar a mudança sobre a estabilidade, os marxistas pressupõem uma direção e significado para a mudança — eles antecipam um fim para a história. Um fim iluminista. A história marxista é do conflito, da contradição, da luta, da mudança, da revolução, da utopia emancipacionista. A tese iluminista e idealista de que a “Razão governa o mundo” continua em vigor entre os marxistas. É uma história estrutural e econômico-social essencialmente política. A percepção do futuro, o “horizonte de espera”, impõe-se sobre o “espaço da experiência”. Essa diferença essencial é epistemológico-ideológica. Nesta segunda perspectiva sobre as relações entre marxistas e Annales, essa diferença foi posta em termos predominantemente ideológicos: os marxistas pensam e produzem a mudança; os Annales estudam e produzem a conservação do modo de produção capitalista. Alguns autores marxistas mais sofisticados teoricamente, como Hobsbawm e Althusser, justificam epistemologicamente o antagonismo ideológico; outros, mais engajados e precipitados, esquecem a discussão teórica e soçobram na emoção político-ideológica. Portanto, nesta segunda visão das relações entre marxistas e Annales, a discussão essencial sobre a temporalidade histórica foi posta sobretudo em termos do antagonismo ideológico.

Para Hobsbawm, o marxismo é uma original teoria estrutural-funcionalista da sociedade: primeiro, ele insiste na hierarquia do fenômeno social (base/superestrutura); segundo, ele privilegia a existência, dentro de qualquer sociedade, de tensões internas, contradições, que contrabalançam a tendência do sistema para se manter em funcionamento. Essa originalidade do estrutural-funcionalismo marxista é fundamental para a ciência histórica, pois são essas suas duas características que explicam por que e como as sociedades se alteram e se transformam. Para Hobsbawm, a força imensa do marxismo esteve em sua ênfase na dinâmica interna da mudança estrutural. O marxismo é uma “teoria estrutural da mudança”, isto é, ele articula permanência e

mudança, mas acentua a contradição, a dinâmica social. O seu objeto histórico é a mudança social. A abordagem estrutural só é cientificamente relevante porque revela as condições e a direção da mudança (Hobsbawm, 1982).

Quanto aos Annales, na sua reconstrução do tempo histórico, eles pensam a história na perspectiva da continuidade, da coerência estrutural, da permanência, do equilíbrio dos tempos divergentes, da “espacialização” do tempo histórico, do não-engajamento direto, da não-utopia, da neutralidade em relação a valores, da não-teleologia. Os Annales pensam a história de modo metodológico, tecnológico, positivista, sem nenhuma apreciação negativa dessa opção teórica. Os Annales são neodurkheimianos nas duas primeiras gerações e antropológico-foucaultianos na terceira. Eles são neopositivistas, estruturalistas e pós-estruturalistas e não apreciam o evento e a mudança que ela representa. Antiiluministas e antimarxistas, os Annales são antiprogressistas, anti-revolucionários, descontinuistas, não-teleológicos. Eles abordam um homem inconsciente, que não sabe o que quer e nem o que fazer para produzir a história. Os Annales fazem uma história de massas, de coletividades anônimas, sem consciência e sem projeto, ao contrário dos marxistas, que fazem uma história de classes, que são uma coletividade-singularizada, uma subjetividade consciente e com um projeto político-social próprio (Chesneaux, 1995).

Os Annales diriam que o marxismo ainda é um idealismo. E eles romperam com a especulação filosófica e optaram pelo apoio teórico das ciências sociais (Reis, 1994 e 1996a-b). Se os marxistas pensam e produzem a revolução, otimistas e confiantes na tese de que a “Razão governa o mundo”, os Annales a recusam, pois não estão tão seguros daquelas convicções iluministas. Eles se opõem à aceleração da história com base em um conhecimento especulativo do sentido da história. Contudo, enfatizando a divergência, Burguière considera importante o diálogo entre Annales e marxistas, mesmo em tom elevado e a fisio-nomia alterada, pois vê o marxismo como “a mais avançada das teorias unilineares da história” (Burguière, 1971).

Nos Annales, a análise estrutural vem explicar e incluir o evento. A mudança é enquadrada em uma permanência. Eles rejeitaram a ideologia da mudança, da evolução progressiva da humanidade nas pegadas da Europa. A pesquisa estrutural dos Annales recusa o evento “quente”. Dessas estruturas bem fechadas não se sabe bem como sair,

pois não se reconhece uma lógica interna e constante da mudança estrutural. Como mudam as sociedades? Inantecipável, a não ser especulativamente! A história estrutural procura se livrar do marxismo e daquilo que o coloca distante dela: a abordagem da estrutura social como conflito, tensão, contradição, pois se acredita conhecer a lógica interna e constante da mudança. É exatamente essa a abordagem que os Annales evitam. A Revolução Francesa tornou-se um mito, uma crença ideológica. O evento é dramático e trágico porque é a intrusão das massas populares em um tempo que não é o delas: o da inovação. Furet formula com lucidez esta perspectiva da história estrutural. Para ele, as massas não podem inovar, pois elas não conhecem o evento. Seu tempo é repetitivo, contínuo, rotineiro, habitual, estrutural. As elites, sim, são revolucionárias, têm um tempo ágil, criativo, portador da mudança e do evento. O evento produzido pelas elites é estruturado, isto é, criativo e produtivo, pois repercute dentro das fronteiras de um mundo econômico-social a ser preservado. As elites são inovadoras e propriamente revolucionárias. A revolução que realizam não vem desestruturar, interromper e quebrar, mas renovar, inaugurar, reestruturar (Ver Furet, *F. Pensando a Revolução Francesa*. SP: Paz e Terra, 1989; Vovelle, 1987).

As massas quando produzem eventos tornam-se elites, passam a ter a iniciativa histórica e mostram que não sabem fazê-lo. Elas quebram as estruturas que lhes são desfavoráveis sem terem condições de propor e construir novas. É esse o perigo a ser evitado: as massas devem continuar em seu tempo repetitivo e cotidiano, pacíficas. A mudança é assunto das elites, que têm a perder e a ganhar e jamais porão em risco o edifício social. Essa visão da revolução e do papel nela das elites e das massas escandaliza profundamente os marxismos que passam a ver nos Annales os “historiadores do capital”, um adversário a ser sistemática e duramente combatido. No entanto, Burguière insiste, ao produzir análises estruturais, os Annales continuam a ser portadores da perspectiva histórica, que é a da mudança. Sua idéia de história não é conservadora e reacionária — eles tematizam e enfatizam também a mudança, mas estruturada, parcial, planejada e calculada. A análise estrutural que eles realizam visa a explicitar a mudança, torná-la conhecível e controlável, e não suprimi-la (Burguière, 1971).

O conflito entre os marxistas e os Annales é portanto duplo: ideológico e epistemológico. Geralmente, os marxistas reduzem o episte-

mológico ao ideológico, não os distingue, o que dificulta ainda mais a interlocução entre ambos. Ideologicamente, eles se opõem porque usam conceitos antagônicos: revolução X continuidade, política X neutralidade, classes X massas, “fazer a história” X “fazer história”, atividade X passividade, consciência de classes X inconsciência de massas, esquerda X direita (Chesneaux, 1995). Os Annales querem articular indiretamente os interesses e a ação de grupos empresariais, financeiros, do Estado-empresa, das massas produtoras/consumidoras (Dosse, 1987). Os marxistas articulam os interesses e orientam diretamente a ação das classes revolucionárias. Epistemologicamente, eles se opõem porque os Annales evitam a discussão teórica, que, segundo eles, pode derrapar na especulação filosófica, no dogmatismo, no sistema. Os Annales tratam a reflexão teórica com reservas e prudência e os marxistas os censuram por isso: eles teriam substituído a discussão teórica por uma metodologia, por uma prática efetiva, empírica, sem apoio teórico. A sua teoria histórica, eles a importam, numerosas, das outras ciências sociais. A diferença entre marxistas e Annales quanto ao valor dado à teoria na história é acentuada pelos marxistas, que se sentem em uma posição epistemologicamente, isto é, para eles, “ideologicamente” superior.

Para Althusser, *O Capital* é primeiro um objeto teórico — é uma obra de teoria da história e não “conversa fiada” anedótica sobre o vivido. Os Annales quando fazem teoria histórica tenderiam, segundo Althusser, à conversa fiada e ao anedótico! E ele tem alguma razão. A sua teoria, geralmente, os Annales a fazem com “testemunhos pessoais do *ofício* de historiador” ou com “resenhas assassinas”. Eles comparam a história a uma oficina, o historiador a marceneiros que cortam a madeira e deixam cair serragens etc... Na perspectiva de Althusser, isso não é teoria, mas ausência dela. Quanto à temporalidade, por exemplo, para ele, os Annales apenas constatarem uma multiplicidade temporal, mas não buscam articulá-la teoricamente em um todo complexo, em uma “concordância de tempos discordantes” (Althusser, 1970; Vilar, 1976).

Para Josep Fontana, os Annales são um dos pilares do academismo, que finge preocupações progressistas e procura afastar os historiadores do perigo da reflexão teórica, que é substituída por um conjunto de ferramentas metodológicas da mais reluzente novidade e com garantia de cientificismo. Seus traços mais visíveis são o ecletismo,

uma vontade globalizadora, e um esforço pela modernização formal, instrumental. Fontana reduz o epistemológico ao ideológico. Para ele, a função ideológica dos Annales é clara e aparece já em suas opções epistemológicas: atacar o progresso e a revolução. Eles desviam a atenção dos historiadores dos grandes problemas para o jogo obscuro das sociedades. Para os Annales, Fontana conclui, a “exploração capitalista” é uma tese sem sentido (Fontana, 1982).

Quanto aos Annales, eles desconfiam do que os marxistas chamam de “teoria” ou “Teoria” ou outra construção artificial qualquer. Para eles, o que os marxistas chamam de “(T)teoria” só é a expressão de sua tendência, de seu interesse, de sua paixão partidária, de seu dogmatismo, de sua manipulação das massas, de suas idéias endurecidas, esclerosadas, de sua perigosa vontade de potência... A “teoria geral” marxista foi interpretada a partir de perspectivas as mais contraditórias e excludentes e surpreendentes. Isso poderia provar, por um lado, a imensa riqueza epistemológica e prático-política da criação de Marx; mas, por outro lado, a possibilidade de leituras tão diversas de uma mesma teoria poderia permitir a dúvida em relação ao seu orgulhoso “rigor científico”. Para os Annales, a dita “teoria marxista”, a sua “ciência da história”, que se imagina “dialética”, levou o conhecimento histórico a desvios que o tornaram completamente inválido e muito perigoso: mecanicismo, economicismo, reducionismo, voluntarismo, determinismo, dogmatismo, positivismo, etapismo, ideologismo, utopismo, historicismo, partidarismo, relativismo etc. E eles se perguntam: estariam “as teorias marxistas” realmente interessadas na emancipação revolucionária da classe operária? Estariam elas de fato empenhadas na construção do futuro livre e sem hierarquias e explorações sociais? Que se consulte a História e, em particular, a história dos partidos comunistas do mundo inteiro... O debate dos Annales com os Partidos Comunistas, sobretudo com o francês e o soviético, foi borbulhante: eles se sacudiram reciprocamente, firmemente.

Eis alguns dos argumentos dos marxistas soviéticos contra os Annales (Ferro, 1985; Chesneaux, 1995):

1) embora abordem a sociedade em termos econômico-sociais e estruturais, a história dos Annales pretende a conservação estrutural e não a sua alteração, o que a torna cúmplice da exploração que está na base da luta de classes;

2) o tempo histórico dos Annales é conciliador, maquiavelicamente construído, absorvendo conquistas revolucionárias com vistas à defesa e manutenção da ordem capitalista em vigor. É um tempo determinista, apolítico, objetivista, intelectualista, engajado à direita e teoricamente mal construído;

3) os Annales não “renovaram a história”, como pretendem. O tempo histórico marxista era uma “dialética da duração”, fazia uma história econômico-social e estrutural, concebia um tempo múltiplo e plural e ainda tinha a vantagem de não ser reacionário. A linguagem da “longa duração” tematiza homens passivos, massas de consumidores, trabalhadores rotineiros, que sofrem o seu destino. Os Annales fazem uma história massiva, passiva, sem sentido; os marxistas, uma história classista, ativa, socialista, revolucionária;

4) os Annales produzem uma história quantitativista, positivista, despolitizada... Guerras, sistemas de forças internacionais, lutas pelo poder político, revoluções, não interessam ou são transformados em gráficos e tabelas. Quando na verdade a história política é essencial às massas, porque é nela que elas encontram a definição de sua alimentação, saúde, educação, a possibilidade de sua realização pessoal. A “longa duração” é política; a demografia histórica é de classes, pois trata da vida e da morte e das alianças familiares de ricos e pobres. A “longa duração” dos Annales serve à continuidade capitalista e não à mudança;

5) os marxistas sob Stalin consideram a história dos Annales sob suspeita, a serviço do capital e dos americanos. Os Annales seriam agentes a serviço do imperialismo americano e sobreviventes de um conhecimento histórico ultrapassado — eles ainda não conheciam a “verdade revelada” por Marx. Como se pode pensar a história sem o conceito de modo de produção e sem o determinismo em última instância do econômico? Como se pode pensar a história sem a realidade da luta de classes?;

6) em Braudel, as comunidades humanas fazem parte da natureza, como um elemento da paisagem. Não são sujeitos que a transformam. Para Braudel, os homens não podem ir contra o sentido profundo da história. Os conceitos e modelos se impõem à ação consciente dos homens. Trata-se de um neocientificismo, de um *positivismo new-look*, que se opõe à mudança produzida pela ação coletiva e voluntária, à luta de classes. A rejeição do evento, a história das mentalidades e

serial têm um alcance ideológico e não epistemológico. Isso é válido também para a rejeição da história política. Os Annales são bons técnicos, mas são maus cidadãos. Eles não discutem o futuro e não estabelecem uma orientação para a ação.

Os Annales se defendem contra-atacando (Ferro, 1985; Mann, 1971):

1) Febvre criticava o marxismo como ideologia do progresso, teleologia servidora dos poderes constituídos. Febvre rejeitava a concepção materialista da história, que considerava uma abordagem mecanicista e reducionista da história. Febvre era contra todo determinismo unilateral, seja econômico, geográfico ou psicológico-mental. Para pensar a sociedade, ele se opunha à “metáfora do pedreiro”: alicerces e superestrutura; ele preferia a “metáfora da eletricidade”: todas as instâncias sociais estão eletrificadas e se comunicam reciprocamente suas energias. E nenhuma é o centro ou base dessa energia que circula com a lógica das trocas recíprocas, que produzem a “luminosidade”, a vida humana. A causalidade da história dos Annales é estrutural: as instâncias sócio-econômico-mentais se determinam reciprocamente e a história é explicável por múltiplos fatores. Não há primeiro motor da história. Não há um primeiro fator, não há “determinação em última instância”, mas determinação recíproca das estruturas;

2) os marxistas não estudam e nem se dão conta do totalitarismo soviético. Obcecados pela sua teoria, vítimas dela, eles se sentem a bordo da verdade absoluta. Eles não percebem o caráter economicista e determinista de suas análises. Fazem uma “história oficial” legitimando a ação centralizadora do Partido, que se apresenta como “parteiro da história”. São historiadores a serviço de Moscou. Fazem um discurso moral que esconde pretensões políticas totalitárias. Sua obra serve ao poder e são inseguras e tendenciosas. Eles alteram a argumentação e a prova, dependendo das circunstâncias políticas...

3) os marxistas a serviço de Moscou transformam camponeses em “heróis revolucionários”, quando o poder soviético só quer reforçar o sentimento de fidelidade nacional. Não percebem que não fazem mais uma história revolucionária, socialista, mas defendem os interesses do novo poder totalitário nacional-socialista. Sua história deixou de produzir a verdade histórica, que segundo eles próprios é revolucionária, para produzir ideologia, mistificação, legitimação, a universalização de interesses particulares encastelados no Estado totalitário. Assim, esses

historiadores criam exemplos que servirão para estereotipar a ação e a vida social, reduzindo a zero o inventário das diferenças. Todos os países do mundo são postos na mesma situação da Rússia pré-revolucionária e analisados sem se considerar as suas diferenças e especificidades. O modelo da Revolução Soviética é válido para todos os países do mundo. É um modelo reducionista e unilinear que não revela nada da realidade;

4) os marxistas oficiais afirmam que os Annales não oferecem explicações científicas; colocam os Annales no pelourinho em nome da verdade revolucionária. E eles, fazendo a sua “história explicitamente oficial”, oferecem “explicações científicas”?

Este foi o debate agressivo, duro, alto e em grosso calibre, mais político do que teórico, entre os Annales e os marxistas soviéticos ou simpatizantes destes em todo o mundo. Foi o debate dos Annales com os Partidos Comunistas, em particular o PCF, os portadores da tese do “centralismo democrático”. Entretanto, o marxismo não se reduz à interpretação que fez dele o marxismo-leninismo soviético. Há outros intérpretes da teoria marxista que produziram reflexões profundas e inesquecíveis sobre a história. No século XX, a pesquisa histórica acadêmica foi profundamente marcada pelas teorias marxistas. O debate entre os Annales e esses marxistas acadêmicos foi mais ameno e produtivo, embora se tendesse a reduzir a diferença epistemológica entre eles, para permitir a aproximação, que o debate ideológico radicalizado tornava difícil. Aquela complementaridade/conciliação mencionada acima pode ser tentada e foi de algum modo produtiva. Tal desvio foi mais fecundo do que o distanciamento produzido pelo combate ideológico. Na universidade, os dois programas puderam ser, por um lado, complementares/colaboradores, e, por outro, interlocutores eloqüentes e conceitualmente sóbrios de um diálogo válido, profundo e fecundo, sobre os homens e a historicidade.

P. Vilar era membro dos Annales e publicava seus trabalhos marxistas entre os Annales; E. Labrousse, G. Lefebvre, G. Friedman, M. Vovelle, M. Godelier são marxistas não incompatíveis com os Annales. G. Duby usa de modo heterodoxo e eficaz conceitos marxistas — “classes”, “ideologia”, “modo de produção”... A divergência não impediu o respeito recíproco e o trabalho comum. Os marxistas dos Annales oscilavam: ora afirmavam a sua diferença, ora cediam e colaboravam para se integrarem ao grupo. Um marxismo mais estrutural, mais con-

ceitual, menos ideológico, menos enraivecido e juiz severo das diferenças teóricas, pode dialogar com o programa dos Annales e vice-versa. Tanto o marxismo como os Annales são compatíveis com a abordagem estrutural. Todavia, nessa “colaboração”, teria havido perda de rigor teórico de ambas as partes, concessões que tornaram as duas escolas ecléticas e irreconhecíveis aos olhos das suas respectivas ortodoxias ou mesmo das heterodoxias? É possível.

“Diferenciados”

Neste momento, aparece uma *terceira possibilidade de leitura* do diálogo entre Annales e marxistas: nem a complementaridade que atenua a diferença epistemológica e nem a rivalidade que não distingue a dimensão epistemológica e a ideológica, reduzindo a primeira à segunda. A idéia de diálogo torna-se mais precisa: ele não implica concordância e ausência de tensões e nem oposição radical sem nenhuma possibilidade de intersubjetividade. O diálogo não pode existir na fusão/assimilação e nem na oposição/combate. Ele só é possível entre diferentes que se olham de frente, face a face, com simpatia, mas sem concessões; e com concessões sob raciocínios cogentes, sem submissão. É uma intersubjetividade que não visa a uma homogeneização, uma pacificação, um consenso forçado, mas o reconhecimento do alcance e dos limites da diferença. A relação dialógica (dialética?) diferencia, evitando fundir ou opor.

Se os defensores do “sorex” se opunham sem reservas aos Annales, a interlocução mais serena e sóbria com os marxistas acadêmicos não deve nos levar a pensar que se trata de dois métodos ou escolas convergentes/assimiláveis ou sem contradições insuperáveis. Nessa terceira abordagem, a diferença entre as duas escolas se mantém e se intensifica e os níveis ideológico e epistemológico não se fundem. O debate se torna teórico, conceitual. A divergência torna-se profundamente fecunda. Na nossa perspectiva, não seria interessante para a teoria da história nem que as duas escolas se tornassem “complementares” (colaboradoras e indiferenciadas) ou “apaixonadamente diferentes” (surdo-mudas teoricamente entre si). Teoricamente, a sua divergência é extremamente enriquecedora dos estudos históricos e das opções de ação históricas e não deve ser atenuada, mas intensificada. São duas “hipóteses históricas”,

dois instrumentos de trabalho, sem nenhum compromisso com a colaboração.

Nenhuma hipótese teórica expressa o “real enquanto tal”; são estratégias para a sua abordagem. Nenhuma hipótese é tão totalizante que possa ser assim como um ponto de vista do Sol ou de Deus. E quando reivindicam tal amplitude tornam-se “totalitárias” e deixam de ser cognitivamente fecundas. Marxismo e Annales são holofotes parciais que iluminam de algum modo a realidade social. São “ângulos de iluminação”, “pontos de vista”, “instrumentos teóricos”, “hipóteses”, que só são fecundos enquanto são nitidamente “opções teóricas”. Os historiadores se servem de tais hipóteses e não poderiam ser vítimas delas. São dois pontos de vista sobre a história: divergentes, diferentes, rivais, concorrentes. E aí reside em grande parte a sua riqueza, pois a história não se submete a uma leitura única ou eclética. A teoria da história ganharia muito em diferenciá-las conceitualmente na pesquisa e na ação, sem pressa em aderir ou se opor. O trabalho crítico da teoria é um esforço de definição dos “limites” das hipóteses históricas. Nossa sugestão é a de que se o diálogo entre marxistas e Annales fosse posto nesses termos, o que estaria ainda por ser feito, a sua diferença se tornaria mais enriquecedora do que a sua “complementaridade” ou “oposição”.

Contudo, a grande dificuldade teórica é definir os termos dessa diferença. Na nossa perspectiva, a diferença aparece essencialmente e primeiro na concepção da temporalidade. É uma diferença epistemológico-ideológica e que não se reduz ao ideológico. A terceira leitura das relações entre Annales e marxistas resgata o aspecto epistemológico da diferença essencial quanto à temporalidade. Marc Ferro define a diferença entre eles desse modo: a história dos Annales se limita ao diagnóstico. É uma “história experimental” que não tem nenhuma pretensão terapêutica. Para os Annales, a história não estaria “doente” e o historiador não teria a tarefa de “curá-la”. Eles não fazem uma história oficial nem do Estado, nem da Igreja, nem do Partido, nem da Nação, nem da Classe, nem do Capitalismo. Buscam o saber, a “verdade histórica”, sem nenhuma pretensão de universalidade e absoluto. Para Ferro, o marxismo produzia ao mesmo tempo análise histórica, teologia e moral. Ele considera que os Annales constituem um centro de pesquisa independente, produzindo uma “história autônoma”. Os Annales se silenciam sobre o seu próprio projeto, evitam “teorizá-lo”, pois querem fazer uma “história experimental”. É uma história que prefere

acompanhar a história, levantando sobre ela problemas e hipóteses em vez de antecipar especulativamente o seu futuro (Ferro, 1985).

Esse esforço de autonomização dos Annales por Ferro nos surpreende, exigindo no mínimo mais argumentação de sua parte. A epistemologia da história já concluiu que todo conhecimento histórico é relativo a uma época e sociedade. Os Annales não seriam exceção. Nós compreendemos a história dos Annales de modo menos independente. Ela seria uma história neoconservadora, isto é, relativa à sociedade tecnocrática, terceira via entre o marxismo e o historicismo, oferecendo uma legitimação crítica aos novos poderes da sociedade capitalista dirigida então pelos americanos. Essa tendência foi vivida diferentemente em cada fase da revista e do grupo, dependendo da história efetiva, da mudança dos colaboradores e das alianças com as ciências sociais. É uma história que separa “fazer história” e “fazer a história”. O historiador só produz conhecimento, uma atividade intelectual e técnica; ele se afasta politicamente da realidade social, isto é, a sua história não visa a legitimar o presente, mas problematizá-lo. É uma história que pensa o passado a partir do presente, mas sem aderir ao presente. O conhecimento histórico que produz não legitima o presente, não o revela como continuidade superior do passado, mas como “diferença”, “alteridade”. Eles recusam as idéias de progresso e revolução, porque querem “desacelerar a história”. Para os Annales, a história não tem um sentido final que oriente e justifique a ação total. Eles se restringem a uma atividade intelectual: põem “problemas históricos” e formulam “respostas possíveis, hipóteses”, esclarecendo as relações entre presente e passado (Reis 1994 e 1996a).

Ao fazerem essa “história intelectualista” eles não a tornam “autônoma”, independente dos sujeitos históricos efetivos. A sua história ainda quer pensar o presente-futuro e orientar a ação, mas de um modo problematizador, polêmico, não legitimador. Eles oferecem indiretamente aos que decidem — empresários, sindicalistas, tecnocratas, banqueiros — a sua localização, a diferença-identidade do presente em relação ao passado. Oferece-lhes o quadro objetivo em que podem planejar decisões eficazes. Por um lado, a história dos primeiros Annales é um projeto ainda moderno, pois ainda crê na razão como instrumento de conhecimento verdadeiro, que serve à ação; mas, por outro lado, eles abrem mão do sentido utópico e da verdade revolucionária da modernidade. São “modernos” à maneira estruturalista.

Como o próprio movimento estruturalista, os Annales estão entre a “suspeita da Razão” e o esforço de torná-la mais eficiente. Na 3ª geração, e sobretudo após 1988, os Annales romperam até mesmo com esse esforço de buscar uma “verdade estrutural” — tornaram-se pós-estruturalistas, pós-modernos, sob a influência dos neo-nietzschianos Derrida, Deleuze e sobretudo Foucault. A dita *nouvelle histoire*, se essa noção faz sentido, isto é, os últimos Annales, está distante da 1ª e 2ª gerações — não busca mais nem mesmo uma “razão/verdade histórica estrutural” e produz uma história fragmentada (Dosse, 1987; Reis, 1994).

Quanto ao marxismo, se foi compatível com o iluminismo e o estruturalismo, ele parece incompatível com o pós-estruturalismo — ele insistirá sempre na ação revolucionária que busca revelar uma verdade essencial, metafísica, que seria a base de uma sociedade livre e justa. O marxismo insistirá talvez sempre em ser a voz de uma verdade essencial que se revela na história. Ele terá sido superado se a tese iluminista, racionalista, de que a “Razão governa o mundo”, for definitivamente descartada; terá sido superado se a tese de que a “razão estrutural”, que possui uma realidade oculta, mas conhecível, for definitivamente descartada. Com o pós-estruturalismo, ele parece ser incompatível e se silencia...

Quanto aos Annales, eles têm a habilidade da adequação aos novos ventos. Mas eles não são mais hegemônicos no Ocidente, mesmo se, ironicamente, são moda hoje na Rússia! (Bessmertny, 1992). A “teoria e metodologia da história”, hoje, já não tem mais o seu centro na França, embora a E.H.E.S.S. seja ainda uma instituição importante e de muito prestígio. Tornou-se um importante centro internacional. Os grandes nomes dos Annales ou se “aposentaram” ou já morreram. Não houve renovação dos quadros dos Annales nos mesmos padrões dos anteriores. Mas a sua grande qualidade é a sua abertura à novidade, o seu antidogmatismo. A micro-história italiana, eles a conhecem e a praticam; a história do gênero americana (*the gender history*), eles a conhecem e a praticam. A história cultural produzida por Roger Chartier ainda é uma referência internacional ligada aos Annales. Eles se adaptam ao dito “pós-modernismo”, aos seus temas e polêmicas, aos novos sujeitos do conhecimento histórico. Eles dialogam com interesse e em pé de igualdade com americanos, italianos, ingleses, alemães; e com interesse, mas ainda em um tom altivo e impe-

rialista extemporâneo, com chineses, africanos e latino-americanos. A sua posição em relação a uns e a outros é agora a de observadores e de quem quer acompanhar e recuperar o domínio dos ritmos da história. Enfim, os Annales se adaptam; os marxistas, que constituem ainda grupos importantes de pesquisa, que ainda continuam a fazer necessários e relevantes estudos e análises do mundo capitalista globalizado, eles voltarão (e em que termos) a ocupar o lugar central que ocuparam durante todo o século XX nos estudos históricos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sobrevivência ou não de ambas as escolas (e os termos dela) depende do desdobramento que a história vai encontrar para o impasse “projeto moderno” *versus* “pós-modernidade” (Cardoso, 1997; Ferry, 1988). O projeto iluminista teria sido definitivamente abandonado? Não há conclusões definitivas quanto a isso. O debate opõe os “críticos radicais” da Razão, os chamados pós-estruturalistas, aos seus “críticos críticos”, que incluem os marxistas. Os “críticos radicais” da modernidade são os que saltaram para fora da Razão e assumiram o irracionalismo: não acreditam na estabilidade da linguagem, na possibilidade da comunicação, da intersubjetividade e do consenso, não confiam nos sujeitos e nos valores iluministas que levariam à construção de uma sociedade verdadeiramente humana. O seu projeto é o de “desconstruir”, “deslegitimar”, “esquecer” a metafísica da subjetividade moderna (Descombes, 1989). Eles parecem querer contribuir para o aumento da ininteligibilidade da história!

Entretanto, parece haver uma ambigüidade nesse movimento: a pós-modernidade seria uma ruptura com a Razão ou um novo modo de formulação da Razão? Por um lado, os decepcionados com o racionalismo ocidental adotam uma postura niilista, como se a vida e a história tivessem perdido o sentido. Por outro, a fragmentação revela uma agudização da razão: Lévi-Strauss, Foucault etc. levam a razão aos lugares mais escuros, menos frequentados por ela, isto é, ampliam o seu alcance. A razão atinge agora os “primitivos”, os rejeitados, os esquecidos, os prisioneiros, os doentes, os marginais, os loucos, as minorias excluídas, enfim, as franjas claro-obscuras ou francamente obscuras da realidade. E uma razão descentrada, múltipla, plural, fragmentada não é

mais lúcida, mais flexível e integradora, mais “compreensiva” do que uma razão unificadora, centralizadora, explicativa e autoritária? A relatividade de Einstein, por exemplo, não significou desilusão, relativismo — é uma razão mais rigorosa, mais precisa, que sintoniza mais fino... (quem sabe até mais absoluta?) A história iluminista perdeu credibilidade; ora, não teria sido uma Razão renovada que teria propiciado a constituição de uma nova história? (Ferry, 1988; Dosse, 1993).

Os “críticos críticos” da Razão iluminista e do seu projeto moderno não vêem outra alternativa fora dela. A posição de Habermas é representativa do “marxismo crítico” que quer prosseguir o projeto moderno (Habermas, 1987). A questão é: deve-se abandonar o projeto das Luzes ou defendê-lo de sua desintegração? Para os “críticos críticos”, a modernidade não deve ser reduzida aos seus resultados negativos. Habermas considera mais fecundo definir os seus limites e desvios e recuperar os meios que esta própria Razão tem de se autocriticar. Só a Razão pode se opor criticamente a si mesma. Habermas defende uma razão autocrítica contra a razão instrumental, manipuladora e violadora do real e do outro. Ele acredita e defende uma Razão comunicativa, intersubjetiva, ético-prática. Habermas insiste nos conceitos iluministas de sujeito e consciência, que seriam fundados numa linguagem estável, que possibilita o diálogo e a ação legitimada pelo discurso. A Razão não se reduz ao seu aspecto instrumental; ela tem a possibilidade de se autocriticar e definir os seus limites de validade. Há um alargamento do conceito de Razão. A Razão moderna possui meios para a sua auto-superação. Ela tem os seus próprios meios para pensar e pronunciar o seu outro: a violência, o desvario totalitário, a vontade de poder (Ferry, 1988).

Os “críticos críticos”, e Habermas em particular, preferem manter a confiança e o otimismo em uma história sensata, defendem a linguagem e a vontade de sentido contra a ação sem linguagem e legitimação, que é a violência muda e a vontade de potência (Cardoso, 1997). A Razão não poderia recuar diante da emergência dos seus aspectos irracionais e nem reprimi-los, como fez até então. Só lhe restaria o caminho da autocrítica e da auto-superação dialética, pela comunicação, pela linguagem, pelo diálogo, que reconstruiria a possibilidade da intersubjetividade e do consenso. Os seus “críticos críticos” querem “reconstruí-la”, pois estão comprometidos com o sentido e a inteligibilidade da história.

BIBLIOGRAFIA

- ALQUIE, F. *Le Désir d'Eternité*. Paris, PUF, 1990 (1ª ed. 1943).
- ALTHUSSER, L. “Les Défauts de l'économie classique. Esquisse du concept de temps historique”. In: *Lire le Capital 1*. Paris : Masspero, 1970.
- ARIES, Ph. *Le temps de l'Histoire*. Paris: Seuil, 1986 (1ère ed. 1954).
- ARNAUD, C. “Le retour de la biographie: dun tabou à l'autre”. In: *Le Débat*, nº 54. Paris: Gallimard, Mars/Avril, 1989, p. 40-46.
- ARON, R. *Introduction à la philosophie de l'Histoire*. Paris : Gallimard, 1938a.
- . *Essai sur la théorie de l'Histoire dans l'Allemagne contemporaine — la philosophie critique de l'Histoire*. Paris : J.Vrin, 1938b.
- AYMARD, M. “The Annales and French Historiography (1929/72)”. *The Journal of European Economic History*, v.1, nº 2. Roma: Banco di Roma, 1972.
- BACHELARD, G. *La Dialectique de la Durée*. Paris : PUF, 1980 (1ª ed. 1950).
- BERR, H. *L'Avenir de la philosophie. Esquisse d'une synthèse des connaissances fondées sur l'Histoire*. Paris : Hachete, 1899.
- . *La synthèse en Histoire. Essai critique et théorique*. Paris : E. Alcan, 1911.